

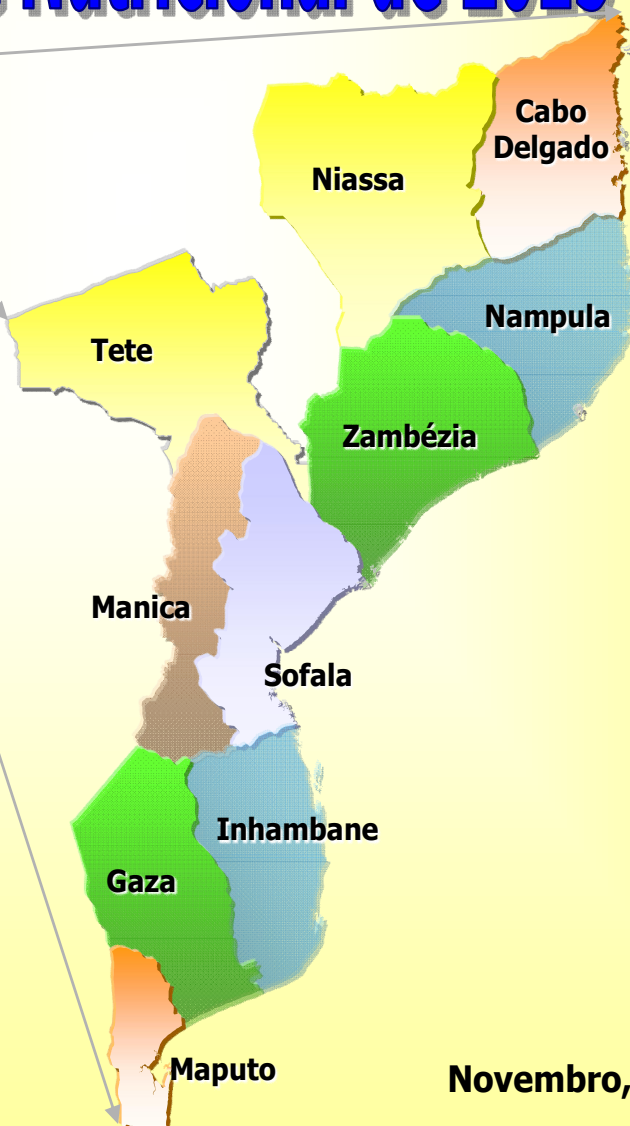


República de Moçambique

Ministério de Agricultura

Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional

Relatório do Estudo de Base de Segurança Alimentar e Nutricional de 2013



Novembro, 2014



Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional

Relatório de Estudo de Base de Base de Segurança Alimentar e Nutricional em 2013 em Moçambique

Elaborado por:

Franse de Koning

Domingos Diogo

António Paulo

Maputo, Novembro de 2014

AGRADECIMENTOS

Os autores de elaboração deste relatório expressam os seus agradecimentos a todos que deram o seu contributo de maneiras diversas para sua efectivação.

Eles destacam particularmente, as contribuições feitas pelos seguintes colegas: Lara Carilho, Francesco Slaviero (PMA), Olanda Bata (FEWS NET), Raul Varela (FAO), António Gaspar (SETSAN), Elda Famba (MISAU), Sisenando Marcelino (INGC), Jaqueline Massingue e Rafael Uaiene (MSU), Carina Ismael (ANSA), Cristóvão Muhai, Arão Balate (INE), todos pontos focais do SETSAN nas províncias, pela valiosa contribuição que prestaram nas distintas fases da implementação do estudo de base.

Agradecimentos especiais são endereçados aos parceiros que deram a sua contribuição quer financeira, quer de natureza técnica dos quais se destacam a União Europeia, UNICEF, PMA, DANIDA, FAO, USAID, FEWS-NET.

A todos os participantes da reunião de balanço de Nampula, aos membros do Conselho Técnico do MINAG, com destaque para o Excelentíssimo Senhor Secretário Permanente, Dr. Daniel Clemente, para os membros do Conselho Consultivo do MINAG, membros do Governo de Moçambique que deram as suas contribuições para configuração e melhoria do relatório. Agradecimento especial os autores endereçam a Sua Excelência Ministro da Agricultura que deu a direcção estratégica à realização do Estudo de Base de Segurança Alimentar e Nutricional.

Também são endereçados agradecimentos aos Governos provinciais, Distritais, aos líderes comunitários e aos AFs rurais e urbanas que, jogando diferentes papéis estiveram envolvidos na implementação do Estudo de Base.

FICHA TÉCNICA

Título: RELATÓRIO DE ESTUDO DE BASE DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM 2013 EM MOÇAMBIQUE

Editor: SECRETARIADO TÉCNICO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Direcção:

Marcela Libombo, Secretária Executiva do SETSAN

António Paulo, Director de Serviços de Informação de Segurança Alimentar e Nutricional

Produção:

Franse de Koning

Domingos Diogo

António Paulo

Revisão e Controle de Qualidade

Marcela Libombo

Frans de Koning

Colaboração

Sesinando Marcelino

Elda Famba

Dino Boene

Robby Uahi

Lara Carilho

Francesco Slaviero

Olanda Bata

Carina Esmail

Raul Varela

Kerry Silvestre

Rui Brito

Francisca Cabral

Sergio Maló

Danila Cumbane

Alberto Capece

Isabel Trindade

José Gaspar

Aida Contente

Olga Dinis

Virgínia Macome

Carlos Creva

Gravelina Langa

PREFÁCIO

A realização do Estudo de Base de Segurança Alimentar e Nutricional em Moçambique, é uma das orientações estratégicas do Governo com vista a monitorar a evolução dos indicadores estruturais da segurança alimentar e nutricional em cada ciclo de 5 anos. O primeiro estudo de base de segurança alimentar e nutricional foi realizado em 2006 e serviu de base para a elaboração da Estratégia e Plano de Acção de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN II) para 2008-2015 e a formulação de programas.

O presente relatório tem como propósito apresentar os resultados do segundo estudo de base de segurança alimentar e nutricional realizado no país em 2013, visando actualizar a informação do estado de segurança alimentar e nutricional nos últimos 7 anos. Contrariamente ao primeiro estudo de base que cobriu apenas as áreas rural e peri-urbana, este incluiu também a área urbana permitindo que os seus resultados contribuam para a elaboração de políticas, programas, projectos e planos de acção com vista a melhorar a segurança alimentar e nutricional e consequentemente, o bem estar dos moçambicanos.

Os resultados apresentados neste relatório indicam que registaram-se progressos significativos na segurança alimentar, pois, a proporção da população em situação de insegurança alimentar crónica reduziu de 35% em 2006 para 24% em 2013. Esta melhoria resulta principalmente de dois factores, nomeadamente o aumento da produção de alimentos que proporcionou uma maior disponibilidade de alimentos ao longo do ano e a melhoria da dieta adequada que passou de 50% em 2006 para 67% em 2013. No entanto, na área de nutrição, os resultados mostram que há grandes desafios pois a prevalência da desnutrição crónica (43%) continua no nível considerado muito alto (>39%) segundo os padrões da Organização Mundial da Saúde, não obstante a melhoria que se verifica em relação ao estado anterior.

O sucesso do trabalho de recolha de dados nas áreas de enumeração, deveu-se ao empenho do Governo a todos os níveis, a dedicação incomensurável dos inquiridores, digitadores, controladores, supervisores, motoristas e outro pessoal de apoio e da Sociedade Civil em geral. A entrega dos agregados familiares e apoio logístico prestado pelas autoridades locais foram imprescindíveis e de elevada importância para o sucesso do trabalho de campo.

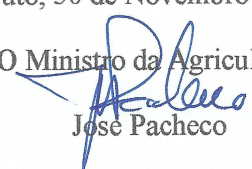
O tratamento multidisciplinar da informação e elaboração do relatório revela a capacidade institucional de coordenação e o alto sentido de responsabilidade, pois, com sabedoria e dedicação foi possível divulgar informação útil para as famílias decidirem sobre o que vão cultivar para aumentarem a produção e produtividade e consumirem alimentos mais adequadamente.

Para terminar, gostaríamos de reconhecer o papel dos parceiros na assistência técnica e financeira, pois acreditamos que realizar um exercício desta envergadura e complexidade mostra o compromisso de uma parceria Inteligente cada vez mais sólida.

Pelo aumento da produção e produtividade o nosso muito obrigado a todos os actores.

Maputo, 30 de Novembro de 2014

O Ministro da Agricultura


José Pacheco

SUMÁRIO EXECUTIVO

Antecedentes

O Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN) tem o mandato geral de coordenar a implementação da Estratégia e Plano de Acção de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN II), aprovada pelo Resolução 56/2007 de 16 de Outubro do Conselho de Ministros.

Neste estudo considera-se Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como sendo *o direito de todas as pessoas de ter acesso aos alimentos básicos de qualidade em quantidade suficiente, de modo permanente sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo assim para uma existência digna no contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana.*

O SETSAN deve reportar sobre o estado de segurança alimentar e nutricional (SAN) do país, organizar informação de diversos inquéritos realizados no país e recomendar medidas de política e intervenção de mitigação da insegurança alimentar e nutricional (InSAN) aguda e crónica com vista melhorar a qualidade de vida das populações, particularmente aos grupos mais vulneráveis, Agregados Familiares (AFs) de subsistência muito deficitária e de baixa renda e AFs com baixa produção.

O SETSAN possui um mandato de monitorar a implementação do pilar das intervenções multisectoriais de SAN inscritos no Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário (PNISA), e coordena a implementação do Plano de Acção Multissetorial para a Redução da Desnutrição Crónica (PAMRDC).

Em 2006, o SETSAN realizou o primeiro estudo de base de SAN no país com entrevistas aos AFs. O estudo teve uma cobertura nacional e forneceu informação válida ao nível provincial. Os seus resultados foram usados para a formulação da ESAN II e definição dos indicadores de monitoria e avaliação do quadro de desempenho desta estratégia. O estudo de base de SAN 2006 indicou que cerca de 35% se encontrava na em situação de Insegurança Alimentar (InSA) crónica. As crianças menores de 5 anos tinham níveis de desnutrição aguda de 4,5% e registraram níveis muito altos de desnutrição crónica 46,2%. Indicou ainda sinais de ocorrência de peso excessivo e obesidade nas zonas urbanas do Sul de Moçambique, nomeadamente nas cidades de Maputo e Xai-Xai.

De modo a fazer uma revisão de médio-prazo da implementação da ESAN II foi realizado o segundo estudo de base de SAN em 2013, cujos resultados são apresentados neste relatório.

Objectivos do Estudo de Base de SAN 2013

O objectivo geral do segundo estudo de base de SAN foi de actualizar a situação de insegurança alimentar e nutricional aguda e crónica aos níveis rural e urbano, tendo em conta o Direito Humano a Alimentação Adequada, para apoiar a tomada de decisão a nível político usando dados actualizados.

Os objectivos específicos foram os seguintes:

- Avaliar a evolução dos indicadores estruturais da SAN desde 2006 até 2013;
- Actualizar as causas de insegurança alimentar crónica;
- Avaliar o consumo alimentar no agregado familiar e nas crianças;
- Rever a classificação das formas de vida urbana e rural;
- Rever os critérios para diferenciar a Insegurança Alimentar crónica da aguda;
- Analisar a ligação entre a segurança alimentar (SA) e a segurança nutricional (SN);
- Avaliar os indicadores de InSAN tomando em conta aspectos de HIV-SIDA e na perspectiva de género.

Metodologia

O inquérito foi implementado de Novembro de 2013 a Janeiro de 2014. A amostragem foi desenvolvida pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Os dados foram recolhidos em 565 Áreas de enumeração, correspondentes a uma cobertura de cerca de 98% da amostra planificada. Os dados foram recolhidos de uma amostra com um tamanho de 6.906 AFs rurais e urbanos, correspondendo a 97% da cobertura planificada.

A amostra geográfica foi feita de acordo com um desenho por conglomerados estratificados na base bietápica. A amostra foi estratificada por província, zona rural e urbana. Dado que existem 11 províncias e uma delas sendo inteiramente urbana (Maputo Cidade), existem 21 estratos.

Na primeira etapa, as áreas de enumeração foram seleccionadas com proporcionalidade ao tamanho, e na segunda etapa, os AFs foram seleccionados aleatoriamente, com igual probabilidade e de uma forma sistemática de uma lista completa de todos os AFs da Área de Enumeração seleccionada. De modo a tomar em conta dos dados do desenho da amostra do questionário dos AFs, foram analisados por meio de Amostras Complexas do SPSS v22.

Foram desenvolvidos indicadores com base no quadro analítico que integram a abordagem de Formas de vida¹ sustentáveis e as quatro dimensões de SAN (disponibilidade alimentar, acesso a alimentos, utilização e estabilidade aos alimentos) e o quadro conceptual nutricional da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Primeira Infância (UNICEF). Assim considerou-se o estado nutricional do indivíduo determinado não somente pelo consumo alimentar mas também por outros factores chave como estado de saúde, água e saneamento do meio.

Foram usados três tipos de questionário para a recolha de dados: um questionário aos AFs, um questionário comunitário e outros para os mercados. Foram recolhidos dados sobre diversos tópicos tais como características dos AFs, produção agrária, fontes de renda, despesas, acesso a alimentos, choques, estratégias de sobrevivência, consumo alimentar, disponibilidade qualitativa de alimentos e preços ao consumidor, saúde dos membros dos AFs, água e saneamento, dados antropométricos de crianças de 6 a 59 meses e de mulheres de 15 a 49 anos, entre outros. A entrada de dados foi feita no campo durante o processo de recolha de dados, através de computadores portáteis.

Para além do nível provincial, rural e urbano, dados de AFs foram também analisados por grupo de formas de vida. Neste sentido, foram formados cinco grupos de formas de vida com base nas duas principais fontes de renda, a saber: 1. AFs que vivem da produção e venda de culturas e animais (46% dos AFs); 2. AFs que vivem de serviços, autoemprego, processamento tradicional e comércio (25%); 3. AFs que vivem de ganho-ganho, assistência alimentar e pedir esmola (9%); 4. AFs que vivem da pesca e aquacultura (4%); e por último os AFs que vivem de salários, pensão e remessas (17%).

A situação de segurança alimentar do AF foi determinada por meio de **Índice de Segurança Alimentar (ISA)** que considerou as seguintes variáveis:

1. O Índice de Consumo Alimentar (ICA): é uma medida de diversidade da dieta e de quantidade, também é um indicador de acesso a alimentos, bem como de qualidade alimentar e portanto de utilização alimentar.
2. O número de meses em que o AF teve dificuldades em ter alimentos suficientes para comer nos últimos 12 meses.
3. Duração das reservas de cereais provenientes da produção própria.

¹ **Formas de Vida** refere-se a forma como sub-grupos de população relativamente homogéneos com posse similar de capitais (económico, social, produtivo, ambiente, infraestrutura) e têm mesma forma de acesso aos alimentos.

4. As principais fontes de renda agrupadas em *fontes seguras* (salários, pensões e remessas) e *extremamente inseguras* (trabalho casual, vulgo ganho-ganho, pedir esmola, assistência alimentar);
5. O uso de estratégias de sobrevivência nos últimos 12 meses.

Para os AFs que não praticam actividade agrícola não foi considerado o indicador duração de reservas alimentares da produção própria.

Conclusões

1. Características sócio-demográficas do Agregado familiar

O **tamanho médio do AF** a nível nacional é de 5.2 membros, sendo ligeiramente maior nas zonas urbanas (5.2) comparativamente às zonas rurais (5.0).

A proporção dos **AFs chefiados por mulheres** é de cerca de 24%, sendo maior nas zonas urbanas (27%) em relação à zona rural (23%).

A nível nacional cerca de 11% declarou ter pelo menos um membro com doença crónica (mais de 3 meses). No que respeita a chefes de AF, cerca de 6% têm o chefe com doença crónica, tendo maior prevalência nos AFs chefiados por mulheres (cerca de 10%) que nos AFs chefiados por homens (6%).

2. Situação da segurança alimentar

No concernente aos grupos de formas de vida, as classificações dos indicadores são melhores para o grupo de AFs que vivem de salários, pensões e remessas seguido pelos AFs que vivem de serviços, autoemprego, processamento tradicional e comércio.

A situação dos cinco indicadores-chave individuais variou por província:

- a) O **consumo alimentar** do agregado familiar, em termos de qualidade de dieta, é mais pobre nas províncias nortenhas (Niassa, Cabo Delgado, Nampula) e na Zambézia e Tete e é melhor nas restantes províncias do Centro e no Sul. Por outro lado, as práticas de nutrição infantil e de adolescentes parecem ser melhores em Niassa, Cabo Delgado e Nampula.
- b) Os AFs em Gaza, Inhambane e Zambézia experimentaram o período mais longo de **acesso difícil a alimentos** suficientes, enquanto Maputo Cidade, Maputo Província e Manica são as melhores a este respeito.
- c) A **duração de reservas de cereais da produção própria** é menor nas províncias do Sul comparativamente ao Centro e Norte do País. No Sul, a proporção de AFs com reservas que duram 10 meses ou mais não atinge 20% e a proporção de AFs com reservas entre 2-4 meses ultrapassa 55%. Nas restantes províncias, a proporção de AFs com reservas que duram 10 meses ou mais ultrapassa 25%, destacando-se as províncias de Manica (53%) e Sofala (40%).

- d) A percentagem de AFs com **rendas instáveis** é mais alta em Manica, Tete, Niassa, Zambézia, Gaza e Maputo Província (aproximadamente 20%), e mais baixa em Maputo Cidade, Cabo Delgado e Nampula (10-15%). Maputo Cidade e Maputo Província possuem a mais alta proporção de AFs com acesso a fontes de renda estáveis.
- e) As províncias de Cabo Delgado, Zambézia e Gaza possuem a proporção mais alta de AFs (35%) que adoptaram **estratégias de sobrevivência** de crise ou de emergência para sobreviver aos choques. A proporção de AFs com altos índices de estratégias de sobrevivência é menor em Maputo Cidade, Niassa e Manica (aproximadamente 10%).

A **classificação da situação de segurança alimentar** dos AFs foi feita em quatro categorias, nomeadamente:

- segurança alimentar segura,
- segurança alimentar segura na maior parte do tempo,
- insegurança alimentar moderada, e
- insegurança alimentar severa.

A nível **nacional** a percentagem de AFs na situação de **insegurança alimentar moderada** é de 23% e na **insegurança alimentar severa** é de 2%. Contudo, existem diferenças consideráveis entre as **províncias**. A percentagem cumulativa de AFs em situação de insegurança alimentar moderada e severa é mais alta para Cabo Delgado (37%), Tete (33%), Zambézia (32%) e Gaza (31%), e mais baixa para Maputo Cidade (6%), Manica (10%) e Maputo Província (12%). Existe igualmente uma grande diferença na prevalência de insegurança alimentar entre as zonas rurais e urbanas e entre grupos de formas de vida.

Nas zonas **rurais**, a prevalência de insegurança alimentar é quase o dobro daquela das zonas **urbanas** (29% versus 15%). O grupo de AFs cujo forma de vida consiste de ganho-ganho, assistência alimentar e pedir esmola possui a percentagem mais alta de AFs com insegurança alimentar moderada ou severa (50%), seguido pelo grupo de AF que depende da pesca e aquacultura (29%). Os grupos de forma de vida com a prevalência mais baixa de insegurança alimentar são os grupos de trabalhadores assalariados, pensionistas e beneficiários de remessas (11%) e dos AFs que dependem serviços e de autoemprego (21%).

3. Situação de Insegurança alimentar crónica e aguda

O estudo indica que a percentagem geral de AFs na **situação de insegurança crónica** é de 24%, enquanto 3.5% de AFs estão na situação de insegurança alimentar aguda. Isto corresponde a um número estimado de 1.150.000 AFs afectados pela insegurança alimentar crónica e 168.000 AFs na insegurança alimentar aguda.

A **InSA crónica** é mais prevalecente em Tete e Niassa (33% e 30% de AFs respectivamente) e menos prevalecente em Maputo Cidade (11%). Ademais, a prevalência é mais alta nos AFs rurais que nos AFs urbanos (27% versus 18%).

No que concerne aos **grupos de formas de vida**, o grupo de AFs que vivem do trabalho informal ocasional ou seja “ganho-ganho”, assistência alimentar e pedir esmola é por definição inteiramente crónico no concernente a InSA, sendo portanto este o primeiro (1) grupo mais vulnerável (cerca de 9%). O grupo de AFs envolvidos na produção e venda da produção agrícola e pecuária constitui o segundo (2) grupo mais vulnerável a insegurança alimentar crónica (cerca de 45%) e (3) o grupo de AFs assalariados, pensionistas e aqueles que recebem remessas é menos vulnerável à InSA alimentar crónica (cerca de 17%).

Um AF tendo um chefe de sexo feminino, uma criança adoptiva ou órfã, um chefe de AF analfabeto, uma esposa analfabeta, um membro do AF que tem estado doente por mais de três meses, (pertencendo aos grupos 1 e 2 são mais pobre) e vivendo numa zona rural são todas características de AFs associados com uma prevalência mais alta de insegurança alimentar.

Por outro lado, pertencer as classes mais dotadas em termos de posse de bens e ter um chefe de AF idoso (60 anos ou mais velho) está associado com uma prevalência mais baixa de InSA.

Por meio de técnicas estatísticas demonstra-se que a influência das características do AF associadas com um risco crescente de InSA desaparece quando são efectuadas correcções para as diferenças na situação em termos de posse de bens e idade do chefe do AF. Aparentemente a situação em termos de posse de bens do AF e, em menor extensão, a idade do chefe do AF são os únicos factores que contribuem de forma independente para a situação de segurança alimentar do agregado familiar.

A prevalência da **insegurança alimentar aguda** é mais alta em Cabo Delgado e Sofala (9% e 8% de AFs respectivamente) e mais baixa em Maputo Cidade, Maputo Província, Manica e Niassa (2% ou menos). Como acontece com a insegurança alimentar crónica, a insegurança alimentar aguda ocorre com maior regularidade nos AFs rurais em relação aos AFs urbanos (4% versus 3%). O grupo de AFs cuja forma de vida é pesca e aquacultura é o mais afectado pela insegurança alimentar aguda (8% de AFs).

Em geral, pode-se afirmar que no **concernente ao alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM's)** os dados mostram que se registaram **progressos em relação à InSA crónica dos AFs** e à desnutrição aguda nas crianças menores de cinco anos, mas em relação à desnutrição crónica das crianças os progressos foram mais lentos.

4. Nutrição

A nutrição é um indicador importante para o desenvolvimento do indivíduo² como indica o Lancet 2013 e refere-se a forma como o organismo transforma e utiliza os alimentos e a sua

² Lancet 2013 Nutrition Series, Executive Summary e SETSAN-2008, Terminologia de SAN.

relação com a saúde, hábitos, costumes e práticas alimentares. A alteração do estado nutricional é geralmente conhecida por malnutrição.

Apesar de **situação nutricional** não ser parte do conjunto de indicadores-chave do Índice de Segurança Alimentar de AFs, é um importante indicador para medir a qualidade de vida da população e do indivíduo, particularmente das crianças entre 6-59 meses e das mulheres de 15-49 anos de idade. Um indivíduo malnutrido é aquele que não ingere energia e nutrientes em qualidade e quantidade adequadas para satisfazer as necessidades fisiológicas (de crescimento, reprodução, defesa contra doenças, etc.). Embora o termo malnutrição refira-se a ambos, desnutrição e sobrenutrição, este estudo concentra-se na desnutrição. Há três tipos de desnutrição em crianças: i) desnutrição aguda que resulta da nutrição inadequada aguda que leva perda rápida de peso ou falha no ganho de peso normal; ii) desnutrição crónica que resulta da nutrição inadequada por longo período levando a falha no crescimento linear; e iii) desnutrição actual que pode resultar de nutrição inadequada aguda e/ou crónica.

Em geral, 43% das crianças com idade entre 6-59 meses tem baixa altura para a idade, indicador da **Desnutrição crónica**, e 7% possui baixo peso para a altura, indicador usado para medir a **desnutrição aguda**.

A prevalência de desnutrição crónica é mais alta nas províncias do norte e do centro (Niassa a Sofala, 44-52%) e mais baixa em Maputo Província, Maputo Cidade e Inhambane (26-31%). A prevalência da desnutrição aguda segue o mesmo padrão, sendo mais alta no Norte e Centro (Niassa a Sofala, 6-12%) e mais baixa no Sul (3-4% em Inhambane, Gaza, Maputo Província e Maputo Cidade).

A percentagem geral de crianças com desnutrição crónica, no actual estudo é igual a percentagem encontrada no IDS 2011, e a prevalência da desnutrição aguda é um ligeiramente mais alta que no IDS 2011 (7% versus 6%). Apesar da diferença não ser muito grande, ela indica que existe na verdade algum grau de convergência entre o Estudo de base de SAN 2013 e o IDS 2011. Por outro lado, a prevalência de peso abaixo do normal é mais alta em 2013 do que em 2011. O peso para idade e peso para altura variam ao longo do ano em função da variação no acesso a alimentos. Assim sendo, os níveis altos de baixo peso para idade e baixo peso para altura encontradas neste estudo podem ter sido influenciados pelo período em que se fez a recolha de dados, Novembro, Dezembro e Janeiro, meses considerados de escassez de alimentos, também vulgarmente conhecidos como “meses de fome” em Moçambique.

Uma análise cruzada entre a situação de segurança alimentar do agregado familiar e a presença de criança desnutrida ou mulheres desnutridas sugere haver uma associação entre ambos, segurança alimentar e nutricional. A comparação de AFs que possuem pelo menos uma criança menor de 5 anos com desnutrição crónica ou desnutrição aguda ou mulheres com baixo peso, com AFs que não possuem, mostra que a categoria anterior possui uma percentagem mais alta

de AFs classificados como inseguros do ponto de vista alimentar em relação aos últimos (28% versus 22%).

Relativamente ao consumo alimentar de crianças, os dados sugerem que as **práticas de alimentação infantil** são melhores no norte, mas a prevalência de desnutrição nas crianças menores de cinco anos é maior nesta região. O que causa a discrepância não está claro, mas o acesso a alimentos e/ou condições higiénicas (água e saneamento) que são ambos pobres nestas províncias poderão jogar um papel importante.

O **aleitamento materno exclusivo**, apesar de ter aumentado a cobertura de 37% em 2008 (MICS) para 40% em 2013 (SETSAN 2014) ainda está longe de alcançar os 52% previstos para 2015 e 67% em 2021 (PAMRDC, MISAU).

Por fim, os **indicadores nutricionais da mulher** (15 a 49 anos) indicam que a prevalência de baixo peso em mulheres reduziu em todas as províncias, o que sugere melhoria na estrutura de consumo de alimentos. Contudo, em relação ao indicador sobrepeso da mulher os dados indicam a sua prevalência em Maputo Cidade com 43% e Zambézia com 15%.

Aspectos estruturais e institucionais

Os níveis de produtividade e de produção agrícola continuam ainda baixos. O acesso às zonas de produção de alimentos e consequentemente o acesso aos alimentos à nível do País continuam limitados. A diversificação da produção e de consumo de alimentos em muitas zonas do País, particularmente na região norte, é fraca.

Os altos níveis de pobreza (54.7%) que prevalecem no País continuam a afectar negativamente a situação de SAN e contribuem em parte para níveis de insegurança alimentar crónica (24% da nossa população) e desnutrição crónica (43% das nossas crianças menores de 5 anos).

As instituições precisam de trabalhar de uma forma cada vez mais concertadas e interligadas de modo a atacar as causas da InSAN de uma forma mais radical, profunda e lograr a inversão da actual situação. A educação nutricional, que inclui as boas práticas de SAN, ainda está longe do nível satisfatório, quer nas zonas rurais quer nas zonas urbanas.

Recomendações

I. Ao nível programático

1.1. Por área geográfica

Os resultados deste estudo mostram os principais desafios e prioridades de intervenções por região geográfica (províncias, zona urbana versus zona rural), por grupos de formas de vida, e por sexo do chefe do agregado familiar.

Do ponto de vista geográfico as intervenções devem ser concentradas em Cabo Delgado, Zambézia, Tete e, numa menor extensão em Gaza porque estas são as províncias onde a situação de segurança alimentar é pior.

O oposto é o caso nas províncias do sul, onde a situação nutricional das crianças e mulheres é comparativamente boa, mas a taxa de adopção de práticas alimentares recomendadas para crianças e adolescentes é baixa. A baixa adopção de boas práticas alimentares infantis poderá estar relacionada com as condições de vida altamente urbanas. As intervenções visando o melhoramento de práticas alimentares poderão ajudar no melhoramento da situação nutricional de crianças e adolescentes.

1.2. Por área temática e/ou sectorial

A pobreza tem sido demonstrada como sendo um factor determinante e predominante de insegurança alimentar e portanto merece ser tratada como prioridade. As intervenções poderiam ser direccionadas aos AFs com fontes de renda instáveis e precárias (ganho-ganho, pedir esmola e assistência alimentar). Intervenções promotoras de geração de emprego e autoemprego são decisivas para aumentar a resiliência dos AFs mais vulneráveis (Grupos de Formas 3, 1 e 2) bem como para estimular o acesso adequado a alimentação e nutrição de toda a população moçambicana como orienta a ESAN II.

O sector agrário no âmbito da implementação do PEDSA deve reforçar o aumento da produtividade e da produção, alargando a diversidade das culturas para assegurar dietas alimentares nutricionalmente mais ricas e acessíveis aos AFs. Intervenções de bio-fortificação alimentar, fomento de culturas locais e ricas em micronutrientes (ex: fruteiras e hortícolas). Para aumentar o consumo de proteína de origem animal deve-se promover a produção de animais de pequena espécie, por exemplo aves e pequenos ruminantes assim como a produção de peixe (piscicultura e aquacultura). Para isso há necessidade de aumentar a cobertura dos serviços de extensão com vista a melhorar os sistemas de produção, melhorar o desempenho da cadeia de valor agro-alimentar para o abastecimento em alimentos à população durante todo ano.

O sector de indústria e comércio deve assegurar o funcionamento da cadeia de valor dos alimentos que compõem a cesta básica³ tendo em vista o melhoramento no processamento (incluindo a fortificação alimentar), comercialização, escoamento e armazenamento de alimentos ao nível local.

O sector de saúde deve expandir os programas de educação nutricional em todo o país com maior priorização para as zonas Norte e Centro que têm maiores proporções de AFs com baixa qualidade da dieta, mesmo tendo melhor produção de alimentos que a zona Sul os grupos mais vulneráveis a atender são as crianças nos primeiros mil dias (deste a sua formação até o período aos 2 anos de idade), as adolescentes e as mulheres (15 a 45 anos).

Devem ser intensificados os programas de educação nutricional infantil nas zonas urbanas que tem maior necessidade para aumentar as taxas de boas práticas de alimentação infantil.

O sector de obras públicas e habitação, deve expandir as acções de melhoramento das vias de acesso, acesso a água potável e saneamento.

O sector de administração local, em articulação com entidades responsáveis, deve apoiar na disseminação dos programas de educação das comunidades e particularmente das mães em aleitamento materno exclusivo e boas práticas de alimentação e nutrição infantil utilizando meios de comunicação de massas como a rádio, o cinema móvel, a televisão, os panfletos, entre outros, utilizando, para além do português, línguas locais.

O Sector de educação, deve reforçar a integração da temática de nutrição nos *curricula* e, em paralelo, deverão ser implementados programas de alfabetização funcional para diminuir a taxa de iliteracia, ao mesmo tempo que se realizam massivamente programas de promoção e educação em segurança alimentar e nutricional e hortas escolares e nos centros internatos.

Neste sentido é importante que as universidades incluam nutrição e segurança alimentar nos *curricula* de licenciatura e pós graduação bem como nos programas de pesquisa académica e aplicada.

II. Ao nível estratégico

Assegurar que a temática de SAN seja central no quadro de políticas nacionais pós 2015 e que as intervenções específicas e sensíveis para a nutrição sejam orçamentadas e financiadas.

Reforçar a integração das intervenções sensíveis nos Planos Económicos e Sociais (PES) dos ministérios, PES Províncias e Planos Económicos sociais e Orçamento dos Distritos (PESODs)

³ Cesta Básica Segundo o MISAU é composto pelos seguintes produtos arroz, farinha de milho, amendoim feijão. Peixe seco, óleo alimentar, açúcar, sal, frutas da época e vegetais.

e assegurar o sistema de rastreamento financeiro, a coordenação multisectorial da SAN e a prestação de contas.

A descentralização em curso deve continuar e os fundos locais devem continuar a ser orientados para actividades geradores de renda que melhorem o nível de bem-estar e da situação de segurança alimentar dos agregados familiares.

O SETSAN deve aprimorar o quadro de monitoria e avaliação incluindo o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para garantir informação atempada e credível sobre a situação da SAN das populações, alinhado com o Estudo de Base de SAN e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Promover o empoderamento da mulher e diversificação das fontes de renda dentro e fora da agricultura para reduzir a sua vulnerabilidade e melhorar a resiliência dos AFs causados pelos choques ambientais, tais como seca, cheia, inundações e outras que afectam fortemente na produção e disponibilidade alimentar.

Realizar estudos analíticos específicos como, por exemplo, o custo da fome, a relação entre pobreza – SAN- resiliência, usando os dados deste inquérito e de outros inquéritos como o IOF e IDS para melhor influenciar a formulação de políticas.

Limitações do Estudo

- Falta de cobertura da recolha de dados em 8 Áreas de Enumeração na Província de Sofala devido ao conflito Político Militar.
- A chegada tardia do equipamento de medição antropométrica o que causou a limitação do seu uso durante o treinamento dos inquiridores associado a fraca supervisão desta componente podem estar na origem da limitada qualidade dos dados de nutrição infantil, obtidos da medição da altura e da pesagem das crianças.
- A não inclusão da medição da renda no questionário e fraca abordagem de medição de despesas constitui limitante para incluir considerações de pobreza e sua relação com a segurança alimentar no estudo.

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	1
1.1	Antecedentes	2
1.2	Objectivos Do Estudo.....	3
1.2.1	Objectivo Geral.....	3
1.2.2	Objectivos Específicos:	3
1.3	Resultados esperados	4
1.4	Limitações do estudo e constrangimentos	4
1.4.1	Limitações do estudo	4
1.4.2	Constrangimentos.....	4
2	AMBIENTE MACRO-ECONÓMICO.....	5
2.1	Agricultura	6
3	METODOLOGIA, RECOLHA, PROCESSAMENTO E ANÁLISE DE DADOS.....	8
3.1	Marco Analítico/Conceptual.....	8
3.2	Desenho/Características Da Amostra E Tamanho	10
3.2.1	Procedimento De Amostragem	10
3.2.2	Pesos Amostrais	12
3.3	Recolha E Processamento De Dados.....	13
3.3.1	O Inquérito piloto	13
3.3.2	Capacitação dos agentes de recolha de dados.....	14
3.3.3	Organização do trabalho de campo.....	15
3.3.4	Medições Antropométricas	16
3.3.5	Processamento e análise de dados	16
3.4	Construção Dos Grupos De Forma De Vida.....	18
4	SÓCIO-DEMOGRAFIA	19
4.1	Características do Agregado Familiar.....	19
4.2	Perfil Dos Grupos De Formas De Vida	19
5	ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR	22
5.1	Disponibilidade de Alimentos e Produção	22
5.1.1	Produção de culturas	22
5.1.2	Produção Pecuária	29
5.2	Disponibilidade de Alimentos nos Mercados.....	33
5.3	Acesso aos Alimentos.....	34
5.3.1	Evolução de Preços de Alimentos	34
5.3.2	Dificuldade no Acesso a Alimentos Suficientes	36
5.3.3	Consumo Alimentar	38
5.3.4	PREÇOS E CONSUMO DE ALIMENTOS	50
5.3.5	Participação dos Agregados Familiares no Mercado.....	51
5.3.6	Participação em Programas de Protecção Social.....	56
5.3.7	Conclusão Em Relação Ao Acesso A Alimentos	56
5.4	Uso e Utilização	57
5.4.1	Água, Saneamento e Higiene	58
5.5	Estabilidade	60
5.5.1	Adopção de Estratégias de Sobrevivência Alimentar (rCSI).....	64
5.6	Análise da Segurança Alimentar.....	66

5.6.1	Insegurança alimentar geral.....	66
5.6.2	Insegurança Alimentar Aguda e Crónica.....	75
6	ANÁLISE DA SEGURANÇA NUTRICIONAL	79
6.1	Estado Nutricional das Crianças dos 6-59 Meses.....	79
6.1.1	Morbilidade em crianças dos 0-23 meses	85
6.1.2	Práticas de Alimentação DE CRIANÇAS dos 0-23 Meses	86
6.2	Estado Nutricional das Mulheres dos 15-49 Anos.....	100
7	MORTALIDADE	105
8	CONCLUSÕES E LIÇÕES APRENDIDAS	106
9	RECOMENDAÇÕES	108
10	REFERÊNCIAS.....	109
ANEXOS.....		110
	ANEXO 1: Metodologia e Coeficientes de Variação.....	1
	Cálculo Dos Pesos Amostrais	1
	O Índice De Segurança Alimentar (ISA).....	3
	Classificação da Insegurança Alimentar: Crónica ou Aguda/Transitória	4
	Coeficientes De Variação (Indicadores De Eficiência Estatística).....	5

Lista de Abreviaturas

AF	Agregados Familiares
IMC	Índice de Massa Corporal
CAP	Censo Agro-Pecuário
CFSVA	Análise da Vulnerabilidade e Segurança Alimentar
CSI	Índice de Estratégia de Sobrevivência
IDS	Inquérito Demográfico e de Saúde
AE	Área de Enumeração
ESAN II	Estratégia e Plano de Acção de Segurança Alimentar e Nutricional II
ICA	Índice de Consumo Alimentar
ISA	Índice de Segurança Alimentar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
HAZ	Índice-Z de Altura para Idade
INE	Instituto Nacional d'Estatística
InSAN	Insegurança Alimentar e Nutricional
IPC	Classificação Integrada de Fase de Segurança Alimentar
ODM	Objectivos do Desenvolvimento do Milénio
MICS	Inquérito de Indicadores Múltiplos
MISAU	Ministério da Saúde
MINAG	Ministério da Agricultura
PAEI	Política Agrária e Estratégia de Implementação
PAMRDC	Plano de Acção Multisectorial de Redução de Desnutrição Crónica
PARPA II	Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta II
PASAN	Plano de Acção de Segurança Alimentar e Nutricional
PEDD	Plano Estratégico de Desenvolvimento Distrital
PEDSA	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário
PIB	Produto Interno Bruto
PNISA	Plano Nacional de Investimentos do Sector Agrário
rCSI	Índice Reduzido de Estratégia de Sobrevivência
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SETSAN	Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional
TIA	Trabalho de Inquérito Agrícola
TLU	Unidade de Animal Tropical
NU	Nações Unidas
WAZ	Índice-Z de Peso para Idade
PMA	Programa Mundial de Alimentação
OMS	Organização Mundial da Saúde
WHZ	Índice-Z de Peso para Altura
IR	Índice de riqueza

1 INTRODUÇÃO

O Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN) tem o mandato de coordenar a implementação da Estratégia e Plano de Acção de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN II) através de uma abordagem multisectorial, produzir informação para acção e apoiar a formulação de políticas e de programas de segurança alimentar e nutricional (SAN) em todas as áreas de intervenção (governamentais e não governamentais).

De acordo com o Decreto N.º. 24/2010, o SETSAN está sob a coordenação do Ministro da Agricultura e na fase de sua institucionalização, a nível central o SETSAN é constituído por Serviço de Informação, Serviço de Políticas e Plano, Departamento de Promoção de SAN, Departamento de Recursos Humanos e o Departamento de Administração e Finanças.

Ao nível das 11 Províncias serão criados os SETSAN Provinciais para coordenar a implementação multisectorial das intervenções de segurança alimentar e nutricional ao nível de cada província.

Como parte das suas atribuições e responsabilidades, em 2006 o SETSAN levou a cabo o primeiro estudo de base com abrangência nacional que contribuiu para a elaboração da ESAN II.

A ESAN II (2008-2015) tem como objectivo geral garantir que todas as pessoas tenham acesso físico e económico, em todas os períodos, a alimentos suficientes para uma vida activa e saudável, realizando o seu direito humano a uma alimentação adequada. A ESAN II assenta-se nos seguintes pilares de segurança alimentar: produção e disponibilidade de alimentos em quantidade suficiente para consumo; acesso físico e económico aos alimentos; uso e utilização dos alimentos; adequação para que os alimentos sejam social, ambiental e culturalmente aceitáveis; e estabilidade do consumo alimentar a todo o momento.

A ESAN II sublinha que a segurança alimentar e nutricional é um assunto transversal que envolve sectores como a agricultura, a pecuária, as pescas, o comércio, os transportes, a educação, o emprego, a segurança social, e o meio ambiente, e portanto a sua implementação deve ser feita de maneira coordenada entre um amplo leque de actores. Ligado a ESAN II, o Plano de Acção Multisectorial para a Redução da Desnutrição Crónica em Moçambique 2011 – 2014 (2020) reflecte a multiplicidade de maneiras em que o sector agrícola e pecuária pode contribuir para a melhoria da nutrição.

Em 2013, o SETSAN realizou o II Estudo de Base com cobertura nacional com vista a actualizar os indicadores mais importantes de segurança alimentar e nutricional e verificar se houve progressos, por um lado e por outro visualizar os desafios que existem para frente de modo a atacá-los e melhorar cada vez mais a situação de segurança alimentar e nutricional e o bem-estar da população moçambicana.

1.1 Antecedentes

Os principais resultados do Estudo de Base de SAN de 2006:

- Mais de 35% da população estava em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN) crónica, dos quais 20% são altamente vulneráveis e 14% muito vulneráveis, sendo o acesso aos alimentos a grande limitante.
- Identificados 9 grupos de Agregados Familiares (AF) de modos de vida, nomeadamente:
 1. AFs de subsistência muito deficitária que viviam no limite da sobrevivência.
 2. AFs de subsistência deficitária de baixa renda.
 3. AFs de baixa produção.
 4. AFs de produção média e altamente diversificados.
 5. AFs Auto-suficientes.
 6. AFs Grandes Produtores de culturas alimentares economicamente e altamente diversificados.
 7. AFs produtores de culturas alimentares e de rendimento.
 8. AFs Grandes Produtores, economicamente estáveis e
 9. AFs com trabalho formal e comerciantes.
- Os choques são mais frequentes nas zonas sul e centro e que os AFs mais expostos são os pertencentes aos grupos 1, 3, 4, e 9.
- Os AFs que receberam assistência alimentar tiveram alimentação mais inadequada do que os que recebem apoio financeiro.
- As crianças menores de 5 anos apresentaram níveis de desnutrição (46%), níveis altos de baixo peso a nascença (21%) e níveis moderados de desnutrição aguda (5%).
- As crianças dos AFs com maior capital financeiro tinham melhor situação nutricional, particularmente as que tinham acesso aos serviços de saúde.
- A obesidade é um fenómeno que estava a surgir no sul do país, estando a aumentar os riscos a doenças relacionadas.
- O fraco acesso a infra-estruturas básicas foi identificado como a causa principal da desnutrição, sendo o norte mais desfavorecido.
- Nas províncias de elevada migração de força de trabalho a maioria dos AFs era chefiada por mulheres.

Desde 2006 foram realizados inquéritos nacionais, nomeadamente; Inquérito ao Orçamento Familiar e Inquérito de Indicadores Múltiplos, que dão como principais resultados que os níveis

de pobreza no país não reduziram e os níveis de desnutrição crónica (altura para a idade) conheceram ligeiras melhorias.

Estes estudos destacam também que o consumo de alimentos melhorou de 1,780 kcal/pessoa/dia em 2005 para 2,250 kcal/pessoa/dia em 2008, a desnutrição aguda passou de 5% em 2003 para 4% em 2008, o Baixo Peso a Nascimento passou de 22% para 18%. Em relação a desnutrição crónica, esta passou de 48% em 2003 para 44% em 2008, havendo ainda desafios para baixar os níveis nesta área.

De 2006 a 2013 várias iniciativas, programas ou planos foram desenvolvidos em prol da melhoria de vida da população moçambicana incluindo segurança alimentar e nutricional, nomeadamente, o PARPA (Plano de Acção para a Redução da pobreza absoluta), o Fundo de Desenvolvimento Distrital cujo objectivo principal é promover a produção de alimentos e criação de emprego; o PEDSA que destaca num dos seus pilares o aumento da produção e da produtividade, o PAMRDC que trás um plano multisectorial para a redução da desnutrição.

Adicionalmente, os resultados do presente Estudo de Base irão contribuir no refinamento de indicadores chave de SAN a serem incluídos no trabalho do Plano Estratégico de Desenvolvimento Descentralizado (PEDD) e o Plano de Acção de Segurança Alimentar e Nutricional (PASAN) e Plano de Acção Multisectorial de Redução de Desnutrição Crónica (PAMRDC) para os próximos 4 anos.

1.2 Objectivos Do Estudo

1.2.1 Objectivo Geral

Actualizar a situação de InSAN aguda e crónica aos níveis rural e peri-urbano, tendo em conta o Direito Humano a Alimentação Adequada.

1.2.2 Objectivos Específicos:

- Avaliar a evolução dos indicadores estruturais da SAN desde 2006 até 2013;
- Actualizar as causas de InSAN crónica;
- Avaliar os níveis de consumo alimentar no agregado familiar em particular das crianças e mulheres;
- Analisar a ligação entre a SAN e Pobreza;
- Rever a classificação das formas de vida urbana e rural;
- Rever os critérios para diferenciar a InSAN crónica da aguda;
- Analisar a ligação entre a segurança alimentar (SA) e a segurança nutricional (SN);
- Avaliar os indicadores de InSAN e sua relação com o Género, HIV e Sida, e ambiente incluindo mudanças climáticas;
- Tecer recomendações julgadas pertinentes.

1.3 Resultados esperados

De entre os principais resultados esperados se destacam:

- Verificada a Base de implementação das metas intermédias da ESAN II;
- Actualizado o estado de InSAN Crónica que será a base para se tecer medidas de desenvolvimento;
- Conhecidos os níveis de consumo alimentar dos AFs, crianças e mulheres;
- Identificadas as principais formas de vida de SAN e sua localização;
- Definida uma base analítica integrada entre a segurança alimentar e segurança nutricional;
- Divulgado o Estudo de Base de SAN de 2013 ao nível local, nacional, regional e internacional; e
- Organizada e disponibilizada uma base de dados referente ao Estudo de Base de SAN de 2013.

1.4 Limitações do estudo e constrangimentos

1.4.1 Limitações do estudo

De entre as principais limitações podem ser mencionadas:

- Tempo limitado do Inquérito piloto;
- Não realização de certas perguntas referentes à disponibilidade e complexidade de outras, como as despesas, que requeriam maior tempo de preparação;
- Insuficiente tempo de preparação e de supervisão nas medições antropométricas;

1.4.2 Constrangimentos

De entre os constrangimentos mais importantes se destacam:

- Dispersão dos locais de formação dos inquiridores e digitadores devido a exiguidade de fundos, o que não permitiu concentrar os poucos recursos humanos qualificados como formadores;
- Limitado tempo de preparação dos digitadores e inquiridores
- Situação político-militar não permitiu a finalização de 9 Áreas de Enumeração em Sofala, 1 em Manica e 1 em Nampula;
- Chegada tardia de equipamento antropométrico;
- Limitado número de computadores para a operação de digitação móvel em algumas províncias, o que fez com que alguns digitadores fizessem a digitação fixa;
- Realização de trabalho de campo na época chuvosa devido a irregularidades no desembolso de fundos; e
- Coincidência do trabalho de campo com o processo eleitoral e com o Inquérito Agrícola Integrado, devido ao alastramento do tempo de realização das operações do estudo de Base.

2 AMBIENTE MACRO-ECONÓMICO

O crescimento económico mundial desacelerou para 3,1% em 2012, após 3,9% em 2011, como resultado da recessão económica nos países da zona Euro, do modesto crescimento da economia americana e do abrandamento no crescimento económico das economias emergentes.

A economia moçambicana tem vindo a manter uma considerável resiliência a este ambiente adverso estando a registar avanços significativos em termos económicos e sociais; assim, a economia nacional, devido à estabilidade macroeconómica, cresceu nos últimos anos a uma taxa média anual acima dos 7%, sustentado, em particular nos últimos anos, pela dinâmica de sectores como o início da exploração do carvão mineral, a prospecção do gás natural mas principalmente pelo bom desempenho da agricultura, transportes e comunicações e serviços financeiros.

Estes progressos foram impulsionados pela estabilidade macroeconómica e crescimento acelerado da economia. Por exemplo, o PIB per capita em 2012 foi de 612,5 USD, contra 468,9 em 2008.

Os indicadores macroeconómicos do país mostram perspectivas de um desempenho económico acima da média da África Subsaariana em 2013, tendo em conta a dinâmica dos sectores de exploração mineira, transporte e comunicação e construções.

Entretanto, a ocorrência de calamidades naturais resultou numa inflação com tendências crescentes na ordem de 4.31% o que representa uma aceleração de 2.13%.

O agravamento da inflação anual reflectiu o efeito de factores internos e externos nomeadamente a redução na oferta de produtos alimentares na sequência das cheias que afectaram a zona sul do país sobretudo em 2012, a tendência da depreciação do metical face ao dólar, a subida dos preços internacionais com significativo peso na inflação afectando deste modo os preços dos bens importados.

Contudo, a gestão macroeconómica nacional tem sido prudente, centrada, de entre outros objectivos, no controlo da inflação. Assim, a taxa de inflação média anual evoluiu positivamente de 12,7% em 2010 para uma inflação estimada em 7,5% em 2013, projectando-se que em 2014 baixe para 5,6%.

Como resultado da recuperação económica das últimas duas décadas, o País fez grandes progressos consideráveis e na melhoria de indicadores sociais. A incidência da pobreza reduziu de 69,4% em 1996-97 para 54,1% em 2002-2003, e o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta - PARPA II - visava diminuir esta incidência para 45% em 2009 (PEDSA).

No que se refere a indicadores chave de desenvolvimento humano expresso por alguns indicadores sociais, nos últimos anos o País continua a registar uma evolução positiva. Na base dos dados obtidos do INE, a esperança de vida em 2012 era de 52,8 anos contra 50,9 anos em 2008. Em 2012, a mortalidade infantil situou-se em 84,5 crianças por mil nascidas vivas, contra 93,6 em 2007. As consultas de controlo de criança situaram-se em cerca de 1,8 milhões, atingindo uma taxa de cobertura de 44,5%, contra 1,7 milhões de 2011 que correspondiam a uma taxa de cobertura de 42,5%.

Não obstante a estas melhorias e aos progressos atingidos, a situação em Moçambique continua crítica pois quase 10 milhões de pessoas vivem em pobreza absoluta uma parte significativa deste número com problemas de insegurança alimentar, com baixos rendimentos e desemprego. Embora a pobreza tenha reduzido mais nas zonas rurais do que nas zonas urbanas, continua a ser maior nas zonas rurais.

A pobreza rural deve-se sobretudo ao limitado desenvolvimento da agricultura, ao limitado acesso ao mercado e à fraca produtividade das culturas alimentares. O desenvolvimento da agricultura é fundamental para reduzir a pobreza pois 80% do rendimento das famílias rurais provem do sector agrário e os restantes 20% dos outros sectores da economia (TIA 2002, CAP 2000).

O País continua a ocupar a posição de um dos países mais pobres do Mundo, ocupando, na mais recente classificação na base do Índice de Desenvolvimento Humano, a posição 178^a de entre 187 nações, ultrapassando no nosso continente apenas a Guiné (179^a), o Chade (184^a), o Níger (187^a), o Congo Democrático (186^a), e a República Centro Africana (186^a), e ocupando a segunda posição mais baixa na Região da África Austral depois de República Democrática de Congo.

2.1 Agricultura

A economia de Moçambique é essencialmente agrária. A agricultura moçambicana é predominantemente de subsistência, caracterizando-se por baixos níveis de produção e de produtividade.

Cerca de 70% da população Moçambicana vive nas zonas rurais e o seu sustento é através da agricultura. A contribuição da agricultura para o Produto Interno Bruto (PIB) foi relativamente estável entre 2001 e 2010 e variava entre 24,2 e 25,6% anualmente (Chilonda et al 2012).

As exportações agrícolas perfazem apenas 16% do total de exportações, uma cifra baixa se olharmos para o potencial do sector. Apesar do considerável crescimento da produção agrícola nos últimos anos, o país continua a ser um importador líquido de produtos agrícolas (PEDSA).

O sector agrário cresceu, no período a partir de 2009, a uma taxa média anual de 6%, impulsionado pelo crescimento nas leguminosas, raízes e tubérculos, algodão, açúcar, banana, tabaco, soja e hortícolas, com uma ligeira desaceleração em 2012 (5,6%) e 2013 (5,3%), devido principalmente à prevalência de condições agroclimáticas adversas, tais como inundações, estiagem, tempestades e ciclones. Espera-se que o subsector de produção agrícola atinja em 2014 um crescimento em torno dos 7,1%. O subsector de produção animal cresceu a uma média anual de 5,2%, tendo atingido 13,4% em 2012. A contribuição do sector agrário no PIB situou-se em média nos 24%, após alcançar os 26% em 2012; esta redução relativa está ligada ao crescimento mais rápidos de sectores como o dos serviços (transportes, comunicações e serviços financeiros) e os grandes projectos.

A produção agrícola representa 78% do PIB agrário total, enquanto o subsector de pecuária contribuiu com 6 por cento. Os subsectores pesqueiro e de silvicultura são considerados parte do sector agrário, e contribuem com 7% e 9%, respectivamente. As principais culturas

alimentares cultivadas são: mandioca, batata-doce, milho, arroz, mapira, mexoeira e leguminosas. As culturas alimentares são responsáveis por 90% da produção total.

Contudo, há uma considerável variação agro-ecológica em todo o país, o que resulta numa heterogeneidade regional notável para a produção agrícola.

As variações na taxa de crescimento do sector agrário reflectem sobretudo os efeitos das variações climáticas, em particular, as variações de pluviosidade de uma campanha para outra, uma vez que mais de 98% das explorações agrícolas praticam agricultura de sequeiro.

Todos os anos se desenvolvem e reaparecem bolsas de insegurança alimentar e nutricional. Onde se pratica agricultura de sequeiro, o risco de perda de colheitas devido a condições climáticas desfavoráveis, mais precisamente, falta de chuvas, afectou, a nível de todo o País 73% dos Agregados familiares rurais e na região a sul do Rio Save, por exemplo nas províncias de Gaza e de Inhambane a falta de chuvas foi declarada a causa principal da perda da colheita de milho em cerca 78% e 89% respectivamente (IAI, 2012).

A agricultura é mais produtiva na região norte do país em relação a algumas partes da zona sul. As províncias de Nampula, Zambézia, Manica, nordeste de Tete e parte da província de Niassa são geralmente consideradas as áreas com alto potencial agrícola de Moçambique. No entanto, a produção de subsistência é comum em todo o país.

Na busca de soluções para o desenvolvimento da agricultura de uma forma robusta e considerando que o crescimento deste sector precisa de uma perspectiva de longo prazo e coordenação multisectorial para ter o desejado impacto na segurança alimentar, o Governo adoptou a Estratégia da Revolução de Verde, em 2007 a partir de 2011, após a sua aprovação, está em implementação o PEDSA com um horizonte temporal de dez anos.

Para materializar a visão do sector agrário, o plano estratégico define como objectivo geral: “Contribuir para a segurança alimentar e a renda dos produtores agrários de maneira competitiva e sustentável garantindo a equidade social e de género”.

Sendo a produção agrícola doméstica altamente variável, com a prevalecente situação de uma fraca comercialização de alimentos básicos, o aumento e a estabilização da produção doméstica bem como o melhoramento da ligação com mercados são essenciais para se atingir segurança alimentar.

Em resumo, a agricultura tem um grande papel a desempenhar para a segurança alimentar e nutricional não só no fornecimento de alimentos e na sua diversificação que contribui para dietas mais enriquecidas, mas também nas oportunidades que cria de providenciar o emprego e autoemprego proporcionando a geração de renda às populações rurais e não só.

3 METODOLOGIA, RECOLHA, PROCESSAMENTO E ANÁLISE DE DADOS

3.1 Marco Analítico/Conceptual

A segurança alimentar existe quando "todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico e económico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida activa e saudável". Portanto, os quatro "pilares" da segurança alimentar são:

- a) *Disponibilidade de alimentos*: a quantidade de alimentos fisicamente disponíveis para um agregado familiar (nível micro) ou na área geográfica de interesse (nível macro), através de todas as formas: produção doméstica, importações comerciais, reservas e assistência alimentar;
- b) *Acesso aos alimentos*: A capacidade física (rede rodoviária, mercado) e económica (produção própria, troca, compra) de um agregado familiar de adquirir quantidades adequadas de alimentos;
- c) *Utilização dos alimentos*: o uso intradomiciliar de alimentos e a capacidade do indivíduo de absorver e utilizar os nutrientes (função do estado de saúde);
- d) *Estabilidade*: a segurança alimentar deve ser garantida por um longo período de tempo.

O quadro conceptual e analítico usado para analisar a situação da segurança alimentar dos agregados familiares integra aspectos-chave de alguns quadros conceptuais geralmente aceites para a segurança alimentar, nutrição e análises das formas de vida tais como:

- a) A abordagem de risco de insegurança alimentar, onde o risco de deterioração da segurança alimentar é visto como um resultado de perigo e vulnerabilidade;
- b) O quadro de formas de vida sustentável;
- c) As quatro dimensões da segurança alimentar: disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade;
- d) Quadro conceptual para nutrição da UNICEF.

O quadro está, esquematicamente, bem representado pela figura 3.5.1, que é adoptado a partir do sistema⁴ de Classificação Integrada de Fase de Segurança Alimentar (IPC). Dois blocos podem ser distinguidos na figura: o bloco à esquerda a representar factores que contribuem para a situação de segurança alimentar e o bloco à direita a representar os resultados da (in)segurança alimentar. Como será explicado abaixo, os dois blocos prestam-se à identificação de indicadores para a avaliação da segurança alimentar de agregados familiares.

O impacto dos factores que podem levar à deterioração da situação de segurança alimentar dos agregados familiares depende, por um lado, da severidade, frequência e do tipo de choque a que os agregados familiares são expostos, e por outro, da vulnerabilidade dos agregados familiares.

⁴ IPC Global Partners. 2012. Integrated Food Security Phase Classification Technical Manual Version 2.0.

Evidence and Standards for Better Food Security Decisions. FAO. Rome.

Os choques podem ser agudos, repetidos ou prolongados, e podem ser causados, a título de exemplo, por doença, conflito ou desastre natural. Pelo seu impacto na saúde, rendimento e activos do agregado familiar, os choques podem ameaçar a situação de segurança alimentar. Choques repetidos e prolongados podem resultar em insegurança alimentar crónica.

A vulnerabilidade está relacionada com a capacidade dos agregados familiares de lidar com perigos agudos ou contínuos, que, por sua vez, dependem dos activos (capitais) que dispõem e estratégias de sobrevivência que podem utilizar para sobreviver. Os diferentes tipos de capitais podem ser: capital humano (por exemplo, número de membros do agregado familiar/força de trabalho), capital financeiro, capital social (ex.: pertencer a uma associação), capital físico (ex.: a posse de bens produtivos) ou capital natural (ex.: acesso à terra arável, pasto e água). Estes são “os cinco capitais”. Estratégias de sobrevivência são as mudanças no estilo de vida destinadas a lidar com o estresse, por exemplo: reduzir a despesa do agregado familiar, procurar por outras fontes de renda, mudar o padrão de dieta, etc.

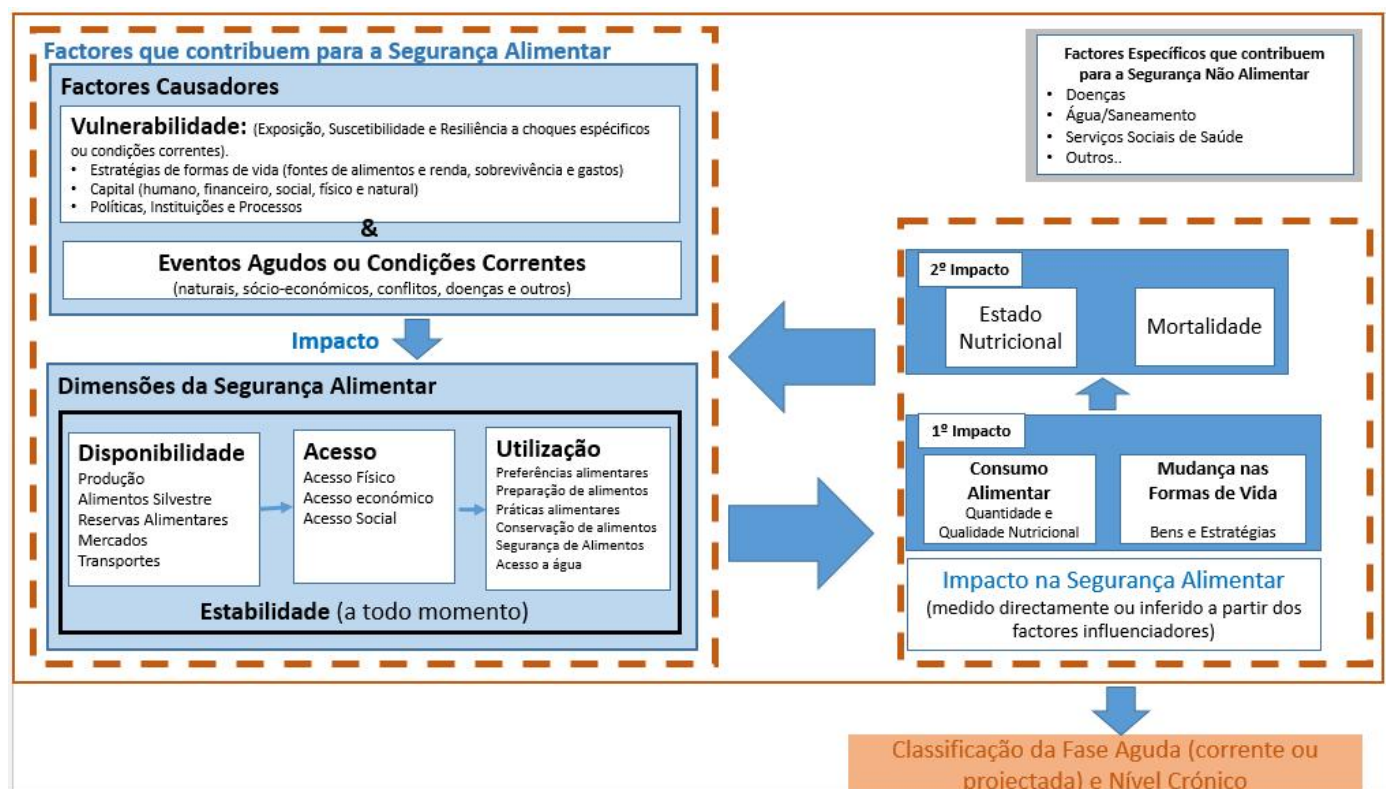
Consistente com a definição de segurança alimentar e nutricional, quatro condições devem ser reunidas para que as pessoas estejam seguras: 1) os alimentos devem estar disponíveis; 2) as pessoas devem ter acesso a alimentos; 3) as pessoas devem ser capazes de utilizar os alimentos de que têm acesso, e 4) estas três condições devem ser estáveis ao longo do tempo. Estas são as quatro “dimensões” da segurança alimentar. O grau em que essas condições são reunidas pode ser avaliado de alguma forma. Por exemplo, a disponibilidade de alimentos está relacionada com a produção dos mesmos, a presença de reservas alimentares e mercados. O acesso a alimentos pode ser limitado por factores físicos (ex.: longa distância para o mercado), meios financeiros limitados e/ou factores sociais. A utilização dos alimentos é determinada, entre outros, pelas instalações de armazenamento e de processamento de alimentos, preferências alimentares e acesso a água potável. A UNICEF conta também a capacidade do corpo humano de utilizar alimentos, isto é, o estado de saúde, para a dimensão de “utilização”.

A insegurança alimentar e nutricional dos agregados familiares também pode ser medida mediante as suas consequências ou “resultados”. Por exemplo, através da medição da qualidade e/ou a quantidade de alimentos consumidos, ou alterações no sistema de formas de vida. O constante consumo inadequado de alimentos irá resultar em uma deterioração do estado nutricional da população, começando com as categorias mais vulneráveis, como os menores de cinco anos de idade e mulheres na faixa etária reprodutiva. Igualmente, as taxas de morbilidade e mortalidade irão aumentar. Inversamente, doenças e falta de higiene, práticas de cuidados infantis e serviços de saúde e sociais vão induzir em altos índices de desnutrição.

Com base no quadro analítico acima, os indicadores de segurança alimentar dos agregados familiares foram estabelecidos nos seguintes domínios:

- Disponibilidade de alimentos (Produção alimentar, reservas alimentares, mercados)
- Acesso a alimentos (preços de alimentos, extensão do período de difícil acesso.)
- Utilização (armazenamento de alimentos, práticas de alimentação, acesso a água potável.)
- Estabilidade (fonte de rendimento)
- Capital (humano, físico, natural, financeiro)
- Nutrição (estado nutricional, diversidade dietética, ...)
- Estratégias de sobrevivência

Figura 3.5.1 Quadro analítico da segurança alimentar e nutricional⁵



Fonte: IPC Global Partners, 2012.

3.2 Desenho/Características Da Amostra E Tamanho

3.2.1 Procedimento De Amostragem

A amostra foi desenhada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Tal como foi o estudo de base de segurança alimentar e nutricional de 2006 e os Inquéritos Demográficos e de Saúde (IDS), a amostra foi feita de acordo com um desenho por conglomerados estratificados de agregados familiares em duas etapas. A população total dos agregados familiares foi estratificada por província e as províncias foram estratificadas por zonas urbana/rural. Como resultado, houve dois estratos (rural e urbano) para cada província, excepto para a Cidade de Maputo, que é totalmente urbana. Para cada estrato, foram desenhadas amostras separadas.

As unidades primárias de amostragem (UPAs) consistiram em áreas de enumeração (AE) e as unidades secundárias de amostragem consistiram em agregados familiares (AF's). Na primeira etapa de amostragem, as AE foram seleccionados em conformidade com o seu tamanho a partir da lista completa de AE incluídos na amostra do IDS de 2011, que teve o mesmo desenho que o presente estudo. Assim, a amostra de AE do presente estudo foi uma subamostra da amostra

⁵ Adoptado de: IPC Global Partners. 2012. Integrated Food Security Phase Classification Technical Manual Version 2.0.

do IDS de 2011. De acordo com os procedimentos de amostragem do IDS, essas AE foram seleccionadas inicialmente com probabilidade proporcional ao tamanho (PPT). Na segunda etapa da amostragem, os agregados familiares foram seleccionados aleatória e sistematicamente a partir de uma lista completa de todos os agregados familiares nas AE seleccionadas.

O tamanho da amostra foi determinado, principalmente, pelo orçamento e tempo disponível. Isso resultou em cerca de 50 AE previstos por província e num total de 578 AEs para todo o País. Em algumas províncias, o estrato urbano registou uma sobre amostragem. Os agregados familiares foram seleccionados durante o trabalho de campo. Ao chegar a AE seleccionada, a brigada de inquérito fazia lista completa de todos os agregados familiares da AE e seleccionou agregados familiares usando o intervalo de amostragem. O tamanho da amostra por AE foi fixado em 11 agregados familiares nas zonas rurais e 14 para nas urbanas. Diferente dos procedimentos padrão de amostragem do IDS, as equipes de pesquisa foram orientadas a substituir os agregados familiares que estivessem ausentes ou que se recusassem a participar. Para tal, foram seleccionados para a substituição mais três agregados familiares do que o número mínimo exigido de 11 ou 14 para as zonas rural e urbana, respectivamente.

Todas as crianças com menos de cinco anos (0-59 meses) e mulheres com idade entre 15-49 anos que não estivessem grávidas, nos agregados familiares seleccionados eram elegíveis à medição.

Os números previstos de AEs e de agregados familiares assim como a cobertura realizada por estrato estão representados no Quadro 3.2.1. Devido ao conflito político militar, não foi possível trabalhar em algumas AEs rurais de Sofala.

Quadro 3.2.1.1: Números de Áreas de Enumeração previstas e cobertos por estrato

	Rurais			Urbanos			Total		
	Previsto	Coberto	Cobertura (%)	Previsto	Coberto	Cobertura (%)	Previsto	Coberto	Coberto (%)
Niassa	34	34	100.0	15	15	100.0	49	49	100.0
C.Delgado	39	39	100.0	14	14	100.0	53	53	100.0
Nampula	37	36	97.3	21	21	100.0	58	57	98.3
Zambézia	44	44	100.0	11	11	100.0	55	55	100.0
Tete	37	34	91.9	10	10	100.0	47	44	93.6
Manica	33	33	100.0	16	16	100.0	49	49	100.0
Sofala	27	19	70.4	28	28	100.0	55	47	85.5
Inhambane	33	33	100.0	14	14	100.0	47	47	100.0
Gaza	31	31	100.0	16	16	100.0	47	47	100.0
Maputo Prov.	15	15	100.0	38	38	100.0	53	53	100.0
Maputo Cid.	0	0	--	65	64	98.5	65	64	98.5
TOTAL	330	318	96.4	248	247	99.6	578	565	97.8

Quadro 3.2.1.2: Números de agregados familiares previstos e cobertos por estrato

	Rurais			Urbanos			Total		
	Previstos	Cobertos	Cobertura (%)	Previstos	Cobertos	Cobertura (%)	Previstos	Cobertos	Cobertos (%)
Niassa	374	374	100.0	210	207	98.6	584	581	99.5
C. Delgado	429	427	99.5	196	194	99.0	625	621	99.4
Nampula	407	396	97.3	294	288	98.0	701	684	97.6
Zambézia	484	484	100.0	154	144	93.5	638	628	98.4
Tete	407	374	91.9	140	139	99.3	547	513	93.8
Manica	363	358	98.6	224	211	94.2	587	569	96.9
Sofala	297	209	70.4	392	389	99.2	689	598	86.8
Inhambane	363	363	100.0	196	196	100.0	559	559	100.0
Gaza	341	340	99.7	224	220	98.2	565	560	99.1
Maputo Prov.	165	165	100.0	532	527	99.1	697	692	99.3
Maputo Cid	0	0	--	910	893	98.1	910	893	98.1
TOTAL	3630	3490	96.1	3472	3408	98.2	7102	6898	97.1

3.2.2 Pesos Amostrais

Os pesos amostrais foram calculados depois da conclusão do inquérito. Os pesos foram calculados na suposição de que a selecção da AE na primeira etapa da amostragem foi de facto com Probabilidade Proporcional ao Tamanho (PPT). O peso de um AF na AE i do estrato h é igual ao inverso da probabilidade de sua selecção. A probabilidade proporcional de um AF seleccionado na AE i do estrato h é dada por: (detalhes no Anexo 9)

$$p = \frac{\text{número de conglomerados seleccionados no estrato } h * \text{número de agregados familiares seleccionados no conglomerado } i}{\text{número total de agregados familiares no estrato } h}$$

3.3 Recolha E Processamento De Dados

Para a recolha de dados foram elaborados e utilizados 3 tipos de questionários nomeadamente:

- (I) Questionários aos Agregados Familiares,
- (II) Questionários aos grupos focais ou comunitários e
- (III) Questionários aos Mercados.

Além de questionários foram realizadas medições antropométricas à crianças entre 6 a 54 meses e mulheres em idade reprodutiva (15-49 anos) que se encontravam nos agregados familiares seleccionados.

3.3.1 O Inquérito piloto

Em conformidade com o Plano do Estudo de Base foi realizado em Setembro de 2013 o Inquérito Piloto do Estudo de Base no Distrito da Manhiça. Constituíram objectivos principais do Inquérito Piloto:

1. Teste do questionário, dos instrumentos de medição antropométrica e da metodologia
2. Teste da organização do trabalho de recolha de dados.
3. Treinamento dos técnicos centrais e gestores de Inquérito

Em geral os objectivos do Inquérito Piloto foram alcançados, quer dizer:

- Foram testados os questionários e metodologia, permitindo o seu aperfeiçoamento;
- Foi testada a organização, que apesar de não ter sido feita a simulação total por falta de computadores para a digitação móvel e equipamento antropométrico com características semelhantes ao que seria usado no campo, permitiu que a estrutura das equipas ou brigadas de inquérito fosse idealizada;
- Foi consolidado, através do Inquérito piloto, o treinamento dos técnicos centrais que iriam assumir as funções de Assistentes de Supervisores Provinciais e dos gestores de inquérito.

De entre as principais lições aprendidas se destacam:

1. A organização e a comunicação correcta a diferentes níveis constituem factores de sucesso. A organização das operações deve ser criteriosamente planificada, monitorada, testada com indicação pormenorizada do que deve ser feito, quando e quem são os responsáveis. A comunicação deve ser feita atempadamente, de forma oral e escrita;

2. O equipamento de medição antropométrica deve ser atempadamente acessível e se possível da pertença da SETSAN;
3. O equipamento a ser usado deve ser acessível, testado atempadamente, verificada a sua qualidade e que seja do domínio das pessoas que vão usá-lo. Se possível for o equipamento deve ser da pertença da SETSAN para evitar situações de sua inexistência no momento em que é necessário. É desejável que o equipamento usado no piloto seja o mesmo a ser usado no campo, na operação real;
4. Os inquiridores do piloto devem, a priori possuírem um domínio do questionário de modo a que possam melhor contribuir para o seu aperfeiçoamento e adequação
5. Dentro das actividades preparatórias do piloto ou de qualquer operação do Inquérito todas as pessoas envolvidas devem ser preparadas para as funções que vão exercer. No caso específico do questionário, torna-se de extrema importância que os que vão exercer a função de inquiridor tenham domínio do questionário para que possam dar uma contribuição mais efectiva na sua crítica e no seu melhoramento.
6. A organização e logística (composição das brigadas, a movimentação das equipas, a distribuição de meios incluindo transporte) deve ser o mais próximo possível da que vai ser implementada na realidade na fase de recolha de dados.

3.3.2 Capacitação dos agentes de recolha de dados

Foram desenvolvidas acções de formação e capacitação a nível central e provincial. No nível central a capacitação abarcou técnicos centrais do SETSAN e de instituições parceiras do SETSAN do Governo e PMA que iriam exercer funções de formadores de inquiridores e digitadores e de Assistentes dos Supervisores Provinciais para garantir o controlo de qualidade. Participaram também na formação de nível central técnicos Provinciais SETSAN-provinciais que iriam exercer as funções de Supervisores provinciais do Estudo de Base e gestores do estudo de Base ao nível de cada província.

A capacitação tinha como objectivos essenciais providenciar conhecimentos e desenvolver habilidades que permitam:

- i. Capacitar os participantes para providenciar uma formação aos inquiridores e digitadores de qualidade;
- ii. Providenciar nos participantes conhecimentos e desenvolver habilidades de supervisão e controlo de qualidade na actividade de recolha de dados;
- iii. Para os SETSAN provinciais, com funções de Supervisores provinciais, desenvolver neles, para além de outras habilidades, capacidades de gestão e liderança de inquérito.

Para todos os participantes de formação a nível central o enfoque principal foi dado aos questionários (aos AFs, comunitário e de mercados), uso da bússola para geo-referenciação dos locais e localização das Áreas de Enumeração (AE) e medições antropométricas quer em abordagem teórica quer em práticas nas comunidades da província de Maputo onde se realizou o treinamento e nos centros de saúde para as medições antropométricas.

De entre as principais constatações e lições aprendidas da formação se destacam:

1. O grande interesse manifestado pelos participantes em adquirir conhecimentos e habilidades demonstrando sempre interesse pelas matérias ministradas;
2. Limitação nas quantidades nos materiais para o adestramento prático tais como GPS e equipamento de medições antropométricas, o que pode ter contribuído de certa maneira negativamente na eficácia do treinamento;
3. Limitado tempo de treinamento. O tempo de treinamento que foi de uma semana devia ter sido alargado.
4. Dispersão na formação. A abordagem de formação por província devido a insuficiência de recursos financeiros, dispersou os poucos recursos em formadores, desconcentrando a supervisão da formação.

Em geral, tirando os constrangimentos acima mencionados, o treinamento alcançou minimamente os seus objectivos.

3.3.3 Organização do trabalho de campo

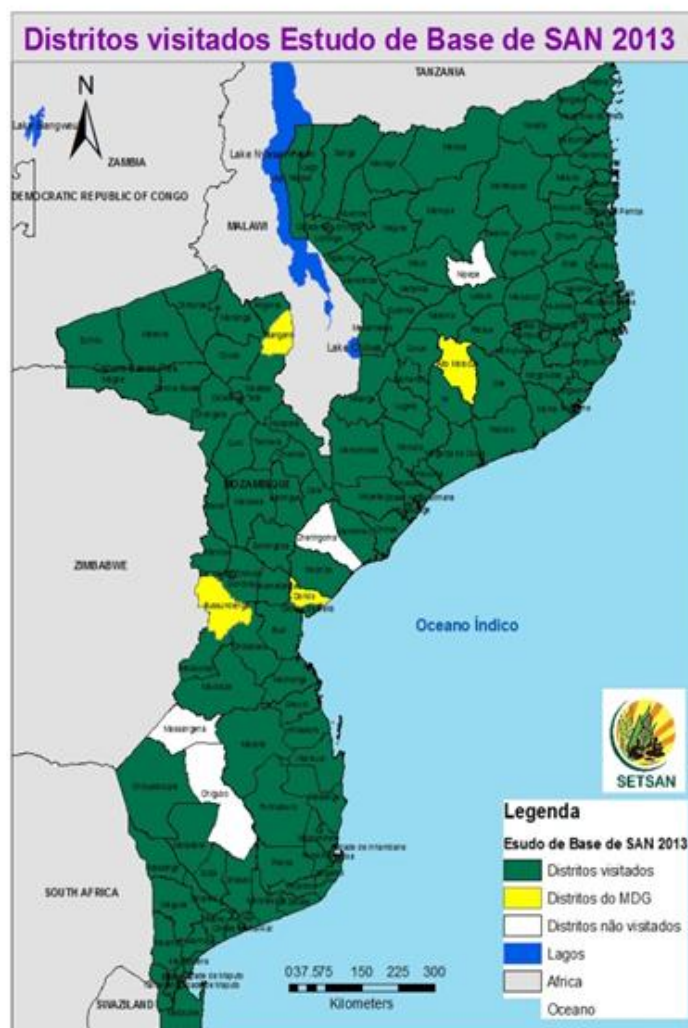
O trabalho de campo foi realizado por inquiridores, digitadores e controladores organizados em equipas. Assim, cada equipa era composta por 3 inquiridores, um digitador, um controlador e um motorista. Nos Distritos do MDG1 das 4 províncias da Zona Centro, nomeadamente, Alto Molóquê (Zambézia), Dondo (Sofala), Sussundenga (Manica), e Tsangano (Tete), a amostra foi desenhada para produzir estimativas representativas ao nível distrital.

Cada brigada, em cada área de enumeração (AE) ou Unidade Primária de Amostragem (UPA), após a confirmação da AE seleccionada, realizava a listagem completa de todos os AFs dentro da AE. A listagem permite obter como resultado uma lista completa dos AFs que habitam na AE seleccionada. Após a listagem faz-se a selecção aleatória dos AFs de forma sistemática.

Os inquiridores, após a selecção identificavam os AFs que possuíam crianças menores de 5 anos bem como as mulheres com a idade entre 15 e 49 anos, para que posteriormente lhes fossem feitas as medições antropométricas (pesagem da massa corporal e altura).

O mapa abaixo mostra, a cor verde, os distritos onde foi realizado o Inquérito do Estudo de Base, a cor branca são os distritos onde não foi realizado por diversos factores dos quais se destaca a instabilidade político-militar na Província de Sofala. Excluindo a amostra do MDG, o nível de cumprimento situou-se em 98% no que concerne às AEs planificadas (cobertas 565 contra 578) e 97% no concernente a cobertura de AFs (6.906 contra 7.119). Esta pode ser considerada uma alta taxa de cobertura.

Fig. : Distritos cobertos pelo Estudo de Base de 2013



3.3.4 Medições Antropométricas

Todas as crianças na faixa etária de 6-59 meses e todas as mulheres não grávidas com idade de 15-49 anos eram elegíveis à medição. Balanças de plataforma electrónica SECA (tipo Relógio) bem como outras balanças de plataforma de outros tipos disponíveis localmente foram usadas para medir o peso das crianças e das mulheres.

A pesagem foi feita com o mínimo de roupa. As plataformas de medição do comprimento foram construídas localmente e foram de desenho similar ao das plataformas que podem ser obtidas da UNICEF. Foram usadas para medir tanto as crianças como as mulheres.

3.3.5 Processamento e análise de dados

A entrada de dados foi feita no campo durante as operações de recolha de dados, através de computadores portáteis que tinham uma aplicação especialmente desenhada para o propósito.

Para a entrada de dados foi usado o Software CSPRO 4.0, o mesmo usado no IAI e nos inquéritos do INE.

Cada equipa incluía um digitador que recebeu um treinamento especial para a entrada de dados, na base da aplicação desenhada que permitia detectar atempadamente uma boa parte das inconsistências, o que garante um maior controlo de qualidade. Ao todo foram envolvidos 43 digitadores para igual número de brigadas ou equipas (incluindo os distritos dos distritos do MDG).

3.3.5.1 LIMPEZA DE DADOS

A aplicação de entrada de dados, CSPro, foi desenhada pelo INE e continha regras e funções para impedir a entrada de dados incorrectos tanto quanto possível. Após a conclusão da recolha de dados, fez-se a verificação de dados para corrigir inconsistências entre perguntas e valores fora do intervalo permitido.

3.3.5.2 DADOS ANTROPOMÉTRICOS DE CRIANÇAS MENORES DE CINCO ANOS

O software ENA (Avaliação Nutricional de Emergência) foi utilizado para calcular os índices-Z de peso para idade (WAZ), altura para idade (HAZ) e peso para altura (WHZ) com base nos dados de referência da OMS de 2006. O peso não foi corrigido para o peso de roupa. Atribuiu-se o dia 15 às crianças cujos dias do mês de nascimento estiveram em falta ou desconhecidos. Nos casos em que o mês ou o ano estiveram em falta ou desconhecidos, a data de nascimento foi considerada desconhecida e a criança foi excluída da análise de dados. A fim de permitir a comparação com os dados antropométricos do IDS 2011, foram utilizados os critérios do IDS para a validade dos índices-Z. Isto implica que os índices-Z foram considerados implausíveis e excluídos da análise de dados caso tenham preenchido os seguintes critérios:

- $WAZ > 6$ e $WAZ < -6$
- $HAZ > 6$ e $HAZ < -6$
- $WHZ > 6$ e $WHZ < -4$.

3.3.5.3 DADOS ANTROPOMÉTRICOS DE MULHERES DE 15-49 ANOS

O estado nutricional das mulheres (15-49 anos e não grávidas) foi estabelecido com base no Índice de Massa Corporal (IMC). O IMC é calculado dividindo o peso corporal (kg) pelo quadrado da altura (metros). A altura do corpo acima de 190 centímetros ou abaixo de 130 centímetros foi considerada implausível e os casos com estes valores foram excluídos de análise posterior. O estado nutricional das mulheres foi classificado de acordo com critérios padrão, ou seja, abaixo do peso se o $IMC < 18,5$, peso normal se o $IMC 18,5-24,99$ e acima do peso se o $IMC \geq 25$.

3.3.5.4 CÁLCULO DE VARIÁVEIS E INDICADORES

O Índice de Riqueza (IR), o Índice do Consumo Alimentar (ICA), o Índice de Estratégias de Sobrevivência (IES) relativo a formas de vida e o Índice (reduzido) de Estratégias de Sobrevivência Alimentar foram todos calculados de acordo com as directrizes fornecidas pelo Programa Mundial para a Alimentação (<https://resources.vam.wfp.org>).

Um novo indicador, o Índice de Segurança Alimentar (ISA), foi desenvolvido para avaliar o estado dos agregados familiares no que diz respeito à segurança alimentar. O ISA é um indicador composto com base em cinco sub-indicadores: o Índice de Consumo Alimentar (ICA), a duração do período em que o agregado familiar teve dificuldade em ter alimentos suficientes, o Índice de Estratégias de Sobrevivência (IES), a duração das reservas de cereais de produção própria, e tipos de fonte de renda mais importantes do agregado familiar. Para cada sub-indicador atribui-se a um agregado familiar uma pontuação que varia de 1 a 4, sendo que 1 indica melhor estado e 4 pior estado de segurança alimentar. O ISA é calculado como sendo a média das pontuações dos sub-indicadores. Mais detalhes são apresentados no anexo 9.

3.3.5.5 ANÁLISE ESTATÍSTICA

Os dados foram analisados em SPSS 16. O módulo “Amostras Complexas” foi utilizado para calcular os erros de estimativas e para testar a significância estatística das diferenças.

3.4 Construção Dos Grupos De Forma De Vida

Basicamente, os agregados familiares foram agrupados em função do tipo de principais fontes de renda. Na primeira fase da análise, as primeiras e as segundas fontes de renda mais importantes, bem como a sua contribuição percentual para a renda total do agregado familiar foram utilizadas como variáveis de entrada para a análise de conglomerados em duas etapas. Isto resultou em 14 conglomerados, alguns dos quais eram muito pequenos ou ainda eram bastante semelhantes entre si no que diz respeito à fonte de renda. O número de 14 conglomerados também foi considerado grande demais para ser de relevância prática para a formulação de políticas. Portanto, na segunda etapa, os conglomerados que eram ainda bastante semelhantes foram fundidos, resultando em cinco grupos de forma de vida, designadamente:

1. Produção ou venda de produtos agrícolas e/ou pecuários (Grupo 1)
2. Serviços, autoemprego, processamento tradicional, comércio (Grupo 2)
3. Ganho-ganho, assistência alimentar, pedir esmola (pelo menos 80% da renda total) (Grupo 3)
4. Pesca, aquacultura (Grupo 4)
5. Salários, pensão e remessas (Grupo 5)

4 SÓCIO-DEMOGRAFIA

4.1 Características do Agregado Familiar

O Quadro 4.1.1 apresenta de forma resumida as características dos agregados familiares moçambicanos em 2013.

Quadro 3.3.5.1: Características dos agregados familiares por província e área de residência

	Número médio de membros de AF	Rácio de dependência	% de AFs chefiados por mulheres	% de AFs com chefe idoso (>60 anos)	% de AFs com pelo menos 1 órfão
Niassa	5.1	0.57	24.2	12.0	2.3
Cabo Delgado	4.7	0.50	22.7	15.9	3.1
Nampula	5.0	0.51	15.5	9.7	2.6
Zambézia	5.0	0.50	18.0	11.5	2.7
Tete	4.8	0.49	21.7	14.4	2.7
Manica	6.1	0.53	25.6	13.7	8.2
Sofala	5.4	0.46	20.3	17.1	4.1
Inhambane	4.6	0.57	43.2	23.8	2.3
Gaza	5.7	0.57	46.0	21.9	5.1
Maputo Província	5.4	0.47	29.0	16.2	3.4
Maputo Cidade	5.7	0.38	31.4	19.9	1.7
Zona urbana	5.4	0.46	26.5	13.6	3.5
Zona rural	5.0	0.53	22.6	14.8	3.2
TOTAL	5.2	0.50	23.8	14.4	3.3

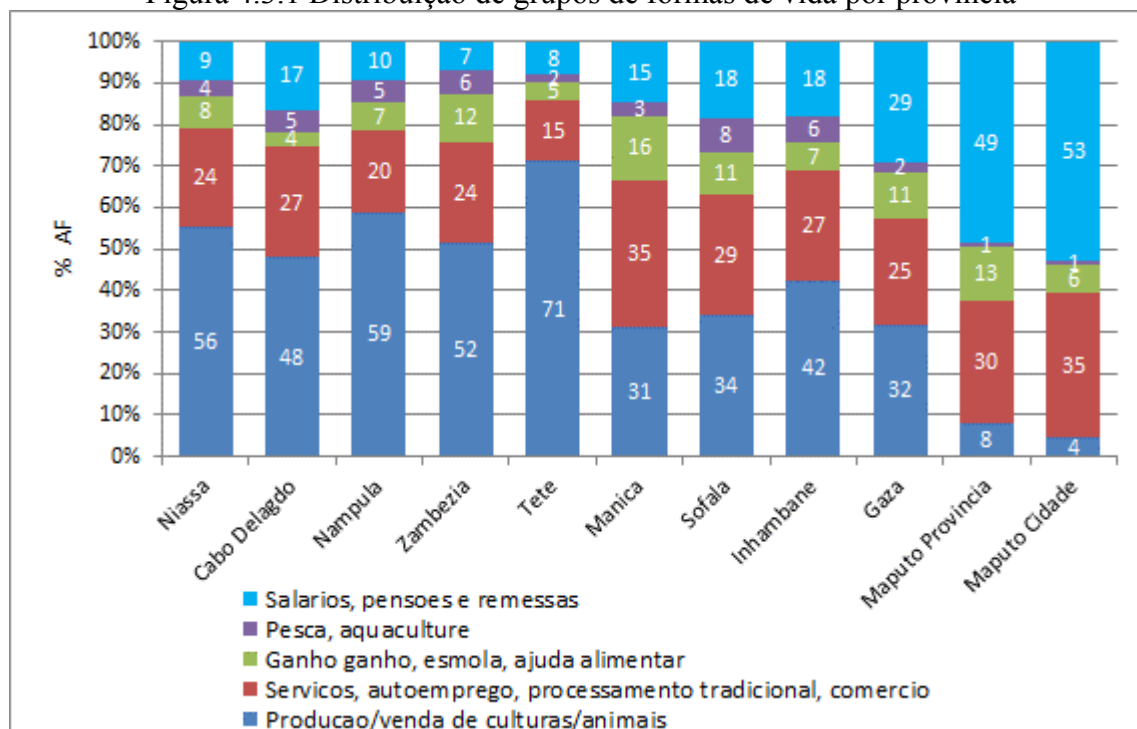
4.2 Perfil Dos Grupos De Formas De Vida

Conforme esperado, o maior grupo de forma de vida consiste em agregados familiares cuja renda provém principalmente da produção e/ou venda de culturas agrícolas e de animais (Quadro 4.2.1). Eles compõem 46% de todos os agregados familiares e 86% deles vivem em zonas rurais. O segundo maior grupo (25%) é o de pessoas que cuja principal fonte de renda é prestação de serviços, autoemprego e processamento tradicional (25%) dos quais 60% residem em zonas rurais. O menor grupo é o de agregados familiares que têm como principal fonte de renda a pesca e aquacultura (4%), a grande maioria dos quais (79%) encontra-se na zona rural. O grupo com a relativamente maior representação nas áreas urbanas (63%) é o de agregados familiares cuja renda principal provém de salários, pensões ou remessas.

Quadro 3.3.5.1 Proporção dos grupos de forma de vida na população total.

Grupo de forma de vida	Percentagem de AFs totais	Nº estimado de AFs	Residência (%)		
			Urbana	Rural	Total
Produção ou venda de culturas e/ou animais	45.5	2,247,643	13.6	86.4	100.0
Serviços, autoemprego, processamento tradicional alimentos e vendas	24.7	1.218.562	41.3	58.7	100.0
Ganho-ganho, esmola, assistência alimentar	8.8	435.626	30.9	69.1	100.0
Pesca, aquacultura	4.3	212.098	20.9	79.2	100.0
Salários, remessas, pensões	16.7	823.407	63.4	36.6	100.0
Total	100.0	4.937.339			

Figura 4.3.1 Distribuição de grupos de formas de vida por província

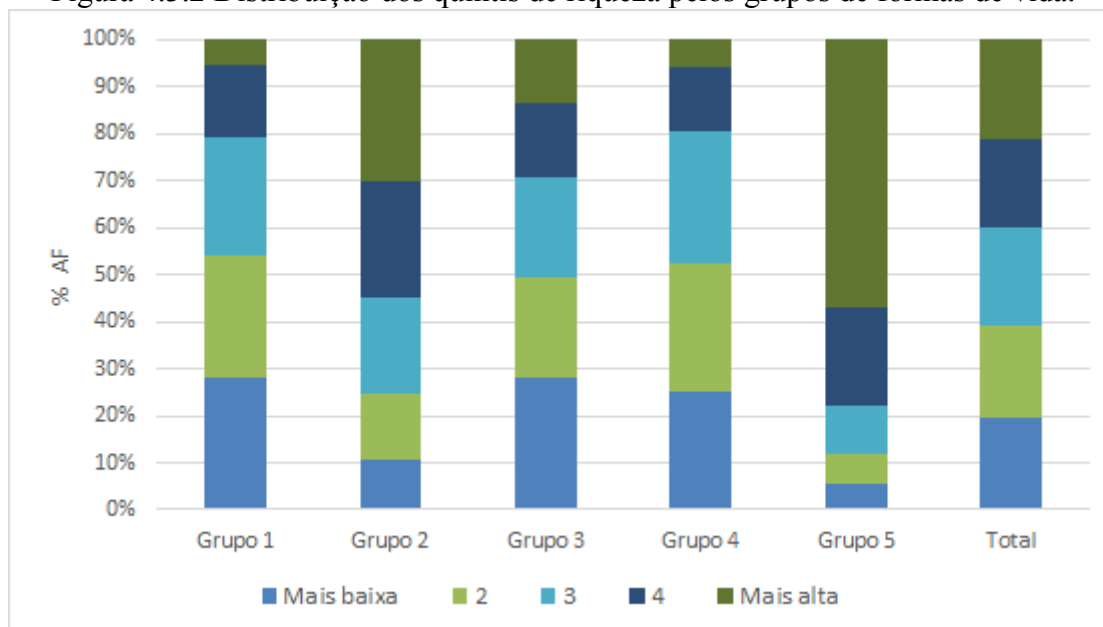


O Grupo 1 tem a sua maior representação nas províncias do Norte e menor nas províncias de Maputo Cidade e Maputo Província. Por outro lado, o Grupo 5 está mais presente nas últimas duas províncias. O Grupo 2 também está um pouco mais presente em Maputo Província e Maputo Cidade do que na maioria das outras províncias, onde a sua prevalência é de 20-30%.

O Grupo 4 (pesca, aquacultura) prevalece mais em Sofala, Inhambane e Zambézia e está pouco presente em Tete, Gaza, Maputo Província e Maputo Cidade.

A Figura 4.3.2 mostra como os cinco grupos de riqueza são representados dentro dos grupos de forma de vida. Os grupos 5 e 2 têm a maior representação dos agregados familiares das duas classes de riqueza mais altas. Os grupos 1, 3, e 4 têm maior proporção de agregados familiares pertencentes às duas classes de riqueza mais baixa (1 e 2).

Figura 4.3.2 Distribuição dos quintis de riqueza pelos grupos de formas de vida.



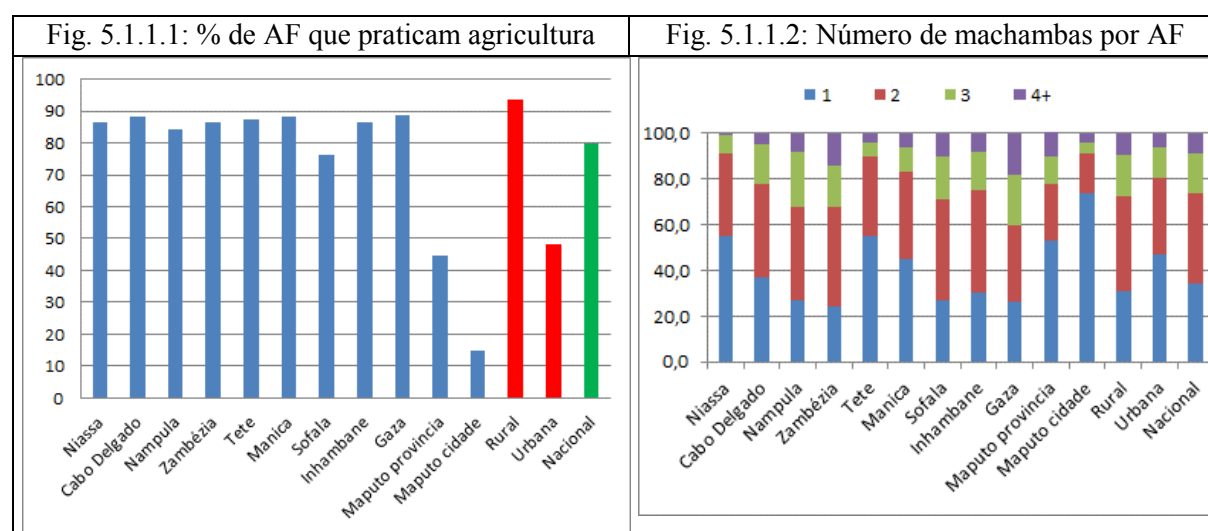
5 ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR

5.1 Disponibilidade de Alimentos e Produção

5.1.1 Produção de culturas

A produção de culturas é um importante indicador de disponibilidade de alimentos, especialmente para as zonas rurais. Esta pesquisa avaliou indicadores indirectos de produção de culturas, como a percentagem de agregados familiares que têm machambas e tipos de culturas produzidas.

Conforme mostrado na Fig. 5.1.1.1, mais de 90% dos agregados familiares rurais têm uma machamba. Para as zonas urbanas, essa percentagem ainda chega a quase 50%. Não surpreende, que a percentagem de agregados familiares sem uma machamba seja menor em Maputo Cidade e Maputo Província. As províncias de Nampula, Zambézia, Sofala e Inhambane são as que têm maiores percentagens de agregados familiares que praticam a agricultura e com três ou mais machambas (Fig. 5.1.1.2).



Ter terra arável nas proximidades de um rio (na zona baixa) é geralmente considerado favorável à produção. Inhambane é a província onde a percentagem de agregados familiares sem acesso à terra na zona baixa é mais alta, enquanto essa percentagem é menor em Sofala, Tete e Zambézia (Fig. 5.1.1.3).

Cereais, principalmente o milho, são cultivados por 90% ou mais dos agregados familiares que praticam a agricultura, excepto em Nampula, Maputo Província e Maputo Cidade (Fig. 5.1.1.4). Por outro lado, Nampula, juntamente com Inhambane e Gaza são as províncias onde o cultivo de leguminosas e raízes e tubérculos é mais comum (cerca de 70% dos agregados familiares). Em Sofala, Maputo Província e Maputo Cidade essas culturas são cultivadas por apenas 30-40% dos agregados familiares.

Fig. 5.1.1.3: Localização das machambas

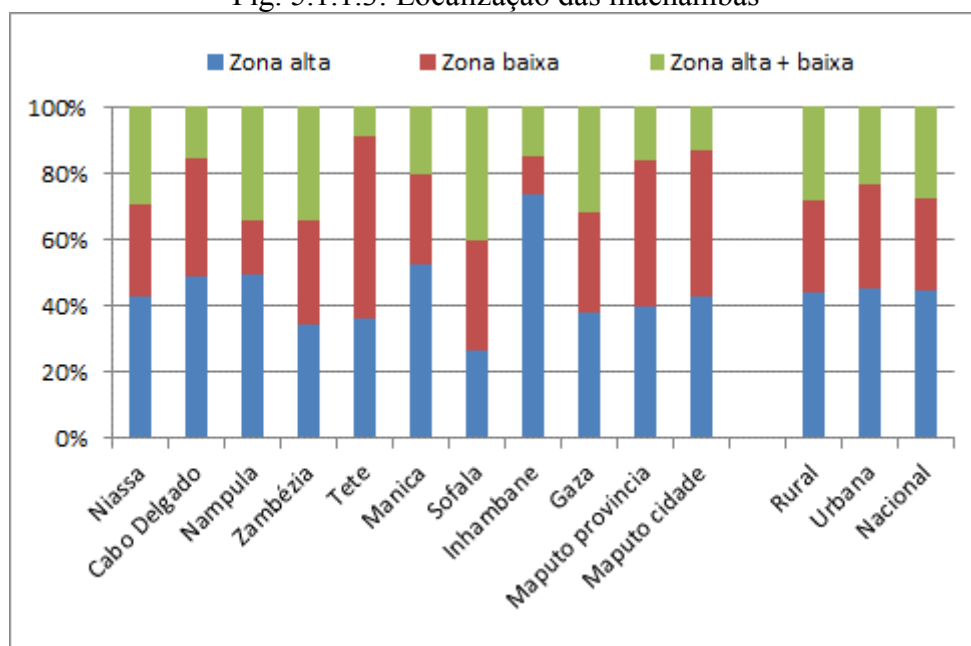
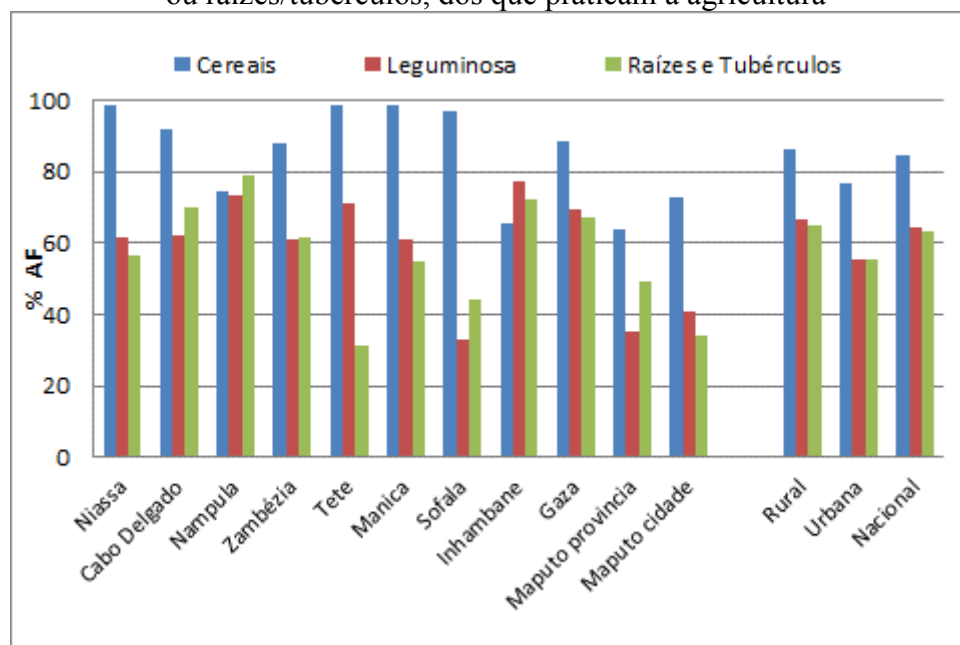


Fig. 5.1.1.4: Percentagem de AFs que produzem cereais, leguminosas ou raízes/tubérculos, dos que praticam a agricultura



A diversidade de culturas é importante para a segurança alimentar porque uma maior diversidade pode aumentar a resistência aos choques e melhorar o acesso aos alimentos e a qualidade da dieta do agregado familiar. A diversidade de culturas, aqui expressa como a combinação de três grupos de culturas (cereais, raízes e tubérculos, leguminosas). Cerca de 60% dos agricultores nestas províncias cultivam cereais e leguminosas (Fig. 5.1.1.5). Esta prática é menos comum (30-40% dos AF) nas províncias de Sofala, Maputo Província e Maputo Cidade. Como seria de se esperar, o cultivo dos três grupos de culturas pelo mesmo agregado familiar é praticado por menor número de agregados familiares. A menor prevalência foi

observada em Tete, Sofala, Maputo Província e Maputo Cidade (20-30% dos AF) e a maior para as restantes províncias (40-50% dos AF).

Fig 5.1.1.5 Percentagem de agregados familiares que produzem uma diversidade de culturas

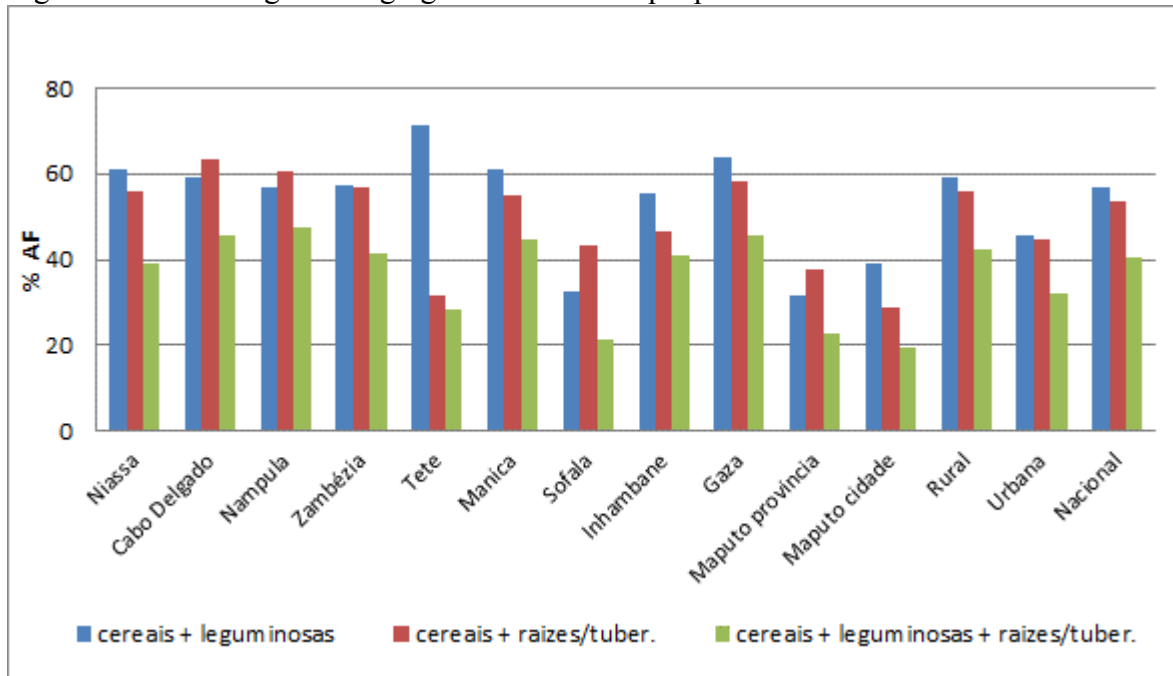


Fig. 5.1.1.6A: Participação de AFs na produção de culturas alimentares

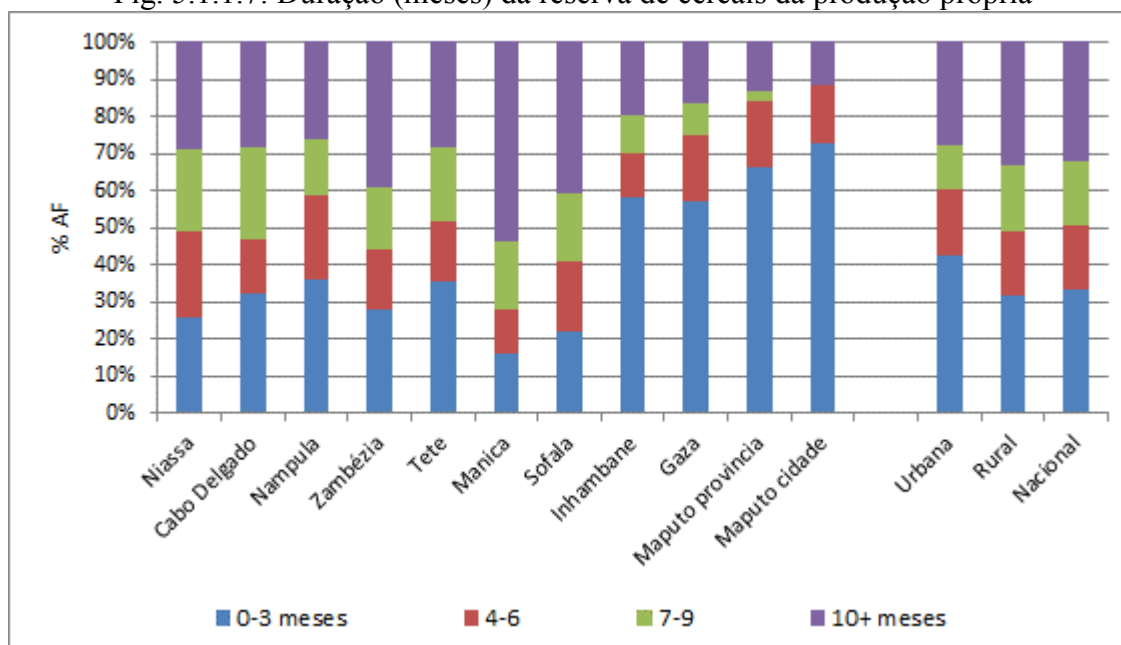


Fig. 5.1.1.6B: Participação de AFs na produção de culturas alimentares



A duração de reservas de cereais varia entre as províncias (Fig.5.1.1.7). A percentagem de agregados familiares que praticam a agricultura com duração das reservas de cereais não superior a seis meses é mais alta em Inhambane, Gaza, Maputo Província e Maputo Cidade (70-90%). Em linhas gerais, isto corresponde às conclusões de estudos anteriores¹. Manica e Sofala são as províncias com a menor proporção de agregados familiares que possuem pequenas reservas (30-40%).

Fig. 5.1.1.7: Duração (meses) da reserva de cereais da produção própria

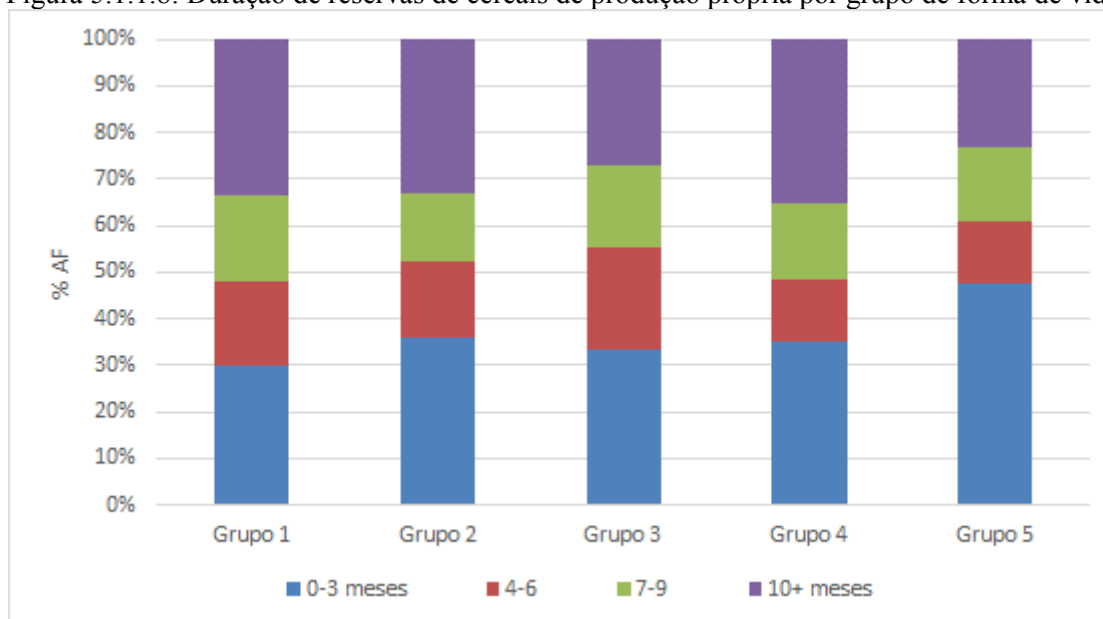


Como se pode ver na Fig. 5.1.1.8, não há grandes diferenças na duração das reservas de cereais entre os grupos de forma de vida. As reservas com duração inferior a seis meses tendem a ser menos prevalentes no Grupo 1 (representando o sector agrícola) e Grupo 4 (pesca e aquicultura), e mais prevalentes no Grupo 5 (assalariados, pensões e remessas).

¹ WFP. Mozambique Comprehensive Food Security and Vulnerability Analysis – 2009. WFP Mozambique, 2010

SETSAN. Baseline survey of food security and nutrition in Mozambique. SETSAN. Maputo, 2006.

Figura 5.1.1.8: Duração de reservas de cereais de produção própria por grupo de forma de vida

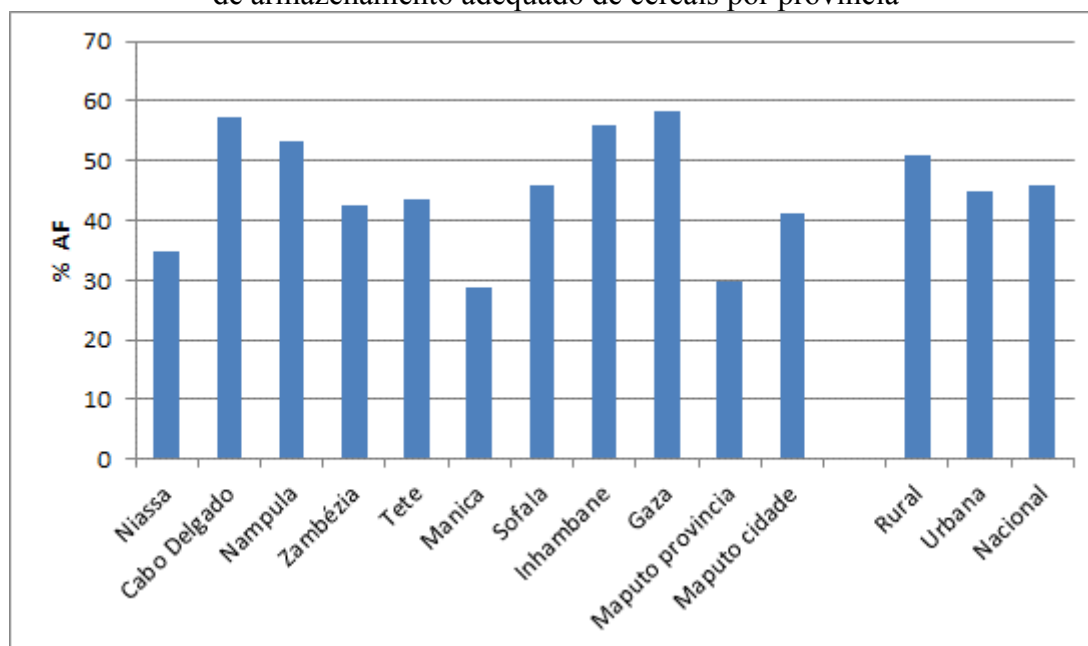


Grande parte da colheita pode se perder se o agregado familiar não dispuser de instalações adequadas de armazenamento. No geral, 30% dos agregados familiares que vivem em zonas rurais e 13% dos que vivem em zonas urbanas usam o celeiro tradicional de fora da casa para armazenar as suas reservas alimentares. Isto é menos do que os 50% encontrados pelo CFSVA 2009².

A Fig. 5.1.1.9 mostra a percentagem de agregados familiares que usam cada tipo de armazenamento por província: pendurar em uma árvore; celeiro melhorado fora da casa, sacos dentro de casa ou protegidos. No geral, 46% dos agregados familiares usam uma dessas formas adequadas, sendo que é mais utilizado (39%) o armazenamento de sacos dentro da casa. A maior utilização de formas adequadas é verificada em Cabo Delgado, Nampula, Inhambane e Gaza.

² WFP. Mozambique Comprehensive Food Security and Vulnerability Analysis – 2009. WFP Mozambique, 2010.

Figura 5.1.1.9: Percentagem de agregados familiares que usam instalações de armazenamento adequado de cereais por província



5.1.2 Produção Pecuária

A percentagem de agregados familiares que criam pelo menos uma espécie animal, bem como o número médio de Unidades de Animais Tropicais (UAT)³ é apresentada na Quadro 5.1.2.1. Fica evidente que as províncias do Centro e a província de Gaza têm a maior posse de animais. Este é o caso de bois, cabritos, ovelhas, porcos e galinhas e confirma os dados do estudo de CFSVA 2009⁴ do PMA e do estudo de base de segurança alimentar e nutricional de 2006⁵.

³ O número de TLU = (bovinos * 0.7) + (suínos * 0.2) + (burros * 0.5) + (cabras/ovelhas * 0.1) + (galinhas * 0.01) + (coelhos * 0.03) + (bois * 0.7).

⁴ WFP. Mozambique Comprehensive Food Security and Vulnerability Analysis – 2009. WFP Mozambique, 2010

⁵ SETSAN. Baseline survey of food security and nutrition in Mozambique. SETSAN. Maputo, 2006.

Quadro 5.1.2.1: Percentagem de agregados familiares que possuem pelo menos uma cabeça de diferentes tipos de gado e número médio de Unidades de Animal Tropical (UAT) por província e área de residência

	Bovinos	Suínos	Burros	Caprinos /ouvinos	Galinhas	Coelhos	Média de UAT	Nº não ponderado de AFs
Niassa	2	1	0	10	39	2	0.232	581
Cabo Delgado	1	7	0	11	33	1	0.212	621
Nampula	2	4	0	18	39	3	0.344	684
Zambézia	2	5	1	6	43	2	0.487	634
Tete	19	16	1	35	44	1	2.367	513
Manica	19	7	0	39	61	1	1.816	569
Sofala	5	8	0	23	49	0	0.625	598
Inhambane	18	37	4	35	70	1	1.037	559
Gaza	24	21	2	31	61	4	2.783	560
Maputo Prov	6	3	1	7	33	1	0.617	692
Maputo Cid.	0	1	0	1	20	0	0.100	893
Zona rural	9	11	1	23	50	2	0.994	3496
Zona urbana	3	3	0	6	27	1	0.569	3408
Total	7	9	1	18	43	2	0.232	6904

Na verdade, não é adequado apresentar a média das UAT porque a distribuição dessa variável é extremamente distorcida. Na verdade, só é mostrada para fins de comparação com outros estudos que apresentam a média das UAT. Uma apresentação mais apropriada é dada na Figura 5.1.2.1, que mostra a distribuição das UAT ao longo de quatro classes. Embora apresentada de uma forma diferente, ela mostra o mesmo quadro geral que a média das UAT, ou seja, a maior posse de animais está na região Centro do país. A partir da Fig. 5.1.2.2 pode-se observar que não há muita variação na distribuição de Unidades de Animal Tropical entre os grupos de forma de vida: a posse de gado tende a ser mais elevada no Grupo 1 e menor no Grupo 5.

Figura 5.1.2.1: Distribuição do número de Unidades de Animal Tropical por província e tipo de residência (% de agregados familiares)

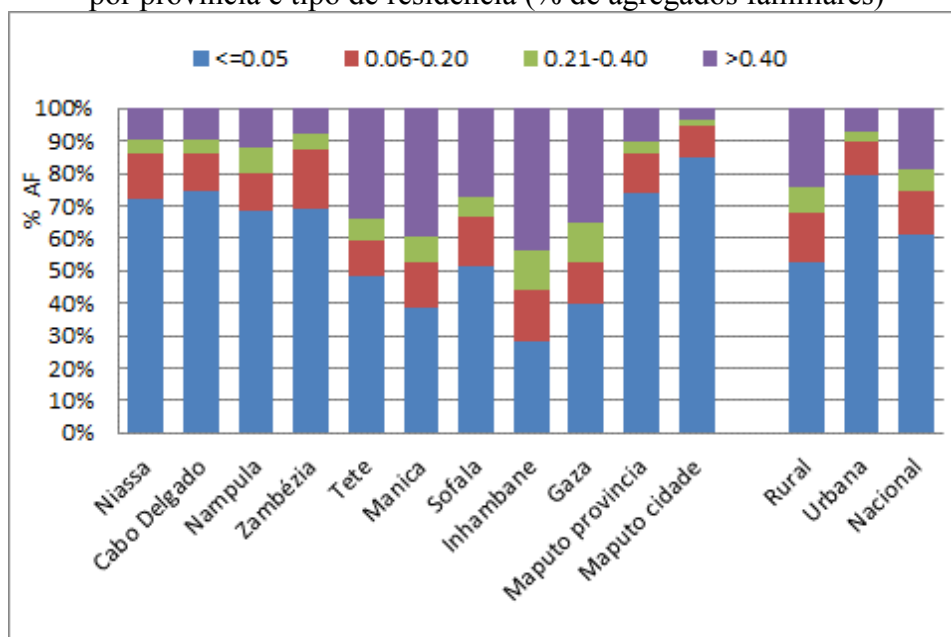


Figura 5.1.2.2. Distribuição por classe do número de Unidades de Animal Tropical por grupo de forma de vida (% de agregados familiares)

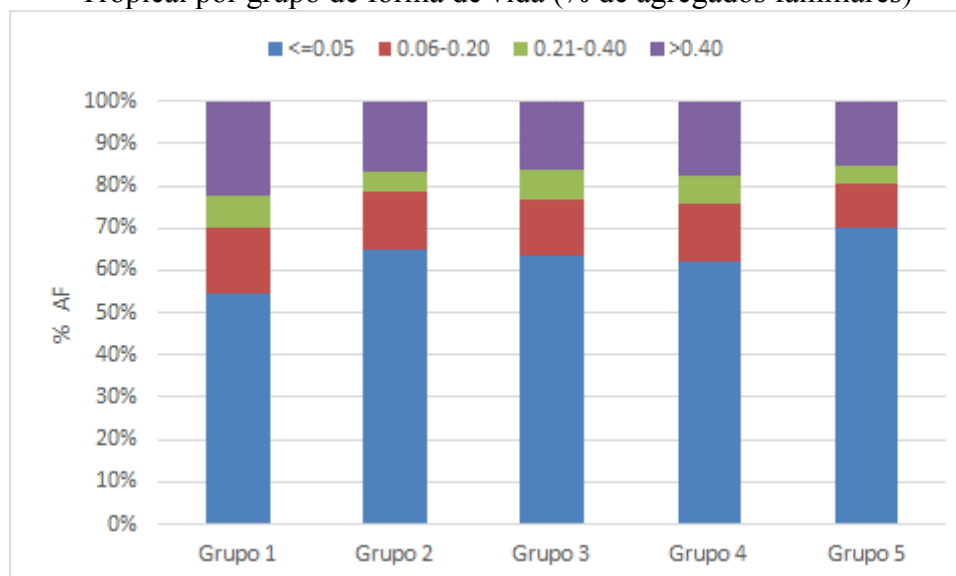
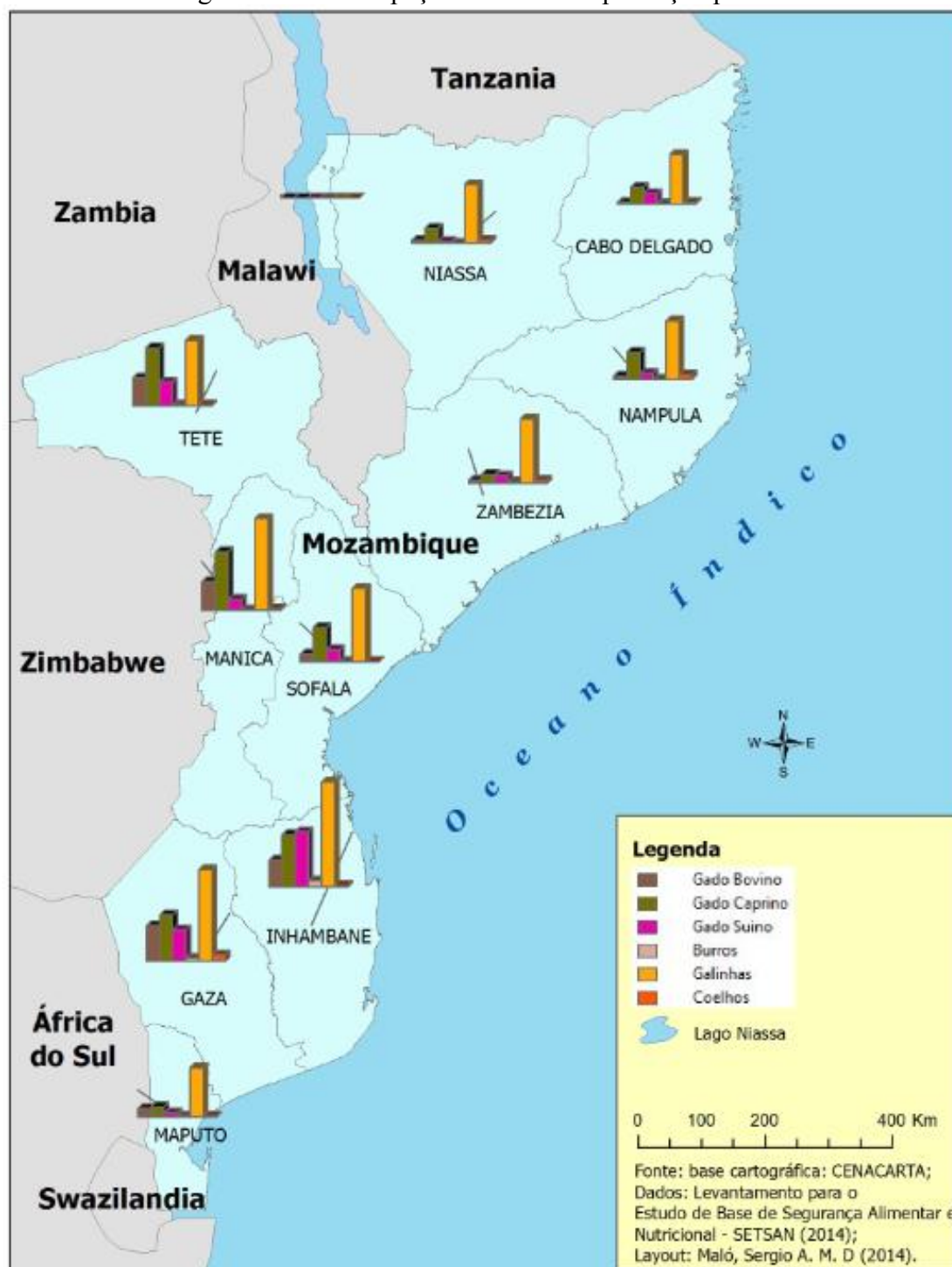


Fig. 5.1.2.3: Participação dos AFs na produção pecuária



5.2 Disponibilidade de Alimentos nos Mercados

Durante o inquérito do estudo de base, houve visita aos mercados das áreas de enumeração selecionadas para o levantamento de preços e disponibilidade qualitativa de produtos alimentares. Os dados recolhidos nos mercados não permitem quantificar a oferta de produtos alimentares, mas sim descrever a disponibilidade em termos de frequência com que o produto aparece nos mercados. Ao todo, 44% dos mercados visitados tinham milho em grão à venda, 70% tinham farinha de milho e 85% tinham arroz sem casca. A venda de mapira e mexoeira ocorreu em apenas 7% e 4% dos mercados, respectivamente.

No grupo de cereais e seus derivados, o arroz sem casca e a farinha de milho processada nas grandes moageiras foram os produtos mais vendidos nos mercados durante o estudo de base. Todos os distritos visitados tinham arroz sem casca à venda, enquanto a farinha de milho não foi encontrada em alguns distritos da Província de Niassa designadamente Lago, Mavago, Mecula, Metarica, Ngauma e Sanga, mas todos os distritos daquela província tinham milho em grão à venda. O milho em grão e massas/esparguete aparecem no quarto e terceiro lugar em termos de número de distritos com disponibilidade no mercado. A ocorrência de arroz com casca, mapira e mexoeira foi reportada em poucos distritos do país.

Na categoria de raízes e tubérculos, a batata reno figura como o produto vendido em mais distritos do que a mandioca e batata-doce. A venda de mandioca seca era comum apenas nas províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia. A mandioca fresca e batata-doce ocorrem com maior frequência no Centro e Sul do País, sendo a batata-doce vendida em mais distritos do que a mandioca fresca.

Os feijões mais vendidos na altura do inquérito foram o feijão nhemba e feijão vulgar que estiveram disponíveis em quase todos os distritos do País. As províncias de Cabo Delgado e Tete apresentaram o maior número de distritos sem feijão vulgar no mercado. O amendoim estava à venda em todos os distritos do País com exceção de alguns mercados das províncias de Niassa e Zambézia.

Na categoria de hortícolas, o levantamento incluiu tomate, couve, repolho, cebola, cenoura, feijão verde, pimento verde, alho, quiabo e outras folhas verdes. Os produtos mais vendidos eram tomate, cebola, alho, couve e repolho, sendo que couve e repolho ocorrem menos no Norte do que no Centro e Sul. Com a exceção da Cidade de Maputo, nas restantes províncias as outras hortícolas ocorrem em poucos distritos.

No grupo de pescado, o inquérito considerou peixe fresco, peixe seco e mariscos. O peixe seco era o mais vendido nos distritos comparativamente ao peixe fresco. Esse facto está associado à falta de condições para a conservação do peixe fresco nas localidades e durante o transporte entre o local compra e o mercado consumidor. Na zona Sul há predominância do peixe importado (carapau) em detrimento do peixe fresco nacional. No Centro e Norte parece haver um equilíbrio em termos de número de distritos com venda de peixe fresco nacional e importado. Importa realçar que de uma forma geral, o peixe importado é mais barato que o importado.

As frutas observadas durante o inquérito foram a manga, banana, papaia, limão e laranja, sendo que as que apareciam com maior frequência eram manga e banana. Embora houvesse muita fruta da época na fase de maturação, o número de vendedores de frutas era menor nos mercados. A razão disso está associado a procura, por exemplo, o facto de maior parte dos agregados familiares possuírem mangueiras reduz a procura desta fruta no mercado, daí que há venda de mangas nas cidades do que nas zonas rurais.

Nos produtos pecuários, importa realçar que em todas as capitais provinciais há disponibilidade de carne de vaca, cabrito, porco e frango congelado. Já nos distritos o cenário muda, na zona Norte há tendência de haver mais carne de cabrito e a preço relativamente mais baixo do que frango congelado e carne de vaca. Em todos os mercados visitados não foi observada a venda de carne de ovelha. Além da carne, observou-se também a venda de animais vivos como é o caso de frango de abate, galinha cafrial, caprinos, suínos, ovelhas e bovinos em que de um modo geral os mais vendidos são a galinha cafrial e os caprinos e o mais raro é a ovelha.

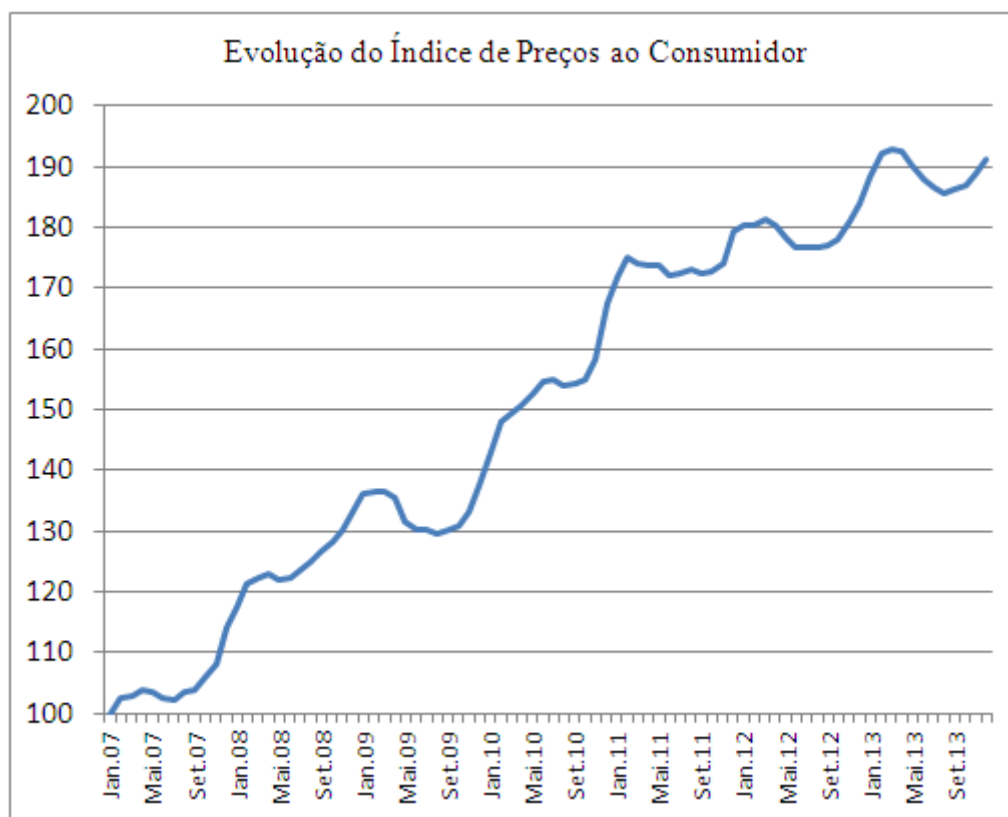
Relativamente aos produtos manufacturados, importa destacar que o açúcar, óleo e sal estavam a venda em todos os distritos. A distinção entre o sal iodado e não iodado não foi uma tarefa fácil nos mercados pois na maioria dos casos o sal era vendido em recipientes abertos como bacias e latas sem a possibilidade de se ver as embalagens originais.

5.3 Acesso aos Alimentos

5.3.1 Evolução de Preços de Alimentos

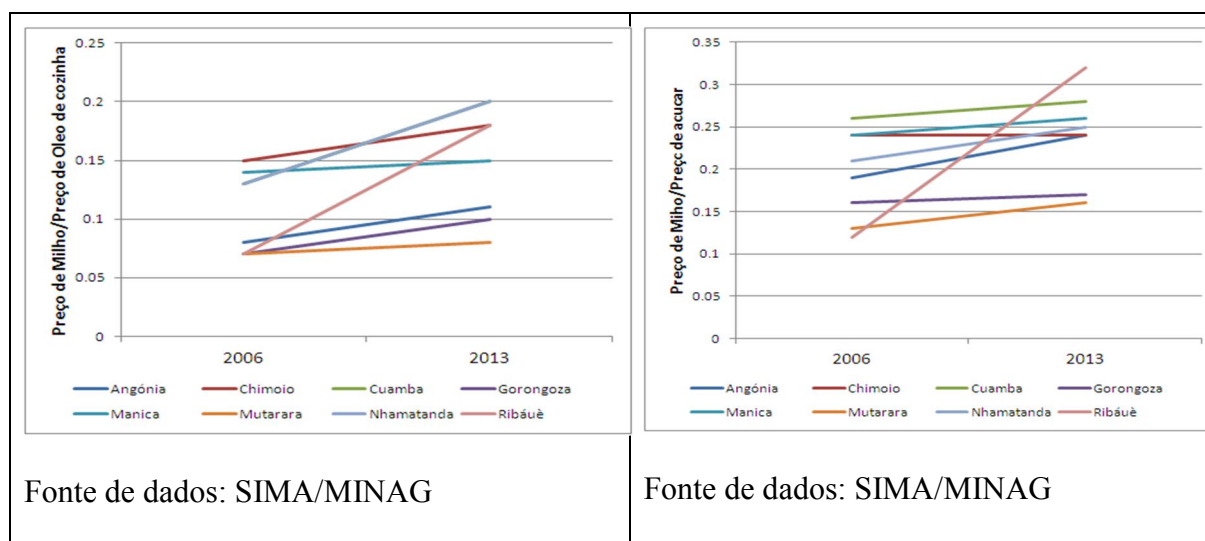
Em geral, os preços de alimentos tem estado a subir gradualmente ao longo dos anos e tornando-se num desafio para os agregados familiares terem acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequada. O índice de preços ao consumidor é um bom indicador pois visualiza a variação geral de preços ao invés de variações de preços de produtos individualmente. A análise do índice de preços ao consumidor de produtos alimentares, sem incluir bebidas não alcoólicas, indica que o nível geral de preços de alimentos subiu consideravelmente entre 2007 e 2013, tendo atingido 91% em finais de 2013.

Fig. 5.3.1: Evolução do índice de preços de alimentos ao consumidor



Os termos de troca, definidos como a razão entre os preços de um bem vendido (produção própria) pelo preço do bem comprado (produção externa). Na prática esta relação indica a quantidade do produto que o produtor pode receber em troca por unidade do produto da sua produção. Quando os termos de troca aumentam significa que os produtores estão em melhores condições de adquirir bens pela venda de seus produtos. Uma análise com base nos preços médios de milho ao produtor e preços médios de óleo de cozinha e açúcar ao consumidor entre 2006 e 2013 indica que em 2013 os produtores estavam em melhores condições de adquirir óleo e açúcar com as receitas da venda de milho. Isso significa que houve uma subida de preços ao produtor em maior proporção do que a subida observada nos preços de produtos manufaturados entre 2006 e 2013.

Fig. 5.3.2: Tendência dos termos de troca de milho/açúcar e milho/óleo



5.3.2 Dificuldade no Acesso a Alimentos Suficientes

Perguntou-se aos agregados familiares se tiveram dificuldade em ter alimentos suficientes durante os últimos 12 meses. A resposta foi sim, em 46% dos agregados familiares. Nas zonas rurais essa percentagem foi maior do que nas zonas urbanas (50% contra 37%). A Tabela 5.3.2.1 mostra para cada província, a proporção de agregados familiares que tiveram dificuldades no acesso a alimentos suficientes por mês, nos últimos 12 meses. Em Inhambane e Gaza, a maior prevalência de dificuldades no acesso a alimentos suficientes é observada em Novembro e Dezembro, mas ao contrário das outras províncias, a prevalência de dificuldades no acesso é relativamente alta (mais de 10%) no período de Abril a Julho. Portanto, há relativamente muitos agregados familiares que experimentam dificuldades de acesso a alimentos suficientes mesmo nos meses de colheita de diversas culturas (cereais, leguminosas e outras).

Em relação à duração do período de dificuldade de acesso a alimentos, bem como à percentagem de agregados familiares afectados, as províncias de Gaza, Inhambane, Zambézia e Cabo Delgado parecem estar numa situação pior (Fig. 5.3.2.1). As províncias que estão numa situação melhor são Manica, Maputo Província e Maputo Cidade.

No respeitante aos grupos de forma de vida, os grupos 3 e 4 têm a maior percentagem de agregados familiares com períodos de “fome” de pelo menos dois meses. O Grupo 5 dos assalariados e pensionistas está numa situação melhor.

Quadro 5.3.2.1: Percentagem de agregados familiares que tiveram dificuldade no acesso a alimentos suficientes por mês e por província

Província	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Niassa	24	21	8	2	2	2	3	6	8	17	24	24
C.Delgado	21	41	25	2	2	1	1	5	6	8	13	7
Nampula	15	23	12	4	2	3	2	5	8	10	9	8
Zambézia	34	31	20	8	3	3	3	5	7	10	18	23
Tete	25	17	7	5	4	4	4	6	9	14	16	20
Manica	16	9	3	1	1	1	2	4	7	12	15	15
Sofala	26	23	15	5	3	3	2	4	6	6	8	10
Inhambane	9	8	10	10	12	14	14	19	22	23	14	10
Gaza	17	14	13	13	10	13	12	17	23	26	16	11
Maputo Prov.	12	12	11	8	6	8	6	6	8	9	6	3
Maputo Cid.	10	10	7	7	8	9	6	6	5	7	6	4
Área Urbana	15	17	11	5	4	5	4	5	7	8	9	7
Área Rural	23	24	14	6	4	4	4	7	10	14	16	16
Nacional	21	21	13	6	4	5	4	7	9	12	13	13

Figura 5.3.2.1: Duração do período (meses) de dificuldade no acesso a alimentos suficientes por província e tipo de residência.

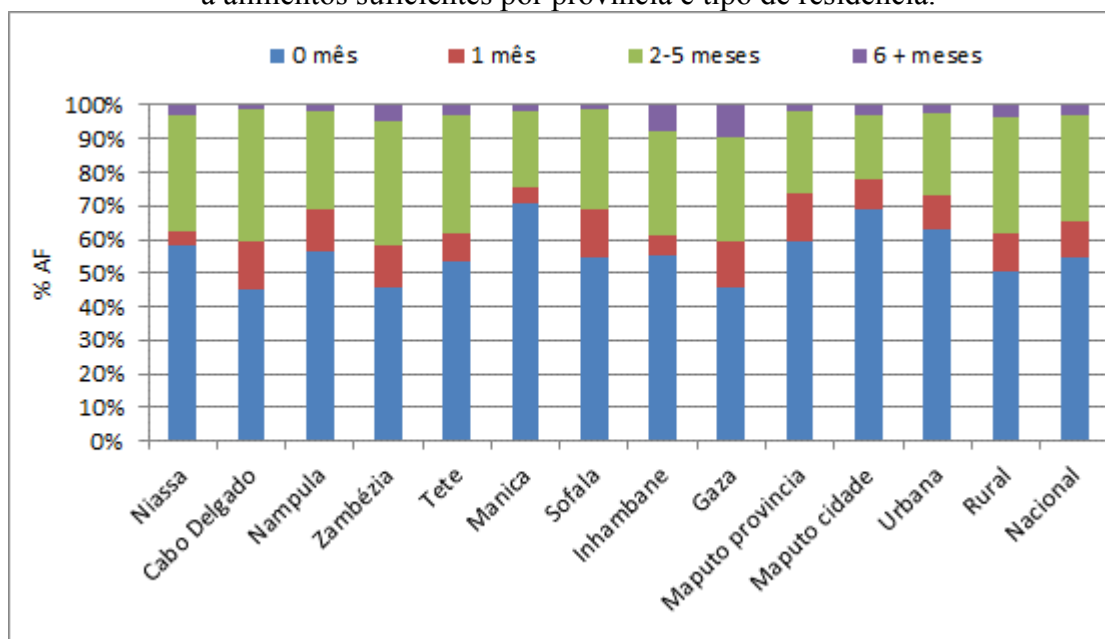
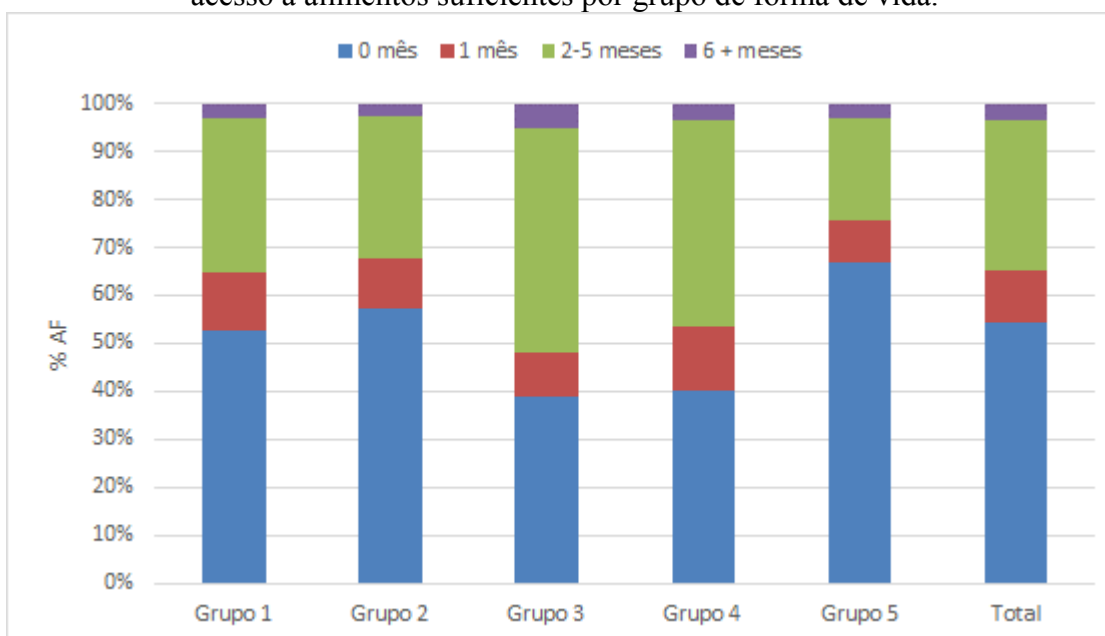


Figura 5.3.2.3: Duração do período (meses) de dificuldade no acesso a alimentos suficientes por grupo de forma de vida.



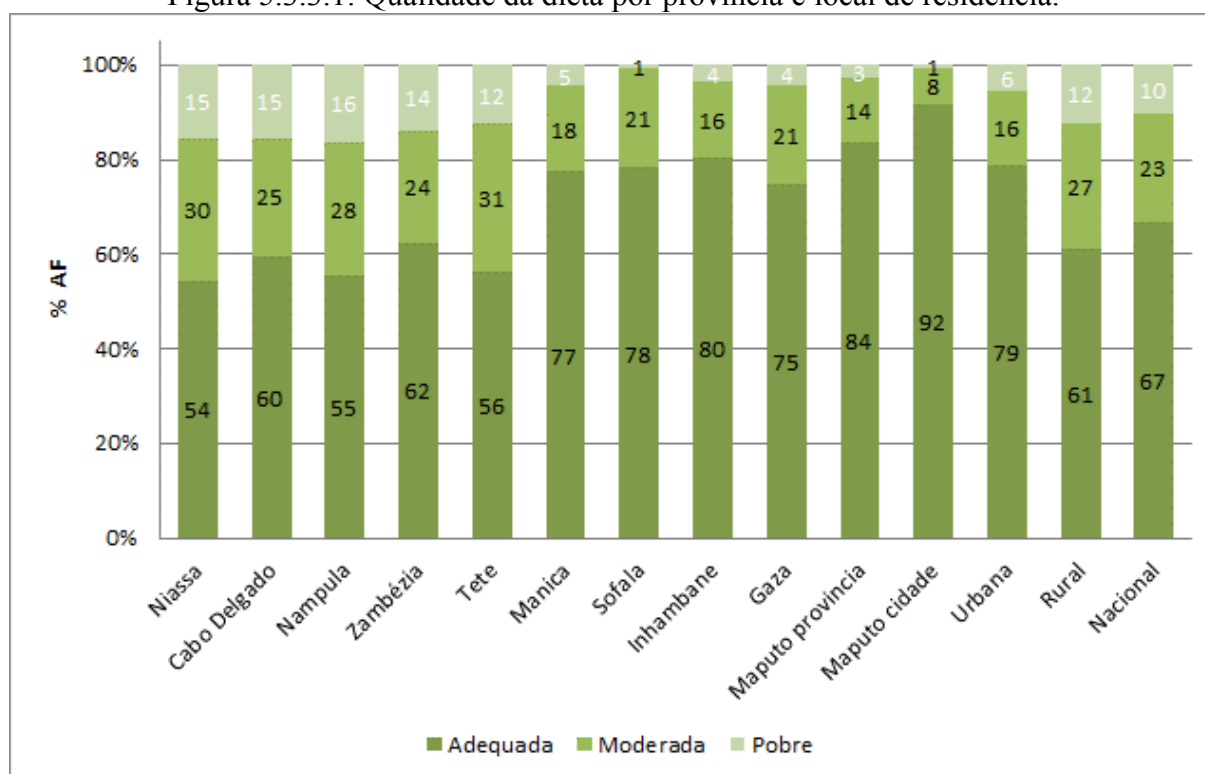
5.3.3 Consumo Alimentar

O consumo alimentar foi medido através do índice de consumo alimentar (ICA) com base na diversidade e frequência de consumo de alimentos nos sete dias anteriores ao inquérito no agregado familiar, que foi dividido em três categorias de qualidade de dieta (adequada,

moderada e pobre). Apesar de ser essencialmente um indicador da qualidade de dieta, o ICA também é considerada um indicador do acesso do agregado familiar a alimentos assumindo que a qualidade será automaticamente melhor se as pessoas tiverem acesso suficiente aos alimentos.

No geral, 10% dos agregados familiares tem qualidade da dieta é pobre, 23% tem dieta moderada e 67% dos agregados familiares têm uma dieta adequada. Comparativamente ao estudo de base de SAN de 2006, os resultados mostram uma melhoria significativa na proporção de agregados familiares com dieta adequada que aumentou de cerca de 50% em 2006 para 67% em 2013. A Figura 5.3.3.1 mostra claramente maiores percentagens de consumo alimentar pobre e moderado nas províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Tete do que nas restantes províncias.

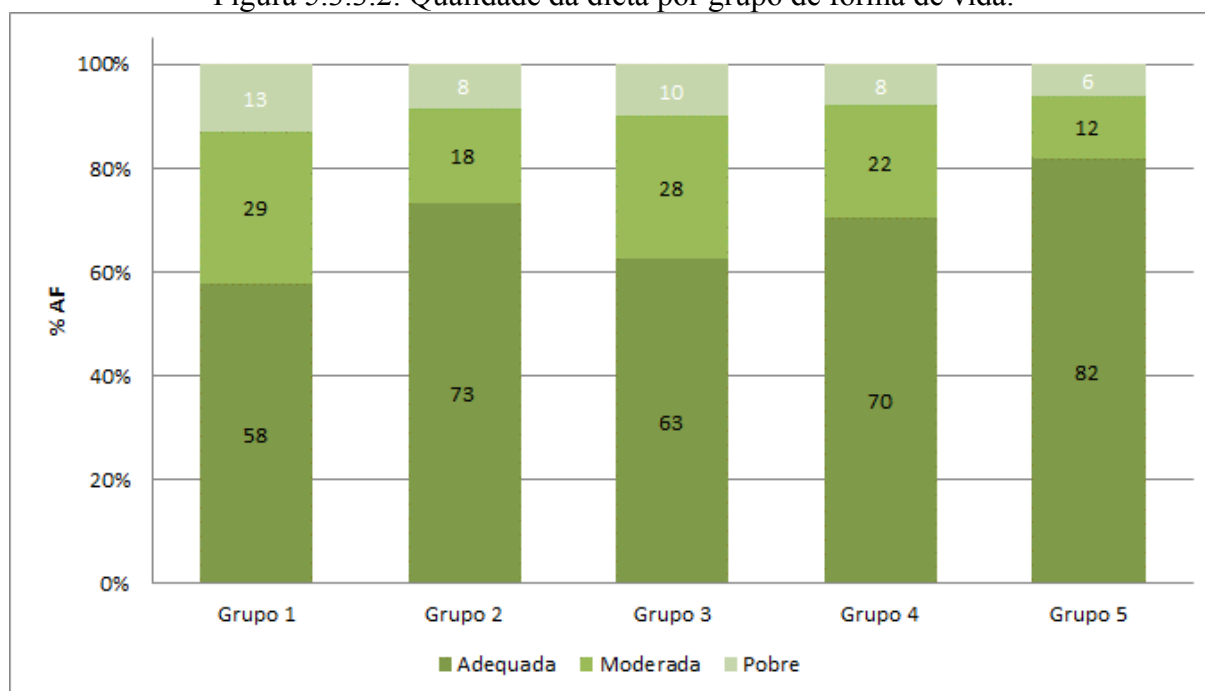
Figura 5.3.3.1: Qualidade da dieta por província e local de residência.



Os presentes dados também mostram que o consumo de alimentos nas zonas rurais é mais pobre do que nas zonas urbanas ($p < 0,001$). Nos agregados familiares urbanos, 21% têm uma dieta pobre ou moderada contra 39% dos agregados familiares rurais.

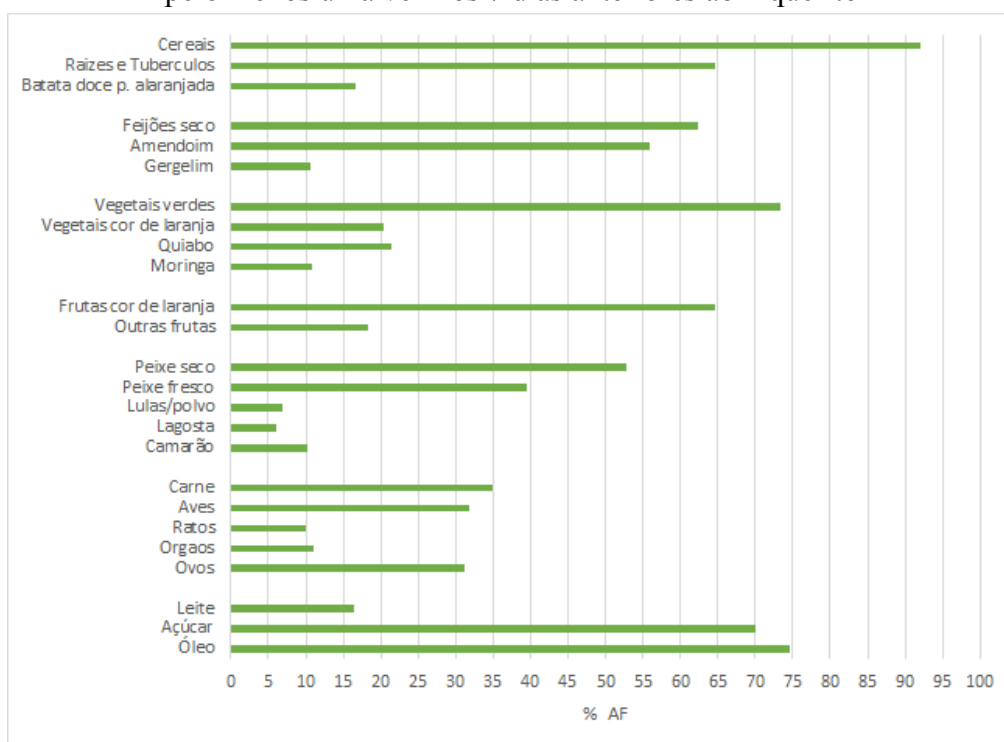
Há também diferenças no consumo de alimentos entre os grupos de forma de vida (Fig. 5.3.3.2, $p < 0,001$). Verifica-se que o Grupos 1 e o Grupo 3 estão em pior situação ao passo que o Grupo 5 está numa melhor situação.

Figura 5.3.3.2: Qualidade da dieta por grupo de forma de vida.



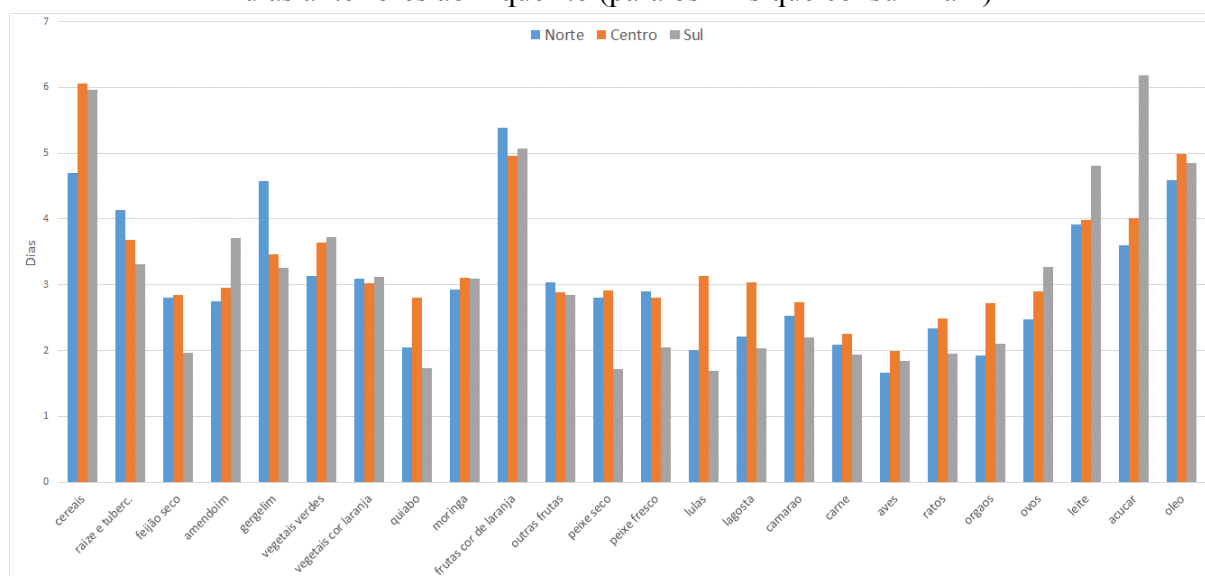
O consumo de alimento varia por regiões em função da disponibilidade e hábitos alimentares dos AFs. Os dados agregados ao nível nacional indicam uma grande diferença na proporção de AFs que consumiram alimentos pelo menos uma vez nos sete dias anteriores ao inquérito. Dos alimentos não manufaturados, os consumidos pela maioria dos AFs são os cereais (92%), vegetais verdes (73%), raízes e tubérculos (65%), frutas de cor de laranja (65%), feijões seco (62%), amendoim (56%) e peixe seco (53%). Alimentos de alto valor proteico (carnes e leite) e mariscos são consumidos pela minoria.

Fig. 5.3.3.3: Proporção de AFs que consumiram alimentos pelo menos uma vez nos 7 dias anteriores ao inquérito



Antes da apresentação da proporção de consumo por regiões, analisa-se a frequência de consumo, incluindo apenas os AFs que consumiram. Os resultados indicam que os alimentos consumidos com maior frequência em média são os cereais, vegetais, frutas de cor laranja, leite, açúcar e óleo, cuja média de consumo ultrapassou 4 dias num período de 7 dias. A frequência média de consumo de alimentos com elevado teor protéico nomeadamente carne de quadrupedes, aves, ovos, ratos, órgãos e mariscos é relativamente baixa variando aproximadamente entre 2 e 3 dias. O leite embora tenha sido consumido por apenas 17% dos AFs, estes consumiram durante 4 dias em média.

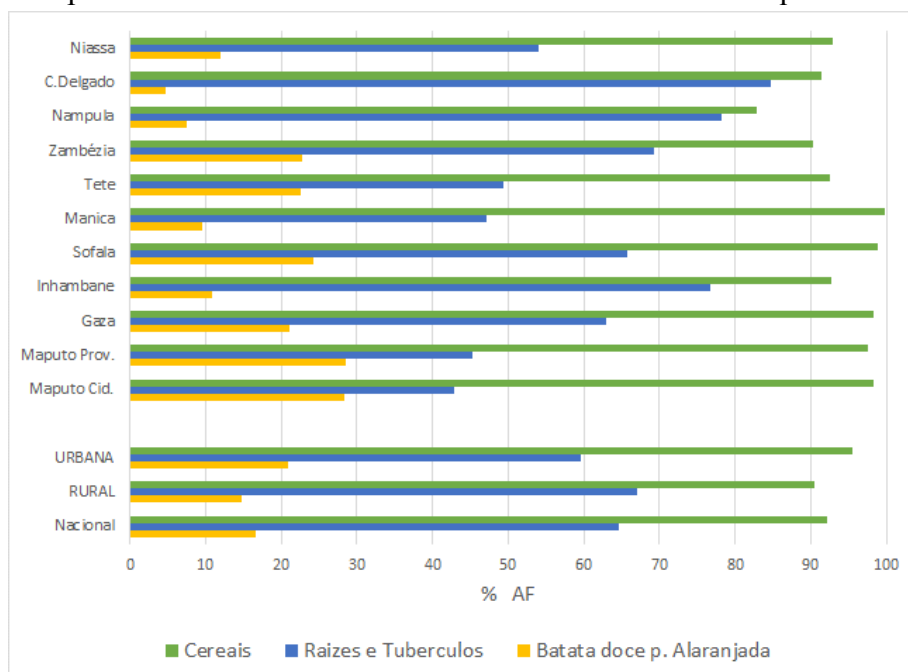
Fig. 5.3.3.4: Frequência de consumo de alimentos nos sete dias anteriores ao inquérito (para os AFs que consumiram)



O consumo de alimentos energéticos cereais, mandioca e batata doce mostra que o milho foi o alimento consumido pela maioria de AFs em pelo menos um dos sete dias. A menor proporção é observada na Província de Nampula com menos de 85% de AFs. O consumo de raízes e tubérculos que inclui mandioca e batata doce polpa não alaranjada foi mais alto nas províncias de Cabo Delgado (85%), Nampula (78%) e Inhambane (77%).

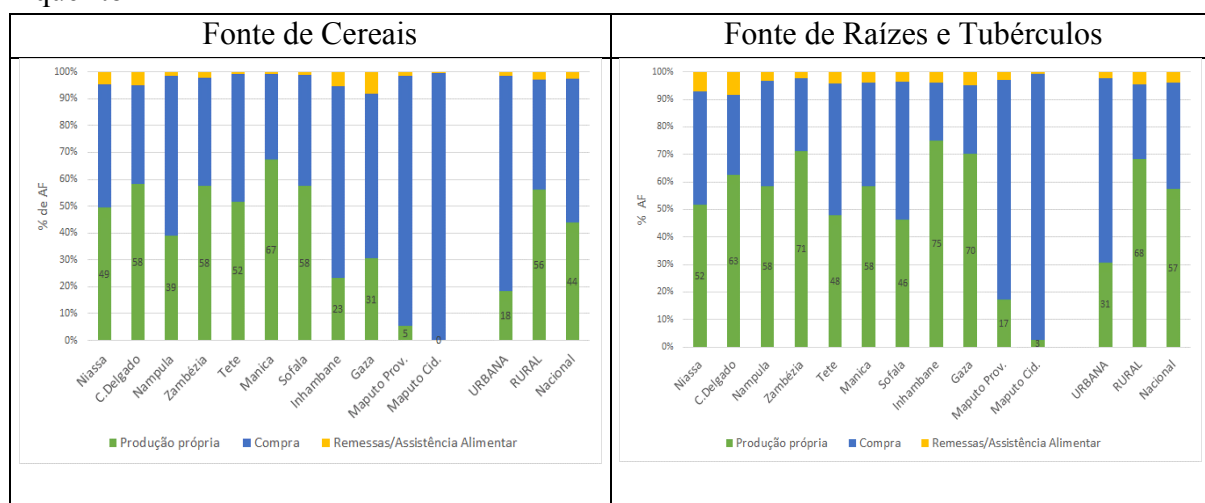
O consumo da batata doce de polpa alaranjada ainda é muito baixo no país onde apenas 17% indicou que consumiu em pelo menos um dia dos sete anteriores ao inquérito. Por províncias, o consumo da batata doce de polpa alaranjada tem maior expressão nas províncias de Maputo e Cidade de Maputo, Sofala, Tete e Zambézia. As províncias de Cabo Delgado e Nampula são as que apresentam menor proporção de AFs que consumiram batata doce de polpa alaranjada pelo um dia.

Fig. 5.3.3.5: Proporção de AF que consumiram cereais, raízes e tubérculos pelo menos um dia dos sete dias anteriores a data do inquérito



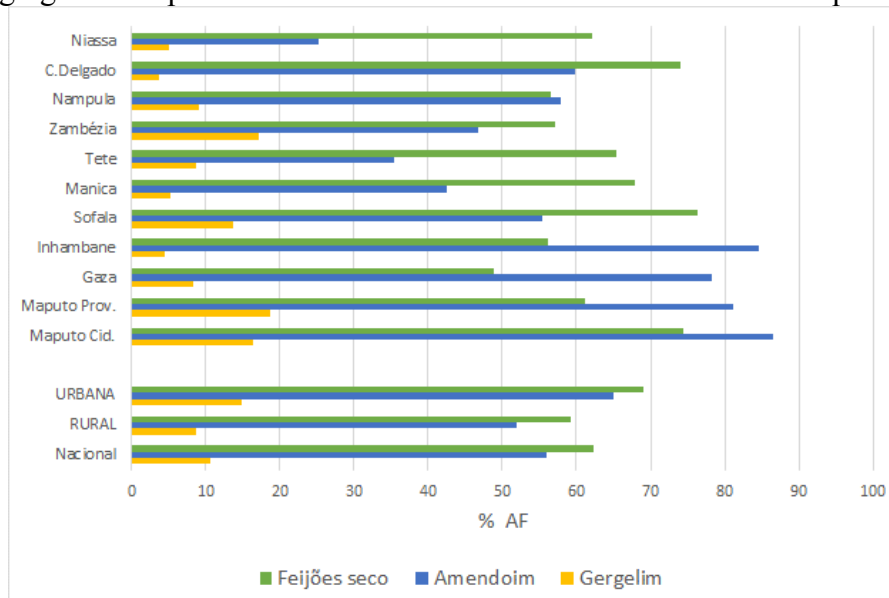
Relativamente as fontes de cereais e raízes e tubérculos, os resultados indicam que para o milho a maior parte dos AFs das províncias de Niassa, Cabo Delgado, Zambézia, Tete, Manica e Sofala estavam a consumir cereais da sua própria produção, enquanto que nas províncias de Nampula, Inhambane, Gaza, Maputo província e Maputo cidade a maior proporção de AFs estava a consumir cereais adquiridos no mercado. In these provinces the cereal stock time is shortest as was already shown in fig. 5.6. Para raízes e tubérculos, nas províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Manica, Inhambane e Gaza a maior percentagem de AFs tinha como fonte produção própria. As províncias de Maputo e Cidade de Maputo são aquelas que possuem maiores taxas de AFs que consome cereais e raízes e tubérculos comprados.

Fig. 5.3.3.6: Fonte de cereais, raízes e tubérculos consumidos nos últimos sete dias antes do inquérito



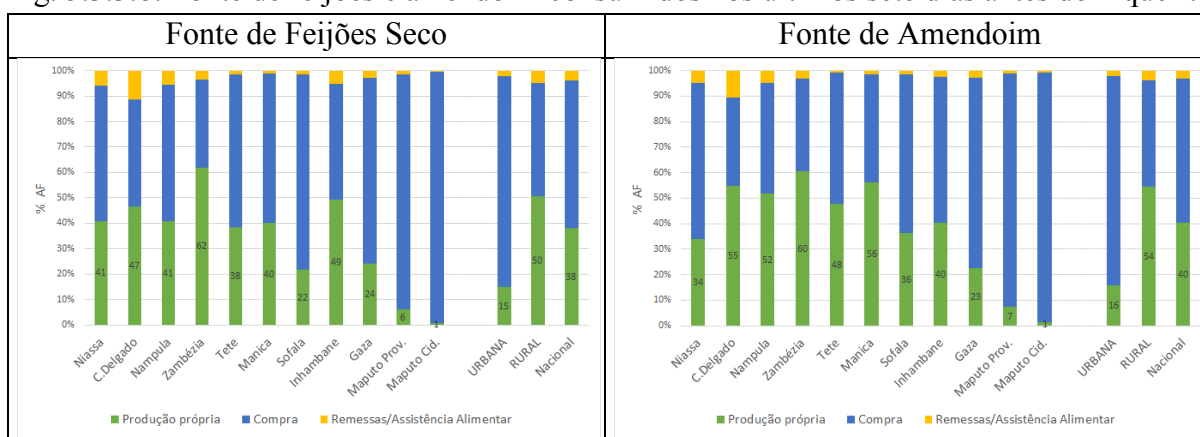
No grupo de feijões seco e oleaginosas, ao nível nacional, 56% e 62% de AFs indicaram que consumiram amendoim e feijão seco, respectivamente, nos últimos sete dias antes do inquérito. Por regiões, os resultados sugerem que na zona Sul há maior proporção de AFs que consumiram amendoim pelo menos um dia durante os últimos sete dias da data do inquérito do que na zona norte, onde por exemplo as províncias de Nampula e Cabo Delgado são conhecida como as principais fontes de amendoim vendido nos mercados do Centro e Sul do País. O consumo de feijão seco é mais alto nas províncias de Sofala (76%), Cabo Delgado (74%) e Cidade de Maputo (74%), e mais baixo nas províncias de Gaza (49%), Inhambane (56%) e Maputo província (61%). Neste grupo de alimentos, o gergelim aparece como o menos consumido pelos AFs. Estes três alimentos têm alto valor no mercado, mas o gergelim é considerado cultura de rendimento, ou seja, o destino da produção de gergelim é mais para a venda do que autoconsumo.

Fig. 5.3.3.7: Proporção de AF que consumiram amendoim, feijão seco e gergelim em pelo menos um dos sete dias anteriores a data do inquérito



Quanto as fontes de feijão seco e amendoim consumidos pelos AFs, nas províncias de Cabo Delgado, Zambézia e Inhambane a maior parte dos AFs estavam a consumir feijões da sua própria produção e para o mesmo amendoim o mesmo ocorria nas províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Manica. As províncias da zona Sul lideram na taxa de AFs que consomem feijões e amendoim adquirido no mercado.

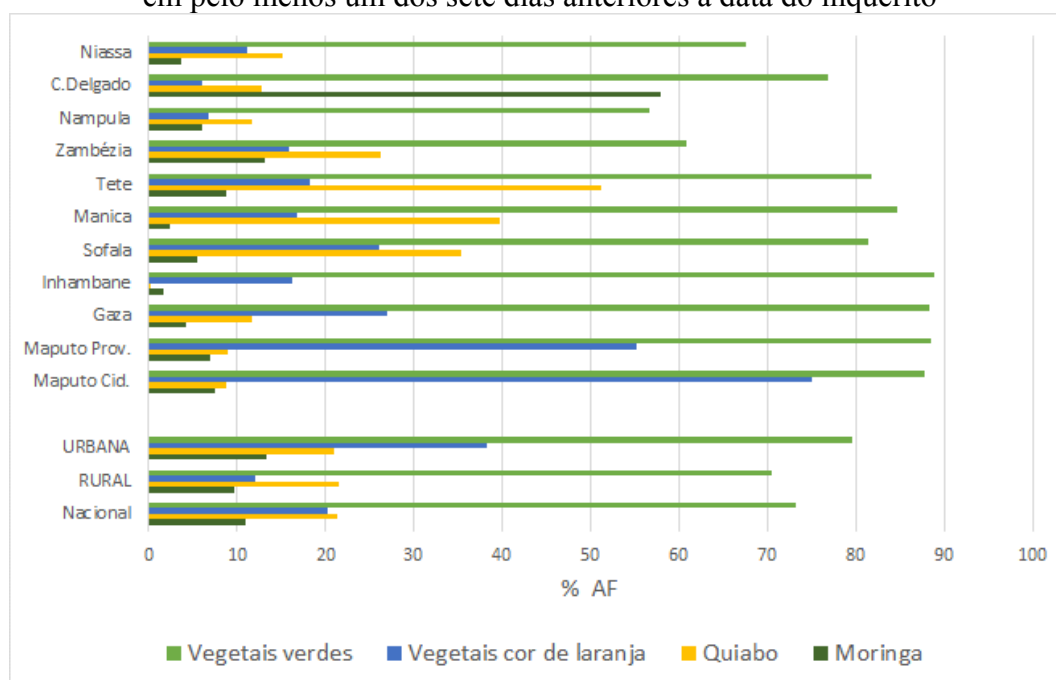
Fig. 5.3.3.8: Fonte de feijões e amendoim consumidos nos últimos sete dias antes do inquérito



O consumo de vegetais verdes dominou o grupo de vegetais de cor verde e laranja, quiabo e moringa. Maiores proporções de AFs que consumiram vegetais verdes pelo menos um dos sete dias anteriores a data do inquérito estão no Sul (88%) e Centro (83%) excluindo a Zambézia, contra menos de 70% da zona Norte. A mesma tendência se observa para vegetais de cor de laranja embora as proporções seja em geral inferiores as de vegetais verdes. Relativamente ao consumo de quiabo, no País 1 em cada 5 AFs consumiu quiabo em pelo menos um dos sete dias

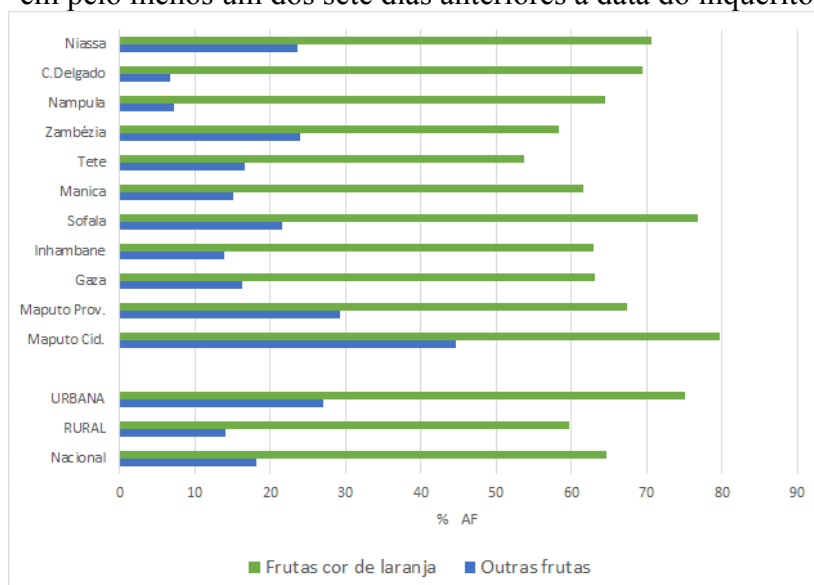
antes do inquérito, sendo as províncias do Centro as que apresentam maiores percentagens de AFs que consumiram comparativamente as do Norte e Sul. Por fim, 1 em cada 10 AFs no País consumiu folhas da moringa, destacando-se a proporção de 58% de AFs em Cabo Delgado que consumiram em pelo menos um dos sete dias anteriores ao inquérito, contra menos de 13% nas restantes províncias.

Fig. 5.3.3.9: Proporção de AF que consumiram vegetais, quiabo e moringa em pelo menos um dos sete dias anteriores a data do inquérito



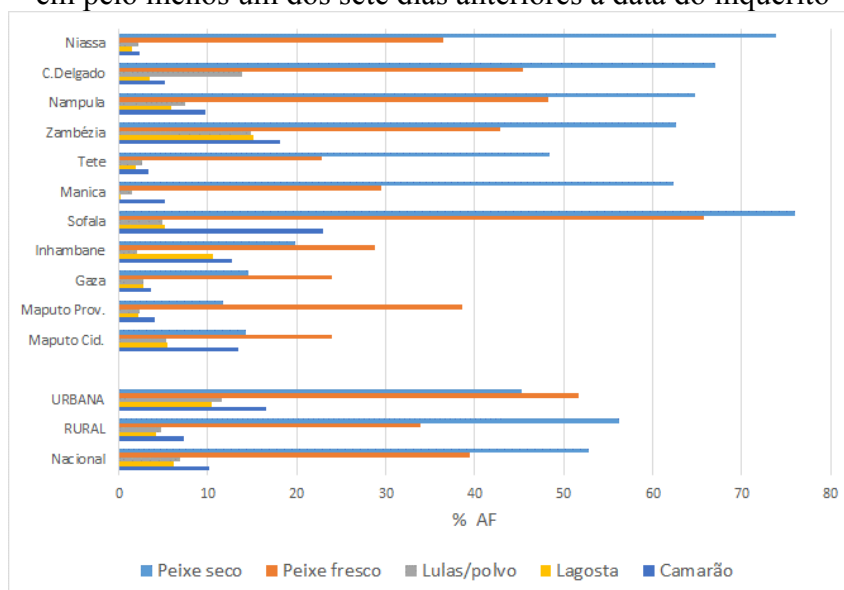
O consumo de frutas também mostrou variações entre as províncias. A província de Tete aparece com menor percentagem de AFs que consumiram frutas no geral (de cor de laranja e outras) e as províncias de Sofala e Maputo Cidade são as que têm percentagens mais altas. Os dados de mercados indicam que no período do inquérito as frutas mais frequentes nos mercados foram manga e banana.

Fig. 5.3.3.10: Proporção de AF que consumiram frutas em pelo menos um dos sete dias anteriores a data do inquérito



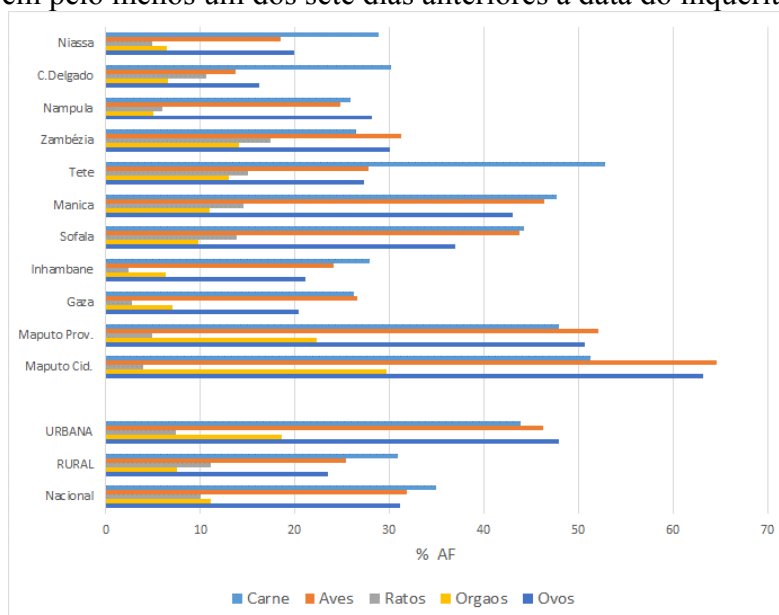
O consumo de peixe é mais frequente do que o consumo de mariscos (camarão, lagostas e lulas). Nas zonas províncias do Centro e Norte há mais AFs consumindo peixe seco comparativamente a peixe fresco, enquanto no Sul observa-se o contrário. Entre províncias os resultados sugerem que há mais consumo de peixe seco nas províncias do Norte e Centro do que nas do Sul do País. Por área de residência, observa-se o consumo de peixe fresco está concentrado na área urbana com 52% de AFs, contra 34% na zona rural; e o contrário observa-se no consumo de peixe seco em que a zona rural tem 56% de AFs contra 45% de AFs da zona urbana. Este resultado pode estar a associado a fraca cobertura da rede de energia eléctrica nas zonas rurais o que dificulta a comercialização de peixe fresco em benefício do peixe seco. Entre os mariscos, o camarão é mais consumido em relação a lagosta e lulas. As províncias do Niassa, Tete, Manica, Gaza e Maputo província apresentam baixo consumo de camarão, lagosta e lulas comparativamente as províncias costeiras de Nampula, Zambézia, Sofala, Inhambane e Maputo Cidade.

Fig. 5.3.3.11: Proporção de AF que consumiram peixe e mariscos em pelo menos um dos sete dias anteriores a data do inquérito



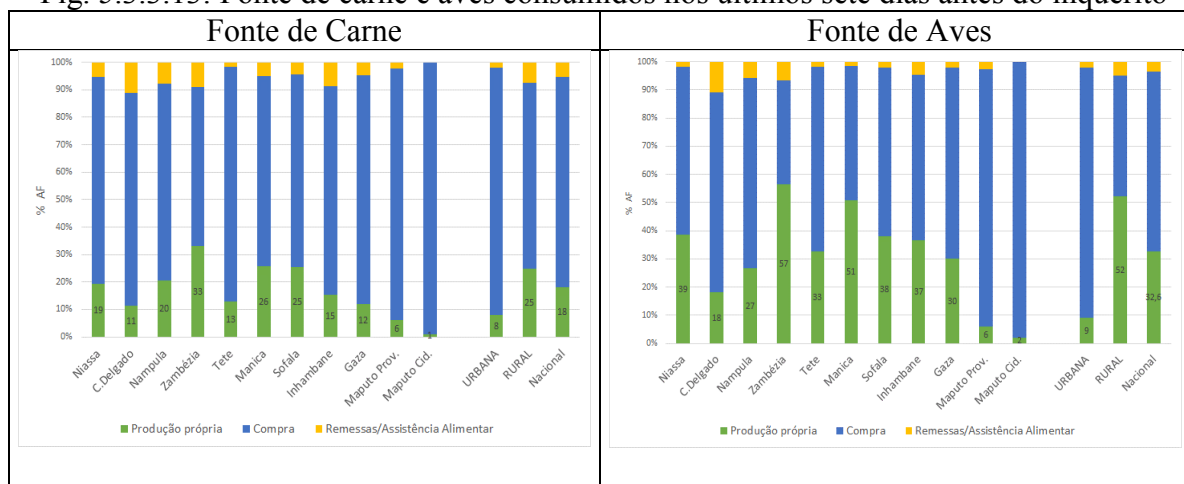
De uma forma geral, o consumo de carne e ovos é mais frequente nas zonas urbanas onde 44% de AFs consumiram carne de quadrúpedes (contra 31% da rural), 46% de AFs consumiram carne de aves (contra 25% da rural), 48% de AFs consumiram ovos (contra 23% da rural), 19% de AFs consumiram órgãos de animais (contra 8% da rural). O contrário observa-se no consumo de ratos em que na zona rural 11% de AFs consumiram contra 7% da zona urbana. Entre as províncias observa-se uma diferença, sendo que as taxas de consumo mais altas encontram-se na Cidade de Maputo, Maputo província, Sofala e Manica.

Fig. 5.3.3.12: Proporção de AF que consumiram carne e produtos animais em pelo menos um dos sete dias anteriores a data do inquérito



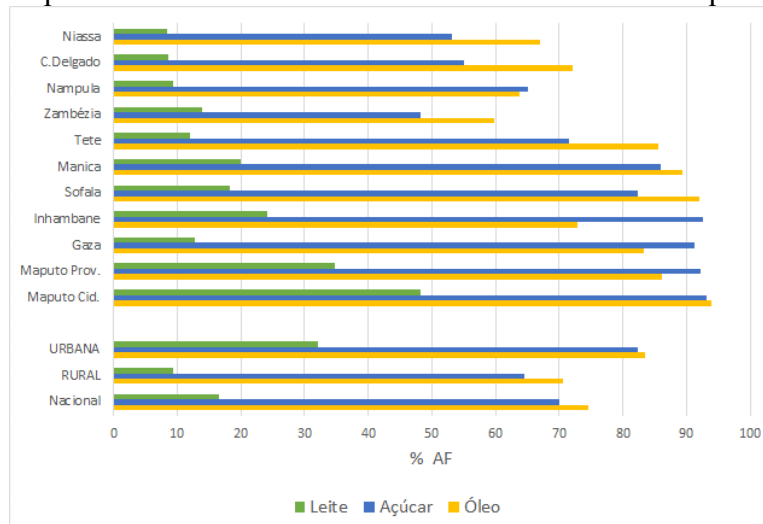
A carne (de quadrúpedes) e aves consumidos pelos AFs nos últimos sete dias antes do inquérito tinham com fonte o mercado para a maioria dos AFs, com a exceção da província da Zambézia onde a maior de AFs consumiam aves da sua própria produção. Nas províncias de Maputo e Cidade de Maputo é onde há maior de percentagem de AFs que adquirem carne e aves através da compra no mercado.

Fig. 5.3.3.13: Fonte de carne e aves consumidos nos últimos sete dias antes do inquérito



Quanto de alimentos manufacturados, ao nível nacional, 75% de AFs consumiram óleo, 70% consumiu açúcar e apenas 17% consumiu leite em pelo menos um dos sete dias antes do inquérito. O consumo destes alimentos manufacturados é em geral mais alto nas províncias do Sul e Centro do que nas do Norte. Os resultados indicam que o consumo de leite é ainda muito baixo em Moçambique, no período de sete dias anteriores a data do inquérito, apenas 1 em cada 5 AFs consumiu leite em pelo menos um dia. Por áreas nota-se uma grande diferença, sendo 32% de AFs na zona urbana e apenas 9% de AFs na zona rural. O óleo e o açúcar embora tenham sido reportados como produtos disponíveis para a venda em quase todos os mercados, há um número significativo de AFs que não consumiram num intervalo de 7 dias, por exemplo, mais de 40% e 52% de AFs na Zambézia não consumiram óleo e açúcar, respectivamente. Sendo estes produtos manufacturados cujo acesso é possível via mercado, o padrão observado nas províncias resulta de diferenças no poder de compra e em hábitos alimentares AFs.

Fig. 5.3.3.14: Proporção de AF que consumiram óleo, açúcar e leite em pelo menos um dos sete dias anteriores a data do inquérito

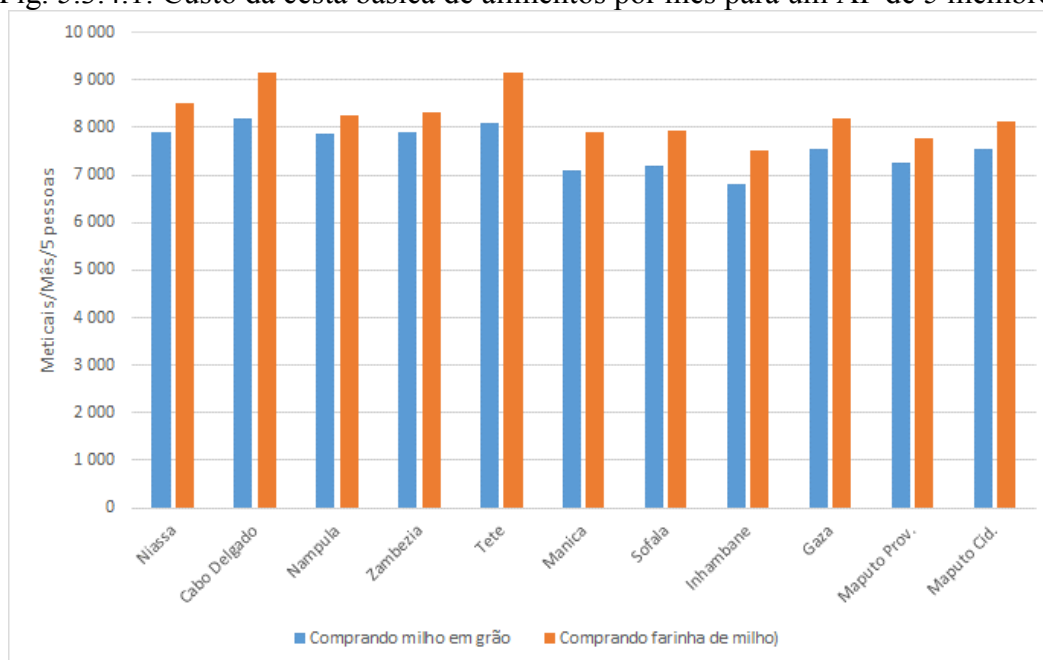


5.3.4 PREÇOS E CONSUMO DE ALIMENTOS

Os preços de alimentos variam de mercado para mercado em função dos custos associados a sua aquisição, transporte, conservação, relação oferta/procura, entre outros factores. Para permitir uma comparação do custo de diferentes alimentos entre diferentes locais foi calculado o custo da cesta básica de alimentares com a seguinte composição por pessoa por mês: 3kg de arroz, 9,1 kg de farinha de milho, 2 kg de feijão seco, 0,5 kg de amendoim, 3,3 kg de peixe seco, 0,5 litro de óleo, 1,2 kg de açúcar, 1 kg de sal, 3,4 kg de vegetais e 3,6 kg de frutas da época, segundo a Quadro do MISAU. Para os vegetais e frutas da época foram considerado, respectivamente, os preços de tomate e de manga por serem os produtos mais frequentes destas categorias na altura do inquérito.

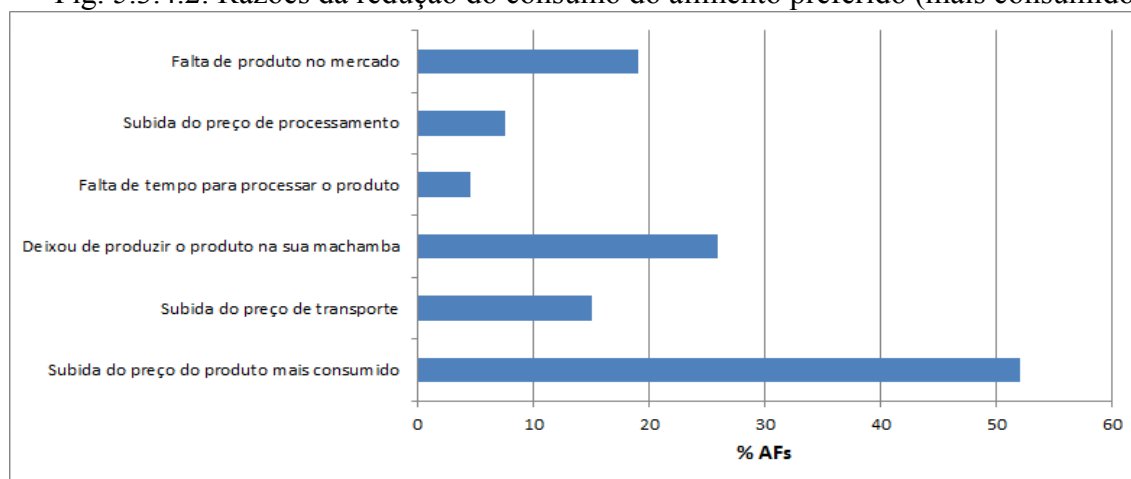
Os resultados sugerem que os alimentos em geral são mais caros nas províncias da zona Norte incluindo Tete e Zambézia. Embora na zona Norte haja maior disponibilidade de produtos agrícolas, os produtos manufacturados e importados (açúcar, óleo, sal e peixe importado) chegam ao interior a preços mais altos comparativamente a de outras regiões. Os resultados também mostram que os agregados familiares que compram milho em grão e processam nas pequenas moageiras pagam preços mais baixos do que aquelas que compram farinha de milho processada nas grandes moageiras. Este é um grande desafio do ponto de vista de encorajar o consumo de farinha de milho processada na indústria e fortificado com micronutrientes havendo uma alternativa mais barata. A figura abaixo apresenta o custo da básica de alimentos calculado com base em preços médios.

Fig. 5.3.4.1: Custo da cesta básica de alimentos por mês para um AF de 5 membros



A subida de preços reduz o acesso dos AF aos alimentos o que pode levar a mudanças nos padrões de consumos, reduzindo o consumo dos alimentos preferidos em benefício daqueles não preferidos. Com efeito, 21% dos AF afirmaram que mudaram o seu padrão de consumo de cereais e mandioca nos últimos 12 meses. Para os AF que reduziram o consumo do produto preferido, 52% indicou como razão principal a subida do preço deste produto. Outras razões associadas a poder compra indicadas foram a subida do preço de transporte indicada por 15% dos AF e subida do preço de processamento de produtos citada por 8%.

Fig. 5.3.4.2: Razões da redução do consumo do alimento preferido (mais consumido)

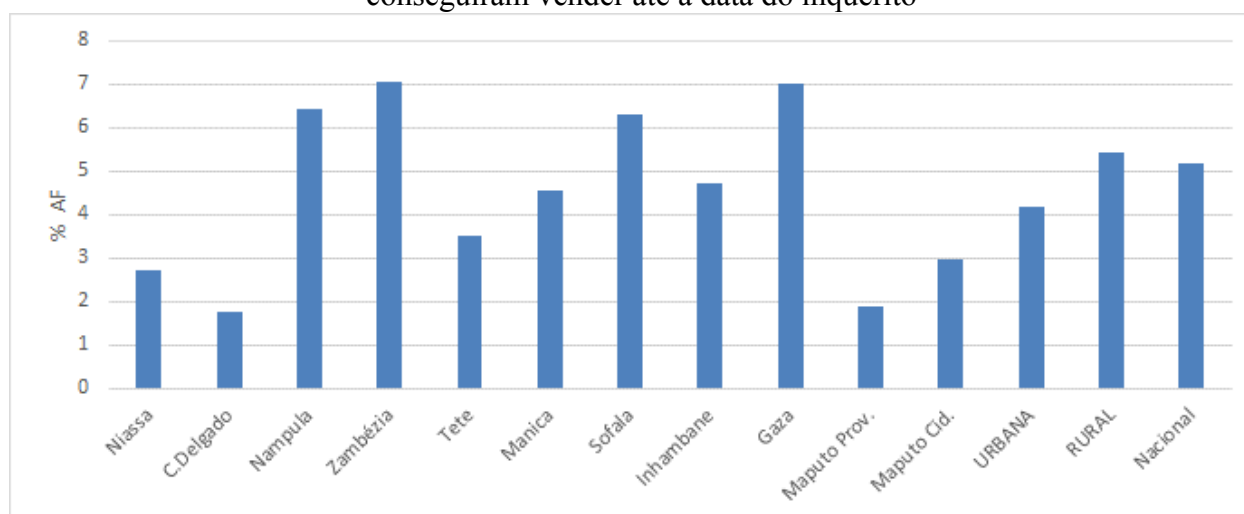


5.3.5 Participação dos Agregados Familiares no Mercado

A produção agrícola é a actividade principal de geração de renda de muitos AF rurais, nesse sentido o acesso a mercado pelos AF para a venda da produção é crucial para a obtenção de

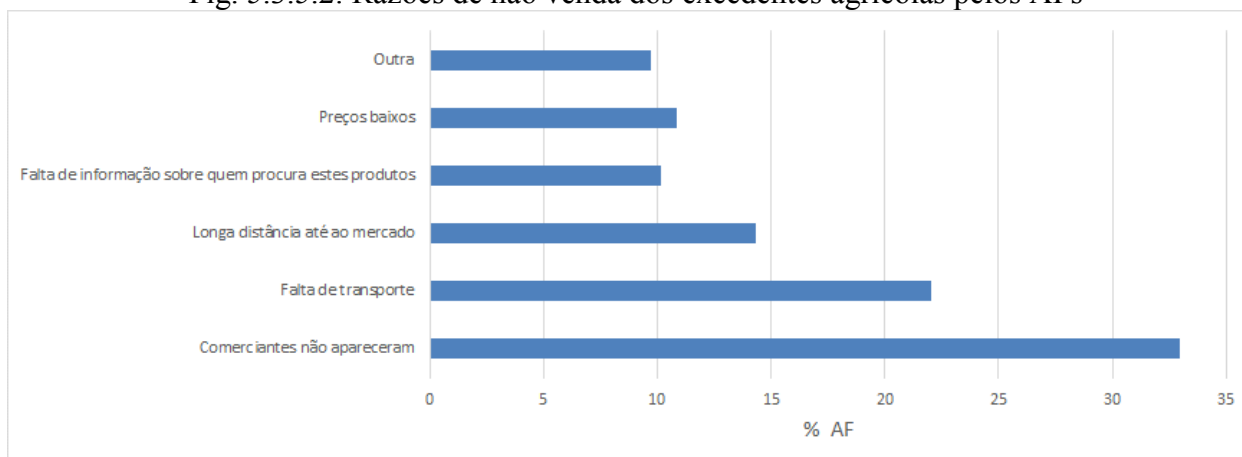
receitas monetárias que podem ser usadas na compra de bens e serviços necessários para os AF. Para analisar as dificuldades enfrentadas para o acesso a mercados, os AF foram questionados se tinham produtos agrícolas que não tinham conseguido vender até a data do inquérito. Ao todo, cerca de 5% dos AF responderam positivamente, mas o resultado varia muito por província, sendo Gaza, Zambézia, Nampula e Sofala as províncias onde os AF tem mais dificuldades de acesso aos mercados para a venda de seus excedentes. Maputo província e Cabo Delgado são as províncias onde menor proporção de AFs não teve acesso a mercados de venda.

Fig. 5.3.5.1: Percentagem de AF com produtos agrícolas que não conseguiram vender até a data do inquérito



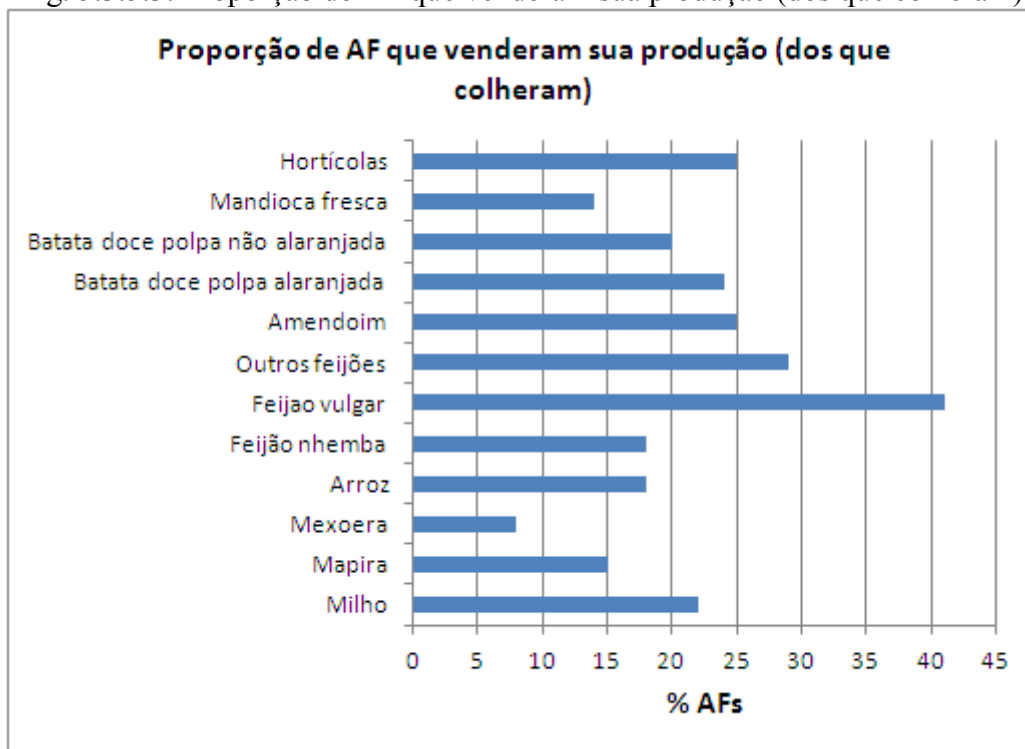
O acesso a mercados para a venda de excedentes agrícolas foi limitado por vários factores entre eles preços baixos, falta de informação sobre oportunidades de mercado, longas distâncias até ao mercado, falta de transporte, ausência de comerciantes entre outros. A razão predominante foi a ausência de comerciantes seguido da falta de transporte para levar os produtos ao mercado. O problema de baixos preços foi mais indicado nas províncias de Maputo Cidade (50%), Niassa (27%) e Sofala (19%). Longas distâncias até ao mercado foi indicada por 38% de AF de Tete, 27% em Gaza e 19% em Niassa. A falta de transporte para levar produtos aos mercados foi reportada em Maputo Província (68%), Cabo Delgado (37%) e Gaza (33%).

Fig. 5.3.5.2: Razões de não venda dos excedentes agrícolas pelos AFs



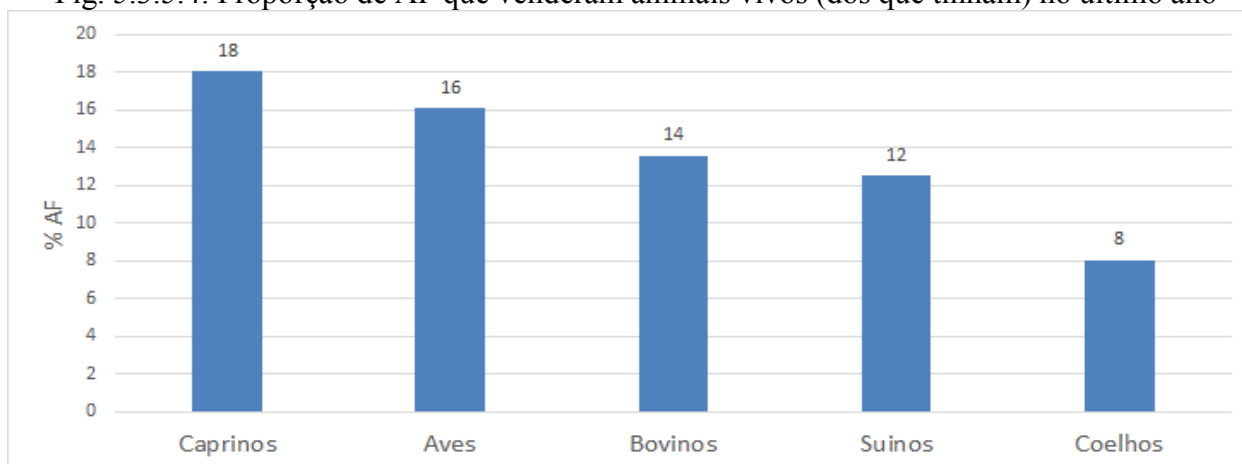
A Fig. 5.3.5.3 ilustra a proporção de AF que venderam parte da sua produção da campanha agrícola 2012/2013. Mais de 40% de AF que produziram o feijão vulgar venderam parte da sua produção, e 29% venderam outro tipo de feijão. Um em cada quatro AF que produziram hortícolas e amendoim venderam parte da sua produção.

Fig. 5.3.5.3: Proporção de AF que venderam sua produção (dos que colheram)



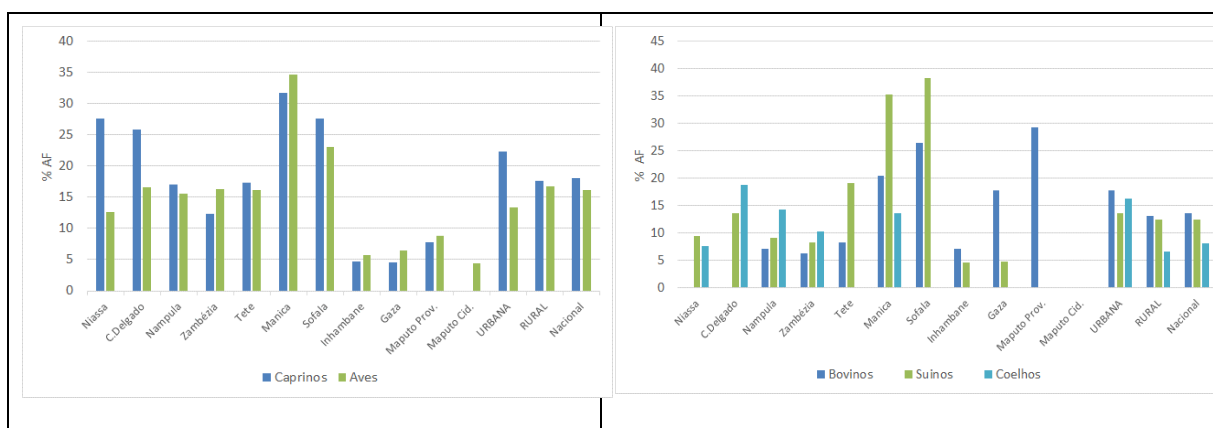
A venda de animais criados pelos AF também ocorreu de forma significativa no último ano. Os caprinos aparecem como a espécie vendida pela maior proporção de AF (18%) daqueles que criam, seguido de aves 16% e depois bovinos (14%). Estes dados vão de acordo com as observações feitas nos mercados em que havia mais caprinos e galinhas à venda do que outras espécies animais.

Fig. 5.3.5.4: Proporção de AF que venderam animais vivos (dos que tinham) no último ano



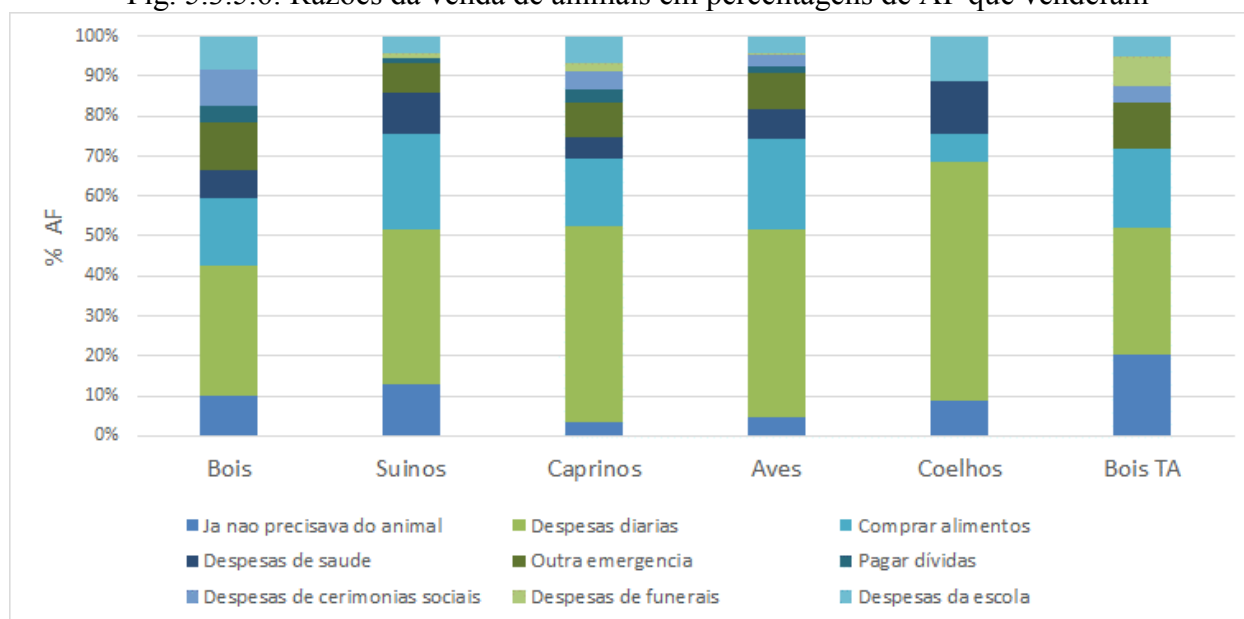
A desagregação por província e zona (urbana e rural) mostra que a venda de caprinos é mais frequente nas províncias de Manica (32%), Niassa e Sofala (28%) e Cabo Delgado (26%). Maior proporção de AF que vendem aves está nas províncias de Manica (35%) e Sofala (23%). O mesmo acontece na venda de suínos, a maior percentagem de AF está nas províncias de Sofala (38%) e Manica (35%). A venda de bovinos não tem expressão nas províncias de Niassa, Cabo Delgado e Maputo Cidade, mas é bem notória na província de Maputo com 29% dos AF que criam seguido de Sofala com 26% e Manica com 21%. Um facto interessante é a relação entre as zonas urbanas e rurais, os resultados indicam que há proporção de AF que vendem bovinos, suínos e coelhos na zona urbana do que na rural, isso sugere que maior parte das explorações dessas espécies que ocorre nas zonas rurais são pertença de AF que residem nas zonas urbanas.

Fig. 5.3.5.5: Proporção de AF que venderam animais vivos por província e zona de residência (urbana/rural)



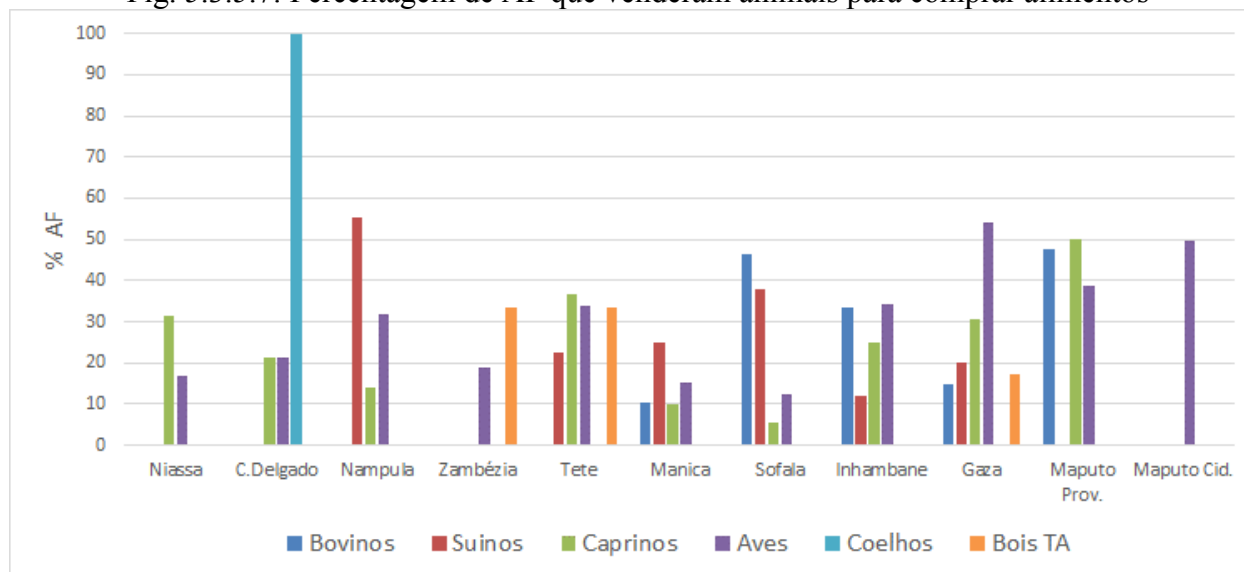
Os animais constituem um activo importante que os AF podem recorrer para dar resposta a diferentes necessidades financeiras do dia-a-dia ou resultantes de choques dentro do AF. Os resultados indicam que tanto pequenas e grandes espécies podem ser vendidas para a compra de alimentos. Com efeito, 24% dos AF que venderam foi para comprar alimentos, 23% dos que venderam aves foi para comprar alimentos, e 17% dos que venderam bois e caprinos era para a compra de alimentos. O pagamento de despesas diárias foi a razão principal da venda de animais indicada pelos AF.

Fig. 5.3.5.6: Razões da venda de animais em percentagens de AF que venderam



Analisando especificamente para a venda de animais para a compra de alimentos observa-se que a venda de bovinos para a compra de alimentos ocorreu em Maputo Província (48%), Sofala (46%), Inhambane (33%), Gaza (15%) e em Manica (10%). A venda de caprinos para a compra de alimentos é mais importante em Maputo Província (50%), Tete (37%), Niassa e Gaza (31%). A venda de aves para a compra de alimentos é mais importante na zona Sul onde 54% de AF que venderam em Gaza foi para adquirir alimentos, 50% em Maputo Cidade, 39% em Maputo Província e 34% em Inhambane. Na zona Centro destaca a província de Tete com 34%. As províncias de Sofala e Manica embora tenham as maiores proporções de AF que vendem aves, são as que possuem menores taxas de AF que vendem aves para comprar comida, de 12% e 15%, respectivamente.

Fig. 5.3.5.7: Percentagem de AF que venderam animais para comprar alimentos



5.3.6 Participação em Programas de Protecção Social

Apenas 272 de uma amostra total de 7.000 agregados familiares, ou seja, menos de 4%, disseram ter participado de algum programa social. Embora isto torne a análise de dados menos significativa, pode-se notar que nos agregados familiares que participam em algum programa social, a percentagem com o período de 2 meses ou mais durante o qual tiveram dificuldades em ter o suficiente para comer é maior do que nos grupos que não participaram de nenhum programa social (39% *versus* 32%). Não há diferença na adopção de um comportamento de sobrevivência alimentar médio a alto entre os dois grupos de agregados familiares (34% *versus* 36%).

Quadro 5.3.6.1: Associação entre a participação em programas sociais e enfrentar dificuldades em ter o suficiente para comer e o emprego de estratégias de sobrevivência alimentar

	Participação em programas sociais		Signif.
	Sim (n=272*)	Não (n=6617*)	
AF teve acesso difícil a alimentos suficientes durante mais de 2 meses	39%	32%	p<0.000
AF usou estratégias de sobrevivência de um nível médio/alto	34%	36%	n.s.

*Contas não ponderadas

5.3.7 Conclusão Em Relação Ao Acesso A Alimentos

Na Quadro 5.3.8.1 as províncias são comparadas em relação aos anteriores três indicadores-chave de acesso à alimentação. O quadro sugere que o acesso à alimentação é pior nas províncias da região norte, Zambézia, Niassa, Cabo Delgado e Tete e, em menor medida, nas províncias de Inhambane e Gaza. Além disso, os agregados familiares rurais estão em situação

pior do que os urbanos. Os grupos de forma de vida com o acesso mais pobre à alimentação são os grupos 3 e 4 dos trabalhadores eventuais/mendigos e dos pescadores. Os grupos de trabalhadores assalariados e dos que trabalham em sectores de serviços têm o melhor acesso a alimentos, de acordo com os indicadores.

Quadro 5.3.7.1: Classificação resumida dos três indicadores de acesso à alimentação por província e tipo de residência

	Período de ter dificuldade para comprar suficiente para comer	Proporção dos alimentos na despesa familiar	Índice do consumo alimentar	Estratégias de sobrevivência alimentar	GERAL
Niassa		-	-	-	-
Cabo Delgado		-	-	-	-
Nampula	+		-	+	+/-
Zambézia	-	-	-	-	-
Tete			-	-	-
Manica	+				+
Sofala	+	-			+
Inhambane	-				-
Gaza	-				-
Maputo Província	+	+	+		+
Maputo Cidade	+	+	+	+	+
Zona rural	-	-	-	-	-
Zona urbana	+	+	+	+	+

Grupos de formas de vida

Grupo 1		-	-		
Grupo 2	+		+		+
Grupo 3	-	-	-	-	-
Grupo 4	-	-	+	-	-
Grupo 5	+	+		+	+

5.4 Uso e Utilização

O termo **utilização** pode ser interpretado de duas maneiras. Pode referir-se à capacidade de um agregado familiar de utilizar os alimentos disponíveis, bem como a capacidade do corpo humano para absorver e metabolizar os alimentos com vista à saúde e ao crescimento. Os indicadores da primeira interpretação seriam, por exemplo, instalações de armazenamento de alimentos, instalações de processamento de alimentos, alimentos seguros (incluindo o acesso à água potável), preferências alimentares e práticas de alimentação. Exemplos de indicadores da segunda interpretação seriam: quantidade e qualidade da dieta, o estado nutricional, a

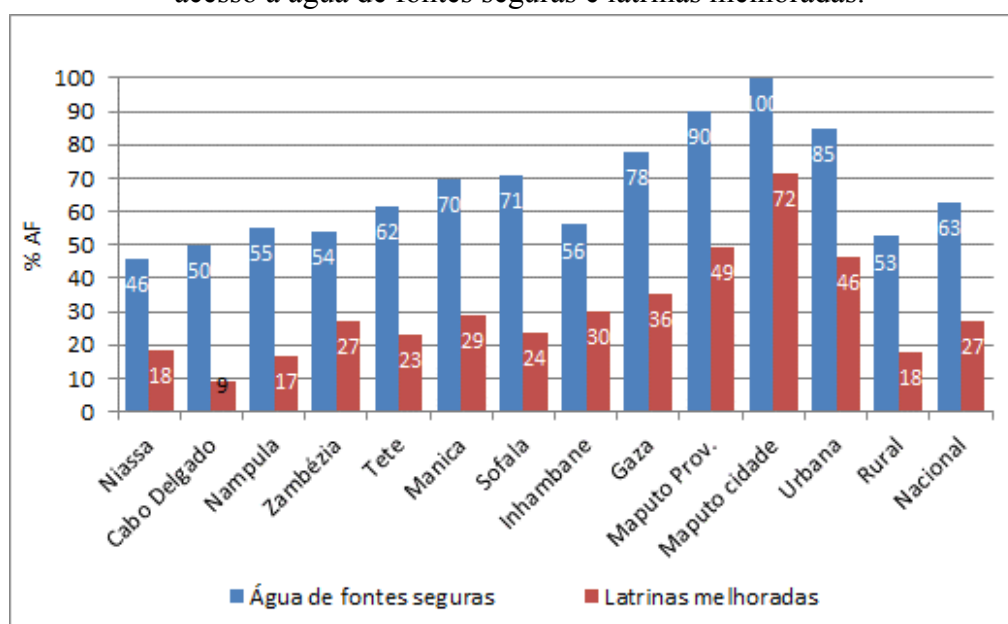
prevalência de doenças e a mortalidade. Neste capítulo analisamos o acesso a água, saneamento e higiene. O estado nutricional, a prevalência de doenças e mortalidade são tratados em capítulos posteriores.

5.4.1 Água, Saneamento e Higiene

No geral, 63% dos agregados familiares têm acesso a água de fontes seguras⁶. O acesso é menor nas províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Inhambane onde a proporção não passa 60%, e mais alto nas províncias de Maputo Cidade (100%), Maputo Província (90%) e Gaza (78%). Na zona urbana, 85% dos agregados familiares tem acesso a água de fontes seguras contra apenas 53% dos agregados familiares das zonas rurais (Fig. 5.4.1.1).

O acesso à água de fontes seguras melhorou quando comparando os dados do MICS 2008, quando apenas 43% dos agregados familiares tinham acesso a fontes seguras contra 63% em 2013. Para as zonas urbanas, a percentagem aumentou de 70% para 85% e para as zonas rurais de 30% para 53%.

Figura 5.4.1.1: Percentagem de agregados familiares que têm acesso a água de fontes seguras e latrinas melhoradas.



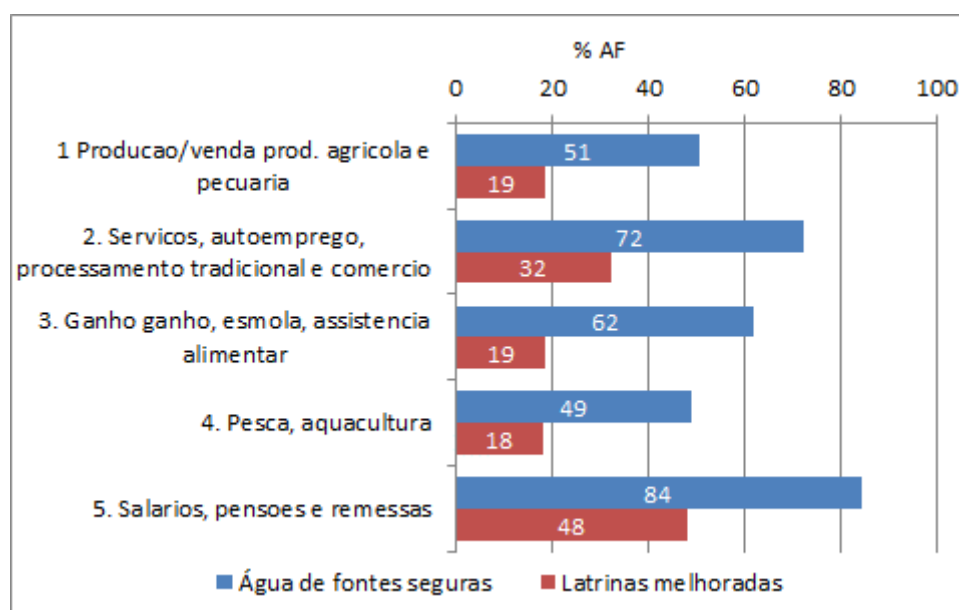
Há também diferenças significativas no acesso a água de fontes seguras por grupo de formas de vida. O acesso é maior para os agregados familiares do Grupo 5 e Grupo 2, facto que está associado a zona de residência, o acesso é maior na zona urbana do que na rural (Fig. 5.4.1.2).

⁶ Fontes seguras de água: Água canalizada, poço protegido, furo com bomba manual, água engarrafada/mineral.

No geral, 27% dos agregados familiares dispõem de instalações sanitárias melhoradas⁷, mas há diferenças significativas entre as províncias, entre as zonas de residência e entre grupos de formas de vida. Tal como acontece com acesso a água de fontes seguras, o acesso é menor no Norte (cerca de 15%) e maior no Sul (aproximadamente 40% a 70%). Na zona urbana, 46% dos agregados familiares têm acesso a instalações melhoradas, contra apenas 18% na zona rural. As diferenças entre grupos de formas de vida seguem o mesmo padrão como o da água de fontes seguras, ou seja, maior acesso para os Grupos 5 e 2.

A percentagem total de agregados familiares que utilizam saneamento melhorado aumentou de 19% em 2008 para 27% em 2013. Isto deveu-se inteiramente ao aumento da disponibilidade de instalações de saneamento adequadas na zona rural (6% em 2008 contra 18% em 2013) visto que a disponibilidade permaneceu inalterada na zona urbana (47% em 2008 contra 46% em 2013).

Fig. 5.4.1.2: Acesso a água de fontes seguras e latrinas melhoradas por grupos de forma de vida.



O inquérito incluiu perguntas sobre hábito de lavar as mãos que foram agrupadas em quatro categorias: (i) antes da preparação dos alimentos, (ii) após o contacto com as fezes, (iii) depois de lavar uma pessoa doente, e (iv) após o trabalho na machamba.

Como mostrado na Tabela 5.4.1.1, 91% de todas as pessoas entrevistadas lavam as mãos antes de preparar os alimentos; 84% após o contacto com as fezes; 41,3% depois de lavar uma pessoa

⁷ Instalações sanitárias melhoradas: retrete (pia) com autoclismo, retrete (pia) sem autoclismo, latrina melhorada, latrina tradicional melhorada se não compartilhadas com outros agregados familiares.

doente, e 60,2%, depois de trabalhar na machamba. Existem grandes diferenças no hábito de lavar as mãos entre as províncias. Zambézia apresenta-se como sendo a mais fraca em termos do hábito de lavar as mãos. Maputo Província e Maputo Cidade têm baixa percentagem de agregados familiares que lavam as mãos depois de cuidar uma pessoa doente ou após o trabalho na machamba. A lavagem das mãos após o contacto com as fezes é mais observada na população urbana do que na rural, e mais frequente no Grupo 5 e no Grupo 2.

Quadro 5.4.1.1: Hábitos de lavar as mãos por província, zona de residência e grupo de formas de vida (percentagem de agregados familiares)

	Antes de preparar os alimentos	Após contacto c/ fezes	Após lavar doente	Após o trabalho na machamba	Casos (não ponderados)
Total	90.6	84.4	41.3	60.2	6889
Província					
Niassa	98.1	92.7	55.3	73.4	581
Cabo Delgado	96.6	83.5	58.4	62.7	621
Nampula	93.5	78.5	48.3	63.2	684
Zambézia	79.4	70.2	23.8	50.9	628
Tete	85.6	88.9	46.9	59.6	504
Manica	98.8	92.9	54.5	61.3	569
Sofala	94.5	85.4	39.7	74.3	598
Inhambane	98.1	90.4	52.9	83.4	559
Gaza	94.7	95.4	35.0	82.5	560
Maputo Prov.	82.9	93.1	14.8	29.9	692
Maputo cidade	91.1	98.4	34.7	27.7	893
Signif.	***	***	***	***	
Zona urbana/rural					
Zona urbana	90.5	89.6	40.8	48.7	3408
Zona rural	90.7	82.0	41.5	65.5	3481
Signif.	Ns	***	n.s.	***	
Grupo de forma de vida					
Grupo 1	90.5	80	41.7	68	2371
Grupo 2	92.2	87.1	41.9	56.1	1930
Grupo 3	89.2	88.3	38.8	57.5	596
Grupo 4	84.7	79	43.3	62.8	248
Grupo 5	91.1	91.6	40.0	46.4	1744
Signif.	Ns	***	n.s.	***	

5.5 Estabilidade

A estabilidade da disponibilidade e acesso a alimentos depende vários factores internos e externos aos agregados familiares, como por exemplo, mudanças macroeconómicas que elevam

preços de alimentos, factores climáticos que reduzem a produtividade da terra, morte do membro principal gerador de renda no agregado familiar. Fontes de renda inseguras e/ou renda baixa torna-se num factor de risco para a insegurança alimentar. A renda obtida de ganho-ganho, remessas, pedir esmola e assistência alimentar são consideradas inseguras além de ser baixa, enquanto os assalariados embora a renda possa ser baixa ela é mais estável. A Tabela 5.5.1 indica a percentagem dos agregados familiares que dependem principalmente de ganho-ganho, pedir esmola e assistência alimentar.

Quadro 5.4.1.1: Distribuição percentual de agregados familiares

Província	Percentagem
Niassa	21.4
Cabo Delgado	12.1
Nampula	14.6
Zambézia	21.2
Tete	22.1
Manica	25.2
Sofala	19.7
Inhambane	16.9
Gaza	20.6
Maputo província	21.9
Maputo cidade	11.6
Significância	***
Zona urbana	15.2
Zona rural	20.4
Significância	***
Total	18.8

A proporção dos agregados familiares que dependem principalmente destas fontes é mais alta em Manica, Tete, Zambézia, Niassa e Maputo Província (21-25%). A percentagem mais baixa encontra-se em Maputo Cidade, Cabo Delgado e Nampula (12-14%). Além disso, as rendas baixas e instáveis são mais comuns nas áreas rurais do que nas áreas urbanas (20% versus 15%).

Os choques que ameaçam o acesso dos agregados familiares aos alimentos são outra categoria de factor de risco. Quando os agregados familiares passam por choques, eles recorrem a estratégias para enfrentarem e tentarem recuperar do choque. Os agregados familiares foram perguntados se tinham sofrido algum choque que tenha afectado o acesso a alimentos ou a capacidade de manter os seus bens nos últimos 12 meses.

Duma forma geral, 34,7% dos agregados familiares tiveram algum choque nos últimos 12 meses anteriores ao inquérito. As províncias de Gaza, Cabo Delgado e Sofala têm a percentagem mais alta de agregados familiares que tiveram choques, enquanto Maputo Cidade e Manica foram as províncias menos afectadas (Tabela 5.5.2). Quando se faz uma distinção

entre choques graves e menos graves⁸, 4,9% dos agregados familiares parecem não ter recuperado de choques graves. As percentagens mais altas dos agregados familiares que não recuperaram de choques graves foram observadas em Cabo Delgado e Sofala (11%).

Quadro 5.4.1.2: Percentagem de agregados familiares que tiveram choques e de agregados familiares que tiveram um choque grave e não recuperaram

	Tiveram choque			Não recuperaram de choque grave	Casos não ponderados
	1 choque	2 ou mais choques	Total		
Total	20.5	14.1	34.7	4.9	6889
Niassa	15.1	11.8	26.9	2.9	581
Cabo Delgado	21.9	32.8	54.8	11.4	621
Nampula	19.3	10.3	29.6	3.8	684
Zambézia	19.7	18.7	38.5	3.7	628
Tete	24.2	4.4	28.7	2.4	504
Manica	12.1	4.3	16.4	3.5	569
Sofala	25.7	16.5	42.2	11.0	598
Inhambane	21.9	20.6	42.5	5.7	559
Gaza	37.1	25.6	62.7	6.3	560
Maputo província	20.0	7.7	27.7	2.5	692
Maputo cidade	11.2	3.2	14.4	3.5	893
Significância			***	***	
Área de residência					
Zona urbana	16.7	8.0	24.7	3.6	3408
Zona rural	22.3	17.0	39.3	5.4	3481
Significância			***	**	
Grupo de forma de vida					
Grupo 1	22.7	13.7	36.4	4.2	2371
Grupo 2	16.9	13.9	30.8	4.8	1930
Grupo 3	22.5	19.3	41.8	7.6	596
Grupo 4	25.5	27.2	52.8	8.4	248
Grupo 5	17.7	9.7	27.4	4.4	1744
Significância			***	**	

⁸Choques considerados graves: doença crónica no AF, perda de emprego do membro do agregado familiar, morte ou roubo do gado; doença crónica, roubo de bens.

Os agregados familiares rurais foram duas vezes mais afectados pelos choques do que os agregados familiares urbanos (17% contra 8%) e também recuperam menos.

Existe uma diferença significativa entre os grupos de forma de vida com relação aos choques. Mais da metade (52%) dos agregados familiares envolvidos do Grupo 4 e 42% do Grupo 3 foram afectados por choques. O Grupo 5 apresenta a menor proporção de agregados familiares afectados (27%).

A seca e as chuvas irregulares estavam entre os choques mais relatados em todas as províncias com a excepção de Maputo Cidade, tanto nas zonas urbanas como nas zonas rurais e para todos os cinco grupos de formas de vida. Isto afecta 56% dos agregados familiares rurais e 35% dos agregados familiares urbanos, e os grupos de formas de vida 1 e 4 são os mais afectados (58% e 55% respectivamente). Na Zambézia e Gaza, as cheias foram o segundo choque mais importante que afectava um terço dos agregados familiares. A perda de emprego era predominante em Maputo Cidade (48%) e as doenças crónicas foram o segundo choque mais importante na população urbana (17%). O segundo choque mais importante para a população rural foram doenças e pragas das culturas, particularmente em Cabo Delgado, Niassa e Inhambane.

Questionou-se aos agregados familiares se teriam usado estratégias para lidarem com os choques a dois níveis: estratégias de formas de vida e estratégias alimentares. Com nas estratégias de formas de vida calculou-se o índice de estratégias de formas de vida. Este índice serve de indicador do esgotamento de recursos de bens produtivos e não produtivos dos agregados familiares e suas estratégias para a redução da despesa e o aumento da renda. Este índice foi calculado de acordo com os procedimentos descrito pelo PMA⁹ e leva em consideração a severidade das estratégias adoptadas, i.e. o impacto que terão na capacidade do agregado familiar de recuperar.

As províncias de Cabo Delgado, Zambézia e Gaza são as têm percentagens mais altas de agregados familiares que usaram estratégias de sobrevivência de emergência ao passo que se observam percentagens mais baixas em Maputo Cidade, Maputo Província e Niassa (Tabela 5.5.3). No que tange à combinação de estratégias para situações de emergência e de crise, também são as províncias de Cabo Delgado, Zambézia e Gaza que tiveram as maiores percentagens de agregados familiares que adoptaram estas estratégias, sendo a percentagem mais baixa verificada em Maputo Cidade, Manica e Niassa.

As estratégias de sobrevivência nas formas de vida a nível de situações de emergência e crise muitas das vezes são mais adoptadas pelos agregados familiares rurais do que os urbanos.

⁹WFP. Directrizes técnicas para a consolidação da abordagem do PMA para relatar indicadores de segurança alimentar (CARI).

Quadro 5.4.1.3: Severidade das estratégias de sobrevivência nas formas de vida adoptadas nos últimos 30 dias (distribuição percentual)

	Severidade da estratégia de sobrevivência				Casos não ponderados
	Nenhuma	Estresse	Crise	Emergência	
Total	68	8	13	11	6887
Niassa	77	10	8	4	581
Cabo Delgado	59	8	6	28	621
Nampula	78	4	7	11	684
Zambézia	57	7	19	17	628
Tete	69	6	19	7	502
Manica	77	12	5	7	569
Sofala	61	14	16	9	598
Inhambane	67	6	15	12	559
Gaza	62	4	23	11	560
Maputo provincial	69	13	13	6	692
Maputo cidade	81	8	7	4	893
Significação			***		
Zona urbana	74	9	9	8	3408
Rural	66	7	15	13	3479
Significância			***		
Grupos de formas de vida					
Grupo 1	72	6	13	10	2369
Grupo 2	66	9	13	13	1930
Grupo 3	59	8	17	17	596
Grupo 4	54	11	18	17	248
Grupo 5	73	9	9	9	1744
Significância			***		

5.5.1 Adopção de Estratégias de Sobrevivência Alimentar (rCSI)

Perante um choque que afecte o acesso a alimentos, os agregados familiares adoptam estratégias de sobrevivência para responder aos choques. Por exemplo, podem recorrer a alimentos menos preferidos ou reduzir a quantidade de alimentos nas refeições ou saltar algumas refeições. O Índice Reduzido de Estratégias de Sobrevivência (rCSI) é uma ferramenta concebida para medir esse tipo de comportamento de sobrevivência, por meio de algumas perguntas sobre o comportamento alimentar durante os últimos 7 dias. O rCSI foi incluído no questionário e os resultados em termos de percentagens dos agregados familiares que mostram diferentes graus de comportamento de sobrevivência são apresentados na Fig. 5.5.1.1.

As províncias de Cabo Delgado e Zambézia têm as taxas mais altas de adopção de estratégias de sobrevivência alimentar em situações de emergência e Maputo Cidade e Nampula têm as

taxas mais baixas. Os grupos de formas de vida que mais usam as estratégias de sobrevivência alimentar são os grupos 3 e 4 (Fig. 5.5.1.2).

Altos índices de estratégia de sobrevivência alimentar sugerem maior ocorrência de choques que reduzem o acesso a alimentos pelos agregados familiares. A comparação dos dados actuais com os dados de estudos anteriores é difícil porque esses estudos empregaram diferentes indicadores e formas de análise.

Figura 5.5.1.1: Percentagem de agregados familiares que usaram diferentes níveis de estratégias de sobrevivência alimentar por província e área de residência

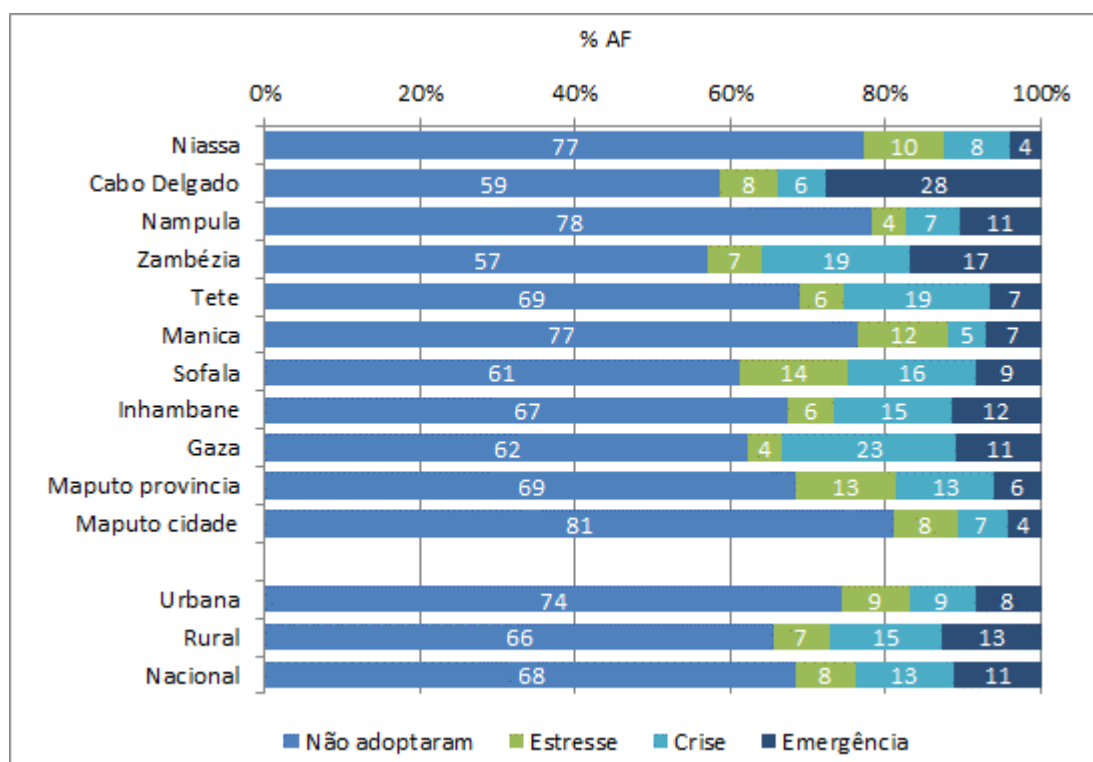
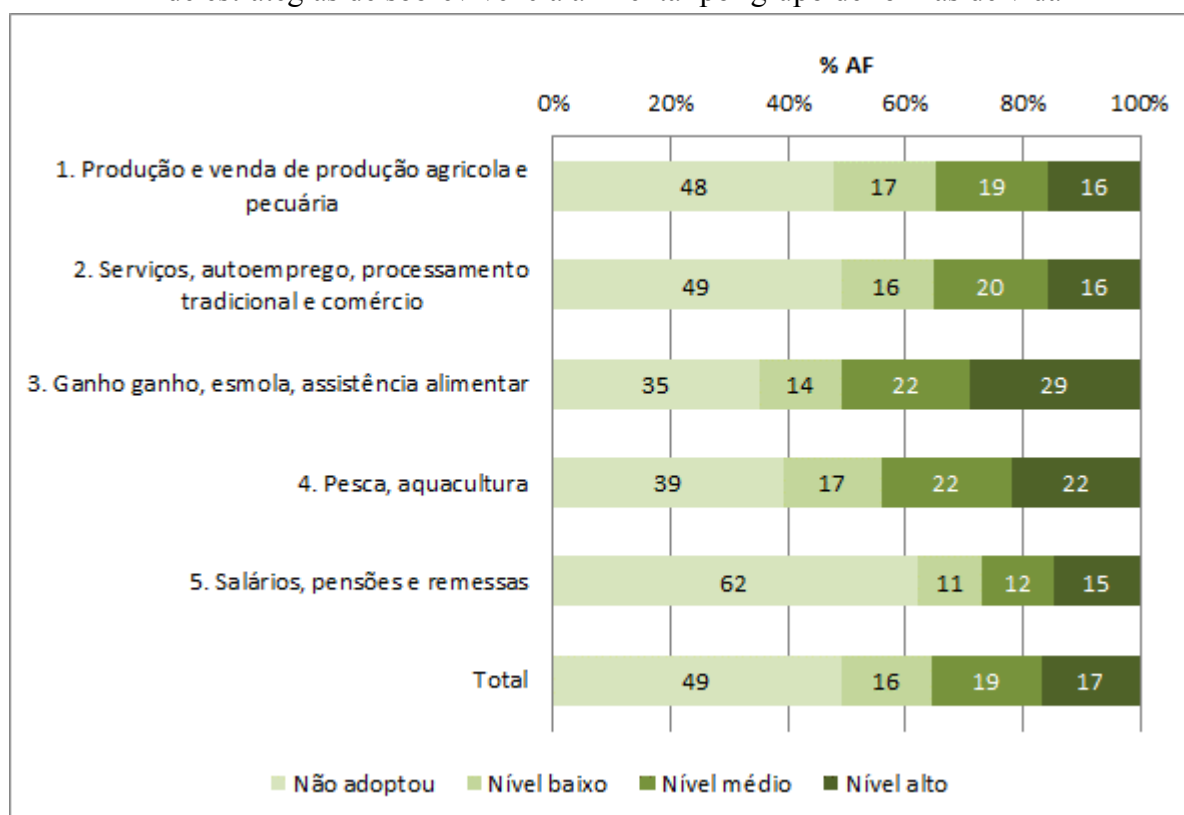


Figura 5.5.1.2: Percentagem de agregados familiares que usaram diferentes níveis de estratégias de sobrevivência alimentar por grupo de formas de vida



A comparação das taxas de adopção de estratégias de sobrevivência nas formas de vida e de estratégias de sobrevivência alimentar indica que Cabo Delgado e Zambézia têm as taxas mais altas de adopção para ambos os índices e Maputo Cidade tem a mais baixa.

5.6 Análise da Segurança Alimentar

5.6.1 Insegurança alimentar geral

O Índice de Segurança Alimentar (ISA) foi desenvolvido para avaliar a situação de segurança alimentar de um agregado familiar. Basicamente, este é baseado na média das pontuações das seguintes variáveis:

- Qualidade da dieta derivada da índice do consumo alimentar
- Duração do período de dificuldade em ter alimentos suficientes
- Duração da reserva de cereais de produção própria
- Tipo de fonte de renda
- A severidade das estratégias de sobrevivência usadas.

Com base no ISA, os agregados familiares são classificados como estando na situação de segurança alimentar, segurança alimentar na maior parte do ano, em insegurança alimentar moderada e em insegurança alimentar severa (Fig. 5.6.1.1).

Figura 5.6.1.1: Situação de segurança alimentar de agregados familiares por província, zona urbana/rural

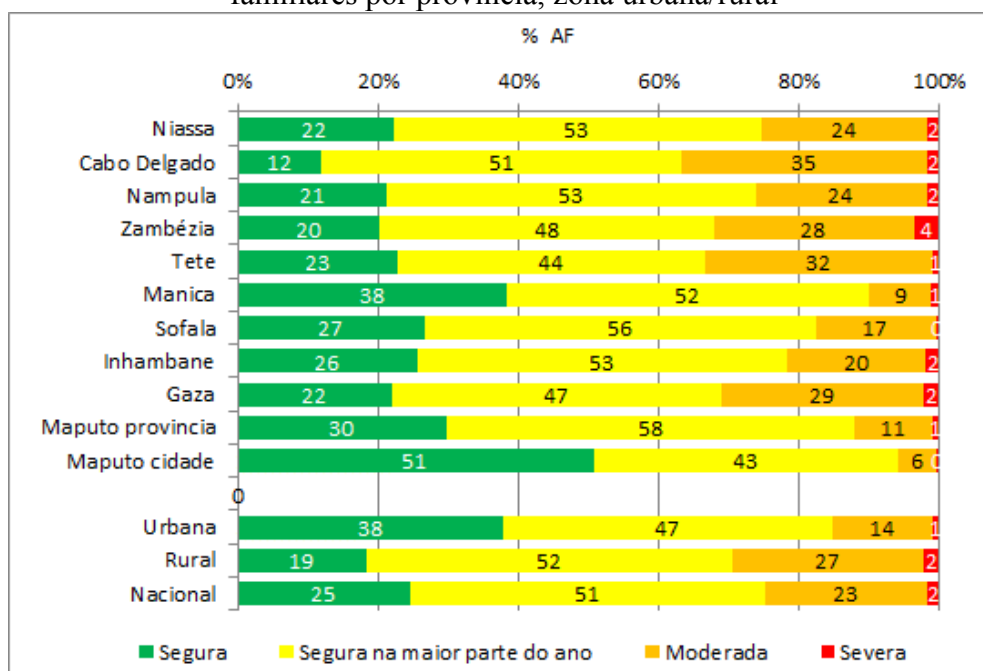
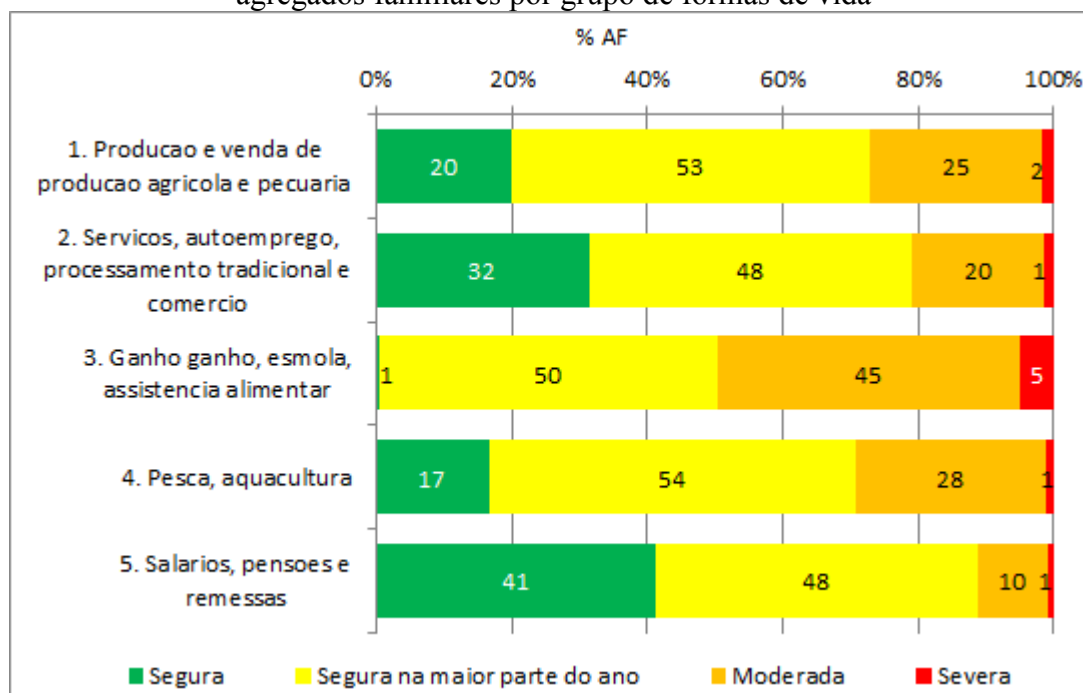


Figura 5.6.1.2: Situação de segurança alimentar de agregados familiares por grupo de formas de vida



Quadro 5.6.1.1: Situação de segurança alimentar de agregados familiares por província, zona urbana/rural e grupo de formas de vida (distribuição percentual)

	Situação de segurança alimentar					Casos não ponderados
	Segura	Marginal	Moderada	Severa	Moderada + Severa	
Total	24.6	50.5	23.1	1.8	24.9	6889
Niassa	22.2	52.5	23.8	1.6	25.4	581
Cabo Delgado	12.0	51.3	35.0	1.7	36.7	621
Nampula	21.3	52.5	24.4	1.8	26.2	684
Zambézia	20.3	47.7	28.4	3.6	32.0	628
Tete	22.8	43.9	32.3	0.9	33.2	504
Manica	38.3	51.8	8.8	1.1	9.9	569
Sofala	26.8	55.6	17.2	0.4	17.6	598
Inhambane	25.6	52.7	19.8	1.8	21.6	559
Gaza	22.1	46.8	29.0	2.1	31.1	560
Maputo Província	29.7	58.2	11.1	0.9	12	692
Maputo Cidade	50.7	43.4	5.6	0.3	5.9	893
Significância	***					
ZONA URBANA	37.9	46.9	14.3	0.9	15.2	3408
ZONA RURAL	18.5	52.1	27.2	2.2	29.4	3481
Significância	***					
Formas de vida						
Grupo 1	20.0	53.0	25.3	1.8	27.1	2371
Grupo 2	31.5	47.7	19.5	1.3	20.8	1930
Grupo 3	0.6	49.7	44.7	5.0	49.7	596
Grupo 4	16.7	54.2	27.9	1.2	29.1	248
Grupo 5	41.3	47.5	10.3	0.9	11.2	1744
Significância	***					

No geral, 1,8% dos agregados familiares são classificados como estando em situação de insegurança alimentar severa, enquanto 23,1% estão em situação de insegurança alimentar moderada. A diferença entre províncias, entre zonas urbanas e rurais e entre grupos de formas de vida é estatisticamente significativa. A percentagem de agregados familiares em situação de insegurança alimentar severa é mais elevada na Zambézia (3.6%) e mais baixa em Maputo Cidade (0,3%). A percentagem total de agregados familiares em situação de insegurança alimentar severa e moderada é muito elevada em Cabo Delgado, Tete, Zambézia e Gaza (31-37%), um pouco mais baixa em Niassa e Nampula (25%) e muito mais baixa para Maputo Cidade, Manica e Maputo Província (6-12%).

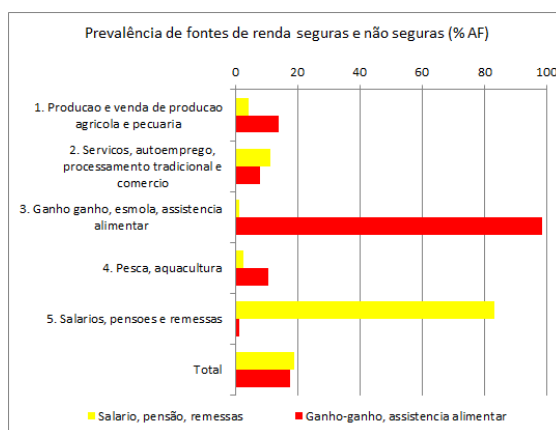
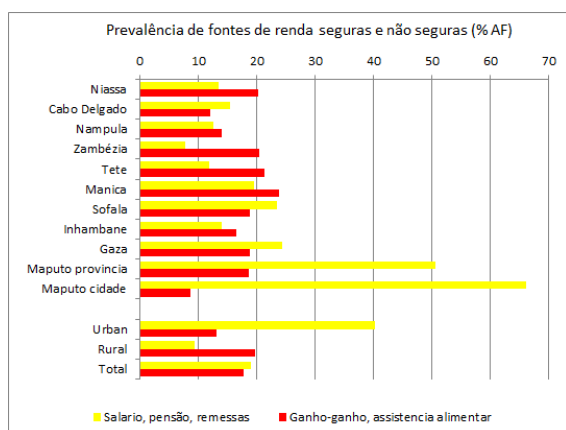
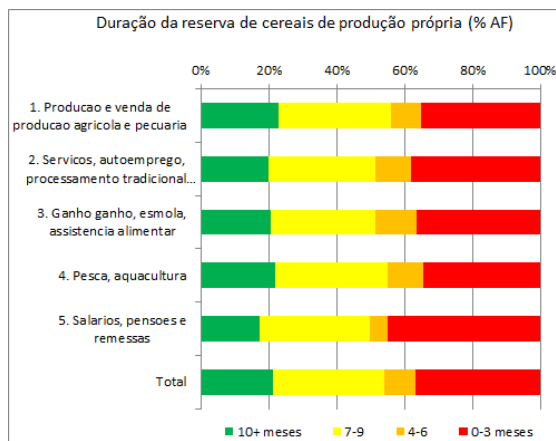
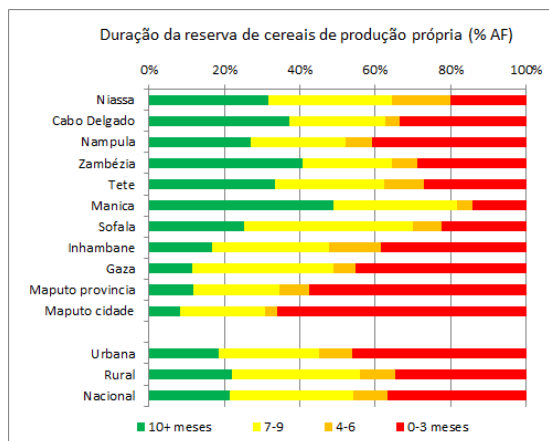
Os dados também sugerem que o risco de os agregados familiares rurais entrarem na situação de insegurança alimentar é quase duas vezes maior em relação aos agregados familiares urbanos (29% versus 15% da prevalência agregada da insegurança alimentar moderada e severa).

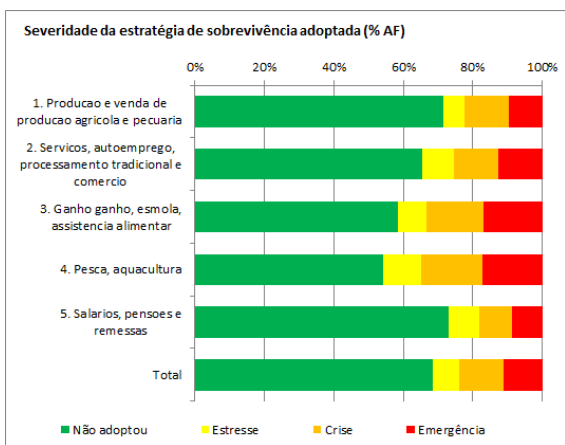
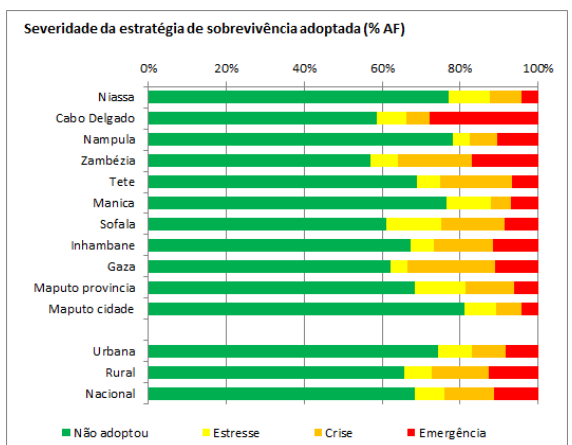
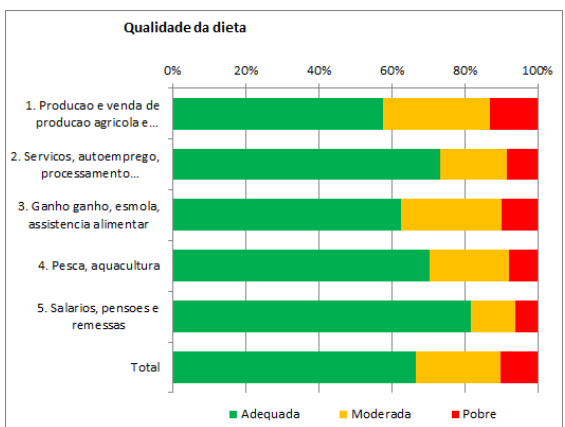
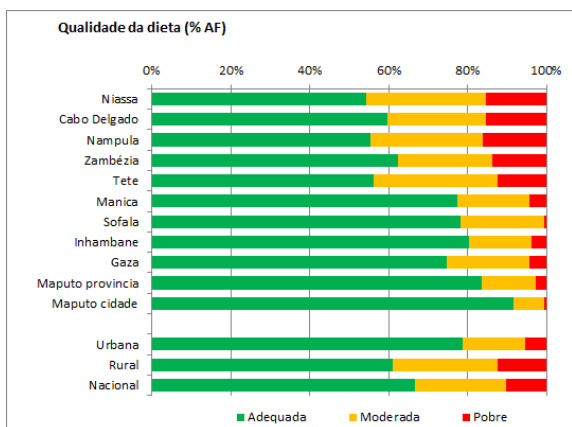
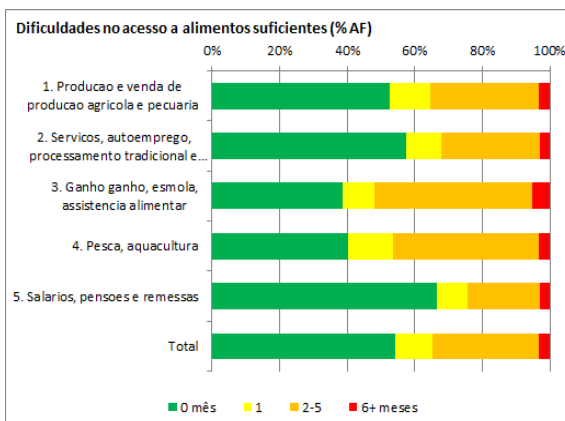
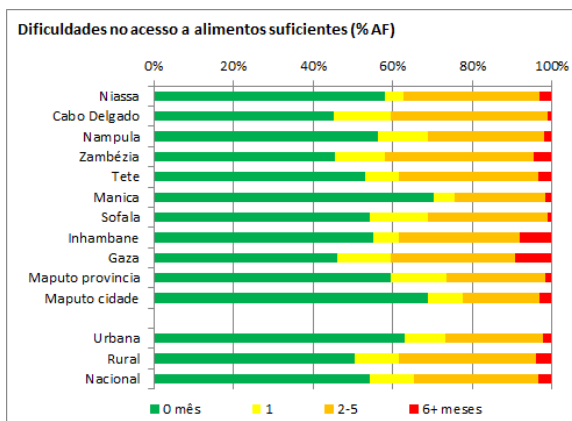
A prevalência da insegurança alimentar (moderada e severa) é mais elevada no Grupo 3 (50%) e menos baixa no Grupo 5 (11%).

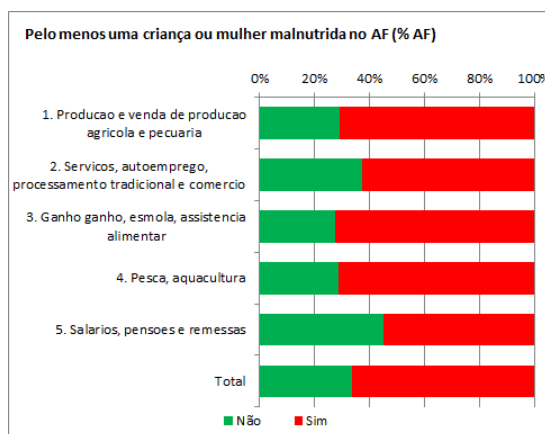
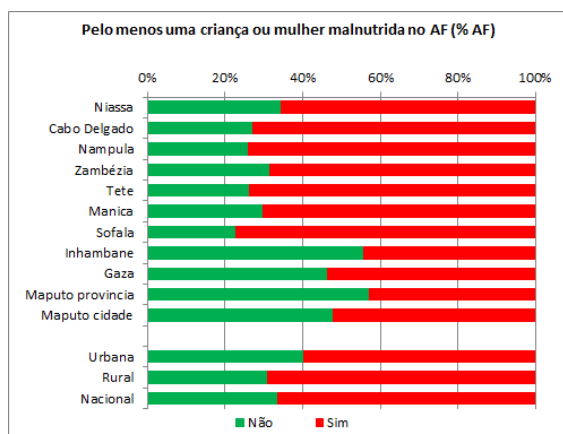
As pontuações das províncias nas cinco variáveis de componentes que constituem a variável da situação de segurança alimentar e da situação nutricional de agregados familiares são apresentadas na Figura 5.6.1.3. Estas informações explicam por que algumas províncias têm maior segurança alimentar do que as outras:

- A proporção de agregados familiares com dieta adequada é baixa em Niassa, Cabo Delgado, Zambézia e Tete.
- A duração da reserva de cereais de produção própria é mais problemática em Maputo Cidade, Maputo Província, Gaza e Nampula. Contudo, para Maputo Cidade e Maputo Província, isso não surpreende visto que se trata de províncias com características urbanas.
- Nas províncias de Gaza, Inhambane e Zambézia há maior proporção de agregados familiares que passaram por longos períodos de dificuldades de acesso a alimentos suficientes.
- Nas províncias do norte de Moçambique, a percentagem dos agregados familiares dependentes de fontes de renda instáveis é mais alta do que nas províncias do sul. Em Maputo Cidade, Maputo Província e Sofala, os agregados familiares possuem uma fonte de renda relativamente estável.
- As províncias de Cabo Delgado, Zambézia e Gaza têm a maior percentagem de agregados familiares que adoptaram estratégias de sobrevivência para situações de crise ou emergência.

Fig. 5.6.1.3: Distribuição percentual de agregados familiares por diferentes classes de adequação de indicadores-chave da segurança alimentar por província, zona urbana/rural e por grupo de forma de vida







A Tabela 5.6.1.2 apresenta uma comparação da situação dos indicadores-chave e de outros indicadores abordados nos parágrafos anteriores entre as províncias e grupos de forma de vida. O sinal '+' na tabela significa que a situação está melhor em relação às outras províncias/grupos de formas de vida, mas não significa que a situação seja boa em sentido absoluto. De acordo com a imagem que surge a partir da Tabela 5.6.1.2, as províncias de Zambézia, Cabo Delgado e Tete apresentam valores baixos para muitos dos indicadores em comparação com as outras províncias e, por isso, parecem estar menos seguras em sentido alimentar. Gaza é outra província que tem uma elevada percentagem de agregados familiares com insegurança alimentar com base no ISA, apresenta pontuações melhores na Tabela 5.6.1.3. A província de Gaza apresenta pontuações comparativamente favoráveis na utilização dos alimentos (situação nutricional, água e saneamento e morbilidade infantil).

Outro dado que igualmente condiz com a Tabela 5.6.1.2 é a pontuação relativamente favorável, na Tabela 5.6.1.3, de Maputo Cidade, Maputo Província e Manica. Parecem ser as províncias com agregados familiares que apresentam o menor risco de insegurança alimentar. Em comparação com outras províncias, o acesso aos alimentos, a utilização dos mesmos e estabilidade alimentar estão relativamente bem garantidos em Maputo Cidade e Maputo Província. A estabilidade é relativamente alta devido à maior proporção de trabalhadores assalariados. A situação de segurança alimentar em Manica é melhor do que nas províncias do norte. Manica apresenta boas pontuações no acesso aos alimentos e na sua utilização, e pontuações muito boas na disponibilidade e na estabilidade do acesso aos alimentos.

Com relação aos grupos de forma de vida, a Tabela 5.6.1.2 confirma que o Grupo 5 e Grupo 2 estão em melhor situação de segurança alimentar ao passo que a situação é pior para os grupos 1, 3 e 4.

Os dados da Tabela 5.6.1.2 estão condensados na Tabela 5.6.1.3, que resume a situação relativa dos quatro pilares da segurança alimentar por província e grupo de formas de vida. A Tabela mostra de relance o pilar que contribui para uma situação de segurança alimentar baixa para determinada província ou grupo de forma de vida.

Quadro 5.6.1.2. Tabela resumo da situação dos indicadores de segurança alimentar por província, zona urbana/rural e grupo de forma de vida

	Disponibilidade de alimentos			Acesso a alimentos				Utilização					Estabilidade de acesso			Renda instável/baixa	GLOB AL
	Diversidade de culturas	Tempo de reservas	U AT	Duração do período difícil	Contribuição dos alimentos na despesa	ICA	rCSI	Práticas de alimentação infantil	Estado nutricional de crianças	Estado nutricional de mulheres	Água & Saneamento	Morbilidade infantil	Exposição a choques	Recuperação de choques	IES		
Niassa		+	-		-	-	-	+	-		-			+	+	-	
Cabo Delgado	+	+	-	-	-	-	-	+	-	-	-		-	-	-	+	--
Nampula	+		-			-	+	+	-		-	-				+	
Zambézia			-	-	-		-	-	-	-		-			-	-	--
Tete	-	+	+						-	-		+		+		-	
Manica	+	+	+	+			+		-			+	+		+	-	+
Sofala	-	+	+		-	+			-	-			-	-			
Inhambane		-	+	-					+	+						+	
Gaza	+	-	-	-					+	+	+	+	-		-		
Maputo província	-	-	-	+	+	+		-	+	+	+			+		-	+
Maputo cidade	-	-		+	+	+	+	-	+		+		+		+	+	+
Zona urbana	-	-	-	+	+	+	+	-	+	+	+				+	+	
Zona rural	+	+	+	-	-	-	-	+	-	-	-				-	-	
Grupos de formas de vida:																	
Grupo 1		+	+		-	-			-	-	-				+		
Grupo 2				+		+			+	+	+		-				+
Grupo 3				-	-	-	-	-		-			+	-	--		--
Grupo 4		+		-	-	+	-	+	-	+	-		+	-	+		--
Grupo 5		-	-	+	+		+	-	+	+	+		-	+			+

¹ + = relativamente bom; - = relativamente mau.

Quadro 5.6.1.3 Situação comparativa da disponibilidade de alimentos, acesso a alimentos, utilização e estabilidade por província e grupo de formas de vida

	Disponibilidade	Acesso	Utilização	Estabilidade de acesso	Global
Niassa	--	--	--*	+	--
Cabo Delgado	+	--	--*	--	--
Nampula	+	+/-	--*	+	+/-
Zambézia	--	--	--	--	--
Tete	--	--	-	+/-	--
Manica	+/-	+	+/-	+	+
Sofala	+/-	+/-	--	--	--
Inhambane	+	--	+	+/-	+/-
Gaza	+	--	+	--	+/-
Maputo Província	+/-	+	***	+/-	+
Maputo Cidade	+/-	+	***	+	+
Zona urbana	--	+	***	+	+
Zona rural	+	--	--*	--	--
Grupos de forma de vida:					
Grupo 1	+	--	--	+/-	+/-
Grupo 2	?	+	+	+/-	+
Grupo 3	--	--	--	+/-	--
Grupo 4	+/-	--	+/-	+/-	+/-
Grupo 5	--	+	+	+/-	+

*Pontuação relativamente boa para as práticas de alimentação de lactentes e crianças pequenas.

**Pontuação relativamente fraca para as práticas de alimentação de lactentes e crianças pequenas.

Niassa	A disponibilidade, o acesso e a utilização são fracos. A estabilidade é relativamente boa graças à alta recuperação dos choques e ao comportamento de sobrevivência com poucos meios de vida.
Cabo Delgado, Zambézia e Tete	Nível inadequado de disponibilidade de alimentos, acesso a alimentos, utilização de alimentos e estabilidade de acesso a alimentos.
Nampula	A disponibilidade e estabilidade são relativamente boas, mas verifica-se má utilização, conforme

	evidenciado pelo mau estado nutricional, morbilidade infantil e condições de água e saneamento.
Manica	A disponibilidade e a utilização são mediocres; o acesso e a estabilidade são relativamente bons.
Sofala	A disponibilidade e o acesso a alimentos são mediocres; o nível de utilização e de estabilidade é baixo.
Inhambane	A disponibilidade e a utilização de alimentos são boas; o acesso é fraco e a estabilidade é medíocre.
Gaza	A disponibilidade e a utilização são boas; o acesso e a estabilidade são fracos.
Maputo Província	A disponibilidade e a estabilidade são mediocres; o acesso e a utilização são bons.
Maputo Cidade	A disponibilidade é medíocre, o que não é surpreendente, dado o carácter altamente urbanizado da província. O acesso a alimentos, a utilização e a estabilidade são relativamente bons.

5.6.2 Insegurança Alimentar Aguda e Crónica

Um algoritmo foi desenvolvido para distinguir a insegurança alimentar crónica da aguda. Os agregados familiares foram considerados como estando em insegurança alimentar crónica se estivessem em insegurança alimentar moderada ou severa, de acordo com o ISA, sem terem sofrido algum tipo de choque, ou se maior parte (80%) da sua renda é proveniente de fontes inseguras (ganho-ganho, pedir esmola, assistência alimentar), o mesmo que dizer menos de 20% da sua renda provem fontes seguras exemplo salário ou pensão. Os agregados familiares na situação de insegurança alimentar aguda são aqueles classificados como inseguros (inseguro na menor parte do ano, moderadamente ou severamente), tendo sofrido choques extremos não se recuperaram, desde que não fossem classificados como crónicos.

As percentagens e os números calculados de agregados familiares em insegurança alimentar crónica e em insegurança alimentar aguda encontram-se na Tabela 5.6.2.1

Quadro 5.6.2.1: Agregados familiares em insegurança crónica e aguda por província, urbana/rural e grupo de forma de vida

	Na insegurança alimentar crónica		Na insegurança alimentar aguda		Casos não ponderados
	%	Número de AFs	%	Número de AFs	
TOTAL	23.8	1.153.271	3.5	167.698	6.889
Niassa	30.1	92.145	1.8	5.573	581
Cabo Delgado	19.4	71.465	9.0	32.984	621
Nampula	23.2	221.750	3.2	30.918	684
Zambézia	26.5	241.465	2.5	22.935	628
Tete	32.6	148.090	2.1	9.662	504
Manica	24.9	89.579	1.4	4.926	569
Sofala	21.9	82.754	7.9	29.764	598
Inhambane	20.6	59.848	4.2	12.141	559
Gaza	20.9	56.919	3.5	9.656	560
Maputo província	19.9	62.413	1.4	4.278	692
Maputo cidade	11.1	26.843	2.0	4.862	893
Significância	***		***		
ZONA URBANA	17.7	271.035	2.6	40.501	3.408
ZONA RURAL	26.5	882.236	3.8	127.197	3.481
Significância	***		*		
Grupos de forma de vida:					
Grupo 1	21.5	469.480	3.5	75.340	2.371
Grupo 2	15.2	183.140	3.8	45.942	1.930
Grupo 3	98.8	424.837	0	0	596
Grupo 4	15.7	33.110	7.5	15.748	248
Grupo 5	5.2	42.705	3.7	30.669	1.744
Significância	***		***		

A percentagem total de agregados familiares com insegurança alimentar crónica é de 23,8 enquanto 3,5% sofrem de insegurança alimentar aguda. Isto significa que cerca de 1.150.000 agregados familiares (cerca de 5.750.000 pessoas) são afectados pela insegurança alimentar crónica e 168.000 agregados familiares (cerca de 840.000 pessoas) pela insegurança alimentar aguda.

A insegurança alimentar crónica é mais prevalente em Tete (33%) e Niassa (30%) e ocorre menos em Maputo Cidade (11%). Além disso, a prevalência é muito maior nos agregados familiares rurais (27%) do que nos urbanos (18%). Em relação aos grupos de formas de vida, praticamente todos os agregados familiares do Grupo 3 estão em situação de insegurança alimentar crónica. Isto não é surpreendente, porque a classificação destes agregados familiares

como estando em situação de insegurança alimentar é feita por definição. O Grupo 1 é o segundo mais afectado e o Grupo 5 é menos afectado pela insegurança alimentar crónica.

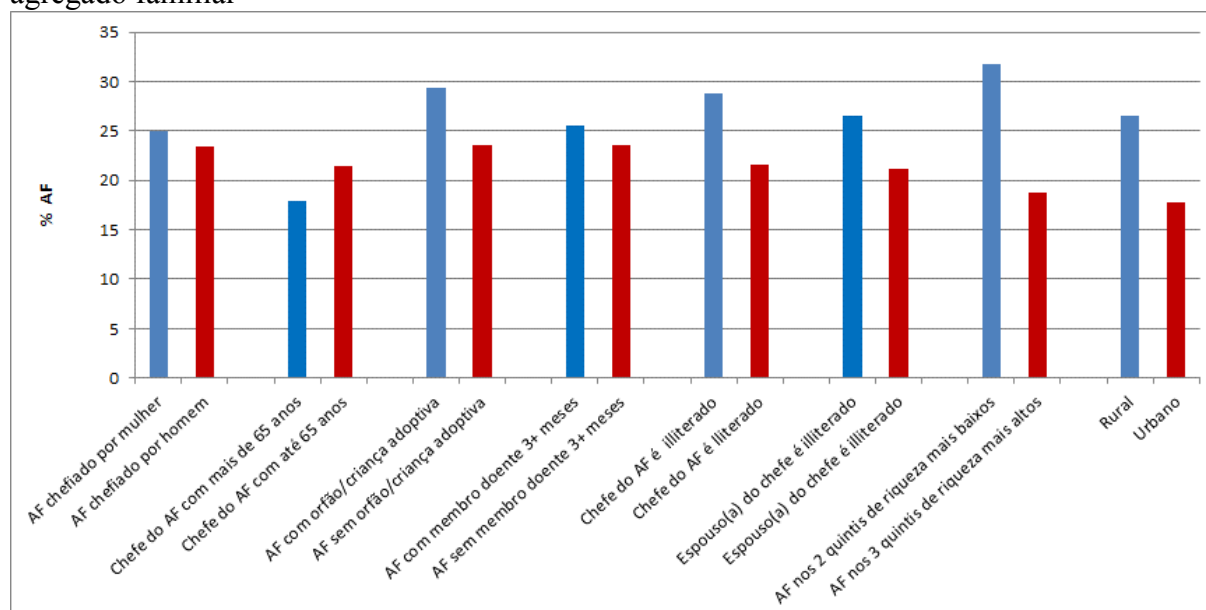
A prevalência de insegurança alimentar aguda é mais alta em Cabo Delgado (9%) e em Sofala (8%) e menor em Maputo Cidade, Maputo Província, Manica e Niassa (2% ou menos). Tal como acontece com a insegurança alimentar crónica, a insegurança alimentar aguda ocorre mais frequentemente nos agregados familiares rurais (4%) do que nos urbanos (3%). O Grupo 4 é o mais afectado pela insegurança alimentar aguda (7,5%). A prevalência é zero no Grupo 3 porque eles são classificados como estando em insegurança alimentar crónica por definição.

Quem são os agregados familiares que estão na insegurança alimentar crónica?

Quais são as características demográficas dos agregados familiares na situação de insegurança alimentar crónica?

A Fig. 5.6.2.1 mostra a relação entre a percentagem de agregados familiares em situação de insegurança alimentar crónica e algumas características destes, a saber, o sexo do chefe do agregado familiar; a idade do chefe do agregado familiar (idoso ou não); o agregado familiar adoptou um filho ou uma criança órfã; o agregado familiar tem um membro doente há pelo menos três meses; o nível de escolaridade do chefe do agregado familiar e do cônjuge; a riqueza do agregado familiar e a zona de residência.

Fig. 5.6.2.1 Prevalência de insegurança alimentar crónica em relação as características do agregado familiar



A Figura. 5.6.2.1 sugere que as características do agregado familiar estão associadas ao risco (prevalência) de estar em situação de insegurança alimentar crónica. As características associadas ao maior risco de insegurança alimentar crónica são: agregado familiar chefiado por uma mulher, ter um filho adoptivo ou uma criança órfã, ter um membro doente por mais de três meses, chefe do agregado familiar ou cônjuge analfabeto, estar nos dois quintis de riqueza mais baixos e viver na área rural. Ser rico e ter um chefe de agregado familiar mais velho está associado ao menor risco de estar em situação de insegurança alimentar crónica.

Como pode haver alguma confusão entre as características do agregado familiar acima mencionadas, os dados foram analisados usando o modelo de regressão logística para ver qual dessas características incluindo a taxa de dependência¹⁰ dos agregados familiares contribui de forma independente para o risco de insegurança alimentar crónica. A partir dessa análise, parece que depois de se ter corrigido as diferenças no estado de riqueza e idade do chefe do agregado familiar, as outras características (sexo do chefe do agregado familiar, alfabetização do chefe do agregado familiar e do cônjuge, ter adoptado um filho ou um órfão, ter um membro doente há mais de três meses, a taxa de dependência, e viver numa área urbana ou rural) já não têm uma associação estatisticamente significativa ($p \geq 0.05$) com a prevalência (risco) de insegurança alimentar crónica. Isso acontece porque essas características estão associadas à riqueza e/ou a idade do chefe do agregado familiar por si mesmas. Por exemplo, um nível de escolaridade mais elevado está associado a uma condição de riqueza mais elevada, e com base no índice de riqueza utilizado neste caso, a população urbana é mais rica do que a população rural.

¹⁰ A taxa de dependência do agregado familiar = (número de dependentes)/(número de membros do agregado familiar) = ((número de membros do agregado familiar de 0-14 anos de idade) mais (>65 de idade) mais (16-65 anos e doentes > 3 meses)) / (número de membros do agregado familiar)

6 ANÁLISE DA SEGURANÇA NUTRICIONAL

6.1 Estado Nutricional das Crianças dos 6-59 Meses

A desnutrição crónica (baixa altura para idade) afecta 43% das crianças em todo o país. A prevalência da desnutrição crónica é mais elevada nas províncias do Norte e Centro onde varia entre 41% e 52%. Nas províncias de Inhambane, Gaza, Maputo Província e Maputo Cidade a prevalência é menor e varia entre 26% e 39%. Nas zonas rurais, mais crianças apresentam desnutrição crónica do que nas zonas urbanas (45% versus 39%).

A prevalência da desnutrição aguda (baixo peso para a altura) é de 7%, mas há diferenças significativas entre as províncias. Tal como acontece com a desnutrição crónica, a maior percentagem de crianças com peso baixo para altura foi encontrada nas províncias do Norte e do Centro, variando de 6% em Manica e Niassa a 12% em Nampula (12%). No Sul, a percentagem variou entre 3% em Maputo Cidade e 4% em Maputo Província. Não houve diferença significativa entre as zonas rurais e urbanas.

A prevalência da desnutrição actual (baixo peso para a idade) também foi maior no Norte e Centro e menor no Sul. Percentagens muito elevadas (30%-31%) foram encontradas em Nampula, Tete e Sofala. Nas províncias do Sul do país, o baixo peso para idade variou de 7% a 13%. Nas zonas rurais, a prevalência foi significativamente maior do que nas zonas urbanas (23% versus 17%).

É notável ver que a prevalência da desnutrição é tão alta nas províncias onde a taxa de práticas recomendadas de alimentação infantil é elevada, ou seja, nas províncias de Niassa, Cabo Delgado e Nampula, sendo comparativamente baixa em Maputo Cidade e Maputo Província onde a prática de alimentação infantil recomendadas apresenta uma taxa baixa de adopção.

Há também diferenças na prevalência da desnutrição entre grupos de forma de vida. O baixo peso para altura e baixo peso para idade são mais elevados nos grupos 1, 4 e 3. A desnutrição crónica é mais prevalecente entre as crianças dos agregados familiares pertencentes aos grupos 1 e 3.

O estado nutricional das crianças foi medido também como parte do Inquérito Demográfico e de Saúde de 2011 (IDS 2011)¹¹. Os dados de pesquisa são comparados com os dados da Fig. 6.1.1. Em relação a desnutrição crónica os dados deste estudo tendem a ser um pouco mais altos em algumas províncias e um pouco baixos noutras. As actuais taxas foram particularmente maiores em Sofala, Gaza e Maputo Cidade.

A prevalência global de baixo peso para altura é de 7% neste inquérito, contra 6% no IDS de 2011. A nível provincial, as diferenças eram muitas vezes maiores, particularmente em

¹¹ Ministério da Saúde (MISAU), Instituto Nacional de Estatística (INE) e ICF Internacional (ICFI). Moçambique Inquérito Demográfico e de Saúde 2011. Calverton, Maryland, USA: MISAU, INE e ICFI.

Nampula, Tete e Gaza, onde este inquérito encontrou valores muito mais elevados do que os do IDS 2011.

Figura 6.1.1: Comparação entre os resultados de 2013 e de IDS 2011.



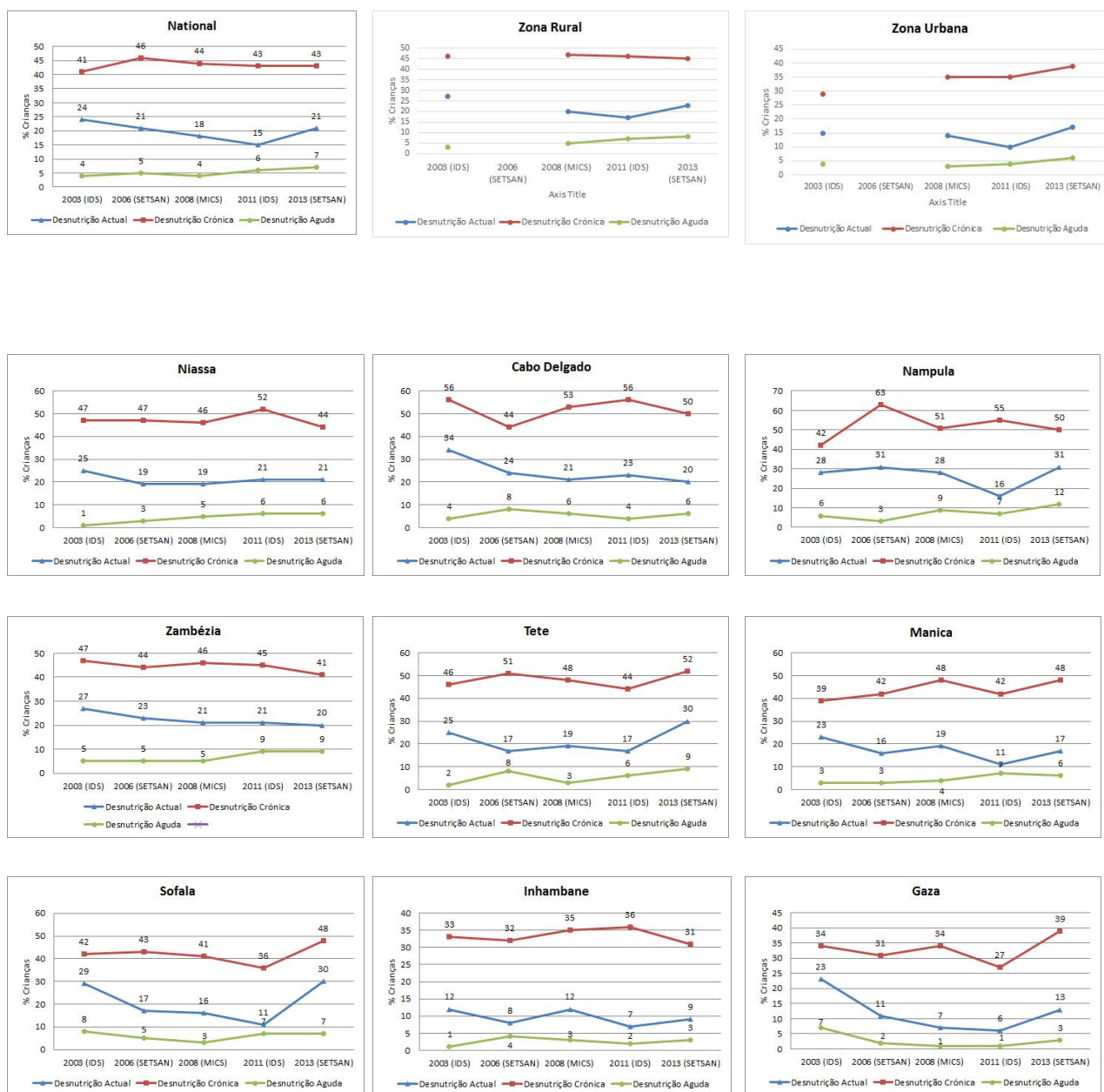
Há um aumento notavelmente grande na prevalência de baixo peso para idade de 2011 a 2013. A prevalência global em 2011 foi de 15% versus 21% em 2013. Para as províncias de Nampula, Tete e Sofala este estudo encontrou taxas de prevalência de até cerca de 30%, quase duas a três vezes maiores do que as de 2011.

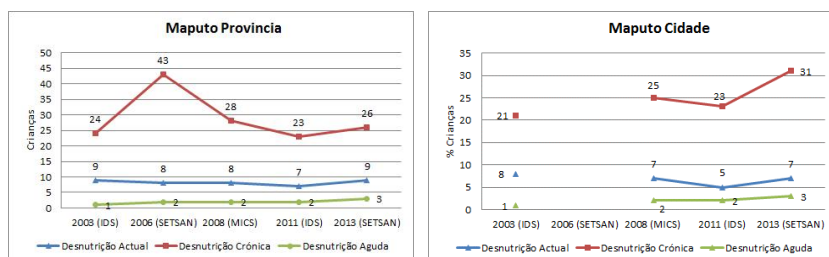
Em conclusão, a comparação dos dados actuais com os dados de 2011 sugere que, de forma geral, não houve nenhuma melhoria no estado nutricional das crianças de Moçambique desde 2011. Pelo contrário, os dados sugerem um enfraquecimento no que diz respeito à prevalência de baixo peso para idade e baixo peso para altura.

A Figura 6.1.2 oferece uma visão de longo prazo do desenvolvimento dos três indicadores do estado nutricional no período de 2003 a 2013. A nível nacional, a prevalência da desnutrição crónica parece ter estabilizado enquanto a prevalência de baixo peso para altura apresenta um aumento lento. Depois de ter diminuído de 2003-2011, a prevalência de baixo peso para idade parece ter aumentado novamente a partir de 2011 a 2013. Por fim, em todo o período de 2003-2013 a prevalência de todos os três indicadores tem sido menor nas zonas urbanas do que nas zonas rurais.

Analisando a evolução a nível provincial, observa-se que a prevalência da desnutrição não diminuiu significativamente em nenhuma província de 2003 a 2011. Com relação ao baixo peso para altura, observa-se um aumento gradual e não uma diminuição em muitas províncias.

Fig. 6.1.2: Prevalência de baixo peso para idade, baixo peso para altura e baixa altura para idade de 2003 a 2013 a nível nacional, urbano/rural e provincial.¹





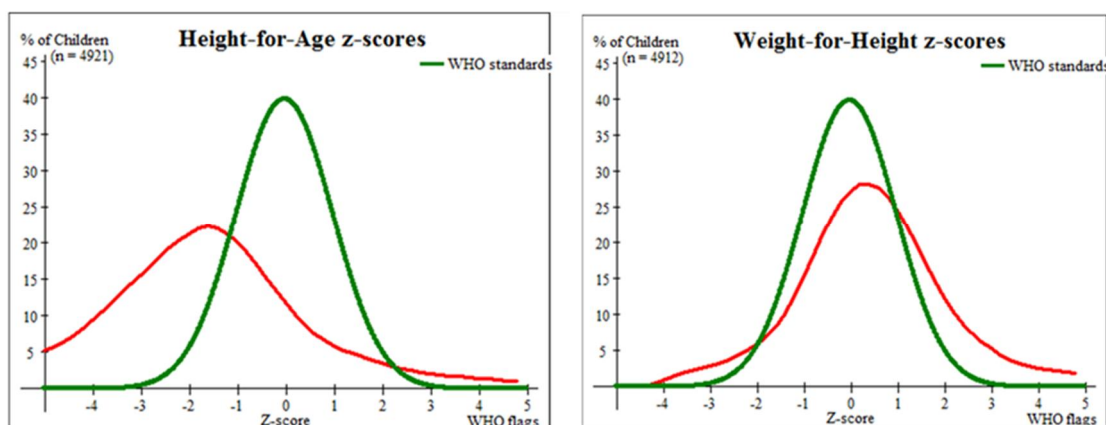
A causa do aumento da prevalência de baixo peso para idade e baixo peso para altura de 2011 a 2013 não está clara. No entanto, algumas hipóteses podem ser levantadas.

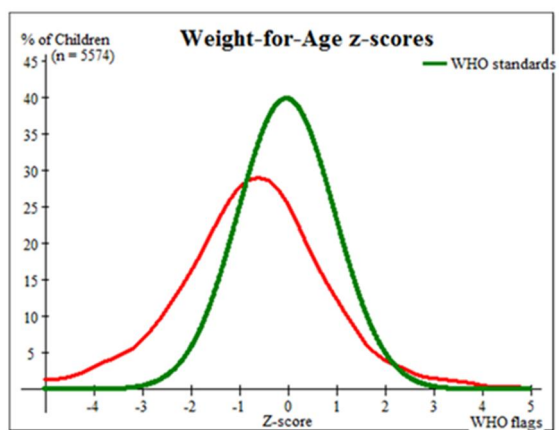
A diferença pode originar-se da diferença da época em que os inquéritos foram efectuados. O IDS 2011 foi realizado no período de Junho a Novembro e este inquérito, de Novembro-Janeiro. Isto significa que as medidas do IDS 2011 começaram logo após a colheita, um período mais favorável do ponto de vista nutricional, pelo menos em relação à população rural. As medidas deste inquérito foram feitas na época de escassez de alimentos de produção do agregado familiar devido sazonalidade da produção agrícola. Isso pode resultar em maiores percentagens de crianças com baixo peso para idade e para altura.

Outra razão pode ser a ligeira diferença na composição etária das amostras de crianças nas duas pesquisas. A amostra do IDS 2011 era constituída por crianças de 0-59 meses ao passo que esta amostra foi composta por crianças na idade de 6-59 meses.

Finalmente, a qualidade das medições neste estudo não pode ter estado sempre à altura das expectativas. A análise da qualidade dos dados antropométricos comuns previstos neste inquérito nacional de segurança alimentar e no estudo de base de segurança alimentar para o programa ODM1c através do programa ENA forneceu algumas evidências a favor dessa hipótese. Por exemplo, consideráveis dados eram marcados como inválidos e a forma das curvas de distribuição dos índices antropométricos (particularmente de altura para idade) é bastante anormal, como mostrado na figura 6.1.3.

Fig. 6.1.3: Curvas de distribuição da altura-para-idade, peso-para-altura e peso-para-idade de crianças de 6-59 meses medidas como parte do inquérito nacional de segurança alimentar de 2013 e do estudo de base do programa de segurança alimentar ODM1c.





Quadro 5.6.2.1: Prevalência de baixo peso para idade, baixa altura para idade e baixo peso para altura em crianças de 6-59 meses por província, zona urbana/rural e grupo de forma de vida

	Baixo peso para idade				Baixa altura para idade				Baixo peso para altura			
	Moderado (-3=<WAZ<-2)	Severo (WAZ<-3)	Total (WAZ<-2)	Casos de baixo peso	Moderado -3=<HAZ<-2	Severo (HAZ<-3)	Total (HAZ<-2)	Casos de baixo peso	Moderado -3=<WHZ<-2	Severo (WHZ<-3)	Total (WHZ<-2)	Casos de baixo peso
Total	11.8	9.3	21.0	4330	19.3	24.0	43.3	3904	4.8	2.5	7.2	
Niassa	15.8	5.5	21.3	478	22.2	21.9	44.0	455	3.7	2.1	5.8	
Cabo Delgado	11.9	8.2	20.2	468	21.5	28.6	50.1	363	4.2	2.1	6.2	
Nampula	13.0	17.9	30.9	392	19.2	30.3	49.5	365	8.3	3.7	12.0	
Zambézia	13.6	6.3	19.8	462	20.3	20.6	40.9	443	4.9	3.6	8.5	
Tete	11.8	17.7	29.5	303	19.8	32.0	51.8	264	6.4	2.2	8.7	
Manica	10.3	6.4	16.7	423	18.9	29.0	47.9	361	3.1	2.7	5.8	
Sofala	15.3	14.7	29.9	306	11.7	36.1	47.7	242	5.4	1.6	7.0	
Inhambane	6.8	2.0	8.8	299	17.9	13.0	30.9	289	2.8	0.2	3.0	
Gaza	9.2	4.1	13.4	365	25.2	13.9	39.0	358	2.2	1.0	3.3	
Maputo provínc	6.0	3.3	9.3	401	13.3	12.3	25.6	363	2.7	1.2	3.9	
Maputo cidade	4.4	2.3	6.7	433	16.5	14.9	31.4	401	2.0	0.7	2.7	
Significância	***				***				***			
Zona urbana	9.1	7.7	16.7	1943	17.3	21.5	38.8	1748	4.4	2.0	6.4	
Zona rural	12.9	9.9	22.8	2387	20.2	25.0	45.1	2156	4.9	2.7	7.6	
Significância	**				**				Ns			
Grupo de forma de vida:												
Grupo 1	12.6	11	23.6	1558	19.7	26.1	45.8	1394	5.9	3	8.9	1370
Grupo 2	9.8	8.3	18.1	1285	20.9	22.4	43.3	1160	3.1	1.5	4.6	1168
Grupo 3	16.6	6.5	23.2	364	16.7	27.6	44.3	335	6.6	1.9	8.5	328
Grupo 4	13.7	12.4	26.1	164	17.4	21.6	39	157	5.6	6.3	11.9	147
Grupo 5	9.6	6.3	15.9	949	17.8	17.7	35.5	854	3.3	1.8	5.1	852
Significância			**				**				**	

6.1.1 Morbilidade em crianças dos 0-23 meses

Questionou-se aos agregados familiares sobre a ocorrência de diarreias, febres ou tosse em crianças dos 0-23 meses, nas duas semanas anteriores a entrevista. A percentagem das crianças que tinham tido uma ou mais destas doenças são apresentadas na tabela 6.1.1.1.

De uma forma geral, quase metade das crianças (49%) havia sofrido de uma destas doenças. Uma em cada 4 crianças (25%) teve diarreia ou tosse, enquanto uma em cada três crianças (33%) teve febre. Existe uma significativa diferença estatística entre as províncias. A prevalência da diarreia era mais alta em Nampula e Zambézia (mais de 30%) e mais baixa em Tete, Manica e Inhambane (aproximadamente 15%). A febre era mais prevalente na Zambézia, Nampula e Cabo Delgado e menos prevalente em Manica. As tosse eram mais prevalentes nas províncias do centro e do sul (Sofala a Maputo Cidade). As províncias de Tete e Manica tinham a prevalência mais alta das três doenças (62-77%). As diferenças entre a zona urbana e rural e entre os grupos de forma de vida só foram estatisticamente significativas em relação à febre.

Quadro 6.1.1.1: Prevalência da diarreia, febre e tosse nas duas semanas anteriores a entrevista em crianças de 0-23 meses por província, zona urbana/rural e forma de vida

	Diarreia	Febre	Tosse	Diarreia, febre ou tosse	Casos não ponderados
Total	26	33	25	49	1767
Províncias					
Niassa	28	25	25	43	234
Cabo Delgado	27	36	25	53	175
Nampula	33	42	27	60	155
Zambézia	31	49	19	59	183
Tete	15	23	18	38	123
Manica	13	13	11	23	164
Sofala	28	30	32	55	124
Inhambane	16	31	28	48	138
Gaza	26	30	40	57	145
Maputo Província	23	25	37	51	160
Maputo cidade	27	21	32	51	166
Significância	***	***	***	***	
Zona urbana/rural					
Zona urbana	25	28	27	51	761
Zona rural	26	35	24	51	1006
Significância	ns	*	ns	ns	

	Diarreia	Febre	Tosse	Diarreia, febre ou tosse	Casos não ponderados
Grupos de formas de vida					
Grupo 1	26	35	23	50	645
Grupo 2	24	32	23	51	527
Grupo 3	30	36	29	44	159
Grupo 4		45	25	42	78
Grupo 5		25	29	50	358
Significância		*	ns	ns	

6.1.2 Práticas de Alimentação de Crianças dos 0-23 Meses

As práticas de alimentação infantil afectam directamente o estado nutricional das crianças menores de dois anos de idade e, em última instância, criam um impacto na sua sobrevivência. Melhorar as práticas de alimentação de crianças dos 0-23 meses é, portanto, fundamental para a melhoria de nutrição, saúde e desenvolvimento das crianças.

Os sete indicadores de práticas de alimentação de crianças dos 0-23 meses aqui apresentados constituem o conjunto básico de indicadores propostos pela UNICEF e OMS¹⁷ para serem usados em pesquisas para avaliar o grau em que as crianças menores de dois anos são alimentadas. Esses indicadores-chave são apresentados na Tabela 6.1.2.1.

Quadro 6.1.2.1: Indicadores de práticas de alimentação infantil

Indicador	Definição operacional
Início precoce da amamentação	Proporção de crianças que nasceram nos últimos 24 meses, que iniciaram o aleitamento na primeira hora após o nascimento
Amamentação exclusiva, abaixo de 6 meses	Proporção de crianças entre os 0-5 meses de idade, que são alimentadas exclusivamente com o leite materno
Amamentação contínua a 1 ano	Proporção de crianças entre os 12-15 meses de idade, que são alimentadas com o leite materno
Introdução de alimentos sólidos, semissólidos ou moles aos 6-8 meses	Proporção de bebés com 6-8 meses de idade que recebem alimentos sólidos, semissólidos ou líquidos

¹⁷ WHO (2008) Indicators for assessing infant and young child feeding practices : conclusions of a consensus meeting held 6–8 November 2007 in Washington D.C., USA. Part I. Definitions.

Diversidade mínima da dieta	Proporção de crianças entre os 6-23 meses de idade que recebem alimentos de 4 ou mais grupos de alimentos
Frequência mínima de refeições	Proporção de crianças amamentadas e não-amamentadas de entre os 6-23 meses de idade, que recebem alimentos sólidos, semissólidos ou líquidos (incluindo alimentos em forma de leite para as crianças não-amamentadas) o mínimo de vezes necessárias ou mais.
Dieta mínima aceitável	Proporção de crianças entre os 6-23 meses de idade, que recebem uma dieta mínima aceitável (para além do leite materno). Uma dieta mínima aceitável é aquela que atende aos critérios específicos relativos à idade, de frequência mínima de refeição e de diversidade alimentar mínima.

Na Fig.6.1.2.1 apresenta-se a distribuição de crianças dos 6-23 meses com dieta mínima aceitável por província. O resultado indica que a proporção de crianças nesta faixa etária com frequência mínima de refeições e diversidade de dieta mínima aceitável em simultâneo em muito baixa, ou seja, não passa 20%.

Fig. 6.1.2.1: Distribuição de crianças dos 6-23 meses com dieta mínima aceitável



Os resultados sobre as práticas recomendadas de alimentação infantil são apresentados nas Fig. 6.1.2.2 (a-g) por província e zona urbana e rural, e na Tabela 6.1.2.2 por província, tipo de residência, grupo de forma de vida, sexo da criança, nível de escolaridade do chefe do agregado familiar e do cônjuge e o nível de riqueza do agregado familiar. Note-se que devido à faixa etária muito estreita destes indicadores, em particular de amamentação exclusiva, amamentação contínua e introdução de alimentos sólidos, os tamanhos da amostra destes indicadores são muito pequenos e a precisão é baixa. Portanto, não podem ser feitas comparações significativas entre as províncias, e as taxas de prevalência desses indicadores para as províncias são colocadas entre parênteses e devem ser interpretadas como indicativas.

Fig. 6.1.2.2: Indicadores de práticas de alimentação infantil

Fig. 6.1.2.2.a

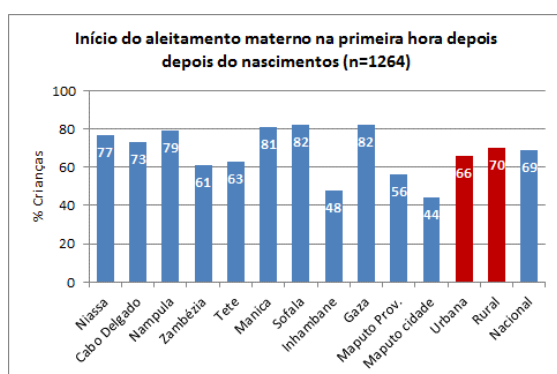


Fig. 6.1.2.2.b

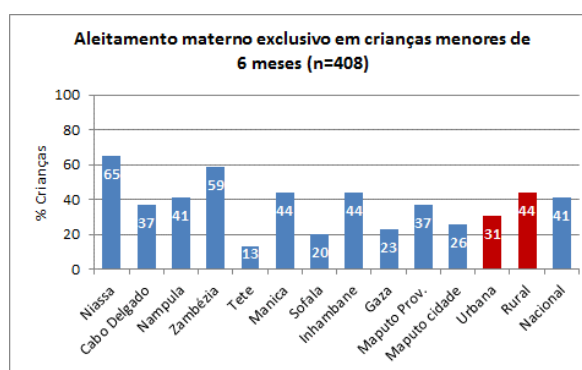


Fig. 6.1.2.2.c

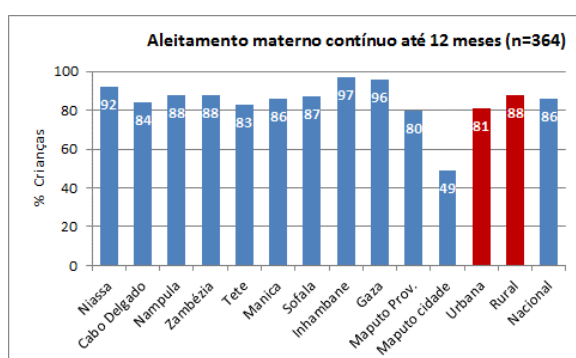


Fig. 6.1.2.2.d

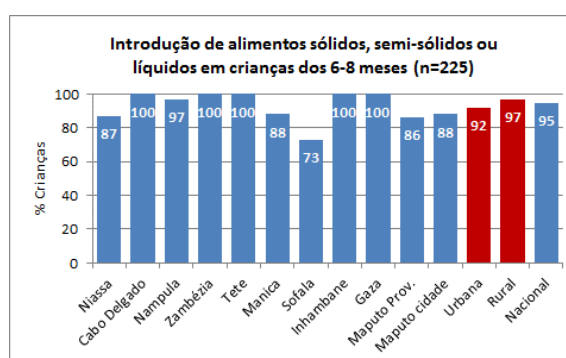


Fig. 6.1.2.2.e

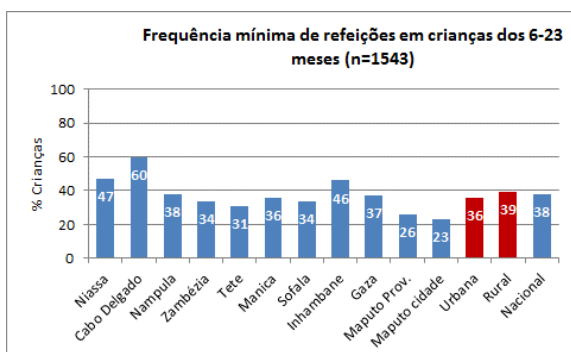


Fig. 6.1.2.2.f

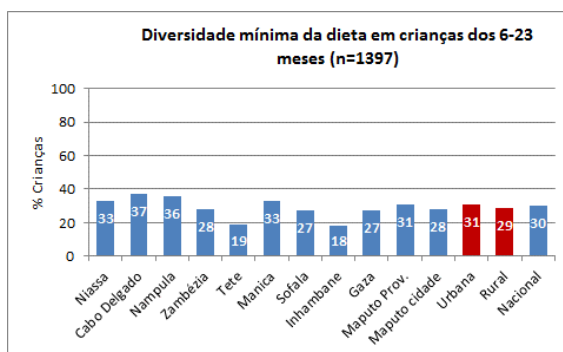
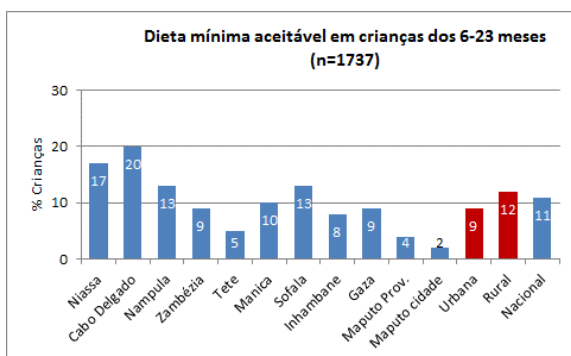


Fig. 6.1.2.2.g



Quadro 6.1.2.2 Prevalência de práticas de alimentação infantil segundo as recomendações internacionais (% crianças)

Indicador	Início precoce da amamentação	Amamentação exclusiva, abaixo de 6 meses	Amamentação contínua a 1 ano	Introdução de alimentos sólidos, semi-sólidos ou moles aos 6-8 meses	Diversidade mínima da dieta	Frequência mínima de refeição	Dieta mínima aceitável	Classificação (1=melhor)
Faixa etária (meses)	0-23	0-5	12-15	6-8	6-23	6-23	6-23	
Casos válidos (não ponderados)	1264	408	364	225	1397	1543	1737	
Total	69	41	86	95	30	38	11	
Província								
Niassa	77	(65)	(92)	(87)	33	47	17	1
Cabo Delgado	73	(37)	(84)	(100)	37	60	20	2
Nampula	79	(41)	(88)	(97)	36	38	13	3
Zambézia	61	(59)	(88)	(100)	28	34	9	6
Tete	63	(13)	(83)	(100)	19	31	5	9
Manica	81	(44)	(86)	(88)	33	36	10	5
Sofala	82	(20)	(87)	(73)	27	34	13	8
Inhambane	48	(44)	(97)	(100)	18	46	8	7
Gaza	82	(23)	(96)	(100)	27	37	9	4
Maputo Prov.	56	(37)	(80)	(86)	31	26	4	10
Maputo cidade	44	(26)	(49)	(88)	28	23	2	11
Significação [#]	***	-	-	-	n.s.	***	***	
Zona								
Urbana	66	31	81	92	31	36	9	2
Rural	70	44	88	97	29	39	12	1

Indicador	Início precoce da amamentação	Amamentação exclusiva, abaixo de 6 meses	Amamentação contínua a 1 ano	Introdução de alimentos sólidos, semi-sólidos ou moles aos 6-8 meses	Diversidade mínima da dieta	Frequência mínima de refeição	Dieta mínima aceitável	Classificação (1=melhor)
Significância [#]	n.s.	p=0.05	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	
Grupos de formas de vida								
Grupo 1	71	42	89	99	25	39	10	3
Grupo 2	66	41	83	95	32	38	12	4
Grupo 3	72	44	94	100	30	39	9	2
Grupo 4	74	44	81	93	36	47	23	1
Grupo 5	65	31	78	83	36	31	9	5
Significância [#]	n.s.	n.s.	n.s.	P=0.01.	n.s.	n.s.	*	

[#]Significância estatística da diferença entre as províncias, zona urbana/rural e grupos de forma de vida.

n.s. = não significativo; * = p<0.05; ** = p<0.01; *** = p<0.001

Quadro 6.1.2.3 Prevalência de práticas de alimentação infantil segundo as recomendações internacionais (% crianças)

Indicador	Início precoce da amamentação	Amamentação exclusiva, abaixo de 6 meses	Amamentação contínua a 1 ano	Introdução de alimentos sólidos, semi-sólidos ou moles aos 6-8 meses	Diversidade mínima da dieta	Frequência mínima de refeição	Dieta mínima aceitável	Classificação (1=melhor)
Faixa etária (meses)	0-23	0-5	12-15	6-8	6-23	6-23	6-23	
Casos válidos (não ponderados)	1264	408	364	225	1397	1543	1737	
Sexo da criança								
Rapaz	71	43	88	96	31	36	11	1
Rapariga	67	38	85	95	29	40	11	2
Significância [#]	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	
Escolaridade do chefe do AF								
Nenhuma educação formal	67	43	84	98	26	40	11	2
Primária	71	39	90	96	30	36	11	2
Secundária ou mais	67	38	83	94	35	38	9	1
Significância [#]	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	
Escolaridade do cônjuge								
Nenhuma educação formal	68	37	86	99	29	40	12	3
Primária	71	46	87	94	28	36	10	1

Secundária ou mais	64	38	82	95	41	38	12	2
Significância [#]	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	*	n.s.	n.s.	
Quintil de riqueza								
1 Mais pobre	73	39	89	95	27	41	12	2
2	71	55	89	100	27	40	10	3
3	74	42	87	95	30	43	12	1
4	66	33	91	95	28	33	11	4
5 Mais rico	60	34	75	90	37	31	9	5
Significância [#]	ns	ns	ns	ns	Ns	ns	ns	

^{##}Significância estatística da diferença entre as províncias, zona urbana/rural e grupos de forma de vida.

n.s. = não significativo * = $p < 0.05$; ** = $p < 0.01$; *** = $p < 0.001$.

As diferenças nos níveis de indicadores entre as províncias são estatisticamente significativas para os indicadores início precoce da amamentação, frequência mínima de refeição, diversidade mínima de dieta e dieta mínima aceitável. No entanto, não se nota nenhum padrão consistente de algumas províncias que se mostrem melhores que as outras na maioria dos indicadores. Quando as províncias são classificadas, por cada indicador, pelos índices de prevalência e de seguida classificadas de acordo com a soma das classificações de todos os indicadores (última coluna da Tabela 6.1.2.2), as províncias de Niassa, Cabo Delgado e Nampula parecem apresentar melhor desempenho. Maputo Cidade, Maputo Província e Tete têm a classificação mais baixa, o que significa que, em média, nestas províncias as práticas de alimentação infantil são mínimas, de acordo com as recomendações internacionais.

Se o mesmo sistema de classificação for aplicado às outras características do agregado familiar, emerge a seguinte imagem:

- **Área de residência:** Embora o nível da maioria dos indicadores tenda a ser menor em áreas urbanas do que em rurais, as diferenças entre estas duas zonas não são estatisticamente significativas. Com base no sistema de classificação, os agregados familiares rurais apresentam-se melhores do que os agregados familiares urbanos.
- **Grupos de formas de vida:** Não existe um padrão claro de diferenças entre os grupos. Na base do sistema de classificação, os grupos 3 e 4 apresentam-se melhores e os grupos 5 e 2 apresentam-se com pontuação mais pobre.
- **Sexo da criança:** não há diferença clara nas práticas alimentares entre rapazes e raparigas.
- **Nível de escolaridade do chefe do agregado familiar:** Não há diferenças estatisticamente significativas nas práticas de alimentação infantil entre os níveis de escolaridade para todos os sete indicadores. Com base no sistema de classificação, o grupo com o maior nível de escolaridade tem o pior desempenho.
- **Nível de escolaridade do cônjuge:** O cumprimento da recomendação relativa à diversidade mínima na dieta é significativamente maior no grupo com o maior nível de educação. Não há diferenças estatisticamente significativas em relação aos outros indicadores, e o sistema de classificação não mostra nenhuma relação entre o nível de escolaridade e a conformidade com as recomendações de alimentação infantil.
- **Quintis de riqueza:** para os indicadores individuais não existem diferenças estatisticamente significativas nas práticas de alimentação infantil entre as categorias de riqueza. O sistema de classificação tende a mostrar uma tendência de menor cumprimento das recomendações de alimentação infantil, com o aumento da riqueza.

A constatação da possível associação inversa entre a riqueza e o cumprimento das recomendações de alimentação infantil parece ser consistente com a constatação de que os grupos de forma de vida mais pobres (3 e 4) apresentam-se melhor do que os grupos de forma de vida mais abastados (5 e 2).

A deficiência de ferro e Vitamina A em crianças é muito comum. Por isso, é importante saber quantas crianças consomem alimentos ricos em ferro e vitamina A. Os grupos de alimentos classificados como ricos em ferro são: carne, órgãos, peixe e alimentos fortificados com ferro

(sólidos, semi-sólidos, líquidos e formulas infantis)¹³. Existem boas fontes de vitamina A, de origem animal assim como vegetal, por exemplo, produtos lácteos (leite e iogurte), peixes (produtos), ovos e queijo (produtos), abóbora, cenoura ou batata-doce de polpa amarela ou alaranjada, folhas verdes escuras, mangas ou papaias maduras. A percentagem de crianças dos 6-23 meses que consomem alimentos ricos em ferro e vitamina A é apresentada na Tabela 6.1.2.3. A tabela tem duas colunas de consumo de alimentos ricos em ferro: a coluna A com dados baseados na classificação acima de alimentos ricos em ferro; a coluna B com dados baseados na classificação de alimentos ricos em ferro correspondente ao IDS 2011, para que os dados sejam comparáveis com os resultados do IDS 2011. O IDS 2011 considera alimentos ricos em ferro os seguintes: carne, peixe, galinha, ovos e feijões. Nesta análise foi assumido que carne inclui órgãos. Esta classificação inclui mais grupos de alimentos do que a da OMS e por consequência resultará prevalências maiores.

Neste sentido, baseando-se na classificação do IDS 2011, 35% das crianças dos 6-23 meses consomem alimentos ricos em ferro contra 29% quando se usa a classificação da publicação da OMS, indicadores para o levantamento de práticas de alimentação de crianças lactantes e infantis.

Os alimentos ricos em ferro são consumidos por 29% das crianças. Existem diferenças significativas entre as províncias. As mais altas percentagens são encontradas nas províncias do Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Maputo Cidade, enquanto o menor consumo ocorre em Tete, Sofala e Inhambane. Não há diferenças significativas no consumo de ferro entre as áreas urbanas e rurais, rapazes e raparigas, grupos de forma de vida, grupos de nível de escolaridade do chefe do agregado familiar ou cônjuge e grupos de riqueza.

A proporção de crianças que consomem alimentos ricos em vitamina A é de 52%. As diferenças entre as províncias em consumo total de vitamina A não são estatisticamente significativas. As províncias com as maiores percentagens são Província de Maputo, Inhambane, Niassa, Cabo Delgado e Zambézia. As províncias de Tete, Manica e Gaza são as têm menor percentagem de crianças que recebem alimentos ricos em vitamina A.

Olhando para as fontes de consumo de vitamina A em separado, as diferenças entre as subcategorias de crianças parecem ser estatisticamente significativas para as fontes de vitamina A de origem animal, mas não para os alimentos de origem vegetal. Além disso, as províncias classificam-se de forma diferente para ambas as fontes. As províncias com a maior percentagem de crianças que consomem alimentos ricos em vitamina A de origem animal são Maputo Cidade, Maputo Província, Sofala e Nampula, e as menores percentagens são encontrados em Cabo Delgado, Tete e Inhambane. Ademais, não se nota nenhuma diferença significativa entre rapazes e raparigas, mas a percentagem dos que consomem produtos de origem animal ricos em vitamina A é maior nas áreas urbanas do que nas áreas rurais, maior em agregados familiares com um nível de escolaridade mais elevado, e maior nos agregados familiares mais ricos. Não se nota nenhuma diferença entre rapazes e raparigas. Em relação aos grupos de forma de vida, o consumo foi maior no Grupo 5 e menor no Grupo 1.

¹³ WHO, 2010. Indicators for assessing infant and young child feeding practices. Part 2: Measurement.

De salientar que estes números indicam apenas as percentagens de crianças que consomem produtos ricos em ferro e vitamina A mas não fornecem informações sobre a adequação do consumo infantil do ferro e da Vitamina A.

Tabela 6.1.2.3: Percentagem de crianças de 6-23 meses que consumiram alimentos ricos em ferro e Vitamina A durante as últimas 24 horas.

	Alimentos Ricos em Ferro		Alimentos Ricos em Vitamina A		
	A ¹	B ¹	Total	Origem vegetal ²	Origem animal ³
Casos válidos (não ponderados)	1843		1843		
Total	29	35	52	49	20
Provincia					
Niassa	32	38	55	53	19
Cabo Delgado	30	39	55	54	9
Nampula	35	37	53	48	25
Zambézia	41	47	55	52	17
Tete	12	22	39	36	11
Manica	23	32	47	45	25
Sofala	18	24	51	42	28
Inhambane	18	20	56	55	15
Gaza	20	24	50	46	20
Maputo Prov.	22	30	57	52	30
Maputo cidade	30	35	54	47	30
Significância [#]	***	***	ns	ns	***
Zona					
Urbana	30	35	53	47	26
Rural	28	35	52	50	18
Significância [#]	ns	ns	ns	ns	**
Sexo da criança					
Rapaz	30	37	52	50	21
Rapariga	28	33	52	48	19
Significância [#]	ns	ns	ns	ns	ns
Grupo de forma de vida					
Grupo 1	27	33	52	49	17
Grupo 2	29	36	49	46	20
Grupo 3	27	33	54	50	24
Grupo 4	39	45	60	55	21
Grupo 5	31	37	55	50	28
Significância [#]	ns	ns	ns	ns	*
Escolaridade do chefe do AF					

Nenhuma educação formal	26	32	51	48	16
Primária	31	36	53	51	20
Secundária ou mais	27	36	50	44	27
Significância [#]	ns	ns	ns	ns	**
Escolaridade do cônjuge					
Nenhuma educação formal	28	34	50	48	15
Primária	29	35	54	50	22
Secundária ou mais	29	39	55	51	32
Significância [#]	ns	ns	ns	ns	***
Quintil de riqueza					
1 Mais pobre	28	35	49	46	17
2	28	35	53	50	16
3	29	33	51	49	15
4	29	34	54	50	21
5 Mais rico	28	37	54	48	34
Significância [#]	ns	ns	ns	ns	***

[#]Significância estatística da diferença entre as províncias, zona urbana/rural e grupos de forma de vida.

n.s. = não significativo; * = $p < 0.05$; ** = $p < 0.01$; *** = $p < 0.001$.

A¹: Carne, órgãos ou peixe/mariscos (considerados ricos em ferro de acordo com a classificação proposta em 'Indicators for assessing infant and young child feeding practices. Part 2: Measurement' (WHO, 2010). Alimentos incluindo fórmulas infantis fortificados com ferro foram excluídos por falta de informação da sua composição.

B¹: Carne, órgãos, peixe/mariscos, ovos, feijões (classificação de alimentos ricos em ferro correspondente ao IDS, 2011).

²abóbora, cenoura ou batata-doce de polpa amarela ou laranja, folhas verdes escuras, mangas ou papaias maduras

³Leite, iogurte, queijo, peixe, ovos.

Na Tabela 6.1.2.4, os dados do presente estudo são comparados com os dados do MICS 2008 e do IDS 2011, onde a disponibilidade de dados o permitir. Na falta de informações sobre a precisão nos dados do MICS e IDS, não é possível tirar conclusões definitivas sobre a significância estatística das diferenças entre os estudos.

Tabela 6.1.2.4: Comparação dos resultados de práticas de alimentação infantil de três estudos (% de crianças)

Indicador	MICS 2008	IDS 2011	Estudo de Base de SAN 2013		
			estimativa	I.C 95%	Diferença ³
Início precoce da amamentação	63	77	69	65.4-72.6	*?
Amamentação exclusiva, abaixo de 6 meses	37	43	41	34.4-47.1	ns
Amamentação contínua aos 12-15 meses	91	91	86	81.8-89.6	ns?
Introdução de alimentos sólidos, semissólidos ou moles aos 6-8 meses	64	69	95	91.9-97.4	*?
Diversidade mínima da dieta		30	30	26.4-33.0	ns
Frequência mínima de refeição		41	38	35.0-41.3	ns

Dieta mínima aceitável		13	11	9.2-12.9	ns
Consumo de alimentos ricos em ferro ¹		45	35	31.9-37.7	*?
Consumo de alimentos ricos em Vitamina A ²		71	52	49.0-55.2	*?

¹ Carne, órgãos, peixe/mariscos, ovos, feijões.

² Produtos lácteos (leite e iogurte), abóbora, cenoura ou batata-doce de polpa amarela ou laranja, folhas verdes escuras, mangas ou papaias maduras, peixe, ovos, queijo.

³Significância estatística da diferença em relação a MICS 2008 ou IDS 2011.

ns = não significativo; ns? = provavelmente não significativo; *? = provavelmente significativo.

A Tabela 6.1.2.4 mostra que:

- A prevalência de 69% da amamentação nos primeiros dias que se verifica neste estudo é menor do que a de 2011 e superior a de 2008. A diferença em relação ao IDS 2011 pode ser estatisticamente significativa.
- Esta prevalência da amamentação exclusiva é um pouco maior do que a de 2008 (41% vs. 37%; diferença estatisticamente não significativa).
- A prevalência actual da amamentação contínua por um ano é ligeiramente menor do que a de 2008 (86% vs. 91%; provavelmente diferença estatisticamente não significativa).
- A prevalência actual de introdução de alimentos adicionais aos 6 a 8 meses é muito maior do que a de 2008 (95% vs 64%).
- A percentagem de crianças que recebem uma dieta que está em harmonia com a mínima diversidade na dieta recomendada (pelo menos 4 grupos de alimentos) é a mesma que a de 2008 e 2013 (30%).
- A percentagem de crianças que receberam o número mínimo recomendado de refeições por dia é um pouco menor em 2013 do que a de 2011 (38% vs. 41%; diferença estatisticamente não significativa).
- A percentagem de crianças que receberam uma dieta que se harmoniza com os critérios de uma dieta mínima aceitável é ligeiramente menor em 2013 do que a de 2011 (11% vs. 13%; diferença estatisticamente não significativa).
- A percentagem de crianças que consomem alimentos ricos em ferro e vitamina A neste estudo é menor do que a do IDS 2011.

Conclusões sobre as práticas de alimentação de lactentes e crianças

Em relação aos sete principais indicadores das práticas de alimentação de lactentes e crianças, as seguintes conclusões parecem justificadas:

1. Existem diferenças entre as províncias na aplicação das práticas recomendadas e no consumo de alimentos ricos em ferro.

2. A aplicação das práticas recomendadas e o consumo de alimentos ricos em ferro apresentam-se melhores em Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Manica e piores nas províncias de Maputo e Maputo Cidade, Tete e Sofala.
3. Os agregados familiares nas zonas rurais tendem a ter um desempenho melhor, mas a diferença não é estatisticamente significativa.
4. Não há nenhuma diferença na alimentação entre os rapazes e as raparigas, nem entre agregados familiares de diferentes grupos de forma de vida ou níveis de escolaridade ou níveis de riqueza.
5. Não há diferença no consumo total de alimentos ricos em vitamina A entre as províncias. No entanto, as diferenças são significativas no que diz respeito a fontes da vitamina A de origem animal. O consumo é maior nas zonas urbanas, no grupo de trabalhadores assalariados, nos agregados familiares com um nível de escolaridade mais elevado e nos agregados familiares abastados.

As províncias que precisam de mais atenção no que diz respeito às práticas de alimentação infantil são Maputo Cidade, Província de Maputo, Tete e Sofala.

6.2 Estado Nutricional das Mulheres dos 15-49 Anos

O Índice de Massa Corporal (IMC) ¹⁴ foi utilizado para avaliar o estado nutricional das mulheres na faixa etária de 15-49 anos. O estado nutricional foi classificado como normal, abaixo do peso ou com excesso de peso em função do IMC pelo uso de valores limiares de classe internacional².

A prevalência geral de baixo peso foi de 7%. A maior prevalência foi encontrada nas regiões Norte e Centro (de Niassa a Sofala) e a menor no Sul (Tabela 6.2.1). Por outro lado, a prevalência de excesso de peso foi maior na região Sul, especialmente em Maputo Cidade e Maputo Província, e menor no Centro e Norte do país. Da mesma forma, o baixo peso foi mais prevalente nas zonas rurais do que nas zonas urbanas (8,1% versus 5,5%) e a prevalência de excesso de peso nas zonas urbanas foi duas vezes maior do que nas zonas rurais (34,4% e 16,8%, respectivamente).

Este estudo quase sempre apresentou taxas de prevalência de baixo peso menores a nível da província do que as do IDS 2011 mas o padrão de diferenças entre as províncias era o mesmo, ou seja, uma província com uma alta prevalência em 2011 também teve uma alta prevalência em 2013 (Fig. 6.2.1). No geral, a prevalência de 7% em 2013 foi um pouco menor do que 9% em 2011.

Com relação aos grupos de forma de vida, as mulheres com baixo peso foram mais prevalentes no Grupo 4 (11,5%) e Grupo 1 (8,6%).

¹⁴ Índice da massa corporal = peso do corpo dividido pelo quadrado da altura do corpo (kg/m²).



Tabela 6.2.1: Estado nutricional das mulheres dos 15-49 anos (%)¹⁵

Descrição	Excesso de peso	Normal	Baixo peso
Total	23.2	69.7	7.1
Niassa	16.6	78.4	5.0
Cabo Delgado	23.3	69.3	7.3
Nampula	23.0	70.5	6.5
Zambézia	15.0	73.9	11.1
Tete	19.9	72.8	7.3
Manica	18.8	75.6	5.6
Sofala	21.8	66.3	11.9
Inhambane	29.7	67.0	3.2
Gaza	23.2	73.0	3.8
Maputo província	34.8	61.3	3.9
Maputo cidade	42.4	51.9	5.8
Significância			***
Zona urbana	34.4	60.1	5.5
Zona rural	16.8	75.1	8.1
Significância			**
Grupos de forma de vida			
Grupo 1	19.0	72.4	8.6
Grupo 2	25.2	69.7	5.0
Grupo 3	19.5	69.0	11.5
Grupo 4	17.1	78.0	4.9
Grupo 5	32.3	62.0	5.7
Significância			***

¹⁵ Baixo peso: IMC<18,5; Normal: 18,5=<IMC<25,0; Excesso de peso: IMC>=25,0

Figura 6.2.1: Estado nutricional das mulheres dos 15-49 anos por região

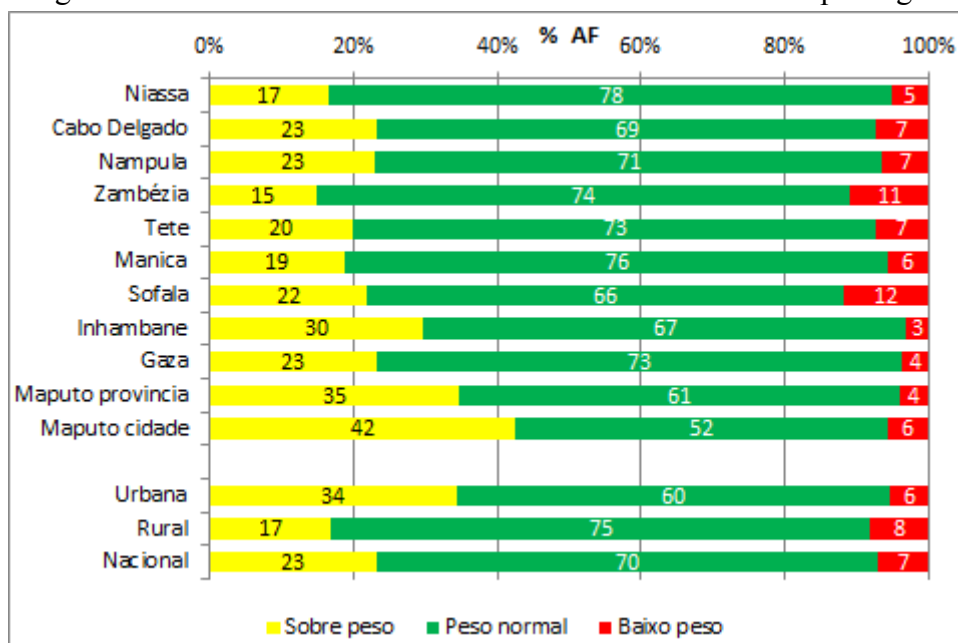


Figura 6.2.2: Estado nutricional das mulheres dos 15-49 anos por grupo de formas de vida

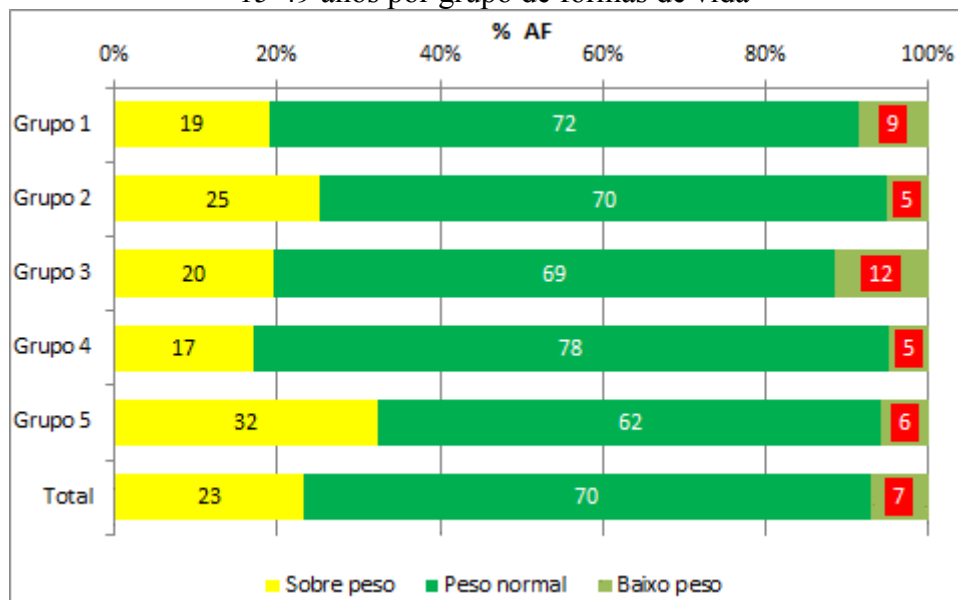
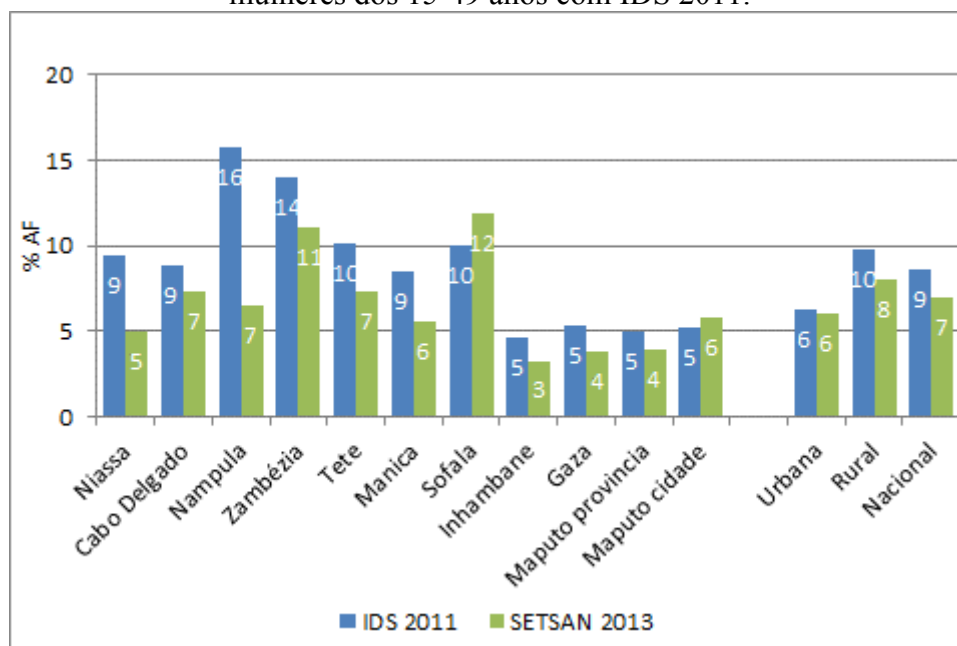


Figura 6.2.3: Comparação das taxas de baixo peso nas mulheres dos 15-49 anos com IDS 2011.



7 MORTALIDADE

Os agregados familiares foram questionados sobre a perda por morte de pelo menos um membro nos últimos 12 meses anteriores ao inquérito e o grau de parentesco do falecido com o chefe do agregado familiar. Existe uma diferença significativa entre as províncias quanto a ocorrência de morte nos agregados familiares, mas não entre a área urbana e rural ou entre os grupos de formas de vida. As taxas de agregados familiares que perderam um membro são mais alta em Cabo Delgado, Nampula e Zambézia e mais baixa em Gaza, Maputo Província e Maputo Cidade. A mortalidade dos chefes dos agregados familiares era mais alta em Manica e Sofala.

Tabela 7.1: Percentagem de agregados familiares afectados por morte nos últimos 12 meses

	Casos não ponderados	Alguém morreu (% de AFs)	Membro do AF que morreu (% de agregados familiares afectados)		
			Chefe do AF	Filho(a), adoptado(a), enteado(a)	Outro
Total	6889	11.4	0.7	3.1	96.2
Províncias					
Niassa	581	10.2	0.5	3.1	96.4
Cabo Delgado	621	15.8	0.3	4.0	95.7
Nampula	684	13.5	0.3	4.8	94.9
Zambézia	628	15.0	0.6	3.4	96.0
Tete	504	10.5	0.5	5.1	94.4
Manica	569	12.0	1.3	3.1	95.6
Sofala	598	9.1	1.5	3.5	95.0
Inhambane	559	4.1	0.5	1.1	98.4
Gaza	560	12.8	0.9	3.4	95.7
Maputo Prov.	691	4.4	0.4	0.9	98.7
Maputo cidade	893	4.5	0.1	0.6	99.3
Significância		***		***	
Zona urbana/rural					
Zona urbana	3407	9.8	0.6	2.0	97.4
Zona rural	3481	12.1	0.7	3.9	95.4
Significância		ns		*	
Grupos de formas de vida					
Grupo 1	2371	12	0.7	3.9	95.5
Grupo 2	1929	11.3	0.4	3.3	96.2
Grupo 3	596	12.2	2.2	4.3	93.4
Grupo 4	248	13.1	0.7	3.9	95.3
Grupo 5	1744	8.8	0.3	2.2	97.5
Significância		ns		**	

8 CONCLUSÕES E LIÇÕES APRENDIDAS

Indicadores de segurança alimentar

1. A proporção de agregados familiares com dificuldades no acesso a alimentos suficientes é relativamente maior nos meses de Janeiro (21%), Fevereiro (21%), Março (13%), Novembro (13%) e Dezembro (13%).
2. O consumo alimentar melhorou nos últimos anos, tendo a proporção de agregados familiares com dieta adequada passado de 50% em 2006 para 67% em 2013.
3. O acesso a água de fontes seguras situa-se 63% de agregados familiares no país, mas a situação é melhor na área urbana (85%) do que na área rural (53%). A prevalência de uso de latrinas melhoradas é de 27% de agregados familiares, sendo mais alta na área urbana (46%) do que na área rural (18%).

Prevalência de insegurança alimentar crónica

4. A insegurança alimentar crónica afecta 24% dos agregados familiares, ou cerca de 1,1 milhões de agregados familiares.
5. A insegurança alimentar crónica é mais prevalente em Tete, Niassa e Zambézia (27%-33%) e menos prevalente em Maputo Cidade (11%).
6. Por definição, o Grupo 3 (ganho-ganho, pedir esmola e assistência alimentar) é inteiramente classificado como em situação de insegurança alimentar crónica (425.000 agregados familiares). O Grupo 1 (produção e venda de culturas e animais) tem a segunda maior taxa de prevalência de insegurança alimentar crónica (22%), mas em termos numéricos, é o maior grupo, com 470.000 agregados familiares.

Prevalência de insegurança alimentar aguda

7. No país, a insegurança alimentar aguda afectou 3,5% dos agregados familiares em 2013, o que equivale a um número estimado de 168.000 agregados familiares. É mais prevalente em Cabo Delgado e Sofala (8%-9% dos agregados familiares) e muito menos nas restantes províncias (1%-4%).
8. O Grupo 4 (pesca, aquacultura) tem a maior percentagem de agregados familiares na situação de insegurança alimentar aguda (7,5%). Embora a prevalência seja de apenas 3,5% no Grupo 1, este grupo é muito maior do que o Grupo 4, por isso, tem o maior número de agregados familiares em situação de insegurança alimentar aguda (estimado em 75.000).

Nutrição e saúde das crianças menores de cinco anos

9. A desnutrição crónica afecta 43% das crianças menores de cinco em todo o país, considerada muito alta segundo a classificação da OMS. A prevalência da desnutrição aguda é de 7%, sendo mais alta em Nampula onde atinge 12% e mais baixa nas províncias de Inhambane, Gaza, Maputo Província e Maputo Cidade onde se situa entre 3 a 4%.

10. Ao todo, 11% das crianças dos 6 a 23 meses tem dieta mínima aceitável, uma redução de 2 pontos percentuais quando comparado com IDS 2011 que encontrou uma proporção de 13%.
11. Uma em cada quatro crianças teve diarreia nas últimas duas semanas anteriores ao inquérito. A mesma proporção foi observada para a ocorrência de tosse. No mesmo período, uma em cada três crianças teve febres.

9 RECOMENDAÇÕES

A situação de segurança alimentar de agregados familiares é pior em Cabo Delgado, Zambézia, Tete e em menor escala em Gaza. Portanto, programas de intervenção devem preferencialmente focar estas províncias. A pobreza tem-se demonstrado como sendo uma das causas importantes de insegurança alimentar. Por conseguinte, espera-se que a redução da pobreza em geral e os programas de apoio aos mais pobres, mais especificamente, contribuam em grande medida para a melhoria da situação de segurança alimentar. Estas intervenções poderiam ser direccionadas a agregados familiares, dando preferência àqueles do Grupo 3. De acordo com os dados actuais, o Grupo 3 com cerca de 425.000 agregados familiares é o mais afectado pela insegurança alimentar crónica.

Os dados actuais sugerem que as práticas de alimentação infantil são melhores no Norte, mas a prevalência de desnutrição em crianças menores de cinco anos é mais elevada lá no Norte. A causa dessa discrepância não está clara, mas a qualidade da dieta e/ou as condições de higiene, ambos fracos nestas províncias, podem estar contribuir significativamente. Melhorar a qualidade da dieta, a água potável e ao saneamento seguro pode melhorar a qualidade de vida das crianças.

Nas províncias da região sul verifica-se o oposto. Aqui a situação nutricional de crianças e mulheres é relativamente boa, mas o uso de práticas recomendadas de alimentação infantil é baixa. A fraca aplicação de boas práticas de alimentação infantil pode estar relacionada às condições de vida altamente urbanas. Intervenções para melhorar as práticas de alimentação infantil podem ser úteis para melhorar ainda mais a situação nutricional das crianças.

10 REFERÊNCIAS

CAP 2000 – Censo Agro Pecuário, INE, Maputo, 2010

Definitions. Geneva: WHO.

IDS 2003. Ministério da Saúde (MISAU), Instituto Nacional de Estatística (INE) e ORC Macro/IDS Program. MOÇAMBIQUE Inquérito Demográfico e de Saúde 2003. MISAU, INE e ORC Macro/IDS Program. Calverton, Maryland, USA, 2003.

IDS 2011. Ministério da Saúde (MISAU), Instituto Nacional de Estatística (INE) e ICF International (ICFI)(2011). Moçambique Inquérito Demográfico e de Saúde 2011. MISAU, INE e ICFI. Calverton, Maryland, USA.

INE. (2009). Final Report of the Multiple Indicator Cluster Survey, 2008. Maputo: INE.

IPC Global Partners. (2012). Integrated Food Security Phase Classification Technical Manual Version 2.0. Evidence and Standards for Better Food Security Decisions. Rome: FAO.

MICS 2008. INE. Final Report of the Multiple Indicator Cluster Survey 2008. Maputo, 2009

Ministry of Health (2010). Multisectoral Action Plan for the Reduction of Chronic Undernutrition in Mozambique 2011-2015/2020 (PAMRDC). Maputo: Ministry of Health.

MISAU et al. (2005). MOÇAMBIQUE Inquérito Demográfico e de Saúde 2003. Calverton, Maryland, USA: MISAU, INE e ICFI.

Otte, M.J., & Chilonda, P. (2002). Cattle and small ruminant production systems in sub-Saharan Africa. A systematic review. Rome, Italy: FAO.

PARP, Plano De Acção para a Redução da Pobreza, Maputo, 2011

PEDSA Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário, Maputo, 2011

SETSAN (2007). Estratégia e plano de acção de segurança alimentar e nutricional 2008-2015 (ESAN II).

SETSAN 2006. SETSAN. Relatório do estudo de base de segurança alimentar e nutricional em Moçambique. Maputo, 2006.

TIA 2002 Trabalho Inquérito Agrícola, MINAG, DE, Maputo, 2002

WFP. (?). Technical Guidance for WFP's consolidated approach for reporting indicators of food security (CARI). Acesso: <https://resources.vam.wfp.org/CARI>.

WFP. (2010). Mozambique Comprehensive Food Security and Vulnerability Analysis – 2009. Mozambique: WFP.

WHO. (2008). Indicators for assessing infant and young child feeding practices : conclusions of a consensus meeting held 6–8 November 2007 in Washington D.C., USA. Part I.



ANEXOS

ANEXO 1: Metodologia e Coeficientes de Variação

Cálculo Dos Pesos Amostrais

O peso amostral de um agregado familiar i no estrato h é o inverso da probabilidade de o agregado familiar ser seleccionado.

$$(1) \text{ Peso} = 1 / (\text{probabilidade de selecção do agregado familiar } i \text{ no estrato } h) = 1 / P_{hi}$$

Sendo a amostra feita de acordo com um desenho por conglomerados estratificados na base bietápica, a probabilidade de um agregado familiar ser seleccionado é o produto da probabilidade de o conglomerado ser seleccionado na primeira etapa (P_{1hi}) e da probabilidade de o agregado familiar ser seleccionado dentro do conglomerado na segunda etapa (P_{2hi}):

$$(2) P_{hi} = P_{1hi} * P_{2hi}$$

Os conglomerados (áreas de enumeração; AE) do presente estudo foram seleccionados aleatoriamente a partir da lista de conglomerados seleccionados para o IDS Moçambique 2011. Os conglomerados do estudo de IDS são seleccionados com a probabilidade proporcional ao tamanho e isso ainda é aplicável aos conglomerados seleccionados para o presente estudo. Por conseguinte, a probabilidade de selecção de um grupo é:

$$(3) P_{1hi} = \frac{n_h M_{hi}}{\sum M_{hi}}$$

onde:

n_h é o número de conglomerados seleccionados no estrato h ,

M_{hi} é o número de agregados familiares de acordo com o quadro de amostragem no conglomerado i^{th} do estrato h

$\sum M_{hi}$ é o número total de agregados familiares no estrato h .

A probabilidade de selecção de um agregado familiar dentro de um conglomerado é:

$$(4) P_{2hi} = \frac{t_{hi}}{L_{hi}}$$

onde:

t_{hi} é o número de agregados familiares seleccionados no conglomerado i^{th} de estrato h

L_{hi} é o número de agregados familiares alistados no conglomerado i^{th} do estrato h .

Assim, a probabilidade de selecção de um agregado familiar i no estrato h é:

$$(5) P_{hi} = P_{1hi} * P_{2hi} = \frac{n_h M_{hi}}{\sum M_{hi}} * \frac{t_{hi}}{L_{hi}}$$

Presumindo-se que a lista de agregados familiares a partir da qual foram seleccionados os agregados familiares estava completa, M_{hi} é igual a L_{hi} . Então:

$$(6) P_{hi} = \frac{n_{hi} t_{hi}}{\sum M_{hi}}$$

$$= \frac{\text{Número de conglomerados seleccionados no estrato } h * \text{número de agregados familiares seleccionados no conglomerado } i}{\text{número total de agregados familiares no estrato } h}$$

Normalmente, essa probabilidade de inclusão é ajustada para casos em que não houve resposta, multiplicando-a pelo factor de situações em que não houve resposta. No presente caso, este passo adicional foi implementado implicitamente, substituindo o número de agregados familiares seleccionados pelo número de agregados familiares inqueridos. Também deve-se notar que, como consequência da decisão de substituir os agregados familiares ausentes ou que se recusaram pelos três agregados familiares seleccionados aleatoriamente como "reserva", o número de agregados familiares inqueridos na maioria dos conglomerados correspondia ao número designado de 11 para conglomerados rurais e 14 para conglomerados urbanos.

O peso amostral de um agregado familiar é o inverso de P_{hi} , portanto:

Peso=

$$\frac{\text{Número total de agregados familiares no estrato } h}{\text{número de conglomerados seleccionados no estrato } h * \text{número de agregados familiares inqueridos no conglomerado } i}$$

O número total de agregados familiares num estrato foi calculado dividindo-se o tamanho da população do estrato pelo tamanho médio do agregado familiar. O tamanho da população foi tomado a partir de projecções populacionais oficiais do INE para 2013 com base no censo de 2007. O tamanho médio do agregado familiar foi estimado em 5.

Não foram feitos nenhuns cálculos de pesos amostrais separados para os membros do agregado familiar, a saber, crianças menores de cinco anos e mulheres dos 15-49 anos. Por definição todos os menores de cinco anos e mulheres dos 15-49 anos eram elegíveis, por isso a sua probabilidade de serem incluídos era igual à probabilidade de inclusão do agregado familiar. O efeito de casos de não resposta não foi tomado em conta.

O Índice De Segurança Alimentar (ISA)

O Índice de Segurança Alimentar (ISA) é um indicador composto do estado de segurança alimentar de um agregado familiar. Baseia-se na pontuação do agregado familiar nos seguintes cinco sub-indicadores: o Índice do Consumo Alimentar (ICA); o período indicado em meses, em que o agregado familiar enfrentou dificuldades em obter o suficiente para comer; o Índice de Estratégias de Sobrevivência (IES); tempo de reservas de cereais (apenas para agregados familiares que praticam a agricultura), e as principais fontes mais importantes de renda bem como as segundas mais importantes. O ICA e o IES são calculados de acordo com as directrizes fornecidas pelo Programa Mundial de Alimentação²¹. O estado de segurança alimentar é determinado em três etapas:

1. O valor dos cinco sub-indicadores é determinado (por exemplo, a Índice do Consumo Alimentar; o número de meses em que o agregado familiar teve dificuldade em obter o suficiente para comer, etc.)
2. Com base em seu valor, aos sub-indicadores atribui-se uma pontuação de 1 a 4. Quanto mais associado com a insegurança alimentar estiver o valor do indicador, maior será a pontuação, conforme mostrado na tabela a seguir:

	Estado de Segurança Alimentar			
	Segura	Segura na maior parte do ano	Insegura (moderada)	Insegura (severa)
Pontuação	1	2	3	4
Indicador:				
Qualidade da dieta	Adequada	-	moderada	fraca
Dificuldade no acesso a alimentos suficientes (meses)	0	1	2-5	6 ou mais
Duração da reservas cereais (meses)	10 ou mais	7-9	4-6	3 ou menos
Principal fonte de renda:				
• Salario, pensão	x	x		

²¹ WFP. Technical guidance for WFP's Consolidated Approach for Reporting Indicators of Food Security (CARI).

• Ganho-ganho, esmola, ajuda alimentar				X
Uso de estratégias de sobrevivência	nenhuma	estresse	crise	emergência

3. O ISA é calculado como sendo a média das pontuações dos sub-indicadores.

Classificação da Insegurança Alimentar: Crónica ou Aguda/Transitória

Os agregados familiares foram classificados como estando em situação de insegurança alimentar crónica, se reunissem um dos seguintes critérios:

1. Se estivessem a enfrentar a insegurança alimentar moderada ou severa de acordo com o ISA sem terem tido nenhum choque nos últimos 12 meses.
2. O trabalho eventual, a esmola e a assistência alimentar são a principal fonte de renda e se a possível contribuição para uma segunda fonte de renda mais importante e estável não é mais do que 20%.

Os agregados familiares foram considerados como estando em insegurança alimentar aguda se o ISA os tivesse classificado como estando no limiar da segurança alimentar, ou estando com insegurança alimentar moderada ou grave, e que tenham tido um choque do qual não se haviam recuperado por ocasião da entrevista.

Coeficientes De Variação (Indicadores De Eficiência Estatística)

9.3.1 Baixo peso em crianças 6-59 meses (peso-para-idade<-2)						
	Estimativa	Erro padrão	Intervalo de confiança de 95%		Coeficiente de Variação	Efeito do Desenho
			Mais baixo	Mais alto		
Niassa	21.3%	2.3%	17.1%	26.1%	.108	1.093
Cabo Delgado	20.2%	2.4%	15.8%	25.4%	.120	1.385
Nampula	30.9%	3.3%	24.8%	37.8%	.108	3.834
Zambézia	19.8%	2.1%	16.0%	24.4%	.108	2.705
Tete	29.5%	4.2%	21.9%	38.3%	.142	3.358
Manica	16.7%	2.1%	12.9%	21.3%	.128	1.226
Sofala	29.9%	3.5%	23.5%	37.3%	.118	1.577
Inhambane	8.8%	1.6%	6.1%	12.6%	.187	.739
Gaza	13.4%	2.1%	9.8%	18.0%	.156	.946
Maputo Província	9.3%	1.8%	6.4%	13.5%	.190	.970
Maputo Cidade	6.7%	1.4%	4.4%	10.1%	.214	.530
Zona urbana	16.7%	1.4%	14.2%	19.6%	.081	1.682
Zona rural	22.8%	1.2%	20.5%	25.3%	.053	2.539
Total	21.0%	0.9%	19.2%	23.0%	.045	2.355

9.3.2 Crescimento insuficiente em crianças 6-59 meses (altura-para-idade <-2)						
	Estimativa	Erro padrão	Intervalo de confiança de 95%		Coeficiente de Variação	Efeito do Desenho
			Mais baixo	Mais alto		
Niassa	44.0%	2.7%	38.8%	49.4%	.061	.975
Cabo Delgado	50.1%	2.6%	44.9%	55.3%	.053	.823
Nampula	49.5%	3.0%	43.7%	55.3%	.060	2.388
Zambézia	40.9%	2.8%	35.4%	46.5%	.070	3.014
Tete	51.8%	5.4%	41.3%	62.1%	.104	3.952
Manica	47.9%	3.8%	40.4%	55.4%	.080	1.878
Sofala	47.7%	4.6%	38.8%	56.8%	.097	1.785
Inhambane	30.9%	2.9%	25.5%	36.8%	.094	.832
Gaza	39.0%	3.3%	32.8%	45.7%	.085	1.127
Maputo Província	25.6%	2.8%	20.5%	31.5%	.109	.954
Maputo Cidade	31.4%	2.7%	26.3%	37.0%	.087	.517
Zona urbana	38.8%	1.7%	35.4%	42.2%	.045	1.446
Zona rural	45.1%	1.4%	42.4%	47.9%	.031	2.252
Total	43.3%	1.1%	41.1%	45.5%	.026	2.000

9.3.3 Emaciação em crianças 6-59 meses (peso -para-altura<-2)						
	Estimativa	Erro padrão	Intervalo de confiança de 95%		Coeficiente de Variação	Efeito do Desenho
			Mais baixo	Mais alto		
Niassa	5.8%	1.3%	3.8%	8.9%	.219	1.007
Cabo Delgado	6.2%	1.2%	4.3%	8.9%	.188	.726
Nampula	12.0%	2.4%	8.0%	17.6%	.203	3.620
Zambézia	8.5%	1.2%	6.4%	11.2%	.141	1.622
Tete	8.7%	2.1%	5.3%	13.8%	.244	1.823
Manica	5.8%	1.6%	3.3%	9.8%	.276	1.540
Sofala	7.0%	2.1%	3.9%	12.3%	.296	1.364
Inhambane	3.0%	0.9%	1.7%	5.4%	.303	.598
Gaza	3.3%	0.8%	2.0%	5.4%	.256	.547
Maputo Província	3.9%	0.9%	2.5%	6.2%	.237	.544
Maputo Cidade	2.7%	0.9%	1.4%	5.2%	.339	.488
Zona urbana	6.4%	0.8%	5.0%	8.1%	.121	1.141
Zona rural	7.6%	0.8%	6.3%	9.2%	.099	2.203
Total	7.2%	0.6%	6.2%	8.5%	.080	1.928

9.3.4 Baixo peso em mulheres de 15-49 anos (IMC<18.5)						
	Estimativa	Erro padrão	Intervalo de confiança de 95%		Coeficiente de Variação	Efeito do Desenho
			Mais baixo	Mais alto		
Niassa	5.0%	1.0%	3.3%	7.4%	.202	.833
Cabo Delgado	7.3%	1.2%	5.4%	10.0%	.157	1.001
Nampula	6.5%	1.2%	4.4%	9.3%	.188	2.622
Zambézia	11.1%	1.6%	8.3%	14.8%	.149	3.152
Tete	7.3%	1.6%	4.7%	11.1%	.220	2.278
Manica	5.6%	1.1%	3.9%	8.1%	.188	1.118
Sofala	11.9%	1.6%	9.1%	15.3%	.132	1.187
Inhambane	3.2%	1.0%	1.8%	5.8%	.303	1.042
Gaza	3.8%	1.1%	2.2%	6.5%	.277	1.187
Maputo Província	3.9%	1.0%	2.4%	6.3%	.245	1.191
Maputo Cidade	5.9%	0.8%	4.4%	7.7%	.141	.595
Zona urbana	5.5%	0.5%	4.5%	6.6%	.095	1.235
Zona rural	8.1%	0.6%	6.9%	9.4%	.078	2.221
Total	7.1%	0.4%	6.3%	8.1%	.062	1.934

9.3.5 Excesso de peso em mulheres de 15-49 anos (IMC $\geq$ 25.0)						
	Estimativa	Erro padrão	Intervalo de confiança de 95%		Coeficiente de Variação	Efeito do Desenho
			Mais baixo	Mais alto		
Niassa	16.6%	2.3%	12.5%	21.6%	.139	1.505
Cabo Delgado	23.3%	2.2%	19.3%	27.9%	.094	1.374
Nampula	23.0%	2.0%	19.3%	27.2%	.088	2.465
Zambézia	15.0%	1.9%	11.6%	19.1%	.127	3.275
Tete	19.9%	2.2%	15.9%	24.6%	.111	1.820
Manica	18.8%	2.3%	14.6%	23.8%	.125	1.902
Sofala	21.8%	3.2%	16.2%	28.7%	.145	2.974
Inhambane	29.7%	2.7%	24.7%	35.4%	.092	1.218
Gaza	23.2%	2.1%	19.3%	27.6%	.090	.966
Maputo Província	34.8%	2.1%	30.7%	39.0%	.061	.960
Maputo Cidade	42.3%	1.4%	39.7%	45.0%	.032	.361
Zona urbana	34.4%	1.1%	32.3%	36.5%	.031	1.200
Zona rural	16.8%	0.9%	15.0%	18.7%	.055	2.551
Total	23.2%	0.7%	21.8%	24.6%	.031	1.874

9.3.6 Pontuação do Consumo Alimentar – moderado (limiar)						
	Estimativa	Erro padrão	Intervalo de confiança de 95%		Coeficiente de Variação	Efeito do Desenho
			Mais baixo	Mais alto		
Niassa	30.3%	2.6%	25.4%	35.7%	.087	1.425
Cabo Delgado	24.9%	2.2%	20.7%	29.5%	.090	1.407
Nampula	28.4%	2.1%	24.5%	32.6%	.072	2.832
Zambézia	23.8%	2.8%	18.8%	29.7%	.117	5.517
Tete	31.3%	2.4%	26.7%	36.3%	.078	1.786
Manica	18.1%	2.0%	14.6%	22.3%	.109	1.347
Sofala	21.0%	3.1%	15.5%	27.8%	.149	3.168
Inhambane	16.0%	2.0%	12.4%	20.4%	.127	1.267
Gaza	21.0%	2.3%	16.7%	25.9%	.112	1.289
Maputo província	13.7%	2.0%	10.2%	18.2%	.148	1.557
Maputo cidade	7.8%	1.2%	5.8%	10.5%	.153	.685
Zona urbana	26.6%	1.1%	24.6%	28.8%	.040	2.762
Zona rural	15.7%	1.2%	13.5%	18.2%	.077	2.369
Total	23.2%	0.8%	21.6%	24.8%	.036	2.632

9.3.7 Pontuação do Consumo Alimentar – fraco						
	Estimativa	Erro padrão	Intervalo de confiança de 95%		Coeficiente de Variação	Efeito do Desenho
			Mais baixo	Mais alto		
Niassa	15.4%	2.3%	11.3%	20.6%	.152	1.830
Cabo Delgado	15.4%	2.4%	11.3%	20.8%	.156	2.324
Nampula	16.2%	2.1%	12.5%	20.8%	.130	4.476
Zambézia	13.9%	1.8%	10.6%	17.9%	.132	3.624
Tete	12.4%	2.3%	8.5%	17.8%	.189	3.275
Manica	4.5%	1.2%	2.7%	7.4%	.260	1.612
Sofala	0.7%	0.4%	0.2%	2.1%	.554	1.159
Inhambane	3.7%	1.0%	2.2%	6.3%	.275	1.196
Gaza	4.3%	1.2%	2.4%	7.5%	.285	1.413
Maputo província	2.8%	0.8%	1.6%	4.8%	.276	.973
Maputo cidade	0.6%	0.2%	0.2%	1.3%	.433	.361
Zona urbana	12.3%	0.9%	10.7%	14.1%	.072	3.462
Zona rural	5.5%	0.7%	4.3%	7.0%	.122	1.897
Total	10.2%	0.6%	9.0%	11.5%	.063	3.136

9.3.8 Índice de Estratégias de Sobrevivência (IES) – lidar com crises						
	Estimativa	Erro padrão	Intervalo de confiança de 95%		Coeficiente de Variação	Efeito do Desenho
			Mais baixo	Mais alto		
Niassa	8.3%	1.2%	6.3%	10.9%	.140	.776
Cabo Delgado	6.0%	1.1%	4.2%	8.4%	.176	1.028
Nampula	7.0%	1.4%	4.7%	10.3%	.201	4.151
Zambézia	19.0%	2.6%	14.4%	24.6%	.136	5.580
Tete	18.6%	4.3%	11.6%	28.5%	.231	7.841
Manica	5.0%	1.0%	3.3%	7.5%	.209	1.171
Sofala	16.3%	2.2%	12.3%	21.2%	.138	1.983
Inhambane	15.1%	1.7%	12.1%	18.7%	.112	.921
Gaza	22.5%	2.4%	18.2%	27.6%	.106	1.273
Maputo província	12.6%	1.5%	9.9%	16.0%	.122	.968
Maputo cidade	6.5%	1.1%	4.6%	9.1%	.172	.712
Zona urbana	14.5%	1.1%	12.5%	16.7%	.073	4.227
Zona rural	8.6%	0.7%	7.4%	10.0%	.076	1.191
Total	12.6%	0.7%	11.2%	14.2%	.059	3.518

9.3.9 Índice de Estratégias de Sobrevivência – lidar com emergências						
	Estimativa	Erro padrão	Intervalo de confiança de 95%		Coeficiente de Variação	Efeito do Desenho
			Mais baixo	Mais alto		
Niassa	4.0%	1.1%	2.3%	7.0%	.282	1.465
Cabo Delgado	27.8%	2.2%	23.6%	32.4%	.080	1.297
Nampula	10.5%	1.7%	7.6%	14.2%	.159	4.048
Zambézia	17.0%	2.3%	13.0%	21.9%	.133	4.663
Tete	6.7%	1.4%	4.5%	10.0%	.206	1.968
Manica	7.0%	1.6%	4.5%	10.9%	.225	1.957
Sofala	8.5%	1.6%	5.8%	12.3%	.191	1.832
Inhambane	11.5%	2.2%	7.9%	16.4%	.188	1.885
Gaza	10.9%	1.5%	8.3%	14.3%	.140	.934
Maputo província	6.1%	1.0%	4.5%	8.3%	.156	.712
Maputo cidade	4.3%	0.9%	2.8%	6.5%	.214	.699
Zona urbana	12.7%	0.8%	11.2%	14.4%	.065	2.921
Zona rural	8.4%	0.9%	6.8%	10.3%	.105	2.187
Total	11.3%	0.6%	10.2%	12.6%	.056	2.732

9.3.10 Duração do período (meses) de dificuldade em ter o suficiente para comer: 2-5 meses						
	Estimativa	Erro padrão	Intervalo de confiança de 95%		Coeficiente de Variação	Efeito do Desenho
			Mais baixo	Mais alto		
Niassa	34.3%	2.6%	29.3%	39.6%	.077	1.337
Cabo Delgado	39.3%	3.5%	32.7%	46.4%	.089	2.697
Nampula	29.2%	2.5%	24.5%	34.4%	.086	4.177
Zambézia	37.4%	3.5%	30.8%	44.4%	.093	6.692
Tete	35.0%	3.3%	28.8%	41.8%	.095	3.167
Manica	22.8%	2.6%	18.0%	28.4%	.116	2.039
Sofala	30.0%	3.4%	23.7%	37.2%	.115	3.037
Inhambane	30.5%	2.3%	26.3%	35.1%	.074	.988
Gaza	31.3%	2.1%	27.3%	35.5%	.066	.780
Maputo província	24.6%	2.3%	20.4%	29.5%	.094	1.290
Maputo cidade	19.3%	2.1%	15.5%	23.8%	.109	.981
Zona urbana	34.5%	1.3%	31.9%	37.1%	.039	3.702
Zona rural	24.6%	1.5%	21.8%	27.6%	.060	2.544
Total	31.4%	1.0%	29.4%	33.4%	.033	3.353

9.3.11 Duração do período (meses) de dificuldade em ter o suficiente para comer: ≥ 6 meses						
	Estimativa	Erro padrão	Intervalo de confiança de 95%		Coeficiente de Variação	Efeito do Desenho
			Mais baixo	Mais alto		
Niassa	3.0%	0.8%	1.8%	5.2%	.277	1.050
Cabo Delgado	1.1%	0.4%	0.5%	2.2%	.365	.758
Nampula	2.0%	0.6%	1.2%	3.4%	.273	2.092
Zambézia	4.6%	1.0%	3.0%	7.0%	.217	2.914
Tete	3.3%	1.0%	1.8%	6.0%	.308	2.099
Manica	1.7%	0.5%	0.9%	3.1%	.300	.802
Sofala	1.0%	0.4%	0.4%	2.4%	.442	1.067
Inhambane	8.0%	1.4%	5.6%	11.2%	.178	1.125
Gaza	9.3%	1.3%	7.0%	12.2%	.143	.811
Maputo província	1.7%	0.6%	0.9%	3.3%	.331	.847
Maputo cidade	3.0%	0.7%	1.9%	4.8%	.235	.590
Zona urbana	3.8%	0.4%	3.1%	4.6%	.100	1.894
Zona rural	2.2%	0.3%	1.7%	2.8%	.132	.843
Total	3.3%	0.3%	2.8%	3.9%	.084	1.670

9.3.12 Tempo de reservas de cereais (meses): 4-6 meses						
	Estimativa	Erro padrão	Intervalo de confiança de 95%		Coeficiente de Variação	Efeito do Desenho
			Mais baixo	Mais alto		
Niassa	15.5%	2.2%	11.7%	20.3%	.142	1.128
Cabo Delgado	3.9%	1.0%	2.3%	6.5%	.267	1.006
Nampula	7.0%	1.6%	4.4%	10.9%	.232	2.852
Zambézia	6.4%	1.2%	4.5%	9.2%	.185	1.977
Tete	10.9%	2.1%	7.4%	15.8%	.192	2.112
Manica	4.2%	0.9%	2.7%	6.5%	.227	.844
Sofala	7.6%	1.7%	4.8%	11.8%	.227	1.514
Inhambane	13.7%	2.0%	10.1%	18.2%	.150	.703
Gaza	5.8%	1.2%	3.8%	8.6%	.207	.596
Maputo província	7.9%	1.7%	5.1%	12.1%	.217	.418
Maputo cidade	3.1%	1.7%	1.0%	9.1%	.567	.323
Zona urbana	7.8%	0.6%	6.6%	9.1%	.079	1.725
Zona rural	7.8%	1.1%	5.8%	10.4%	.147	1.215
Total	7.8%	0.5%	6.8%	8.9%	.070	1.640

9.3.13 Tempo de reservas de cereais: 0-3 meses						
	Estimativa	Erro padrão	Intervalo de confiança de 95%		Coeficiente de Variação	Efeito do Desenho
			Mais baixo	Mais alto		
Niassa	20.1%	2.6%	15.4%	25.8%	.131	1.313
Cabo Delgado	33.5%	2.8%	28.3%	39.1%	.082	1.185
Nampula	40.9%	3.4%	34.5%	47.7%	.083	3.341
Zambézia	29.0%	3.3%	23.0%	35.8%	.113	4.375
Tete	27.6%	2.6%	22.8%	32.9%	.093	1.538
Manica	14.2%	2.3%	10.3%	19.2%	.159	1.574
Sofala	22.6%	2.8%	17.6%	28.4%	.122	1.545
Inhambane	38.7%	4.2%	30.8%	47.2%	.109	1.480
Gaza	45.2%	4.4%	36.9%	53.9%	.097	1.745
Maputo província	57.4%	4.4%	48.5%	65.8%	.077	.826
Maputo cidade	66.1%	5.5%	54.6%	76.0%	.084	.435
Zona urbana	29.2%	1.3%	26.8%	31.8%	.043	2.523
Zona rural	40.6%	2.5%	35.7%	45.6%	.063	1.769
Total	31.1%	1.1%	28.9%	33.4%	.037	2.385

9.3.14 Prevalência de agregados familiares com insegurança alimentar (moderada + severa)						
	Estimativa	Erro padrão	Intervalo de confiança de 95%		Coeficiente de Variação	Efeito do Desenho
			Mais baixo	Mais alto		
Niassa	25.4%	2.5%	20.7%	30.7%	.100	1.483
Cabo Delgado	36.7%	2.9%	31.3%	42.5%	.078	1.866
Nampula	26.2%	2.7%	21.3%	31.9%	.103	5.098
Zambézia	32.0%	3.1%	26.2%	38.5%	.098	5.868
Tete	33.3%	3.0%	27.7%	39.4%	.089	2.580
Manica	9.9%	1.5%	7.4%	13.3%	.150	1.278
Sofala	17.6%	2.6%	13.0%	23.3%	.148	2.523
Inhambane	21.6%	2.7%	16.9%	27.3%	.123	1.711
Gaza	31.1%	2.8%	25.9%	36.9%	.090	1.415
Maputo província	12.0%	1.6%	9.2%	15.7%	.137	1.142
Maputo cidade	6.0%	1.0%	4.2%	8.3%	.173	.654
Zona urbana	29.4%	1.2%	27.0%	31.9%	.042	3.544
Zona rural	15.2%	1.3%	12.8%	18.0%	.086	2.868
Total	24.9%	0.9%	23.1%	26.8%	.038	3.314

9.3.15 Prevalência de agregados familiares com insegurança alimentar crónica						
	Estimativa	Erro padrão	Intervalo de confiança de 95%		Coeficiente de Variação	Efeito do Desenho
			Mais Baixo	Mais alto		
Niassa	30.1%	2.6%	25.3%	35.4%	.086	1.376
Cabo Delgado	19.4%	1.9%	16.0%	23.4%	.098	1.205
Nampula	23.2%	2.0%	19.5%	27.3%	.086	3.026
Zambézia	26.5%	2.3%	22.2%	31.4%	.088	3.642
Tete	32.6%	2.4%	28.1%	37.4%	.073	1.662
Manica	24.9%	2.4%	20.5%	29.8%	.096	1.550
Sofala	21.9%	1.8%	18.6%	25.6%	.082	1.008
Inhambane	20.6%	1.9%	17.2%	24.6%	.092	.903
Gaza	20.9%	2.1%	17.1%	25.2%	.099	1.006
Maputo província	19.9%	1.9%	16.3%	23.9%	.097	1.040
Maputo cidade	11.1%	1.2%	8.9%	13.8%	.112	.542
Zona urbana	26.5%	0.9%	24.7%	28.4%	.035	2.100
Zona rural	17.7%	1.2%	15.5%	20.1%	.066	2.044
Total	23.8%	0.7%	22.3%	25.2%	.031	2.063

9.3.16 Prevalência de agregados familiares com insegurança alimentar aguda						
	Estimativa	Erro padrão	Intervalo de confiança de 95%		Coeficiente de Variação	Efeito do Desenho
			Mais baixo	Mais alto		
Niassa	1.8%	0.5%	1.0%	3.2%	.282	.641
Cabo Delgado	9.0%	1.2%	6.8%	11.7%	.138	.975
Nampula	3.2%	0.7%	2.1%	5.1%	.230	2.395
Zambézia	2.5%	0.7%	1.5%	4.3%	.276	2.554
Tete	2.1%	0.7%	1.1%	4.0%	.330	1.526
Manica	1.4%	0.6%	0.6%	3.1%	.424	1.275
Sofala	7.9%	2.0%	4.8%	12.7%	.248	2.828
Inhambane	4.2%	0.9%	2.7%	6.4%	.217	.849
Gaza	3.5%	0.9%	2.2%	5.7%	.245	.855
Maputo província	1.4%	0.5%	0.7%	2.7%	.348	.748
Maputo cidade	2.0%	0.5%	1.2%	3.3%	.256	.463
Zona urbana	3.8%	0.4%	3.1%	4.7%	.104	2.015
Zona rural	2.6%	0.3%	2.1%	3.4%	.127	.946
Total	3.5%	0.3%	2.9%	4.1%	.084	1.754



ANEXO 2: Questionarios



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA



SECRETARIADO TÉCNICO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
ESTUDO DE BASE DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2013

QUESTIONÁRIO AO AGREGADO FAMILIAR

Guião de Apresentação do/a inquiridor e o propósito da entrevista:

- Bom dia/tarde meu nome é _____ e estou a fazer este trabalho para o SETSAN, do Ministério da Agricultura.
- O seu Agregado Familiar foi seleccionado ao acaso para esta entrevista. O propósito da entrevista é de obter informações sobre a situação de segurança alimentar e nutrição dos agregados familiares. Estas informações são muito importantes porque ajudam-nos a conhecer a situação da Segurança Alimentar e facilitar na planificação.
- O inquérito é voluntário e a informação por si prestada é confidencial. A informação será usada para elaborar relatórios, mas não indicará o seu nome nem de outras pessoas entrevistadas. Não haverá nenhuma forma de se saber que deu informação.
- Pode então dispensar cerca de 40 minutos a 1 hora para a entrevista?

IDENTIFICAÇÃO

Província _____
Distrito _____
Posto Administrativo _____
Urbano / Rural _____ 1. URBANO 2. RURAL = 2
Nome e número da área de enumeração _____
Número do Agregado Familiar _____
Nome do Local (Aldeia, Povoação ou Bairro) _____
Nome do chefe do agregado familiar _____
Equipa/Brigada _____

_	_
_	_
_	_
_	
_	_
_	_
_	_
_	_

VISITAS DO(A) INQUIRIDOR(A)

VISITA FINAL

			1	2	3		
			Data:	Data:	Data:	Dia	Mês
			Hora:	Hora:	Hora:	_ _	_ _ 2 0 1 3
Resultado						Horas ____ h ____ min	
Nome do(a) Inquiridor(a)						Código do Inquiridor _ _	
Resultado						Código do Resultado _ _	
CÓDIGOS DE RESULTADOS 01 COMPLETO 02 AGREGADO FAMILIAR AUSENTE OU NÃO HÁ PESSOA COMPETENTE 03 TODO AGREGADO FAMILIAR AUSENTE POR UM PERÍODO PROLONGADO DE TEMPO 04 ENTREVISTA ADIADA 05 RECUSA TOTAL 06 CASA DESOCUPADA OU NÃO É RESIDÊNCIA 07 CASA DESTRUÍDA 08 CASA NÃO ENCONTRADA 09 INCOMPLETO 10 OUTRO (ESPECIFIQUE) _____						Sexo do Entrevistado	
						MASCULINO =1	
						FEMININO=2 _	
						Total dos membros do AF _ _	
						Membros do sexo masculino _ _	
						Membros do sexo feminino _ _	
						Total de crianças menores de 5 anos _	
NOME DO CONTROLADOR(A):						Código... _ _ _	
Há quanto tempo seu agregado familiar vive nesta comunidade/ bairro?						_ ha mais de 12 M	
						_ 7-12 M	
						_ 3-6 M	
						_ menos de 3 M	
Se vive neste local há menos de 1 ano, donde veio? _						1= doutro bairro/ comunidade; 2= doutra província; 3= doutro País	

CONFIDENCIALIDADE E AUTORIDADE ESTATÍSTICA (Lei 7/96 de Julho)

Artigo 6 AUTORIDADE ESTATÍSTICA- O princípio da autoridade estatística consiste no poder conferido ao Instituto Nacional de Estatística de, no exercício das actividades estatísticas, realizar inquéritos com obrigatoriedade de respostas nos prazos que forem fixados, bem como efetuar diligências para a produção de estatísticas.

Artigo 14 CONFIDENCIALIDADE ESTATÍSTICA- Todas as informações estatísticas de carácter individual recolhidas pelos órgãos produtores de estatísticas oficiais, são de natureza estritamente confidencial.

1. MÓDULO DEMOGRÁFICO E SOCIAL

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)
						0-5 ANOS						
No.de ordem	Primeiro nome Por favor, diga-me os nomes das pessoas que vivem habitualmente neste agregado, começando pelo chefe do agregado familiar (não incluir hóspedes e nem empregados domésticos)	Grau de parentesco com o chefe do AF VIDE CÓDIGO	Sexo Masculino = 1 Feminino = 2	Idade em anos Se menos de 1, escrever '00'	Estado Civil VIDE CÓDIGO	Situação social das crianças VIDE CÓDIGO	Nível de escolaridade (mais alto adquirido) VIDE CÓDIGO	Esta pessoa esteve envolvida nalguma atividade remunerada que contribuiu para o rendimento do seu AF nos últimos 6 meses? SIM=1 NAO=2	Estado de saúde Saudável=1 Doente=2	Há quanto tempo esta doente? Menos de 3 meses = 1 Mais de 3 meses=2	Se esteve doente mais de 3 meses, recorreu aos serviços de Saúde? SIM = 1 NAO = 2	Se não, porque não recorreu aos serviços de saúde? VIDE CÓDIGO
01												
02												
03												
04												
05												
06												
07												
08												
09												
10												

CÓDIGOS:

(03) Grau de parentesco 01= Chefe do AF 02=Cônjuge do chefe do AF 03=filho/a 04=Pai/ mãe 05=irmão/ irmã 06=avô/ avó	07=Tio/ tia/ primo/a 08=sobrinho/a; neto/a 09=filho adotivo 10=enteado/a 11=Não tem laços familiares 12=Outro parente	(06) Estado Civil 1= Solteiro (a) 2= Viúvo (a) 3= Divorciado 4= Casa do monógamo 5= Casa do polígamo	(07) Situaç. Social da criança 1= Ambos pai e mãe vivos 2 = Mãe faleceu 3 = Pai faleceu 4 = Ambos mãe e pai faleceram	(08) Nível de escolaridade 00 = Alfabetização 01 = Primário ep1 02 = Primário ep2 03 = Secundário esg1 04 = Secundário esg2	05 = Técnico elementar 06 = Técnico básico 07 = Técnico médio 08 =curso de formação 09 = Superior	(13) Porque não recorreu aos serviços de saúde? 1= Falta de dinheiro 2= Usou curandeiro 3= Não existe na comunidade 4= Muito distante 5= Ma qualidade dos serviços
--	--	--	--	---	---	--

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)
						0-5 ANOS						
No.de ordem	Primeiro nome	Grau de parentesco com o chefe do AF VIDE CÓDIGO	Sexo Masculino = 1 Feminino = 2	Idade em anos Se menos de 1, escrever '00'	Estado Civil VIDE CÓDIGO	Situação social das crianças VIDE CÓDIGO	Nível de escolaridade (mais alto adquirido) VIDE CÓDIGO	Esta pessoa esteve envolvida nalguma atividade remunerada que contribuiu para o rendimento do seu AF nos últimos 6 meses? SIM=1 NAO=2	Estado de saúde Saudável=1 Doente=2	Há quanto tempo esta doente? Menos de 3 meses = 1 Mais de 3 meses = 2	Se esteve doente mais de 3 meses, recorreu aos serviços de Saúde? SIM = 1 NAO = 2	Se não, porque não recorreu aos serviços de saúde? VIDE CÓDIGO
11												
12												
13												
14												
15												
16												
17												
18												
19												
20												

(3) –Grau de parentesco

01= Chefe do AF
02=Cônjuge do chefe do AF
03=filho/a
04=Pai/ mãe
05=irmão/ irmã
06=avô/ avó

07=Tio/ tia/ primo/a

08=sobrinho/a; neto/a
09=filho adotivo
10=enteado/a
11=Não tem laços familiares
12=Outro parente

(6)Estado Civil

1= Solteiro (a)
2= Viúvo (a)
3= Divorciado
4= Casado Monógamo
5= Casado polígamo

(7) Situaç. Social da criança

1= ambos pai e mãe vivos
2 = mãe faleceu
3 = pai faleceu
4 = ambos mãe e pai faleceram

(8) Nível de escolaridade

00 = Alfabetização
01 = Primário ep1
02 = Primário ep2
03 = Secundário esg1
04 = Secundário esg2

05 = Técnico elementar
06 = Técnico básico
07 = Técnico médio
08 = Curso de formação
09 = Superior

(13) Porque não recorreu aos serviços de saúde?

1= Falta de dinheiro
2= Usou curandeiro
3= Não existe na comunidade
4= Muito distante
5= Ma qualidade dos serviços

2. MÓDULO DE PRODUÇÃO AGRÁRIA

Colheita de culturas (campanha Agrícola 2012/13)

No.	PERGUNTAS E FILTROS	CÓDIGO DE CATEGORIAS	CÓDIGO	
14	O seu AF tem machamba?	SIM=1 NÃO=2	__	Se não, passe para 26
15	Quantas machambas		__	
16	Onde tem a sua machamba?	ZONA ALTA 1 ZONA BAIXA 2 ZONA ALTA E BAIXA... 3	__ __	
17	Em quanto tempo percorre a distância da casa a machamba (a pé)?	1 = 10 MIN 2 = 30 MIN 3 = 1 HORA 4 = 2 HORAS OU MAIS	__	

Culturas alimentares		18	19	20	21	22
No.	Perguntar sem listar as culturas. Deixar o entrevistado indicar as culturas	Que culturas o AF colheu na campanha agrícola 2012/13? SIM =1 NÃO =2	Quando colheu? JAN = 01 FEV = 02 MAR=03 ABR = 04 MAI =05 JUN = 06 JUL =07 AGO = 08 SET = 09 OUT = 10 NOV=11 DEZ= 12	Vendeu este produto? SIM=1 NÃO=2	Tem reservas destes produtos? SIM=1 NÃO=2	Quanto tempo durou/ irá durar o produto da última colheita (contar a partir do mês que colheu)? Códigos 1 =MENOS DE 1 MÊS 2=1 A 3 MESES 3= 4 A 6 MESES 4=MAIS DE 6 MESES
	Milho	__	__ __	__	__	__
	Mapira	__	__ __	__	__	__
	Mexoeira	__	__ __	__	__	__
	Arroz	__	__ __	__	__	__
	Feijão Vulgar (Manteiga)	__	__ __	__		
	Feijão Nhembá	__	__ __	__		
	Outros feijões	__	__ __	__		
	Amendoim	__	__ __	__		
	Batata-doce de polpa alaranjada	__	__ __	__		
	Batata-doce de polpa não alaranjada	__	__ __	__		
	Mandioca Fresca	__		__		
	Mandioca seca				__	__
	Hortícolas	__	__ __	__		__

23	O AF tem produtos que queria vender e não conseguiu vender?	1 = SIM 2 = NÃO __	Se não, passe para 25
24	Se SIM, porque não conseguiu vender?	1 = OS COMERCIANTES NÃO APARECERAM 2 = FALTA DE TRANSPORTE 3 = LONGA DISTÂNCIA AO MERCADO 4 = FALTA DE INFORMAÇÃO SOBRE QUEM PROCURA ESTES PRODUTOS 5 = OUTRO ESPECIFICAR _____	__

25	Onde costuma guardar os cereais da sua produção? Deixar o entrevistado indicar a opção	TIPO	SIM = 1	NAO = 2
		Estendido no telhado da casa	__	__
		Pendurado na árvore	__	__
		Celeiro melhorado fora de casa	__	__
		Celeiro tradicional fora de casa	__	__
		A granel fora de casa	__	__
		Sacos dentro de casa ou sob proteção	__	__
		Celeiro dentro da cozinha coberta	__	__
		Pendurado na cozinha coberta	__	__

26	Tem árvores de fruta em produção?	SIM = 1	NAO = 2	__	Se não, passe para 29
27	Consome as frutas da sua produção?	SIM = 1	NAO = 2	__	
28	Vende as frutas?	SIM = 1	NAO = 2	__	

No.	Pecuária e venda de animais		29	30	31
29	Quantos animais o seu AF possui atualmente? (Perguntar para cada tipo de animal)		Quantidade atual SE NÃO POSSUI ANIMAIS, ANOTE "00"	Vendeu ou trocou algum animal nos últimos 3 meses? SIM = 1 NÃO = 2	Principal razão para a venda <i>VIDE CÓDIGO</i>
		Bovinos de corte e leiteiro	__ __	__	__
		Suínos	__ __	__	__
		Burros	__ __	__	__
		Caprinos/ovinos	__ __	__	__
		Aves (Galinhas, patos, gansos, perus)	__ __ __	__	__
		Coelhos	__ __	__	__
		Bovinos de tracção	__ __	__	__
		CÓDIGOS/ RAZÃO PARA A VENDA: 1=JÁ NÃO PRECISA DE ANIMAL 2=PAGAR DESPESAS DIÁRIAS 3=COMPRAR ALIMENTOS 4=PAGAR DESPESAS DE SAÚDE 5=PARA OUTRA EMERGÊNCIA 6=PAGAR DÍVIDAS 7=PAGAMENTO DE CERIMÓNIAS SOCIAIS 8=PAGAR FUNERAL 9=PAGAR DESPESAS DA ESCOLA			

3. MÓDULO DE FONTES DE RENDIMENTOS

Principais fontes de rendimento

32	Nos últimos 6 meses qual foi a principal fonte de rendimento do seu AF? (Deixar o entrevistado indicar a fonte)	VIDE CÓDIGO	__ __		
33	Nos últimos 6 meses qual foi a segunda principal fonte de rendimento do seu AF (Deixar o entrevistado indicar a fonte) SE NÃO POSSUI SEGUNDA FONTE DE RENDIMENTO, ANOTE 99 E PASSE PARA 34	VIDE CÓDIGO	__ __		
<table border="0"> <tr> <td style="vertical-align: top;"> 1. Aluguer/ trabalhos com tração animal 2. Arrendamento de moveis e imoveis 3. Assistência alimentar 4. Comércio 5. Exploração de pequenas minas de ouro 6. Fabrico de bebidas 7. Fabrico e venda de comidas 8. Ganho-ganho 9. Pesca/ Aquacultura 10. Produção de culturas alimentares /culturas de rendimento / hortícolas/frutas 11. Produção/venda de artesanato 12. Produção da lenha 13. Produção de carvão 14. Remessa, ofertas 15. Salário/reforma / pensão 16. Transporte 17. Venda de animais / produtos animais 18. Venda de culturas alimentares /culturas de rendimento/ hortícolas/frutas </td> <td style="vertical-align: top;"> 19. Venda de pescado 20. Venda da lenha / carvão 21. Venda de bebidas 22. Administração pública 23. Actividades financeiras/ bancos 24. Alfaiate/ modista 25. Cabeleireiro/barbeiro 26. Comunicações e informática 27. Construção civil; 28. Educação; 29. Empregados domésticos/ jardineiros/ guardas 30. Hotéis e restaurantes; 31. Imobiliário, aluguer de serviços as empresas; 32. Industria 33. Reparação de automóveis e artigos domésticos 39. Pedir esmola 34. Saúde e acção social 35. Empresas de Segurança 35. Venda de gás 36. Venda de recargas de celulares 37. Venda ambulante de roupa, calçado, artigos vários 38. Venda/preparação de pedra e areia </td> </tr> </table>				1. Aluguer/ trabalhos com tração animal 2. Arrendamento de moveis e imoveis 3. Assistência alimentar 4. Comércio 5. Exploração de pequenas minas de ouro 6. Fabrico de bebidas 7. Fabrico e venda de comidas 8. Ganho-ganho 9. Pesca/ Aquacultura 10. Produção de culturas alimentares /culturas de rendimento / hortícolas/frutas 11. Produção/venda de artesanato 12. Produção da lenha 13. Produção de carvão 14. Remessa, ofertas 15. Salário/reforma / pensão 16. Transporte 17. Venda de animais / produtos animais 18. Venda de culturas alimentares /culturas de rendimento/ hortícolas/frutas	19. Venda de pescado 20. Venda da lenha / carvão 21. Venda de bebidas 22. Administração pública 23. Actividades financeiras/ bancos 24. Alfaiate/ modista 25. Cabeleireiro/barbeiro 26. Comunicações e informática 27. Construção civil; 28. Educação; 29. Empregados domésticos/ jardineiros/ guardas 30. Hotéis e restaurantes; 31. Imobiliário, aluguer de serviços as empresas; 32. Industria 33. Reparação de automóveis e artigos domésticos 39. Pedir esmola 34. Saúde e acção social 35. Empresas de Segurança 35. Venda de gás 36. Venda de recargas de celulares 37. Venda ambulante de roupa, calçado, artigos vários 38. Venda/preparação de pedra e areia
1. Aluguer/ trabalhos com tração animal 2. Arrendamento de moveis e imoveis 3. Assistência alimentar 4. Comércio 5. Exploração de pequenas minas de ouro 6. Fabrico de bebidas 7. Fabrico e venda de comidas 8. Ganho-ganho 9. Pesca/ Aquacultura 10. Produção de culturas alimentares /culturas de rendimento / hortícolas/frutas 11. Produção/venda de artesanato 12. Produção da lenha 13. Produção de carvão 14. Remessa, ofertas 15. Salário/reforma / pensão 16. Transporte 17. Venda de animais / produtos animais 18. Venda de culturas alimentares /culturas de rendimento/ hortícolas/frutas	19. Venda de pescado 20. Venda da lenha / carvão 21. Venda de bebidas 22. Administração pública 23. Actividades financeiras/ bancos 24. Alfaiate/ modista 25. Cabeleireiro/barbeiro 26. Comunicações e informática 27. Construção civil; 28. Educação; 29. Empregados domésticos/ jardineiros/ guardas 30. Hotéis e restaurantes; 31. Imobiliário, aluguer de serviços as empresas; 32. Industria 33. Reparação de automóveis e artigos domésticos 39. Pedir esmola 34. Saúde e acção social 35. Empresas de Segurança 35. Venda de gás 36. Venda de recargas de celulares 37. Venda ambulante de roupa, calçado, artigos vários 38. Venda/preparação de pedra e areia				

34	Estimativa em percentagem (%) da contribuição no rendimento total. Usar 10 feijões ou paus e perguntar quantos foram gastos para cada fonte SEGUNDA FONTE: SE NAO, ESCREVER "00"; OUTRAS FONTE: SE NAO, ESCREVER "00"	Principal fonte __ __ __ %	Segunda fonte __ __ __ %	Outras fontes __ __ __ %
----	--	------------------------------------	----------------------------------	----------------------------------

4. MÓDULO DE DESPESAS

35	Quanto foi o valor total, em meticais, de todas as despesas que o seu agregado familiar teve no último mês?	__ __ __ __ __ __ Mt
36	Deste total de despesas, qual a percentagem gasta em comida? (Usar 10 feijões ou paus e perguntar quantos foram gastos em comida)	__ __ __ %

	Despesas em bens e serviços	37
37		No último mês quanto o seu AF gastou nos seguintes bens e serviços? (MZM)
	1. Álcool & Tabaco/cigarro	__
	2. Sabão & produtos de limpeza/higiene	__
	3. Transporte	__
	4. Combustível, lenha/carvão	__
	5. Água	__
	6. Eletricidade/luz	__
	7. Telefone/comunicação	__
	8. Aluguer de casa/quarto	__

	Despesas em bens e serviços	38
38		Nos últimos 12 meses quanto o seu AF gastou nos seguintes bens e serviços? (MZM)
	1. Despesas médicas, cuidado de saúde	
	2. Roupas, calçados	
	3. Educação, taxas escolares, uniforme escolar, etc	
	4. Pagamento de dívida	
	5. Cerimonias/eventos sociais	
	6. Insumos agrícolas	
	7. Construção ou reparação da casa	
	8. Poupança	

5. MÓDULO DE POSSE DE BENS

39	O agregado familiar possui:		1= sim; 2= não
	<i>Leia os bens mencionados um por um</i>		
	<i>Perguntar para cada opção</i>		
		1. Rádio	__
		2. Televisor	__
		3. Telefone celular	__
		4. Telefone fixo	__
		5. Geleira, congelador	__
		6. Aparelho de ar condicionado	__
		7. Computador, impressora	__
		8. Fogão elétrico ou a gás	__
		9. Máquina de lavar roupa	__
		10. Cama, mesa, cadeira	__

No.	Bens produtivos	40	41	42	43
40	<i>Perguntar por cada bem</i>	(Possui) 1= SIM 2= NÃO	Quantidade	Nos últimos 3 meses o AF comprou um bem? 1= SIM 2= NÃO	Nos últimos 3 meses o AF vendeu um bem? 1= SIM 2= NÃO
	Machado	__	__ __	__	__
	Foice	__	__ __	__	__
	Catana	__	__ __	__	__
	Enxada	__	__ __	__	__
	Pilão	__	__ __	__	__
	Fogão	__	__ __	__	__
	Grade para lavoura	__	__ __	__	__
	Carroça	__	__ __	__	__
	Carro	__	__ __	__	__
	Charrua	__	__ __	__	__
	Máquina de costura	__	__ __	__	__
	Moinho	__	__ __	__	__
	Rede de pesca, Arma de pesca	__	__ __	__	__
	Barco, Canoa	__	__ __	__	__
	Trator	__	__ __	__	__
	Motorizada	__	__ __	__	__
	Bicicleta	__	__ __	__	__
	Arma de caça	__	__ __	__	__

6. MÓDULO DE PREÇOS E MERCADOS

44	Há mercado neste local?	1=Sim; 2=Não		__
45	Qual a distância a pé, até ao mercado?	DISTÂNCIA EM KM		__ __ km
46	Qual a distância a pé, até ao mercado?	DISTÂNCIA TEMPORAL		__ __ __ minutos
47	É difícil chegar ao mercado?	1 = SIM 2 = NAO		__
48	Se é difícil, porque?	1=Precisa de transporte 2=Falta de transporte 3=Transporte caro	4=Mercado longe 5=Há obstáculos para atravessar (rio, reserva de caça, etc)	__

No	Fonte e quantidade dos produtos básicos		50	51
49		Produtos	Principal fonte VIDE CÓDIGO	Se a principal fonte for Compra Qual a Quantidade comprada VIDE CÓDIGO
		Milho em grão	__	__
		Farinha de milho	__	__
		Arroz	__	__
		Amendoim	__	__
		Feijões	__	__
		Mandioca	__	__
		Açúcar	__	__
		Carapau/outro peixe	__	__
		Óleo	__	__
CÓDIGO PRINCIPAL FONTE:			CÓDIGO QUANTIDADE USADA:	

1= Compra 3=produção própria/Coleta 5=não uso ganho	2=remessas 4=assistência alimentar 6=empréstimo/troca/ganho	1=quantidade para uma refeição 3=quantidade para 2 a 3 semanas	2=quantidade para 1 a 7 dias 4=quantidade para 1 mês ou +
--	---	---	--

No.	Mudança de preços/padrões de consumo de alimentos básicos		
52	Que produtos o seu AF consome mais?	1= MILHO 2= ARROZ 3= MANDIOCA 4= COMBINAÇÃO DE MILHO/ ARROZ 5= COMBINAÇÃO DE MILHO/ MANDIOCA	__
53	Houve mudança no padrão de consumo alimentar do AF nos últimos 12 meses?	SIM = 1 NAO = 2 <i>Se não, passe para 56</i>	__

54	Se sim, indique os produtos que o AF passou a consumir mais ou menos	Mudança no consumo: 1= MAIS 2= MENOS 3=NÃO HÁ MUDANÇA
	1. Milho/farinha de milho	__
	2. Arroz	__
	3. Mandioca	__
	4. Combinação de milho/ farinha de milho e arroz	__
	5. Combinação de milho/mandioca	__
	6. Batata-doce	__
	7. Inhame e outras raízes	__
	8. Frutos/vegetais silvestres	__
	9. Pão	__

55	Se houve diminuição do produto mais consumido, indique as/a principal razão?	1. Subida do preço do produto que consumia antes	__
		2. Subida do preço de transporte	__
		3. Deixou de produzir o produto na sua machamba	__
		4. Falta de tempo para processar o produto	__
		5. Subida do preço de processamento	__
		6. Falta de produto no mercado	__
		7. Desastres e choques que reduziram a produção	__

7. MÓDULO DE CHOQUES

56	O seu AF sofreu algum choque / situação fora do comum que afetou sua capacidade de se manter, comer na maneira que estava acostumado, ou reter os bens que tinha durante os últimos 12 meses?	SIM = 1 NAO = 2	__	<i>Se não, passe para 59</i>
----	---	--------------------	----	------------------------------

57	Se sim, que tipo de choque/ situação fora do comum? : (não perguntar por cada opção mas sim esperar pela resposta do entrevistado) para o inquiridor marcar 1 na opção indicada)	SIM = 1 NAO = 2
	1= Seca/Falta de chuvas/chuvas irregulares	__
	2= Inundações /cheias/	__
	3= Ciclones/Ventos Fortes/Chuva de gelo/ granizo	__
	4= Morte, roubo do gado; doença em animais; ataque de animais bravios	__
	5= Pragas ou doenças nas culturas	__
	6= Aumento de preços dos insumos agrícolas (semente, pesticidas etc.)	__
	7= Desapropriação da terra	__
	8= Aumento de preços dos alimentos	__
	9= Morte do chefe ou membro (s) do AF	__
	10= Doença crónica	__
	11= Queimadas descontroladas	__
	12= desemprego de um dos membros do agregado familiar	__
	13= Roubo de bens	__

No.	Recuperação		Código
58	O seu AF já se recuperou do choque?	1 = SIM 2 = NAO 3 = PARCIALMENTE	__

8. MÓDULO DE ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA REFERENTE AO CONSUMO ALIMENTAR NOS ÚLTIMOS 7 DIAS

No.	Nos últimos 7 dias, quantas vezes (em número de dias) o seu AF teve que adotar as seguintes estratégias por não ter comida suficiente ou dinheiro para comprá-la? LER AS ESTRATEGIAS	Frequência (número de dias de 0 a 7)
59		
	1. Recorrer a alimentos menos caros ou menos preferidos	__
	2. Pedir emprestado alimentos/ajuda de amigos/familiares	__
	3. Reduzir o número de refeições por dia	__
	4. Limitar quantidades nas refeições	__
	5. Reduzir o consumo de adultos para as crianças comerem	__
	6. Ficar um dia inteiro sem comer	__
	7. Mandou um membro do agregado familiar comer noutro lugar	__

60	Nos últimos 30 dias quais foram os mecanismos que o seu AF usou/ está a usar para enfrentar alguma situação fora de comum que afetou o seu agregado familiar? (perguntar por cada opção)	1 = Sim 2= Não, porque não tivemos situação fora do normal/ choque 3= Não, porque nunca possui/ não tive acesso 4 = Não, porque já não possuímos/ não temos acesso
	1. Vender bens domésticos: radio, TV, geleira, moveis, etc.?	__
	2. Vender bens produtivos: Ferramentas de trabalho agrícola e não agrícola?	__
	3. Alugar/Vender terreno	__
	4. Vender animais grandes: Bovinos por necessidade de dinheiro?	__
	5. Pedir dinheiro emprestado?	__
	6. Gastar as reservas ou economias	__
	7. Tirar as crianças da escola	__
	8. Diminuir despesas não alimentares	__
	9. Consumir sementes	__
	10. Pedir esmola	__
	11. Alugar/ vender casa	__
	12. Ganho/ganho	__
	13. Andar a pé	__

9. MÓDULO DE PROTECÇÃO SOCIAL E ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA

61	O seu Agregado familiar foi beneficiário de algum programa de Acção Social no último mês? (se responder NÃO passar para a pergunta seguinte)	1=Sim; 2=Não
	Se não passe p 62	__
	Se SIM, qual?	
	1= PSSB- Programa de Subsidio Social Básico Transferências monetárias regulares por tempo indeterminado	__
	2= Transferências sociais por tempo determinado- Programa Apoio Social Directo (PASD)-	__
	3= Transferências sociais por tempo determinado- Programa Apoio Social Directo (PASD)- Apoio Prolongado:	__
	4= Serviços Sociais de Acção Social-PSSAS	__
	5= Acção Social Produtiva (PASP)- Trabalhos públicos com o uso de mão-de-obra intensiva:	__

10. MÓDULO DE ÁGUA, SANEAMENTO E FONTES DE ENERGIA

62	Qual é a principal fonte de água usada para beber? (deixar o entrevistado responder a opção)	1= ÁGUA CANALIZADA (LIGAÇÕES DOMICILIARES; FONTANÁRIOS PÚBLICOS) 2 =POÇO PROTEGIDO 3= POÇO NÃO PROTEGIDO 4= FURO COM BOMBA MANUAL 5= ÁGUA DA CHUVA 6= RIO / RIACHO/LAGO/LAGOA 7 = NASCENTE 7= CAMIAO CISTERNA 8 = ÁGUA ENGARRAFADA/MINERAL	__
63	Quanto tempo leva para chegar lá, tirar água e voltar? (deixar o entrevistado responder a opção)	1 = MENOS DE 10 MIN 2= 10-30 MIN 3= 30Min - 2 HORAS 4= 2 HORAS E MAIS	__
64	Trata a água que usa para beber? (se a resposta for NÃO passar para a pergunta 66)	1 = SIM 2 = NÃO Se NAO	__

65	Como trata a água para beber? (perguntar apenas se o AF trata a água)	1 = FERVER 2 = ADICIONAR LIXÍVIA / CLORO/"CERTEZA 3 = FILTRAR COM UM PANO 4= USAR FILTRO DE ÁGUA (CERÂMICA,AREIA, COMPOSTO, ETC) 5 =DESINFECÇÃO SOLAR 6 =DEIXAR REPOUSAR E ASSENTAR 7= METODOS NATURAIS/TRADICIONAIS 8= USO DE MORINGA	__
66	Que tipo de latrina os membros do agregado geralmente usam? (deixar o entrevistado responder a opção)	1= RETRETE (PIA) COM AUTOCLISMO 2= RETRETE (PIA) SEM AUTOCLISMO 3= LATRINA MELHORADA 4= LATRINA TRADICIONAL MELHORADA 5= LATRINA TRADICIONAL NÃO MELHORADA 6= NÃO TEM LATRINA/NO MATO	__
67	A casa de banho/latrina é partilhada pelos membros de outros agregados familiares?	1 = SIM 2 = NÃO	__
68	A última vez que [nome da criança menor de 24 meses defecou, onde deixou as fezes?	1= NA LATRINA/BANHEIRO 2= COLOCOU NO DRENO OU VALA 3= JOGADO NO LIXO 5= ENTERRADO 6= DEIXOU EM ABERTO	__
69	Quando costuma lavar as mãos (deixar o entrevistado responder as opções)	1. Antes de preparar a comida 2. Antes de dar a comer uma criança ou adulto 3. Depois de usar a casa de banho 4. Depois de limpar a criança (fezes) 5. Depois de limpar uma pessoa doente 6. No regresso da machamba	__ __ __ __ __ __
70	Qual é a principal fonte de energia ou combustível que o AF usa para cozinhar? (deixar o entrevistado responder a opção)	1 = ELECTRICIDADE 2 = GÁS NATURAL 3 = PETRÓLEO/PARAFINA 4 = KEROSENE 5 = CARVÃO MINERAL 6 = CARVÃO VEGETAL 7 = LENHA 8 = FEZES DE ANIMAIS	__
71	Qual é a principal fonte de iluminação do AF? (deixar o entrevistado responder a opção)	1 = ELECTRICIDADE 2 = LENHA / MADEIRA 3 = PETRÓLEO 4 = VELAS 5 = GERADOR 6 =PAINEL SOLAR 7= Pilhas/ bateria	__

11. MÓDULO DE CONSUMO ALIMENTAR DO AF

72	Durante os últimos 12 meses existe um período em que o seu AF tem dificuldades de ter comida suficiente para comer (se a resposta for NÃO passar para a pergunta 74	1= sim, 2= não	__
73	Se sim, você pode indicar em que meses (a partir de novembro do ano passado) isso aconteceu. __ __ __ __ __ __ __ __ __ __ __ __ NOV DEZ JAN FEV MAR ABR MAI JUN JUL AGO SET OUT		
74	Quantas refeições tiveram os adultos (18+) deste AF ontem?		__

75	Perguntar para cada opção	Nos últimos 7 dias, quantos dias seu AF comeu os seguintes produtos/grupos de produtos? (0 a 7)	Qual foi a principal fonte do produto? Códigos 1 = COMPRA 2 = PRÓPRIA RODUÇÃO
----	---------------------------	---	--

			3=REMESSAS/ASSISTENCIA ALIMENTAR/OFERTAS
	a. Cereais: Milho em grão, farinha de milho, mexoeira, mapira, arroz, trigo, bolos e papas feitos com estes cereais, pão, massa spaghetti, bolachas	__	__
	b. Raízes e tubérculos: Mandioca fresca, mandioca seca, bata doce de polpa branca, inhame, batata reno, outras raízes e tubérculos	__	__
	c. Batata doce de polpa laranjada	__	__
	d. Leguminosas secas: Feijões, ervilha, lentilha, Soja, pratos feitos com estes produtos	__	__
	e. Amendoim e castanha de caju	__	__
	f. Vegetais a folha verde escura: couve, quiabo, moringa, espinafre e outras folhas verdes escuras (de mandioca, de nhemba, de cacana etc.)	__	__
	g. <i>Especificadamente: quiabo</i>	__	__
	h. <i>Especificadamente: moringa</i>	__	__
	i. Vegetais de cor laranja (ricos em Vitamina A): cenoura, pimenta vermelha, abóbora	__	__
	j. Outros vegetais: tomate, ervilha, beringela	__	__
	k. Frutos de cor laranja (ricos em vitamina A): Manga, papaia madura, pêssego, damasco	__	__
	l. Outras frutas: maçã, pera, goiaba, uva, ananás, frutos silvestres, etc	__	__
	m. Carne: vaca, cabrito, ovelha, porco, carne de caça	__	__
	n. Aves (frangos, pato, pombo, codorniz, etc)	__	__
	o. Ratos, ratazanas, outros roedores, insectos, caracóis e larvas (matumanas, outros)	__	__
	p. Órgãos: Fígado, rins, tripas, dobrados, coração, outros órgãos.	__	__
	q. Ovos	__	__
	r. Peixe ou mariscos em geral	__	__
	s. peixe seco	__	__
	t. peixe fresco	__	__
	u. lulas e polvos	__	__
	v. lagosta, caranguejo	__	__
	w. Camarão	__	__
	x. Lactícínios: leite, queijo, iogurte, outros lactícínios	__	__
	y. Açúcar, doces, jam, chocolate, ou produtos feitos com açúcar	__	__
	z. Óleos e Gorduras/manteiga/margarina/banha/coco	__	__
	aa. Sementes de gergelim, melancia, abóbora, girassol	__	__
	bb. Sal	__	__
	cc. Temperos (pimenta, ervas, piri-piri, outros)	__	__
	dd. Chá, café	__	__

76. De alguns produtos consumidos nos 30 dias (último mês) qual a quantidade total consumida de cada produto				
Produto	Quantidade (se não consumiu colocar 0)	Unidade de medida		Qual é a principal fonte do produto: 1=Produção Própria 2=Compra a dinheiro 3=Compra a crédito 4=Oferta/Assistência alimentar directa/ Remessa/ 5=Ganho Ganho por comida/ comida-pelo- trabalho
		1=Kg 2=Lata 20 litros 3=Lata 10 litros 4=lata 5 litros 5= saco 12,5kg 6= saco 25 kg	7= saco 50 kg 8= montinho 9= copo 10= caneca 11= unidade 12= litro 13= plastiquinho	
Milho em grão		__	__	__
farinha de milho		__	__	__
arroz		__	__	__

mapira		__	__
mexoeira		__	__
pao		__	__
Massas/ esparguete		__	__
Mandioca fresca		__	__
Farinha de mandioca		__	__
mapira		__	__
batata doce		__	__
Feijao manteiga		__	__
Feijao nhemba/ boer/ jugo		__	__
amendoim		__	__
Castanha de caju		__	__
folhas		__	__
cebola,		__	__
alho		__	__
tomate		__	__
coco		__	__
abóbora		__	__
quiabo		__	__
papaia		__	__
banana		__	__
limão		__	__
laranja		__	__
manga		__	__
Carapau		__	__
Peixe fresco		__	__
Peixe seco		__	__
mariscos		__	__
Carne de vaca		__	__
Carne de porco		__	__
Carne de cabrito		__	__
Carne de caça		__	__
frango		__	__
ovos		__	__
Oleo de cozinha		__	__
acucar		__	__
caldo		__	__
Leire		__	__
iogurte		__	__
		__	__

12.MÓDULO DE NUTRIÇÃO E SAUDE INFANTIL

77	O agregado familiar tem uma criança entre 0-59 meses de idade? (Menor de 5 anos) Nascidos após ____/____/ 2008;Preencher dia e mêsda entrevista	1 = SIM 2 = NÃO	__
78	Se sim, escreva os nomes e as idades Se não passe para <i>Pedir o documento da criança para confirmar</i>	Nomes 1. 2. 3. 4. 5.	Idade (meses)

ANTROPOMETRIA DAS CRIANÇAS 6 - 59 MESES (MENORES DE 5 ANOS)

No.		Criança 1 CRIANÇA MAIS NOVA	Criança 2 PENULTIMO NASCIMENTO	Criança 3 ANTE-PENULTIMO NASCIMENTO	Criança 4	Criança 5
	Nome da criança					
79	Número de ordem da criança (<i>Confira pergunta 1</i>)	__	__	__	__	__
80	Número de ordem da mãe da criança (<i>ref. tabela 1</i>)	__	__	__	__	__
81	Data de Nascimento Pedir o documento da criança a mãe para confirmar (veja o cartão amarelo/Cédula)	Dia __ __ __ __ __ Mes __ __ __ __ __ Ano 2 0 - -	Dia __ __ __ __ __ Mes __ __ __ __ __ Ano 2 0 - -	Dia __ __ __ __ __ Mes __ __ __ __ __ Ano 2 0 - -	Dia __ __ __ __ __ Mes __ __ __ __ __ Ano 2 0 - -	Dia __ __ __ __ __ Mes __ __ __ __ __ Ano 2 0 - -
82	Peso em kg com uma casa decimal	__ __ , __ kg	__ __ , __ kg	__ __ , __ kg	__ __ , __ kg	__ __ , __ kg
83	Altura ou comprimento em cm	__ __ __ , __ cm	__ __ __ , __ cm	__ __ __ , __ cm	__ __ __ , __ cm	__ __ __ , __ cm

13. ALIMENTAÇÃO INFANTIL PARA CRIANÇAS DE 0-23 MESES (MENORES DE 2 ANOS)

		Criança 1 CRIANÇA MAIS NOVA	Criança 2 PENULTI MO	Criança a 3	Criança 4
	Faça todas as perguntas para a 1ª criança, depois a 2ª, e depois a 3ª, etc.				
84	Nome da criança _____				
85	No. de ordem (<i>Confira pergunta 1</i>)	__ __	__ __	__ __	__ __
86	Quanto tempo depois do nascimento de (NOME) começou a amamentar? Códigos: - SE IMEDIATEMENTE OU MENOS DE 1 HORA, ANOTE '00' HORAS. - SE MAIS DO QUE 1 HORA E MENOS DE 24 HORAS, ANOTE AS HORAS. - SE MAIS DO QUE 24 HORAS, ANOTE OS DIAS SE NÃO SABE ANOTE 98	HORAS __ __ DIAS __ __ NAO SABE __ __	HORAS __ __ DIAS __ __ NAO SABE __ __	HORAS __ __ DIAS __ __ NAO SABE __ __	HORAS __ __ DIAS __ __ NAO SABE __ __
87	A criança foi amamentada exclusivamente, sem dar água ou outra coisa para engolir, fora do leite materno, durante os primeiros 6 meses da vida. 1= SIM 2= NAO	__	__	__	__
88	Ainda está a amamentar o (NOME)? 1= SIM 2= NAO	__	__	__	__

No.	Gostaria de perguntar-lhe sobre os líquidos ou alimentos que (NOME) teve ontem durante o dia ou a noite. Gostaria de saber se a criança teve o tipo de alimento que vou mencionar mesmo que tenha sido combinado com outros alimentos. Leia o alimento e líquido item por item e coloque "1" se a criança comeu/bebeu o alimento /líquido ontem durante o dia ou a noite; caso não coloque "2"; caso não sabe coloque "3". Faça todas as perguntas para a 1ª criança, depois a 2ª, e depois a 3ª.
-----	---

		Criança 1 CRIANÇA MAIS NOVA	Criança 2 PENULTIMO	Criança 3	Criança 4
89	No. de ordem <i>(Confira pergunta 1)</i>	__ __	__ __	__ __	__ __
90	O NOME bebeu/comeu:	1= SIM 2= NÃO 3= NÃO SABE	1= SIM 2= NÃO 3= NÃO SABE	1= SIM 2= NÃO 3= NÃO SABE	1= SIM 2= NÃO 3= NÃO SABE
	a) Água	__	__	__	__
	b) Sumo de fruta	__	__	__	__
	c) Sopa	__	__	__	__
	d) Leite enlatado, em pó ou fresco	__	__	__	__
	d1) Se tomou leite Quantas vezes o (NOME) tomou? SE 7 OU MAIS VEZES, ANOTE '7'.	__	__	__	__
	e) Formula infantil?	__	__	__	__
	e1) Se tomou Formula infantil: Quantas vezes o (NOME) tomou? SE 7 OU MAIS VEZES, ANOTE '7'.	__	__	__	__
	f) Outros líquidos (por exemplo refresco, Agua com açúcar ou Chá)?	__	__	__	__
	g) Soro de reidratação oral	__	__	__	__
	h) Yogurte?	__	__	__	__
	h1) Se tomou Yogurte Quantas vezes o (NOME) tomou? SE 7 OU MAIS VEZES, ANOTE '7'.	__	__	__	__
	i) Papas de cereais?	__	__	__	__
	j) Arroz, milho, trigo mapira, espargueti, bolachas, bolo de arroz ou de milho ou qualquer comida feita de cereais?	__	__	__	__
	k) Abóbora, cenoura ou batata-doce de polpa amarela ou laranja	__	__	__	__
	l) Alimentos feitos de batata reno, mandioca, ou outros tubérculos / raízes locais, inhame?	__	__	__	__
	m) Folhas verdes escuras (alface, feijão verde, folhas de couve ou de mandioca, etc.)	__	__	__	__
	n) Mangas ou papaias maduras?	__	__	__	__
	o) Outras frutas e vegetais (banana, maçã, tomate, limão, laranja, tangerina, goiaba, uvas, couve flor)?	__	__	__	__
	p) Moelas, rins, coração ou outros órgãos?	__	__	__	__
	q) Alguma carne tal como carne de vaca, porco, ovelha, cabrito, galinha, pato, rato ou outra carne de caca?	__	__	__	__
	r) Ovos?	__	__	__	__
	s) Peixe fresco/seco ou mariscos?	__	__	__	__
	t) Alguma comida feita de feijão, ervilha, lentilhas, ou amêndoas?	__	__	__	__
	u) Queijo ou outros alimentos feitos com leite?	__	__	__	__
	v) Alimentos feitos com óleo, amendoim, gergelim ou manteiga/margarina?	__	__	__	__
	w) Larva, Caracóis, Gafanhotos e outros Insectos	__	__	__	__

	x) Vitaminas, medicamentos tradicional ou não	__	__	__	__
91	Quantas vezes o (NOME) alimentou se de comidas solidas, semi-solidas, comidas leves, ontem durante o dia ou anoite? SE 7 OU MAIS VEZES, ANOTE '7' SE 'NÃO SABE', ANOTE '9'	__	__	__	__

SAÚDE INFANTIL

No.	O/A [nome]] teve as seguintes doenças durante as últimas duas semanas?	1= SIM 2= NÃO 3= NÃO SABE	1= SIM 2= NÃO 3= NÃO SABE	1= SIM 2= NÃO 3= NÃO SABE	1= SIM 2= NÃO 3= NÃO SABE
92	Nome da criança				
93	Diarreia	__	__	__	__
94	Febre	__	__	__	__
95	Tosse	__	__	__	__

ANTROPOMETRIA DAS MULHERES 15 a 49 anos

Gostaríamos de ter também a permissão o peso das mulheres de 15-49 anos para colher-mos o seu peso altura, a altura e idade para avaliar o seu crescimento.

No.		Mulher 1	Mulher 2	Mulher 3	Mulher 4
96	Nome				
97	Número de ordem <i>Confira pergunta 1 do modulo1</i>	__ __	__ __	__ __	__ __
98	Data de Nascimento	Dia	Dia	Dia	Dia
		Mes	Mes	Mes	Mes
		Ano	Ano	Ano	Ano
99	Idade da mulher <i>Peca um documento para confirmar</i>	__ __ anos	__ __ anos	__ __ anos	__ __ anos
100	Esta Gravida? <i>Se estiver gravida não faça as medições</i>	1 = SIM 2 = NÃO __	1 = SIM 2 = NÃO __	1 = SIM 2 = NÃO __	1 = SIM 2 = NÃO __
101	Peso em 0,1 kg	__ __ __ , __ kg	__ __ __ , __ kg	__ __ __ , __ kg	__ __ __ , __ kg
102	Altura em 0,1 cm	__ __ __ , __ cm	__ __ __ , __ cm	__ __ __ , __ cm	__ __ __ , __ cm

No.	MORTALIDADE		
103	Nos últimos 12 meses (Outubro 2012 a Outubro 2013) algum membro deste AF faleceu?	1 = SIM 2 = NÃO	__
104	Quem faleceu? INDIQUE O GRAU DE PARENTESCO; VIDE CÓDIGO DA PERGUNTA 3 DO MÓDULO 1.		__

Muito Obrigado

Fim

Horas: __h __min

Distrito _____, Localidade/Aldeia/Bairro _____ Data: ____/____/2013
 Área de Enumeração: _____

Levantamento de Dados nos Mercados

Produto	Preço	Unidade de venda	Tipo de estabelecimento	Origem do Produto
	indique o valor ou escreva "Não Existe"	1=Kg 2=Litro 3=Lata 20 litros 4=Lata 10 litros 5=lata 5 litros (ou peso em Kg)	1=Loja 2=Barraca 3=Banca/no chão	(nome do distrito)
1. Grão de milho				
1. Grão de milho				
2. Farinha de milho				
2. Farinha de milho				
3. Arroz com casca				
3. Arroz com casca				
4. Arroz sem casca				
4. Arroz sem casca				
5. Mapira				
5. Mapira				
6. Mexoeira				
6. Mexoeira				
7. Pão		gramas		
7. Pão		gramas		
8. Massas/esparguete		gramas		
8. Massas/esparguete		gramas		
17. Feijao nhemba/boer				
17. Feijao nhemba/boer				
18. Feijao manteiga				
18. Feijao manteiga				
26. Amendoim				
26. Amendoim				
28. Mandioca seca				
28. Mandioca seca				
29. Mandioca fresca				
29. Mandioca fresca				
30. Batata doce				
30. Batata doce				

Nota: para produtos vendidos em montinhos deve-se registar o peso do montinho em kg.

Distrito _____, Localidade/Aldeia/Bairro _____ Data: ____/____/2013
 Área de Enumeração: _____

Levantamento de Dados nos Mercados (Hortícolas e Frutas)

Produto	Preço	Unidade de venda	Tipo de estabelecimento	Origem do Produto
	indique o valor ou escreva "Não Existe"	1=Kg 2=Litro (ou peso em Kg)	1=Loja 2=Barraca 3=Banca/no chão	(nome do distrito)
41. Tomate				
41. Tomate				
42. Couve				
42. Couve				
43. Repolho				
43. Repolho				
44. Cebola				
44. Cebola				
45. Batata reno				
45. Batata reno				
46. Outras folhas _____				
46. Outras folhas _____				
47. Alho				
47. Alho				
48. Abobora				
48. Abobora				
49. Quiabo				
49. Quiabo				
192. Coco				
192. Coco				
561. Laranja				
561. Laranja				
571. Limão				
571. Limão				
581. Papaia				
581. Papaia				
582. Banana				
582. Banana				
583. Manga				
583. Manga				
584. Castanha de cajú				
584. Castanha de cajú				

Nota: para produtos vendidos em montinhos deve-se registar o peso do montinho em kg.

Produtos como o repolho, mangas ou banana quando vendidos em unidades devem ser pesados e registado o peso

Distrito _____, Localidade/Aldeia/Bairro _____ Data: ____/____/2013
 Área de Enumeração: _____

Levantamento de Dados nos Mercados

Produto	Preço	Unidade de venda	Tipo de estabelecimento	Onde comprou o Produto
	indique o valor ou escreva "Não Existe"	1=Kg 2=Litro (ou peso em Kg)	1=Loja 2=Barraca 3=Banca/no chão	(nome do distrito)
51. Oleo				
51. Oleo				
52. Açúcar				
52. Açúcar				
53. Sal não iodado				
53. Sal não iodado				
54. Sal iodado				
54. Sal iodado				
61. Peixe fresco carapau				
61. Peixe fresco carapau				
62. Peixe fresco Nacional				
62. Peixe fresco Nacional				
63. Peixe seco _____				
63. Peixe seco _____				
64. Mariscos _____				
64. Mariscos _____				
71. Certeza				
71. Certeza				
72. Sabão				
72. Sabão				

Nota: para produtos vendidos em montinhos deve-se registar o peso do montinho em kg.

Distrito _____, Localidade/Aldeia/Bairro _____ Data: ____/____/2013
 Área de Enumeração: _____

Levantamento de Dados nos Mercados

Preços de Produtos Pecuários

Produto	Oferta no Mercado	Unidade	Preço Unitário (Mts)
	1=Existe 2=Não Existe		
PROD	P1	P3	P6
111. Ovo		Unidade	
111. Ovo		Unidade	
112. Frango congelado		gramas	
112. Frango congelado		gramas	
212. Galinha Cafrial (preço mínimo)		Unidade	
212. Galinha Cafrial (preço máximo)		Unidade	
220. Cabrito (preço mínimo)		Unidade	
220. Cabrito (preço máximo)		Unidade	
230. Ovelha (preço mínimo)		Unidade	
230. Ovelha (preço máximo)		Unidade	
240. Porco (preço mínimo)		Unidade	
240. Porco (preço máximo)		Unidade	
250. Boi (preço mínimo)		Unidade	
250. Boi (preço máximo)		Unidade	
120. Carne de cabrito		Kg	
120. Carne de cabrito		Kg	
140. Carne de porco		Kg	
140. Carne de porco		Kg	
151. Carne de vaca de 1ª		Kg	
151. Carne de vaca de 1ª		Kg	
152. Carne de vaca de 2ª		Kg	
152. Carne de vaca de 2ª		Kg	
300. Carne de caça			
300. Carne de caça			

Nota: Para animais vivos deve-se registrar o preço mais alto e o preço mais baixo.
 Quando a carne de vaca não é diferenciada em 1ª e 2ª, deve ser registrada como da segunda.

Mercados na Análise de SAN

A secção de mercados para o estudo de base de SAN vai trazer informação importante para complementar a parte de acesso a alimentos e outros bens necessários pelas famílias medido pelo nível de preço ao consumidor em vigor em cada região geográfica. A parte de estabilidade no acesso (e disponibilidade) será analisada com base em preços históricos que o SIMA possui que podem mostrar tendências do custo de alimentos nos últimos anos.

Desta forma, este instrumento deve ser capaz de captar os níveis de preços pagos pelas famílias na compra de alimentos e a oferta qualitativa desses produtos na localidade e na vila do distrito. A lista de produtos inclui além de alimentos, outros bens de higiene como certeza, produto usado na purificação da água, e sabão.

Especificamente para as zonas rurais é importante analisar os termos de troca, a relação entre os preços de produtos produzidos localmente e da aqueles que as famílias precisam de comprar. Por exemplo, para comprar um litro de óleo quantos quilogramas de milho a família precisa de vender; na venda de um cabrito, quantos quilogramas de arroz a família pode comprar. Como os animais servem de poupança para as famílias, é importante incluir animais vivos na lista de produtos para o levantamento de preços nas zonas rurais.

Além de preços, outros dados sobre funcionamento de mercados devem ser recolhidos nas entrevistas aos grupos focais ou a informantes chaves para captar aspectos ligados a:

- a) Existência de armazenistas no distrito onde os comerciantes vindos das aldeias adquirem produtos para revender nas aldeias ou postos administrativos,
- b) Existência de lojas de insumos agrícolas no distrito,
- c) Custos de processamento de alimentos (preço de moagem de milho e de descasque de arroz),
- d) Funcionamento de meios de transporte (existência e preço)

Níveis de preços

Os preços a serem recolhidos devem ser preços ao consumidor (preços praticados nas lojas e em mercados abertos (bancas ou senta no chão), barracas, contentores, etc.. de modo a reflectir o custo da cesta básica de alimentos.

Material necessário

- 1. Balanças com capacidade de até 10 kg.
- 2. Sacolas plásticas para colocar produtos a serem pesados como por exemplo montinhos de tomate, mandioca, batata doce, etc..

Módulo de Produção Agrícola

Nas zonas rurais a produção agrícola tem um papel importante no fornecimento de alimentos básicos para autoconsumo e para obtenção de dinheiro. A agricultura moçambicana é predominantemente de sequeiro, isto é, depende da chuva. Assim há duas formas das famílias se protegerem contra ocorrência de cheia ou seca baseadas na diversificação das culturas e localização das machambas.

- i) A diversificação de culturas consiste na combinação de culturas tolerantes e não tolerantes a seca como, por exemplo, milho e arroz ou milho e mapira. Existem outras formas de diversificação, por exemplo, culturas de ciclo curto vs ciclo longo, etc..
- ii) A diversificação das zonas consiste em cultivar zonas baixas e altas, de forma que, em caso de muita chuva, a família colhe na zona alta; e em caso de pouca chuva a família colhe na zona baixa.

Neste capítulo pretende-se saber sobre: tipo de terras que as famílias tem acesso (zona alta e baixa), culturas colhidas, quando é que colheram, venda de produtos colhidos, reservas da produção, formas de conservação, posse de árvores de fruta e consumo e venda de frutas.

O tempo gasto para a família chegar a machamba é também uma variável importante uma vez que determina quanto tempo os membros tem para as actividades dentro e fora da machamba como por exemplo, tempo para cuidar das crianças, confeção de alimentos, etc..

Algumas notas específicas para o preenchimento

Campanha agrícola: é o período de actividade agrícola compreendido entre os meses de Setembro de um ano e Agosto do ano seguinte.

Celeiro melhorado: é aquele que é constituído com base em material local ou convencional e não deixa entrar humidade, pragas e doenças no seu interior e nas estacas apresenta funis ou prova de ratos que impede o acesso de agentes nocivos.

Nota sobre preenchimento da tabela (Culturas Alimentares)

Pergunta: Que culturas o AF colheu a última campanha agrícola

Refere-se a campanha agrícola 2012/2013.

O inquiridor deve deixar que o entrevistado liste as culturas que colheu

O inquiridor deve registar as culturas enquanto o entrevistado as enumera.

Depois desta pergunta, o inquiridor fará as perguntas em linha para cada cultura, isto é, para cada cultura colhida pergunte: ii) **Quando colheu?** iii) **Vendeu este produto?** iv)

Tem reservas deste produto? v) **Quanto tempo durou/ira durar a reserva da última**

colheita?

MERCADOS

O módulo de mercados é tratado de diferentes maneiras nos três questionários (AF, Mercados e Comunitário). No **questionário aos AF**, este capítulo pretende saber sobre o acesso dos AF a mercados para a compra de alimentos básicos e mudanças de padrões de consumo devido a influência de preços dos alimentos.

QUESTIONÁRIO PARA OS MERCADOS

Neste estudo de base, entende-se como mercado o local físico onde vendedores e compradores se encontram para realizar as suas transações. Portanto, mercado pode ser uma barraca, uma loja, armazém, banca, mercado municipal ou mercado da vila-sede, etc..

O levantamento de preços deverá ser feito nos mercados das vilas-sede dos distritos e nos mercados das localidades/comunidades selecionadas para o inquérito aos AF. Caso não exista mercado na localidade/comunidade selecionada para o inquérito, não haverá questionário preenchido para esta localidade/comunidade.

Ao nível da vila-sede de cada distrito existem muitos mercados, o inquiridor deverá fazer o levantamento de preços no maior mercado da vila-sede onde podem ser encontrados muitos comerciantes vendendo vários produtos. O maior mercado pode ser um local vedado ou não onde existam bancas e barracas ou existam lojas, barracas e bancas.

Em algumas localidades o inquiridor poderá encontrar apenas uma barraca, ou uma banca ou um local onde as pessoas vendem no chão.

Origem do Produto: pretende saber em que distrito o comerciante adquiriu a maior quantidade do produto, mas não necessariamente onde o produto foi produzido. Deve-se usar códigos do INE para indicar os distritos.

QUESTIONÁRIO COMUNITÁRIO

O questionário comunitário também tem perguntas sobre acesso aos mercados nas duas

Distrito_____, Localidade/Aldeia/Bairro_____ Data: ____/____/2013
Área de Enumeração:_____

vertentes. Uma sobre o acesso a mercados para a venda de excedentes agrícolas e outra para a compra de alimentos básicos.

Incluimos neste questionário o acesso a serviços de processamento de alimentos, moageiras para farinação de milho e moageiras para descasque do arroz. Caso não haja moageira na localidade, o inquiridor deverá registrar dados sobre a moageira que os AF tem acesso.



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA



SECRETARIADO TÉCNICO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

ESTUDO DE BASE DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2013

INQUÉRITO ÀS COMUNIDADES

SECÇÃO 0

Data da entrevista	_ _ _ _ 2013
Nome Controlador:	_____
Controlador ID	_ _ _ _ _ _

Identificação da Aldeia

Província _____	_ _
Distrito _____	_ _
Posto Administrativo _____	_ _
Aldeia/Bairro _____	
Área de Enumeração _____	_ _ _
Urbano =1, Rural= 2	_

Perfil do Local

<u>Breve descrição da área visitada</u>

Nomes das pessoas entrevistadas

Nome	Actividade

Instruções de preenchimento

Coloque um círculo nas opções respondidas

SECÇÃO I- PREFERÊNCIA ALIMENTAR

No	Pergunta	Código das Categorias
1.1	Quais os produtos mais consumidos nesta aldeia?	Milho.....1
		Arroz.....2
		Mandioca.....3
		Outro(Especifique).....4

SECÇÃO II – PRODUÇÃO AGRARIA

2.1	Indique as culturas alimentares produzidas tradicionalmente nesta aldeia? (Coloque um circulo nas opções respondidas)	Código das Categorias	
		Milho.....1	Mandioca.....5
		Arroz.....2	Batata Doce.....6
		Mapira.....3	Hortícolas.....7
		Mexoeira.....4	Amendoim.....8
		Outro(Espec).....9	
2.2	Indique as culturas de rendimento produzidas tradicionalmente nesta aldeia?	Código das Categorias	
		Algodão.....1	Girassol.....4
		Tabaco.....2	Soja.....5
		Gergelim.....3	Outro(Esp).....6
2.3	Indique as espécies de animais mais criadas nesta aldeia.	Código das Categorias	
		Galinhas.....1	Ovelhas.....4
		Patos.....2	Porcos.....5
		Cabritos.....3	Bois.....6
2.4	Que constrangimentos tiveram na produção agrícola campanha agrícola (2012/13)?	Código das Categorias	
		Falta de Chuva.....1	
		Excesso de Chuva.....2	
		Falta de Sementes.....3	
		Outro(Esp).....4	
2.5	Como é que a comunidade local classifica o nível de produção agrícola comparado com a última campanha agrícola (2011/12)?	Código das Categorias	Se foi menor porque?
		Menor.....1	
		Igual.....2	
		Maior.....3	

SECÇÃO III – ACESSO/MERCADOS

3.1	Qual é a distância/tempo da aldeia até a estrada principal	Código das Categorias	
		Menos de uma hora.....1	
		1 a 3 horas.....2	
		4a 6 horas.....3	
		Mais de 6 horas.....4	
3.2	Indique o nome da estrada		
3.3	Esta estrada é transitável todo o ano?	SIM.....1 <i>passa para 3.5</i>	NÃO.....2
3.4	Caso não, quanto tempo essa Estrada permanece transitável?	_ _ Meses	
3.5	Passa algum “chapa” por esta aldeia?	SIM.....1 <i>passa para 3.6</i>	NÃO.....2
3.6	Caso não, qual é a distância até à paragem de “chapa”	Código das Categorias	
		Menos de uma hora.....1	
		1 a 3 horas.....2	
		4 a 6 horas.....3	
		Mais de 6 horas.....4	
3.7	Quanto tempo leva a chegar à sede do distrito?	Código das Categorias	
		Menos de uma hora.....1	
		1 a 3 horas.....2	
		4a 6 horas.....3	
		Mais de 6 horas.....4	
3.8	Quanto cobra o “chapa” para ir à sede do distrito?	_ _ _ MT	

ACESSO A MERCADOS PARA VENDA DE PRODUTOS AGRICOLAS

3.9	Que produtos da vossa produção têm vendido?	Código das Categorias	
		Cereais.....1	
		Feijões.....2	
		Amendoim.....3	
		Culturas de rendimento(soja,gergelim,girassol,tobaco,etc.).....4	
3.10	Onde é que vendem os produtos da vossa produção?	Código das Categorias	
		Nesta aldeia.....1	
		Fora da aldeia.....2	

3.11	Se vendem fora desta localidade, mencione o lugar:	Código das Categorias
		Noutra aldeia1
		Na vila do distrito2
		Noutro distrito3
3.12	Se vendem fora desta localidade, qual é a distância ou quanto tempo leva para chegar ao mercado onde vendem a vossa produção?	_ _ _ km
		_ _ _ minutos
3.13	Em que período do ano vendem os produtos (indique os meses)	Jan _
		Fev _
		Mar _
		Abr _
		Mai _
		Jun _
		Jul _
		Ago _
		Set _
		Out _
		Nov _
		Dec _
3.14	Nesta Comunidade tem havido feiras de venda de produtos agrícolas?	SIM.....1NÃO.....2 SE NAOPasse para 4.6
3.15	Se sim, quando e onde realizam as feiras?	
3.16	Os produtores desta comunidade tem acesso a feiras de vendas de produtos agrícolas organizadas fora desta localidade?	SIM.....1 NÃO.....2
3.17	Qual é a razão para não conseguirem vender produtos agrícolas?	Código das Categorias
		Os comerciantes/compradores não aparecem.....1
		Os preços não são atractivos.....2
		Não conseguem chegar ao local de venda destes produtos.....3
		Falta de informação sobre quem compra e onde pode vender.....4
		Baixa produção

ACESSO A MERCADOS PARA A COMPRA DE ALIMENTOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO

No	Pergunta				
3.18	Tem acesso a serviços de moagem de milho e/ou de descasque de arroz?	SIM.....1	NÃO.....2 passe para 5.1		
3.19	Se sim, indique o local e o preço:				
	SERVIÇO	LOCAL	PREÇO	UNIDADE	distancia
	Moagem de Milho				
	Descasque de Arroz				
Códigos dos locais: NESTA ALDEIA.....1 NOUTRA ALDEIA.....2 NA VILA-SEDE DO DISTRITO.....3 NOUTRO DISTRITO.....4 Códigos das unidades: Kg.....1 LATA DE 20 LITROS.....2 LATA DE 5 LITROS.....3					
3.20	Existe na aldeia os seguintes estabelecimentos comerciais?	Loja1			
		Barraca2			
		Mercado Informal/Aberto3			
		Não existe estabelecimentos comerciais.....4			
3.21	Caso a resposta anterior seja não, quanto tempo se leva a chegar ao mercado mais próximo?	_ , _ _ hora			
3.22	Que produtos estão disponíveis no local mais próximo? (Origem: Indique o local onde foi adquirido ou produzido o produto)				
	Produtos	Sim.....1	Não.....2	Local	
	Cereais				
	Feijões				
	Amendoim				
	Raízes e Tubérculos				
	Hortícolas				
	Peixe				
	Óleo				
	Açúcar				
	Sal				
	Certeza				
	Sabão				
3.23	Existe na comunidade Estabelecimentos de vendas de Insumos?	Sim.....1 Não.....2			
3.24	Quais são os principais constrangimentos de mercado?	Código das Categorias			
		Falta de Transporte.....1			
		Baixo poder de compra.....2			
		Condições das vias de acesso.....3			
		Falta de segurança/roubos.....4			
Frac oferta ou número limitado de produtos.....5					

		Políticas(interdições, restrições).....6
		Outro(Especifique).....7

SECCÃO IV– EDUCAÇÃO

4.1	Existe alguma escola na aldeia?	SIM.....1	NÃO.....2
4.2	Que níveis escolares existem?	SIM.....1 NÃO.....2	
	Nível		
	EP1		
	EP2		
	Básico Geral		
	Médio Geral		
	Básico técnico profissional		
	Médio técnico profissional;		
4.3	Caso não haja escola na aldeia, quanto tempo se leva a chegar à escola?	Código das Categorias	
		Menos de ½ hora.....1	
		½ a 1 hora.....2	
		1 a 3 hora.....3	
		Mais de 3 horas.....4	
4.4	Há crianças que abandonam a escola?	SIM.....1	NÃO.....2 Se não passe p 4.6
4.5	Qual é a razão que leva algumas crianças desta aldeia a abandonar a escola? (Aliste as razões em ordem de importância)	1. _____	
		2. _____	
		3. _____	
		4. _____	
4.6	Existealfabetização de adultos na comunidade	SIM.....1	NÃO.....2

SECCÃO V – SAÚDE, ÁGUA E SANEAMENTO

5.1	Existem unidades sanitárias nesta aldeia?	SIM.....1	NÃO.....2 <i>passa para 5.3</i>
5.2	Em caso afirmativo, de que tipo ?	Tipo de unidades sanitárias	
		Centro de saúde do estado.....1	
		Hospital rural.....2	
		Clínica privada.....3	
		Posto de saúde.....4	
		Outro Espec).....5	
5.3	Caso não, quanto tempo leva a chegar a unidade sanitária mais próxima?	Código das Categorias	
		Menos de 1 hora.....1	
		1 a <3 horas.....2	
		3 a <6 horas.....3	
		Mais de 6 horas.....4	
5.4	Costuma pagar para ser atendido?	SIM.....1	NÃO.....2

			passe para 5.6	
5.5	Em caso afirmativo, isso é uma limitação para ir lá mais frequentemente?	SIM.....1	NÃO.....2	
5.7	Existe um Centro de ATS (Aconselhamento e Testagem em Saúde) na aldeia?	SIM.....1 passe para 5.9	NÃO.....2	
5.8	Caso não, quanto tempo leva a chegar ao ATS mais próximo ?	Código das Categorias Menos de 1 hora 1 to 3 hora 3 to 6 hora Mais de 6 horas		
5.9	Quais têm sido os principais problemas de saúde das pessoas que vivem nesta aldeia?	Principais problemas de saúde (1) (2) (3)		
5.10	Quantas fontes de água potável existem na aldeia?	_ _		
5.11	Quais fontes de água estão disponíveis nesta aldeia	Fontes de Agua Agua canalizada dentro da casa.....1 Torneira publica/ Fontenário.....2 Furo/ poço protegido.....3 Poço não protegido.....4 Agua de chuva.....5 Rio, lago, lagoa, nascentes.....6 Outros (esp)_____		
5.12	Quais das fontes de água disponíveis são mais usadas nesta aldeia? (indique apenas 3)	1. 2. 3.		
5.13	Existem problemas de acesso a água?	SIM.....1	NÃO.....2	
5.14	Em caso afirmativo, quando ?	Mes Jan Fev Março Abril Maio Junho Julho Agosto Setemb Outub Novembro Dezembro	Acesso Bom Regular Mau	

SECÇÃO VI – ECONOMIA LOCAL

6.1	Quais foram as 3 fontes de rendimento mais importantes para a comunidade no último mês? (classificar)	1. _____
		2. _____
		3. _____

FONTES DE RENDIMENTO

- | | |
|-------------------------------------|----------------------------|
| 1. Trabalho eventual na Agricultura | 9. Venda de lenha/Carvão |
| 2. Trabalho eventual não agrícola | 10. Pesca |
| 3. Venda de culturas de rendimento | |
| 4. Venda de culturas alimentares | 11. Bebidas tradicionais |
| 5. Comercio Informal | 12. Dinheiro pelo trabalho |
| 6. Salário (emprego formal) | 13. Outros (especificar) |
| 7. Pequenos negócios | |
| 8. Venda de animais | |

SECÇÃO VII – PADRÕES SAZONAIS DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E RENDIMENTOS

7.1	Identificar os meses em que se fazem as seguintes actividades e quem normalmente é responsável por cada actividade
-----	--

Culturas Alimentares - listar (as mais importantes na área)	Actividade	Meses (de-a)	Responsável
Cereais	Preparação da terra	De a	
	Sementeira	De a	
	Sacha	De a	
	Colheita	De a	
	Comercialização	De a	
Feijões ou Amendoim	Preparação da terra	De a	
	Sementeira	De a	
	Sacha	De a	
	Colheita	De a	
	Comercialização	De a	

7.2	Qual o período considerado de fome:	Mês	
		Início	Fim
7.3	Quando (em que mês) iniciou/deverá iniciar o período de fome este ano (2013)?		

SECÇÃO VIII – CONSUMO DE ALIMENTOS

8.1	Quais são os tipos de alimentos que as famílias comeram durante a época chuvosa?		
Alimentos:			
8.2	Quais são os tipos de alimentos que as famílias comeram durante a época seca?		
Alimentos:			
8.3	Quais são os alimentos silvestres disponíveis? (dizer os nomes)	Frutos Silvestres	
		Tubérculos.....1	
		Folhas.....2	
		Carne de caça.....3	
		OutrosEspecifique...4	

8.4	Quais são os alimentos que a população come em situação de crise		
8.5	Quais são os alimentos que não gostam de comer?	Tipo de alimento	Porque não gosta?
		1.	
		2.	
		3.	
		4.	
		5.	
8.6	Consomem sal iodado?	SIM.....1	NÃO.....2

SECÇÃO IX: MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Coloque X nas alternativas respondidas

Perguntas	aumento	não variou	decrécimo	não sabe
1. Temperaturas diárias (máximas: se faz mais calor)	☐	☐	☐	☐
2. Chuvas diárias/mensais (médias: se chove mais ou menos)	☐	☐	☐	☐
3. A irregularidade das chuvas	☐	☐	☐	☐
4. O período chuvoso (comprimento)	☐	☐	☐	☐
5. Os ventos fortes (intensidade)	☐	☐	☐	☐

Perguntas	mais tardio	normal	mais cedo	não sabe
1. Início das chuvas (período chuvoso)	☐	☐	☐	☐

Perguntas	mais frequentes	normal	menos frequentes	não sabe
1. Dias quentes extremos	☐	☐	☐	☐
2. Chuvas intensas	☐	☐	☐	☐
3. Períodos intermédios secos (dryspell)	☐	☐	☐	☐
4. Ventos fortes	☐	☐	☐	☐
5. Perdas nas colheitas devido a extremos climáticos	☐	☐	☐	☐
6. Perdas nas colheitas devido as doenças	☐	☐	☐	☐
7. Gado (caprino, bovino e suíno) mais saudável	☐	☐	☐	☐
8. Queimadas descontroladas	☐	☐	☐	☐
9. Cheias costeiras destruidoras	☐	☐	☐	☐

Impacto das mudanças climáticas

Assunto	Perguntas	Respostas	Outro impacto
Precipitação	Se choveu mais ou menos qual o impacto desta mudança na produção Agrícola,	Mais forte ou mais irregular?	
	Houve mudanças no início da precipitação ao longo dos anos	Sim, Não e indica que mudança?	
Hidrologia	Houve mudança no comportamento das águas nos rios e lagos Houve algum rio ou lago que secou?	Sim, Não Indique o nome do rio ou lago que mudou mas também o tipo de mudança.	

Que outros impactos das mudanças climáticas houve que não foram aqui referidas?

1. _____
2. _____

Que medidas de adaptação às mudanças climáticas tem adoptado?

1. _____
2. _____

SECÇÃO X - SUMÁRIO DIÁRIO

Constatações

Contexto Geral:(Principais mudanças nos padrões de modo de vida, acesso aos produtos básicos e infra-estruturas; agricultura, condições do ambiente etc.)

Situação actual de segurança alimentar

Principais problemas que as comunidades enfrentam e sugestões sobre acções para responder aos problemas mencionados.

Dificuldades encontradas pelas equipas e acções tomadas.